

# SABERES CONTÁBEIS



ORGS.

Almerinda Tereza  
Bianca Bez Batti Dias  
Cleyton de Oliveira Ritta  
Sílvio Parodi Oliveira Camilo



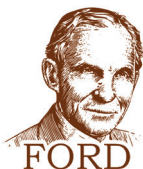
BRAZIL PUBLISHING



BRAZIL PUBLISHING

### Conselho Editorial Internacional

<b>Presidente:</b> Professor Doutor Rodrigo Horochovski	(UFPR – Brasil)
Professora Doutora Anita Leocadia Prestes	(ILCP – Brasil)
Professora Doutora Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN – Colômbia)
Professora Doutora Fabiana Queiroz	(Ufla – Brasil)
Professora Doutora Hsin-Ying Li	(NTU – China)
Professor Doutor Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS – Brasil)
Professor Doutor José Antonio González Lavaut	(UH – Cuba)
Professor Doutor José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB – Brasil)
Professora Doutora Marília Murata	(UFPR – Brasil)
Professor Doutor Milton Luiz Horn Vieira	(Ufsc – Brasil)
Professor Doutor Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UE – Portugal)



### Comitê Científico da Área Ciências Sociais Aplicadas

<b>Presidente:</b> Professor Doutor Rodrigo Kanayama	(UFPR – Direito)
Professora Doutora Ana Cristina Salviato Silva	(UNIFAE – Administração)
Professor Doutor Luís Alberto Monteiro de Barros	(UFPA – Administração)
Professor Doutor Jorge Alberto Ramos Da Silva	(FGV/ RIO – Direito)
Professor Doutor Ilton R. Filho	(UFPR – Direito)
Professor Doutor José R. G. Cella	(IMED – Direito)
Professor Doutor Edemar Amaral Cavalcante	(UFMG – Educação)
Professor Doutor Gilberto Fachetti Silvestre	(UFES – Direito)
Professora Doutora Margareth Vetus Zaganelli	(UFES – Direito)
Professor Doutor Saulo Cerqueira de Aguiar Soares	(PUC-MG – Direito)

### Membros Convidados

Prof. Dra. Alessandra Cassol	(UFFS/UNC – Administração)
Prof. Dra. Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias	(UNESC – Administração)
Prof. Dr. Cleyton de Oliveira Ritta	(UFSC – Ciências Contábeis)
Profa. Me. Inocencia Boita Dalbosco	(UNOESC – Administração)
Prof. Dr. Jaime Dagostim Picolo	(UNESC – Administração)
Prof. Dr. Kristian Madeira	(UNESC – Ciências da Saúde)
Profa. Dra. Larissa Degenhart	(UFSM – Ciências Contábeis)
Profa. Dra. Leila Chaves Cunha	(UNIDAVI – Ciências Contábeis)
Prof. Me. Roseli Costa Bonifácio	(FUCAP – Ciências Contábeis)
Profa. Dra. Sabrina do Nascimento	(UNOESC – Administração)
Prof. Dr. Silvio Parodi Oliveira Camilo	(UNESC – Administração)
Prof. Me. Thiago Bruno de Jesus Silva	(UFGD – Ciências Contábeis)



© Brazil Publishing Autores e Editores Associados  
Rua Padre Germano Mayer, 407  
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270  
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores Científicos  
Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75  
Botucatu, SP - 18603-550  
+55 (14) 3815-5095

## Comitê Editorial

**Editora-Chefe:** Sandra Heck

**Editor Superintendente:** Valdemir Paiva

**Editor Coordenador:** Everson Ciriaco

**Diagramação e Projeto Gráfico:** Rafael Chiarelli

**Arte da Capa:** Paula Zettel

**Revisão Editorial:** Thais Valentim

**Revisão de Texto:** Os autores

**DOI:** 10.31012/978-65-86854-54-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

D541s

Dias, Almerinda Tereza Bianca Bez Batti  
Saberes contábeis [recurso eletrônico] / Almerinda Tereza Bianca Bez  
Batti Dias, Cleyton de Oliveira Ritta, Sílvio Parodi Oliveira Camilo – 1.ed. -  
Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

ISBN 978-65-86854-54-1

1. Contabilidade. 2. Contabilidade organizacional. I. Ritta, Cleyton de  
Oliveira. II. Camilo, Sílvio Parodi Oliveira. III. Título.

CDD 614 (22.ed)

CDU 614



[1ª edição – Ano 2020]

[www.aeditora.com.br](http://www.aeditora.com.br)

ALMERINDA TEREZA BIANCA BEZ BATTI DIAS  
CLEYTON DE OLIVEIRA RITTA  
SÍLVIO PARODI OLIVEIRA CAMILO

## SABERES CONTÁBEIS - VOLUME VI



---

BRAZIL PUBLISHING

## APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) foi criado em 25 de outubro de 2014. O Negeo possui como foco pesquisas teóricas que visam à discussão da ciência organizacional e pesquisas empíricas que buscam a investigação e a compreensão das práticas gerenciais nas organizações. O Grupo possui três linhas de pesquisas que são: (i) Controle e Evidenciação, (ii) Estratégias nas Organizações e (iii) Mensuração de Desempenho e de Valor.

A liderança do Negeo é composta pelos professores *Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias* (Doutora em Administração/Univali) e *Cleyton de Oliveira Ritta* (Doutor em Ciências Contábeis e Administração/Furb). Os líderes do Grupo de Pesquisa atuam em pesquisas que envolvem temas organizacionais, principalmente relacionados às finanças e estratégias nas organizações e contabilidade gerencial e financeira. Neste volume, tem-se, também, como organizador o professor do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc, *Sílvio Parodi Oliveira Camilo* (Doutor em Administração/Univali).

Na organização do livro Coleção Saberes Contábeis - volume VI, o Negeo – em conjunto com o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (Necon) e o curso graduação em Ciências Contábeis da Unesc – tem como propósito divulgar a produção científica de acadêmicos e professores da Unesc, bem como de colaboradores externos, em temas que abrangem as ciências contábeis e organizacionais. Os líderes do Negeo parabেনizam os autores que tiveram a aprovação de seus artigos e agradecem os demais autores que prestigiaram o processo seletivo com envio de trabalhos e os avaliadores que participaram do comitê científico do sexto volume da Coleção Saberes Contábeis

Neste sexto volume, o livro conta com dez artigos que abordam temas relacionados: (i) ao desempenho econômico-financeiro de empresas pertencentes ao mercado de capitais, de organizações hospitalares e de uma empresa de mineração; (ii) às práticas contábil-tributárias

em processos de comércio exterior; (iii) às práticas de estratégia em um pequeno negócio; (iv) às normas de contabilidade aplicadas ao setor público; (v) ao estudo da produção científica sobre metodologias no ensino da contabilidade; e (vi) bases informações do ambiente para a tomada de decisões. Os temas foram desenvolvidos por meio de pesquisas teórico-empíricas que proporcionam a compreensão de fenômenos organizacionais e sociais em contextos específicos.

O tema desempenho econômico-financeiro contempla quatro artigos. Os autores Amanda Saldanha Posser, Jaqueline Carla Guse, Lucas Almeida dos Santos, Bruna Faccin Camargo e Éliton Leandro Pengo Coelho analisaram os impactos causados pela assimetria de informação no desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores Bovespa (B3). Aos autores Suélen Aparecida Barbosa, Natália da Silva Schio, Geovanne Dias de Moura, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo e Antonio Zanin verificaram a influência dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado de companhias abertas familiares. Os autores Mara Vogt, Crisiane Teixeira da Silva e Marcia Zanievicz da Silva analisaram a relação entre o desempenho operacional e a situação econômico-financeira das organizações hospitalares região sul do Brasil. Os autores Diandra Benedet e Cleyton de Oliveira Ritta investigaram impactos do acidente ambiental de Mariana no desempenho econômico-financeiro da empresa Samarco Mineração S.A.

O tema práticas contábil-tributárias apresenta dois artigos. O primeiro, dos autores Elaine da Silva Martins, Júlio Cesar Zilli, Patriele de Faveri Fontana e Luan Machado, analisaram comparativamente a incidência tributária no processo de importação, direta e por conta e ordem de terceiros com a implementação do Tratamento Tributário Diferenciado - TTD 410. O segundo artigo, dos autores Jaine Kammer, Patriele de Faveri Fontana e Júlio César Zilli, tratou da identificação de vantagens logísticas e econômicas obtidas em um processo de importação de insumo ou matéria-prima com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro. O terceiro, pelos autores Tulio Becker Guimarães, Wilciney José Villan e Sílvio Parodi Oliveira Camilo, fatores determinantes para tomada de decisões estratégicas no setor do vestuário.

Quanto ao tema práticas de estratégia, os autores Tiago Erdmann Bittencourt e Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias analisaram o ambiente organizacional, por meio do diagnóstico estratégico, a fim de identificar os recursos internos que promovem vantagem competitiva em uma empresa cerealista de arroz. No tema normas de contabilidade aplicadas ao setor público, a autora Vania Regina Morás analisou a percepção e o entendimento dos contadores públicos do estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. No tema estudo da produção científica, os autores Eduardo Tramontin Castanha, Milla Lúcia Ferreira Guimarães e Andréia Cittadin avaliaram a produção científica sobre metodologias ativas de aprendizagem com ênfase em Contabilidade.

Em síntese, os artigos selecionados para o sexto volume investigam fenômenos relevantes que envolvem o ambiente organizacional, a percepção de contadores públicos e de práticas de ensino na área contábil. Os resultados mostraram que as organizações devem estar atentas as práticas gerencias para a melhoria do desempenho organização, principalmente, na perspectiva econômico-financeira. As evidências também apontam que os contadores públicos possuem relativa falta de conhecimento quanto às novas normas contábeis aplicadas ao setor público. No que tange à produção científica, constatou-se que o método de ensino ainda está focado na figura do professor como principal sujeito do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, desejamos a todos boa leitura!

Criciúma, fevereiro de 2020.

Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias  
Cleyton de Oliveira Ritta  
Sílvio Parodi Oliveira Camilo

## PREFÁCIO

É com imensa satisfação que aceitei o convite para prefaciar este conjunto de estudos no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase no campo da Contabilidade Organizacional. Ao avaliar e refletir acerca destes estudos, fui conduzido aos anos 1980, momento em que iniciei minhas atividades laborais no departamento de Contabilidade de um grupo de empresas de engenharia de instalações. Mais adiante, iniciando a carreira na academia ministrando aulas no curso de Ciências Contábeis da PUC-RS. A vivência na área me proporcionou acompanhar mutações evolutivas do ambiente ao qual as empresas são afetadas, consequentemente às implicações na Contabilidade das organizações. Novos padrões normativos impulsionaram a sistematização dos procedimentos contábeis com reflexos importantes para a comparabilidade na gestão inter e intraorganizacional. Ao cotejo com o teor dos textos que compõem esta obra, muitas das discussões que ilustram as investigações foram, de certo modo, vivenciadas em meu percurso profissional.

De fato, vê-se complexidade do mundo das organizações. A dinâmica que caracteriza o ambiente complexo operacional ao qual as empresas operam é prospero, instigador e munido de riqueza que alimenta agentes da investigação. Os trabalhos deste book revelam um fragmento de discussões possíveis acerca das dimensões Contábeis. Esta obra expressa a dedicação de um grupo de pesquisadores, interessados em reportar parte de seus estudos, que não mediram esforços para contribuir com a comunidade acadêmica, revelando seus achados após relevante abnegação. Pois, é sabido o quanto se faz necessário em planejamento, organização, tempo de pesquisa, escolhas teóricas e metodológicas, escrita, emprego de testes, revisões etc., até a feitura do estudo. Daí, rendo minhas homenagens aos signatários dos trabalhos.

Igualmente, aos grupos de pesquisas NEGEO – Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional e ao NECON- Núcleo de Estudos Contábeis pela iniciativa, da UNESC, por incentivar o desenvolvimen-



to da pesquisa e pela organização da obra. Indubitavelmente, prestará enorme contribuição àqueles que se debruçam aos fenômenos organizacionais, aos demais interessados e ingressantes no campo.

**Sílvio Parodi Oliveira Camilo**

Prof. do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e do Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - IMPACTO DA ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO .</b>	<b>13</b>
1.1 Introdução . . . . .	14
1.2 Referencial teórico. . . . .	16
1.2.1 Assimetria de informação . . . . .	16
1.2.2 Desempenho econômico-financeiro. . . . .	18
1.2.3 Estudos correlatos . . . . .	19
1.3 Materiais e métodos . . . . .	23
1.4 Resultados e discussões . . . . .	24
<b>CAPÍTULO II - INFLUÊNCIA DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO DESEMPENHO FINANCEIRO E NO VALOR DE MERCADO DE COMPANHIAS ABERTAS FAMILIARES.</b>	<b>36</b>
2.1 Introdução. . . . .	37
2.2 Ativos intangíveis, desempenho financeiro e valor de mercado. . . . .	40
2.3 Procedimentos metodológicos . . . . .	45
2.4 Descrição e análise dos dados . . . . .	49
<b>CAPÍTULO III - DESEMPENHO OPERACIONAL E A SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE HOSPITAIS . . . . .</b>	<b>61</b>
3.1 Introdução. . . . .	62
3.2 Referencial teórico. . . . .	65
3.2.1 Organizações hospitalares . . . . .	65
3.2.2 Desempenho operacional . . . . .	68
3.2.3 Situação econômico-financeira . . . . .	71
3.3 Metodologia . . . . .	73
3.4 Análise dos resultados. . . . .	76
<b>CAPÍTULO IV - ACIDENTE AMBIENTAL E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA EMPRESA SAMARCO MINERAÇÃO S.A.. . . . .</b>	<b>86</b>
4.1 Introdução. . . . .	87
4.2 Fundamentação teórica . . . . .	90
4.2.1 Evidenciação contábil . . . . .	90
4.2.2 Análise das demonstrações contábeis . . . . .	92
4.2.3 Estudos anteriores . . . . .	96
4.3 Procedimentos metodológicos . . . . .	98
4.4 Apresentação e análise dos resultados. . . . .	99
4.4.1 Síntese do acidente ambiental. . . . .	99
4.4.2 Situação patrimonial da empresa . . . . .	101
4.4.3 Desempenho econômico-financeiro da empresa . . . . .	110
<b>CAPÍTULO V - INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO – TTD 410</b>	<b>118</b>
5.1 Introdução. . . . .	119
5.2 Operações de importação . . . . .	121
5.2.1 Sistema tributário nacional . . . . .	124
5.2.1.1 Competência e princípios constitucionais tributários . . . . .	127
5.2.2 Tributação na importação . . . . .	129

5.2.3 Incentivos fiscais . . . . .	132
5.3 Procedimentos metodológicos . . . . .	136
5.4 Apresentação e análise dos resultados. . . . .	137

**CAPÍTULO VI - REGIME ADUANEIRO ESPECIAL “ENTREPOSTO ADUANEIRO”:**

<b>VANTAGENS LOGÍSTICAS E ECONÔMICAS . . . . .</b>	<b>149</b>
6.1 Introdução. . . . .	150
6.2 Entreposto aduaneiro na importação . . . . .	151
6.2.1 Beneficiários . . . . .	153
6.2.2 Prazos de vigência. . . . .	153
6.2.3 Vantagens logísticas e econômicas . . . . .	154
6.3 Procedimentos metodológicos . . . . .	155
6.4 Apresentação e discussão dos resultados . . . . .	156
6.4.1 Entrepostamento de carga . . . . .	158
6.4.1.1 Importação direta sem utilização de regime especial . . . . .	158
6.4.1.2 Processo de importação direta com a utilização do regime de entreposto aduaneiro . . . . .	164
6.4.1.2.1 Primeira retirada da carga entrepostada . . . . .	165
6.4.1.2.2 Segunda retirada da carga entrepostada . . . . .	169
6.4.1.2.3 Terceira retirada da carga entrepostada . . . . .	172
6.4.1.3 Viabilidade do entrepostamento de carga . . . . .	176

**CAPÍTULO VII - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO: ESTUDO DOS RECURSOS**

<b>ESTRATÉGICOS DE UMA EMPRESA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ . . . . .</b>	<b>182</b>
7.1 Introdução. . . . .	183
7.2 Revisão teórica . . . . .	184
7.2.1 Administração estratégica . . . . .	184
7.2.2 Planejamento estratégico . . . . .	186
7.2.3 Etapas planejamento estratégico . . . . .	187
7.2.4 Vantagem competitiva. . . . .	194
7.2.5 Visão baseada em recursos . . . . .	196
7.3 Procedimentos metodológicos . . . . .	199
7.4 Diagnóstico estratégico . . . . .	200
7.4.1 Definições organizacionais . . . . .	200
7.4.2 Diagnóstico estratégico . . . . .	201
7.4.3 Avaliação da vantagem competitiva - VRIO . . . . .	205
7.4.4 Definições estratégicas . . . . .	209

**CAPÍTULO VIII - PERCEPÇÃO E ENTENDIMENTO DOS CONTADORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO. . . . .**

<b>214</b>	
8.1 Introdução. . . . .	215
8.2 Adoção das nbc tps no setor público brasileiro . . . . .	218
8.3 Aspectos metodológicos. . . . .	222
8.4 Descrição e análise dos resultados . . . . .	224
8.4.1 Caracterização dos contadores públicos . . . . .	225
8.4.2 Caracterização dos municípios . . . . .	226
8.4.3 Percepção do contador público sobre as mudanças ocorridas na contabilidade pública a partir das NBC TSP . . . . .	226
8.4.4 Entendimento dos contadores públicos sobre as mudanças ocorridas na contabilidade pública a partir das NBC TSPS . . . . .	228

<b>CAPÍTULO IX - ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM CONTABILIDADE</b> . . . . .	236
9.1 Introdução. . . . .	237
9.2 Metodologias ativas de aprendizagem . . . . .	240
9.3 Metodologia da pesquisa . . . . .	245
9.4 Apresentação e análise dos resultados. . . . .	246
<b>CAPÍTULO X: DETERMINANTES PARA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS NO SETOR DO VESTUÁRIO: UM ESTUDO DO USO DE BASES INFORMACIONAIS DE DADOS SOCIOECONÔMICOS</b> . . . . .	256
10.1 Introdução . . . . .	257
10.2 Fundamentação teórica . . . . .	258
10.2.1 Fontes de informações para negócios . . . . .	258
10.2.2 O problema das bases de dados . . . . .	260
10.3 O segmento de confecção . . . . .	262
10.4 Competitividade . . . . .	265
10.5 Procedimentos metodológicos . . . . .	268
10.6 Resultados e proposições . . . . .	269
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> . . . . .	277
<b>SOBRE OS AUTORES</b> . . . . .	279

# CAPÍTULO I - IMPACTO DA ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO

Amanda Saldanha Posser<sup>1</sup>  
Jaqueline Carla Guse<sup>2</sup>  
Lucas Almeida dos Santos<sup>3</sup>  
Bruna Faccin Camargo<sup>4</sup>  
Élton Leandro Pengo Coelho<sup>5</sup>

## Resumo

Uma informação tem influência direta na tomada de decisões, além de ser fator determinante de competitividade no cenário das negociações. Para isso, as informações devem ser corretas e fidedignas ao serem repassadas aos gestores, sem qualquer distorção, o que caracterizaria a assimetria de informação. Dessa forma, este estudo objetiva analisar os impactos causados pela assimetria de informação no desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores Bovespa. Para realização, foram coletados dados de 212 empresas, na base de dados *Thomson One Banker*® durante o período de cinco anos e, para análise dos dados, foi realizada a regressão linear múltipla. Pode-se concluir que a variável Receita Líquida é a que mais influencia

---

1 Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade Franciscana (UFN). E-mail: amandaposser@hotmail.com.

2 Mestre em Ciências Contábeis. Universidade Franciscana (UFN). E-mail: jaqueline\_guse@hotmail.com.

3 Doutorando em Administração. Universidade Franciscana (UFN). E-mail: luksantos@gmail.com.

4 Doutorando em Finanças. Universidade Franciscana (UFN). E-mail: brunafaccinfor@gmail.com.

5 Acadêmico em Ciências Contábeis. Universidade Franciscana (UFN). E-mail: eltoncoelho@hotmail.com.

e sofre influência da assimetria de informação, pois foi a que apresentou significância estatística em relação à variável *Bid-Ask Spread*.

**Palavras-chave:** Assimetria, Desempenho, *Bid-Ask Spread*

## 1.1 Introdução

Os investimentos são fundamentais à sobrevivência de uma empresa e para a criação de oportunidades de negócios (OJALA; HALLIKAS, 2006). Neste contexto, uma informação correta e precisa tem influência direta na tomada de decisões, além de fornecerem subsídios para que os gestores tomem as decisões corretas, as informações são fatores determinantes de competitividade nas organizações (MORAES e NUNES, 2009).

Nas empresas em que os proprietários se distanciam do controle e contratam pessoas específicas (agentes) para este fim existe a chamada assimetria de informação a qual ocorre quando, em uma negociação, uma das partes envolvidas tem informações privilegiadas obtendo vantagens (FRANCO, BACH e SILVA, 2016). O agente (contratado) deve atuar de forma profissional e transferir todas as informações importantes aos gestores para garantir-lhes maior competitividade e vantagem em uma negociação.

Segundo Healy e Palepu (2003), a assimetria da informação, em um modelo da informação financeira ou econômica, é quando algum agente possui informação sobre certa empresa ou ativo superior a outro agente. Dessa forma, para Verrecchia (2001), o problema do risco informacional parte do pressuposto do mercado ineficiente, que assume que as atitudes e comportamentos de cada investidor são suficientes para que haja efeito nos preços das ações. O efeito desse fato é que todos os investidores têm que pagar um prêmio para proteger o indivíduo do outro lado da transação contra o problema da seleção adversa inerente a troca de ativos entre agentes com grau de informação diferentes, gerando um custo.

Em empresas de capital aberto que dependem do investimento de acionistas, a informação tem papel fundamental para os investidores que, por sua vez, irão tomar a decisão de investir ou não por meio das informações adquiridas sobre tal organização. Uma das confirmações

desse fato, é que os mercados de capitais informacionalmente eficientes proporcionam economia de tempo e de recursos que seriam gastos na análise de informações, uma vez que estas já estão refletidas nos preços (CAMARGOS e BARBOSA, 2003).

Ainda, não deveria existir informações relevantes que não estão disponíveis a todos os investidores, evitando a ocorrência da assimetria de informações. Dessa forma, o fornecimento inadequado de informações pode impactar negativamente no desempenho econômico-financeiro das empresas o qual indica seus índices de liquidez e rentabilidade. Para Assaf Neto (2003), a análise das demonstrações financeiras visa uma avaliação do desempenho da empresa, como forma de identificar os resultados passados e futuros das diversas decisões financeiras tomadas. Além disso, nos últimos anos, essa análise vem dominando, em maior ou menor grau, dependendo da organização e do setor, a atuação de empresas no Brasil e no mundo (MACEDO e CORRAR, 2012).

Nesse contexto, levando-se em consideração que o mercado acionário torna-se bastante sensível às informações, pois o investidor destina um montante de capital para investir e sua quantidade varia de acordo com as informações, positivas ou negativas, sobre tal organização e que as informações econômico-financeiras divulgadas aos investidores representam apoio fundamental para a tomada de decisão de investimentos no mercado acionário (MIRONIUC; ROBU, 2013), a problemática levantada pelo presente estudo foi: como a assimetria da informação impacta no desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto? Visando responder a problemática levantada o presente estudo teve como objetivo geral analisar os impactos causados pela assimetria de informação no desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores Bovespa.

Tendo em vista o constante crescimento e desenvolvimento econômico das empresas, o processo de funcionamento das organizações tornou-se complexo, necessitando de vários controles (ROCHA et al., 2012, p. 331), pois a grande aplicabilidade de informações na tomada de decisões abre espaço para a ocorrência do fenômeno da assimetria de informação, o qual é um conceito pouco conhecido pela comunidade

em geral, e que serviu de embasamento para a construção desta pesquisa possibilitando não somente ao acadêmico, mas também a sociedade ampliar seus conhecimentos acerca do tema abordado.

## **1.2 Referencial teórico**

Neste capítulo aborda-se o referencial teórico desenvolvido na pesquisa, com base em materiais já publicados acerca da temática abordada. Nesse sentido, faz-se necessário saber qual o conceito de assimetria da informação, seus impactos nas empresas brasileiras de capital aberto bem como em seu desempenho econômico-financeiro.

### **1.2.1 Assimetria de informação**

Devido ao fato de os proprietários das empresas não atuarem diretamente no controle dessas informações os agentes responsáveis por elas levam em conta não só os interesses da empresa, mas também os seus próprios interesses ocorrendo, então, a assimetria da informação. Segundo Rocha et al. (2012, p. 5) “as informações que a firma tem sobre si e sobre suas concorrentes são um aspecto fundamental na tomada de decisões, portanto a informação tem um papel prioritário em uma empresa”.

A assimetria da informação ocorre quando a relação entre agente e principal é conflitante, ou seja, quando os agentes possuem informações privilegiadas, qualitativas ou quantitativas, em relação às demais partes envolvidas em uma negociação (FRANCO, BACH e SILVA, 2016). Ou seja, uma informação assimétrica se refere à diferença de informação existente em uma relação contratual, em função de uma parte possuir mais informação do que a outra (BRESSAN et al., 2007).

A assimetria da informação consiste no grau de incerteza que os investidores têm sobre o fluxo de caixa futuro das empresas, uma vez que mede o quanto da informação necessária para as projeções chega aos investidores (GUSE, 2015). Assim, essas informações assimétricas podem acarretar em prejuízos financeiros ou não para a empresa (FRANCO, BACH e SILVA, 2016), e também criam um problema de seleção adversa impondo risco informacional aos participantes de mercado não informados (BRESSAN et al., 2007).



Ademais, a ausência de informações genuínas gera uma incompatibilidade na alocação de recursos na empresa, sejam eles financeiros ou humanos, portanto torna-se imprescindível a disponibilidade de tais recursos para que sejam destinados de forma eficiente reduzindo o risco dos investidores tomarem decisões precipitadas frente às diversas opções de investimento que o mercado oferece (FRANCO, BACH e SILVA, 2016).

A solução para o problema da assimetria da informação pode estar na contabilidade. Para Rocha et al. (2012), “a contabilidade pode ser utilizada para reduzir a assimetria da informação apresentando demonstrações financeiras da situação atual da empresa a seus acionistas, pois eles não possuem o mesmo nível de informação que os gestores da empresa”. Além disso, para acompanhar o desempenho das empresas, o principal meio de comunicação que os usuários utilizam é os relatórios contábeis, que contém informações relevantes, uma vez que se espera que demonstrem a realidade econômico-financeira da empresa (OLIVEIRA et al., 2014).

Segundo Oliveira e Taques (2015, p. 2) “[...] os investidores, executivos financeiros e analistas de investimentos são consumidores usuais de informações contábeis, visando o auxílio na tomada de decisões”. Dessa forma, é possível que as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras favoreçam no entendimento do preço da ação e seja fator decisório para o investidor além de reduzirem a assimetria da informação.

Portanto, pode-se concluir que a importância das informações contábeis, para os investidores, além de demonstrar o valor de ação de uma empresa também reduz a assimetria da informação, melhorando as decisões a serem tomadas.

Por outro lado, ainda existe uma dificuldade em mensurar a assimetria informacional existente em um determinado mercado (SANVICENTE, 2012). Vários estudos vêm sendo realizados em busca de *proxies* mais adequados para tal mensuração, sendo que duas métricas têm se destacado: a Probabilidade de Negociação com Informação Privilegiada (*Probability of Informed Trading*, ou, simplesmente, PIN), estimada pelo modelo de Easley, Hvidkjaer e O’Hara (2002), que utiliza os volumes de ofertas de compra e venda das ações em um dia de negociação (*intraday*),

e o *bid-ask spread* (BAS) determinada pelas diferenças entre as ofertas de compra e as ofertas de venda de determinado ativo.

Dessa forma, utilizando uma das diversas formas de mensuração da assimetria da informação, conseguir-se-á medir as implicações dessa na liquidez dos ativos que, em termos gerais, tem se tornado especial para o entendimento do mecanismo de ajuste de preços das ações negociadas nos mercados de capital (ABAD e RUBIA 2005 *apud* OLIVEIRA et al., 2014). Assim, torna-se importante conhecer também as formas de mensurar do desempenho econômico-financeiro das empresas que negociam suas ações nesses mercados de capital, para que se possa mensurar o impacto da assimetria no seu resultado.

### 1.2.2 Desempenho econômico-financeiro

O desempenho econômico-financeiro de uma empresa está associado com a tomada de decisões adequada aos objetivos da organização. O bom desempenho de uma organização e a sua continuidade, depende da qualidade das decisões tomadas, que devem ser embasadas tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo da organização, e a proporção do desempenho da empresa está diretamente relacionada ao processo de tomada de decisões dos gestores (ASSAF NETO, 2012).

Para Perez e Famá (2004), a análise de desempenho econômico-financeiro permite uma avaliação da empresa quanto a suas atividades passadas e permite realizar um planejamento para ações futuras. Um bom desempenho econômico-financeiro retrata uma situação de sustentabilidade da empresa no meio em que atua.

Nesse sentido, as empresas buscam formas de melhorar o desempenho com o intuito de manter uma vantagem competitiva, sendo que várias técnicas e métodos têm sido desenvolvidos para a melhoria dos negócios, sendo a comparação de desempenho uma das ferramentas de gestão de negócios que tem se mostrado eficaz para maximizar o desempenho (TIAN e KETSARAPORN, 2013).

A técnica de análise das demonstrações contábeis é uma forma de avaliar o desempenho econômico-financeiro de uma empresa. Isso se dá com a utilização de índices contábeis, dos quais três tipos são consi-

derados os mais tradicionais: índice de liquidez, índice de rentabilidade e estrutura de capital (BORTOLUZZI, LYRIO e ENSSLIN, 2008). Estes avaliam a capacidade de pagamento da empresa, o quanto renderam os investimentos feitos pela organização e sugerem algum indicador de endividamento, respectivamente.

Na mesma linha, conforme Yang (2012), o desempenho é a medição de comparação dos níveis reais de realização de objetivos específicos, é usado para medir a eficiência da alocação de recursos e os resultados dos objetivos corporativos. Para estes autores, os indicadores de desempenho financeiro incluem o crescimento das vendas, taxa de lucro, retorno sobre o investimento, retorno sobre vendas, retorno sobre o patrimônio, e lucro por ação, ao passo que o desempenho não financeiro se concentra na participação de mercado, introdução de novos produtos, qualidade do produto, a eficácia do marketing, e eficiência tecnológica.

Segundo Santos, Coda e Mazzali (2010), não há uma concordância geral sobre quais são as métricas que indicam que o desempenho econômico-financeiro de uma organização está com resultados melhores ou piores, pois são muitos os índices disponíveis e são analisados cada um com um objetivo, assim como dependem também da análise do próprio analista. Neste mesmo sentido, para Da Costa Ferreira e Da Silva Macedo (2011), é necessário à aplicação de metodologias que integrem os indicadores da análise contábil-financeira de modo a organizar e condensar a informação, haja vista a quantidade de indicadores e a diversidade de combinações possíveis para análise de desempenho.

### **1.2.3 Estudos correlatos**

Apesar de ser uma área pouco comentada, a assimetria da informação é um assunto relevante em empresas de capital aberto. Estudos anteriores realizados sobre este tema mostram quais os impactos da assimetria na tomada de decisões e, conseqüentemente, seu resultado nas empresas. Estes estudos permitirão uma análise comparativa com os resultados que serão obtidos após a execução deste projeto, que será aplicado em empresas brasileiras de capital aberto, além de servirem de base para a escolha das variáveis mais adequadas para utilização na coleta de dados.

Albanez e do Valle (2009) realizaram um estudo que buscou analisar o pressuposto central da Teoria de *Pecking Order* e verificar qual a influência da assimetria da informação nas decisões de financiamento de empresas brasileiras abertas no período 1997-2007. Para tal, foram utilizadas variáveis *proxies* para assimetria de informação, além de variáveis de controle representativas de características das empresas. A técnica utilizada para tal foi a análise de dados em painel. O resultado principal mostrou que empresas consideradas com menor grau de assimetria informacional são mais endividadas que as demais na análise do nível de endividamento total, resultado contrário à Teoria de *pecking order*, em que essas empresas teriam a oportunidade de captar recursos por meio da emissão de ações devido à baixa probabilidade de ocorrência dos problemas derivados da assimetria de informação. No entanto, esse resultado oferece uma relação alternativa, no qual empresas com menor assimetria informacional propiciam maior facilidade de avaliação do seu risco por parte dos credores, o que poderia aumentar a oferta de crédito, favorecendo a utilização de dívidas por meio da redução dos custos de seleção adversa e pelo aumento da capacidade de financiamento dessas empresas.

Noutro estudo realizado, Rocha et al. (2012) analisaram o impacto da assimetria da informação, o qual teve o objetivo de analisar a produção científica a respeito da Teoria da Agência e da Assimetria da Informação na Contabilidade em âmbito nacional e internacional. A metodologia da pesquisa apresentou uma abordagem descritiva, e quanto aos procedimentos caracterizou-se como documental realizada por meio de um estudo bibliométrico, com a coleta de dados apoiada em artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Os principais resultados encontrados foram que o tema está sendo mais pesquisado no contexto internacional, o assunto mais abordado tanto em âmbito nacional como internacional é a Assimetria da Informação, e os aspectos mais abordados tanto nos estudos nacionais como nos internacionais é o organizacional e privado.

Martins e Paulo (2014), buscaram investigar as relações existentes entre a assimetria de informação na negociação de ações, as características econômico-financeiras e a governança corporativa das empresas

abertas no mercado acionário brasileiro nos anos de 2010 e 2011. O estudo fundamentou-se em um referencial teórico acerca da assimetria da informação no mercado de capitais para mensurar sua magnitude a partir dos dados intradiários de negociação das ações de 194 empresas. Para a realização desta pesquisa foram coletados os dados de negociação das ações e as informações econômico-financeiras e de governança de todas as empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) durante os anos de 2010 e 2011. Utilizou-se do modelo de regressão *Probit* com dados em painel, pois considera a possibilidade de avaliar a relação entre a variável dependente e as variáveis explicativas permitindo a elaboração de inferências sobre as eventuais diferenças entre as firmas. Os principais resultados apresentaram que a assimetria da informação na negociação das ações esteve relacionada de forma positiva com o risco, o retorno e a liquidez das ações, além do custo de capital próprio e do tamanho das firmas e, de forma negativa com o retorno anormal das ações.

Oliveira et al. (2014) analisaram o objetivo da pesquisa foi analisar as relações existentes entre as práticas de governança corporativa, a qualidade da informação contábil e o nível de assimetria informacional nas companhias abertas brasileiras. Para isso, identificou-se quais as práticas de governança são adotadas por essas empresas, bem como se mensurou a assimetria informacional, através da *probability of informed trading* (PIN), e a qualidade das informações contábeis divulgadas, por meio da persistência dos resultados, do conservadorismo e do gerenciamento de resultados no período de 2008 a 2012. Os principais achados da pesquisa, quanto à assimetria informacional, confirmam os resultados de pesquisas anteriores, onde, de forma geral, a PIN possui valores menores em segmentos com práticas mais rígidas de governança corporativa. As práticas de governança que se apresentaram de forma significativamente relacionadas à PIN foram 'Limitação de voto inferior a 5% do capital', 'Existência de cláusula p etra para dissolu o da OPA', 'Reunião Pública Anual' e 'Divulga o adicional sobre o Código de Conduta'. Portanto, a principal contribui o deste estudo consiste na identifica o de que, no período analisado, a maioria das práticas de governança não reduziu a assimetria nem aumentou a qualidade da informa o.

Franco, Bach e Silva (2016), analisaram a influência da assimetria da informação no desempenho econômico de empresas de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA. Assim, foram criadas variáveis *proxies* para assimetria da informação, além das variáveis representativas do desempenho econômico, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e retorno sobre o ativo (ROA). Para a coleta de dados utilizou-se o *software* Economática®, os websites das empresas e da BOVESPA e, para a análise dos dados, foi realizada a regressão linear múltipla. Os resultados obtidos apontam que a assimetria da informação, quando representada por algumas variáveis *proxies*, influencia no desempenho das empresas, tanto de forma positiva como negativa. Quando analisadas com a variável ROA, as empresas não apresentaram influência da assimetria da informação, enquanto que o desempenho quando representado pelo ROE mostrou ter influência da assimetria da informação somente pela *proxie* índice de governança, indicando que se as empresas tornam sua governança corporativa mais transparente o desempenho pelo ROE aumenta.

Potin, Bortolon e Neto (2016) investigaram, no mercado acionário brasileiro, o efeito do *hedge accounting* na qualidade das informações contábeis, no *disclosure* dos instrumentos derivativos e na assimetria de informação. Foram utilizadas as métricas de relevância da informação contábil e informatividade dos lucros contábeis para mensurar a qualidade desta informação. Foi constituída uma amostra geral com empresas brasileiras, não financeiras, listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), para a execução desta pesquisa e, a partir dessa amostra geral, foram constituídas amostras para a aplicação dos modelos econométricos de *value relevance*, *informativeness*, *disclosure* e assimetria de informação. Os resultados apresentaram evidências encontradas para a influência da *hedge accounting* que indicam uma relação: (a) positiva e significativa na relevância da informação contábil e no *disclosure* dos derivativos; (b) negativa e significativa para informatividade dos lucros contábeis. Para a assimetria de informação, embora os coeficientes se mostrassem conforme o esperado, não foram estatisticamente significativos.

### 1.3 Materiais e métodos

Quanto aos objetivos este estudo classificou-se como de caráter descritivo, pois se preocupou em descrever quais os impactos da assimetria informacional no desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo classificou-se como bibliográfico, pois a presente pesquisa utilizou-se dos principais trabalhos realizados que forneceram dados atuais e relevantes relacionados ao tema. Além disso, quanto ao método, o estudo classificou-se como quantitativo.

A população da pesquisa compreendeu as companhias abertas brasileiras listadas na Bolsa de Valores Bovespa. A coleta dos dados compreende um período de 5 anos (2013 a 2017), e os dados foram coletados na base de dados *Thomson One Banker*®. O período de cinco anos se justifica pela acessibilidade dos dados necessários para análise dos resultados, dessa forma, coletou-se dados de 212 empresas.

Os valores contábeis utilizados no estudo foram extraídos das demonstrações contábeis das organizações, sendo de caráter primário. A coleta dos dados deu-se em julho de 2018, e os valores estão expressos em Milhares de Dólares Americanos (USD), já apresentados pela *Thomson ONE Banker*®.

A variável *Bid-Ask Spread* foi utilizada para mensuração da assimetria da informação. A medida *Bid-Ask Spread* reflete o *spread* adicionado ao preço dos compradores e vendedores, tornando-se uma variável útil na estimativa da assimetria da informação. No que tange à estimação do nível de assimetria da informação.

Já, para mensuração do desempenho econômico-financeiro foram utilizadas as variáveis sugeridas pela literatura para mensurar a *performance* financeira, conforme Boaventura, Da Silva e Bandeira-de-Mello (2012), que são o ROA, o ROE e o ROS. Além dessas variáveis foram utilizadas as variáveis de tamanho, margem líquida e lucro por ação.

As variáveis utilizadas estão apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1: Variáveis utilizadas no estudo.**

Variável	Equação	Autores
<i>Bid-Ask Spread</i>	Preço de Compra/ Preço de Oferta	Ross (1977); Copeland; Galai (1983), Glosten; Milgrom (1985), Leland (1992), Botosan (1997), Verrecchia (2001), Easley; O'Hara (2004), Brown; Hillegeist; Lo (2004), Gu; Li (2007), Haggard; Martin; Pereira (2008), Lambert; Leuz; Verrecchia (2012).
ROE	Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido	Marcon et al. (2007); Camargos e Barbosa (2009); Bortoluzzi et al. (2011)
ROA	Lucro Líquido/ Ativo Total	Waddock e Graves (1997); Gitman (2004); Bonacim, Ambrozin & Negano (2006)
ROS	Lucro Líquido/ Receita Líquida	Waddock e Graves (1997); Boubakri & Cosset (1998); Gitman (2004); Callan & Thomas (2009)
ROI	Lucro Líquido/ Investimentos	Gasparetto (2005); Perez e Famá (2003); Camargos e Barbosa (2009); Bortoluzzi et al. (2011)
Tamanho	Logaritmo natural da receita líquida	Tedeschi (1997), Silveira, Barros e Famá (2004); Barros e Silveira (2008)

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As análises foram realizadas por meio do método de Regressão Linear Múltipla, pois envolveram a relação entre duas ou mais variáveis explicativas, com dados em *cross-section*. O *software* utilizado foi o *Statistical Package for the Social Sciences*® (SPSS) versão 22, além disso, foram utilizadas planilhas eletrônicas.

## 1.4 Resultados e discussões

A seguir demonstra-se a relação entre a assimetria da informação e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras de capital aberto extraídas da Bolsa de Valores BOVESPA. Ainda, verificou-se separadamente como a assimetria da informação é influenciada pelas variáveis de retorno (ROI, ROA, ROE, ROS e Receita Líquida).

No Quadro 2, pode-se observar a regressão linear do ano de 2013.



**Quadro 2: Regressão linear de 2013**

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Sig.
0,142 <sup>a</sup>	0,020	-0,008	0,243	0,645

a. Preditores: (Constante), Receita Líquida 2013, ROE 2013, ROI 2013, ROS 2013, ROA 2013, Lucro Líquido 2013

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por meio do Quadro 2, observa-se que as variáveis explicam 2% da variância do retorno do *Bid Ask Spread* nas empresas brasileiras de capital aberto. Pode-se verificar que o modelo apresenta insignificância estatística a 5%, o que indica que essas variáveis não podem explicar o comportamento da assimetria de informação. Dessa forma, pode-se concluir que no ano de 2013 não houve relação entre a existência de assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro do período.

No Quadro 3, pode-se verificar como cada uma das variáveis influencia e sofre influência da assimetria de informação.

**Quadro 3: Coeficiente de regressão linear de 2013**

	Coeficientes padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	1,154	0,044	-	26,110	0,000
ROA 2013	2,752E-05	0,000	0,004	0,063	0,950
ROE 2013	-3,933E-05	0,000	-0,033	-0,471	0,638
ROI 2013	2,748E-06	0,000	0,005	0,076	0,940
ROS 2013	3,519E-06	0,000	0,051	0,731	0,466
Receita Líquida 2013	-0,025	0,015	-0,124	-1,679	0,095

a. Variável Dependente: BidAsk13

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pode-se verificar que as variáveis ROA, ROE, ROI, ROS apresentaram insignificância estatística a 5%, não obtendo explicação ao comportamento do *Bid Ask Spread* nas empresas brasileiras de capital aberto. No

entanto, a Receita Líquida apresentou significância estatística a 10%, o que sugere que essa variável influencia o *Bid Ask Spread*, ou seja, pode-se ter algum tipo de informação assimétrica ligada a Receita Líquida. No entanto, no sentido inverso ao crescimento da assimetria, ou seja, quanto maior a assimetria de informação, menor a Receita Líquida.

A regressão linear do ano de 2014 pode ser observada no Quadro 4.

**Quadro 4: Regressão linear de 2014**

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Sig.
0,153 <sup>a</sup>	0,023	-0,005	0,680	0,560
a. Preditores: (Constante), Receita Líquida 2014, ROI 2014, ROE 2014, ROA 2014, Lucro Líquido 2014, ROS 2014				

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pode-se observar que as variáveis no ano de 2014 explicam 2,3% do retorno do *Bid Ask Spread* e que o modelo analisado não é significativo estatisticamente a 5%, o que significa que não houve relação entre a assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro nas empresas brasileiras de capital aberto.

Consoante ao estudo de Potin, Bortolon e Neto (2016), embora os coeficientes se mostrassem conforme o esperado, não houve significância estatística relevante para a assimetria de informação neste ano.

No Quadro 5, pode-se verificar as variáveis que influenciam e sofrem influência da assimetria de informação.

**Quadro 5: Coeficiente de regressão linear de 2014**

	Coeficientes padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	1,165	0,170	-	6,852	0,000
ROA 2014	0,000	0,001	-0,038	-0,525	0,600
ROE 2014	0,000	0,000	-0,104	-1,502	0,135
ROI 2014	9,383E-05	0,000	0,039	0,560	0,576

	Coeficientes padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
ROS 2014	0,000	0,000	0,104	1,364	0,174
Receita Líquida 2014	-0,009	0,059	-0,012	-0,159	0,874

a. Variável Dependente: BidAsk14

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As variáveis ROA, ROE, ROI, ROS e Receita Líquida indicaram insignificância estatística a 5%, o que significa que não há explicação em relação ao comportamento do *Bid Ask Spread* nas empresas analisadas neste período.

Com relação ao ano de 2015, os dados podem ser observados no Quadro 6.

#### Quadro 6: Regressão linear de 2015

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Sig.
0,317 <sup>a</sup>	0,101	0,074	0,271	0,001

a. Preditores: (Constante), Receita Líquida 2015, Lucro Líquido 2015, ROE 2015, ROI 2015, ROS 2015, ROA 2015

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O modelo apresentou significância estatística de 0,001, sendo que as variáveis analisadas explicam 10,1% da variância da assimetria de informação das empresas brasileiras examinadas. Pode-se verificar que o modelo apresenta significância estatística a 5% (Sig = 0,001 < 0,05), o que indica que pelo menos uma das variáveis explicativa é significativa para explicar o comportamento do *Bid Ask Spread*.

No Quadro 7, pode-se verificar os coeficientes da regressão linear do ano de 2015.

**Quadro 7: Coeficiente de regressão linear de 2015**

	Coeficientes padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	1,319	0,056	-	23,393	0,000
ROA 2015	-0,002	0,002	-0,107	-1,452	0,148
ROE 2015	-1,211E-05	0,000	-0,024	-0,368	0,713
ROI 2015	-4,076E-05	0,000	-0,074	-1,057	0,292
ROS 2015	-1,328E-06	0,000	-0,009	-0,135	0,893
Receita Líquida 2015	-0,082	0,021	-0,280	-3,876	0,000

a. Variável Dependente: BidAsk15

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme o Quadro 7, pode-se verificar que a única variável que apresentou significância estatística a 5% é a Receita Líquida, assim como ocorreu em 2013. No entanto, essa variável apresenta crescimento inverso ao crescimento da assimetria de informação, ou seja, quanto maior a Receita Líquida, menor a assimetria, ou quanto menor a Receita Líquida, maior a assimetria.

No Quadro 8, é possível verificar a regressão linear no ano de 2016.

**Quadro 8: Regressão linear de 2016**

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Sig.
0,293 <sup>a</sup>	0,086	0,059	0,321	0,005

a. Preditores: (Constante), Receita Líquida 2016, ROI 2016, ROA 2016, ROE 2016, Lucro Líquido 2016, ROS 2016

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No ano de 2016, pode-se observar que as variáveis explicam 8,6% da variância do retorno do *Bid Ask Spread* nas empresas brasileiras de capital aberto, apresentando significância estatística a 5%, o que indica que houve relação entre a assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro nesse período.

No Quadro 9, é possível verificar como cada uma das variáveis influencia e sofre influência da assimetria de informação.

**Quadro 9: Coeficiente de regressão linear de 2016**

	Coeficientes padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	1,349	0,063	-	21,491	0,000
ROA 2016	-0,003	0,001	-0,131	-1,825	0,069
ROE 2016	0,000	0,000	0,111	1,630	0,105
ROI 2016	9,098E-07	0,000	0,023	0,340	0,734
ROS 2016	3,912E-06	0,000	0,106	1,472	0,142
Receita Líquida 2016	-0,087	0,023	-0,265	-3,753	0,000
a. Variável Dependente: BidAsk16					

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Após analisar as variáveis, pode-se apurar que a variável ROA apresentou significância estatística a 10%, enquanto que a Receita Líquida é extremamente significante a 5%. Essas variáveis apresentam crescimento inverso ao crescimento da assimetria de informação, pois quando os valores são negativos o crescimento do retorno é inversamente proporcional ao da assimetria.

O estudo contraria os achados de Franco, Bach e Silva (2016), o qual sinalizou que as empresas, quando analisadas pela variável ROA, não apresentaram influência da assimetria de informação.

No Quadro 10, é possível observar os dados relativos ao ano de 2017.

**Quadro 10: Regressão linear de 2017**

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Sig.
0,269 <sup>a</sup>	0,072	0,045	0,368	0,017
a. Preditores: (Constante), Receita Líquida 2017, ROI 2017, ROS 2017, ROE 2017, ROA 2017, Lucro Líquido 2017				

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por meio do Quadro 10, observa-se que as variáveis explicam 7,2% da variância do retorno do *Bid Ask Spread* nas empresas brasileiras de capital aberto. O modelo apresenta significância estatística a 10%, o que significa que pelo menos uma das variáveis explicativa é significativa para explicar o comportamento da assimetria de informação. Dessa forma, pode-se concluir que no ano de 2017 houve relação entre a assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro das empresas analisadas.

No Quadro 11, pode-se verificar os valores dos coeficientes de regressão linear no ano de 2017.

**Quadro 11: Coeficiente de regressão linear de 2017**

	Coeficientes padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	1,254	0,073	-	17,235	0,000
ROA 2017	0,000	0,001	0,020	0,281	0,779
ROE 2017	0,000	0,000	0,052	0,752	0,453
ROI 2017	0,000	0,000	0,180	2,675	0,008
ROS 2017	8,103E-06	0,000	0,026	0,380	0,704
Receita Líquida 2017	-0,069	0,027	-0,193	-2,537	0,012
a. Variável Dependente: BidAsk17					

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pode-se constatar, após analisar o Quadro 11, que a variável ROI apresentou significância estatística a 5%, enquanto a Receita Líquida apresentou significância estatística a 10%, o que indica que pode ter algum tipo de informação assimétrica ligada a essas variáveis. A Receita Líquida apresentou crescimento inverso ao da assimetria de informação, pois quanto menor a Receita Líquida, maior a assimetria.

Resumindo, após analisar os dados no período de cinco anos (2013-2017), pode-se concluir que no ano de 2013, apesar de o mode-

lo ter sido considerado insignificante a 5%, a variável Receita Líquida, considerando 10%, teve significância estatística, ou seja, pode explicar a variância do *Bid Ask Spread*. Já no ano de 2014, o modelo analisado não apresentou significância estatística, o que indica que não houve relação entre a assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras de capital aberto.

No ano de 2015, foi possível observar uma significância, pois as variáveis analisadas explicam 10,1% da variância da assimetria de informação das empresas estudadas. Os anos de 2016 e 2017 também apresentaram significância estatística indicando que houve relação entre a assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro, onde em ambos os períodos teve duas variáveis explicativas que foram significantes.

### **Considerações finais**

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de caráter descritivo, uma vez que reuniu uma série de informações para esclarecer a correlação entre a assimetria de informação e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores Bovespa. Os dados foram coletados na base de dados *Thomson One Banker*®, e o período de cinco anos se justifica pela acessibilidade dos dados necessários à análise dos resultados.

Em resposta a problemática levantada, concluiu-se que a Receita Líquida foi a variável que mais influenciou a assimetria de informação, tendo significância em quatro dos cinco períodos analisados, sendo inversamente proporcional em todos os anos, pois quanto maior a Receita Líquida, menor a assimetria de informação, e vice-versa. No entanto, notou-se que as variáveis ROA e ROE também mostraram uma influência na assimetria em pelo menos um dos períodos, porém a Receita Líquida foi a que apresentou mais significância entre elas.

Pode-se concluir que a variável Receita Líquida é a que mais influencia e sofre influência da assimetria de informação, pois foi a que mais apresentou significância estatística em relação à variável *Bid-Ask Spread*, responsável por mensurar a assimetria. Nos anos de 2015 e 2016,

a Receita Líquida foi extremamente significativa, uma vez que, quanto menor o valor dessa variável maior será a assimetria informacional.

No decorrer da elaboração deste estudo, foram identificadas algumas limitações, como o período de análise, cinco anos, podendo trazer distorções aos resultados obtidos, o que não aconteceria com períodos de longo prazo. Além disso, não foi possível coletar os dados de todas as empresas listadas na Bovespa, impedindo a abrangência de todas as estatísticas descritivas existentes, o que impossibilitou que o estudo pudesse trazer mais resultados conclusivos.

Sugere-se ainda, a realização de novos estudos neste mesmo segmento com períodos maiores de tempo, utilizando-se de outras variáveis que podem explicar a assimetria de informação com o propósito de verificar a consistência dos resultados aqui encontrados, com os dados coletados de todas as empresas listadas na Bovespa.

## Referências

ALBANEZ, T. Impactos da assimetria de informação na estrutura de capital de empresas brasileiras de capital aberto. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2008.

ALBANEZ, T.; VALLE, M. R. do. Impactos da assimetria de informação na estrutura de capital de empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 66-27, dez. 2009.

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. Atlas, 2012.

BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BEUREN, I. M. (ORG.). *COMO ELABORAR TRABALHOS MONOGRÁFICOS EM CONTABILIDADE: TEORIA E PRÁTICA*. SÃO PAULO: ATLAS, 2003.

\_\_\_\_\_. *COMO ELABORAR TRABALHOS MONOGRÁFICOS EM CONTABILIDADE: TEORIA E PRÁTICA*. 3. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.

BOAVENTURA, J. M. G.; SILVA, R. S. da; BANDEIRA-DE-MELLO, R. Corporate financial performance and corporate social performance: Methodological development and the theoretical contribution of empirical studies. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 23, n. 60, p. 232-245, 2012.

BONACIM, C. A. G.; AMBROZINI, M. A.; NAGANO, M. S.. Estudo do endividamento de longo prazo das empresas brasileiras de capital aberto de 1996 a 2004. Congressos Fipecafi/USP, 2006.

BOPP, E. Negociação com informação diferenciada em ADRs da América Latina. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas.



- BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, R. S., LYRIO, M. V. L., ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). *Revista Alcançe*, v. 18, n. 2, 2011.
- BOUBAKRI, N.; COSSET, J. C.. The financial and operating performance of newly privatized firms: Evidence from developing countries. *The Journal of Finance*, v. 53, n. 3, p. 1081-1110, 1998.
- BRESSAN, V. G. F.; COAGUILA, R. A. I.; DE SOUSA, E. P.; LÍRIO, V. S. Rentabilidade e assimetria de informação em empresas selecionadas da Bovespa. *Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences*, v. 13, n. 2, 2007.
- BROWN, S.; HILLEGEIST, S. A.; LO, K. Conference calls and information asymmetry. *Journal of Accounting and Economics*, v. 37, n. 3, p. 343-366, 2004.
- CALLAN, S. J.; THOMAS, J. M. Corporate financial performance and corporate social performance: an update and reinvestigation. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 16, n. 2, p. 61-78, 2009.
- CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. Análise do desempenho econômico-financeiro e da criação de sinergias em processos de fusões e aquisições do mercado brasileiro ocorridos entre 1995 e 1999. *REGE Revista de Gestão*, v.12, n. 2, p. 99-115, 2005.
- COPELAND, T. E.; GALAI, D. Information effects on the bid-ask spread. *The Journal of Finance*, v. 38, n. 5, p. 1457-1469, 1983.
- COSTA FERREIRA, C.; SILVA MACEDO, M. A.. Desempenho financeiro de curto prazo no setor brasileiro de telecomunicações. *Revista Pretexto*, v. 12, n. 4, 2011.
- DA SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. de C.; FAMÁ, R. Determinantes do nível de governança corporativa das companhias abertas brasileiras. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- EASLEY, D.; HVIDKJAER, S.; O'HARA, M. Is information risk a determinant of asset returns? *Journal of Finance*, v. 57, n. 5, p. 2185-2221, 2002.
- GASPARETTO, V. O papel da Contabilidade no provimento de informações para Avaliação de Desempenho empresarial. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 2, 2004.
- GITMAN, L. J.. *Princípios da administração financeira*. 10 ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004. 745 p.
- GU, F.; LI, J. Q. The credibility of voluntary disclosure and insider stock transactions. *Journal of Accounting Research*, v. 45, n. 4, p. 771-810, 2007.
- GUSE, J. C. Assimetria de informação na atratividade do retorno das ações no desempenho de empresas latino americanas. 2015. 166 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/DS/2015/360874\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/DS/2015/360874_1_1.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2018.
- HAGGARD, K. S.; MARTIN, X.; PEREIRA, R. Does voluntary disclosure improve stock price informativeness?. *Financial Management*, v. 37, n. 4, p. 747-768, 2008.
- HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. How the quest for efficiency corroded the market. *Harvard Business Review*, v. 81, n. 7, p. 76-76, 2003.

- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- KUDLAWICZ-FRANCO, C.; BACH, T.; SILVA, E. Assimetria de informação e desempenho. Um estudo em empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, v. 15, n. 2, 2016.
- LAMBERT, R. A.; LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. E. Information asymmetry, information precision, and the cost of capital. *Review of Finance*, v. 16, n. 1, p. 1-29, 2012.
- LELAND, H. E. Insider trading: should it be prohibited? *Journal of Political Economy*, v. 100, n. 4, p. 859-887, 1992.
- MACEDO, M. A. da S.; CORRAR, L. J. Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas com boas práticas de governança corporativa no Brasil. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 4, n. 1, 2012.
- MARCON, R. GRZEBIELUCKAS, C.; MELLO, R. B. de; MULLER, R. de A. O comportamento da estrutura de capital e a performance de firmas brasileiras, argentinas e chilenas. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 33-48, abr./jun. 2007.
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M.. FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA. 5. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2003.
- MARTINS, O. S.; PAULO, E. Assimetria de informação na negociação de ações, características econômico-financeiras e governança corporativa no mercado acionário brasileiro. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 33-45, jan./fev./mar.abr. 2014.
- MIRONIUC, M.; ROBU, M. A. Obtaining a practical model for estimating stock performance on an emerging market using logistic regression analysis. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 81, n. 1, p. 422-427, 2013.
- MORAES, M. L. DE; NUNES, P. A INFORMAÇÃO NO MERCADO ACIONÁRIO. *PERSPECTIVA ECONÔMICA*, v. 6, n. 2:80-100, p. 1-21, JUL/DEZ 2010.
- OJALA, M.; HALLIKAS, J. Investment decision-making in supplier networks: Management of risk. *International journal of production economics*, v. 104, n. 1, p. 201-213, 2006.
- OLIVEIRA, J. da C. T. de; TAQUES, F. H. Relação entre preço das ações e os indicadores contábeis no mercado acionário brasileiro. In: XI Congresso Nacional De Excelência Em Gestão. Rio de Janeiro, 2015.
- OLIVEIRA, K. D.; PAULO, E.; MARTINS, O. S.; LUCENA, W. G. L. Governança corporativa, assimetria e qualidade da informação contábil no mercado brasileiro de capitais. In: Anais do XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, Brasil. 2014. p. 21-23.
- PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Métodos de avaliação de empresas e o balanço de determinação.  *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 47-59, 2003.
- PEREZ, M. M.; FAMÁ, R.. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico das empresas no Brasil. *SEMEAD-Seminários em Administração*, v. 7, 2004.
- POTIN, S. A.; BORTOLON, P. M.; NETO, A. S.. Hedge Accounting no Mercado Acionário Brasileiro: Efeitos na Qualidade da Informação Contábil, Disclosure e Assimetria de Informação. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 27, n. 71, p. 202-216, 2016.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C.. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

ROCHA, I., PEREIRA, A. M., BEZERRA, F. A., & DO NASCIMENTO, S. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO. REGE – REVISTA DE GESTÃO, SÃO PAULO – SP, BRASIL, v. 19, n. 2, p. 329-342, ABRI./JUN. 2012.

ROSS, S. A. The determination of financial structure: The incentive signalling approach. Bell Journal of Economics, n. 8, p. 23-40, Spring 1977.

SANTOS, M. R. dos; CODA, R.; MAZZALI, L. Clima organizacional e desempenho financeiro. Revista Universo Contábil, v. 6, n. 2, p. 27-46, 2010.

SANVICENTE, A. Z. Problemas de estimação de custo de capital de empresas concessionárias no Brasil: uma aplicação à regulamentação de concessões rodoviárias. Revista de Administração, v. 47, n. 1, p. 81-95, 2012.

TEDESCHI, P. Estrutura de Capital: uma investigação sobre seus determinantes no Brasil. S. Paulo: EAESP/FGV, 1997. p. 143 (Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Administração Contábil e Financeira). 1997.

TIAN, Z.; KETSARAPORN, S. Performance benchmarking for building best practice in business competitiveness and case study. International Journal of Networking and Virtual Organisations 11, v. 12, n. 1, p. 40-55, 2013.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. Journal of Accounting & Economics, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

VIEIRA, C., VERDE, I. D. O. L., BEZERRA, R. L., RODRIGUES, P. N., & ISMAEL, V. S. (2012). Índices de rentabilidade: um estudo sobre os indicadores ROA, ROI e ROE de empresas do subsetor de tecidos, calçados e vestuários listadas na Bovespa. In Congresso Virtual Brasileiro de Administração (Vol. 8).

WADDOCK, S. A.; GRAVES, S. B. The corporate social performance-financial performance link. Strategic management journal, p. 303-319, 1997.

# CAPÍTULO II - INFLUÊNCIA DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO DESEMPENHO FINANCEIRO E NO VALOR DE MERCADO DE COMPANHIAS ABERTAS FAMILIARES

Suélen Aparecida Barbosa<sup>6</sup>

Natália da Silva Schio<sup>7</sup>

Geovanne Dias de Moura<sup>8</sup>

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo<sup>9</sup>

Antonio Zanin<sup>10</sup>

## Resumo

O estudo objetivou verificar a influência dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado de companhias abertas familiares. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa. Os dados foram obtidos por meio dos Formulários de Referência, do banco de dados Economatica e se referem ao período de 2010 a 2017. Para identificar as companhias familiares foi rastreada a cadeia de propriedade até identificar o último acionista controlador. Em relação aos ativos intangíveis, foi calculado, para cada empresa e em cada ano, o percentual em relação ao ativo total. O desempenho financeiro foi analisado por meio do ROA e ROE e o valor de mercado pelos índices

---

<sup>6</sup> Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: suelen.barbosa@unochapeco.edu.br

<sup>7</sup> Mestre em Ciências Contábeis e Administração. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: n.schio@unochapeco.edu.br

<sup>8</sup> Doutor em Ciências Contábeis e Administração. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: geomoura@unochapeco.edu.br

<sup>9</sup> Doutora em Ciências Contábeis e Administração. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: francymacedo2011@gmail.com

<sup>10</sup> Doutor em Engenharia de Produção. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: zanin@unochapeco.edu.br

*market-to-book* (MTB) e Q de Tobin. Em relação aos ativos intangíveis, os resultados revelaram que equivaliam a aproximadamente 6% do ativo total. Em relação ao desempenho financeiro, os testes de médias evidenciaram que as diferenças no ROA e ROE não se apresentaram estatisticamente significantes entre as companhias familiares que possuíam maiores e menores investimentos em intangíveis. Todavia, confirmaram que o grupo que possuía maiores percentuais de intangíveis apresentava as maiores médias de MTB e de Q de Tobin. Por fim, a análise multivariada revelou que a variável “Percent\_Intang” mostrou-se estatisticamente significativa apenas nos modelos referentes ao valor de mercado. Então, concluiu-se que em empresas familiares os intangíveis influenciavam apenas para um maior valor de mercado.

**Palavras-chave:** Ativos intangíveis. Desempenho financeiro e valor de mercado. Companhias abertas familiares.

## 2.1 Introdução

Durante as últimas décadas, tem ocorrido uma mudança fundamental na estrutura das organizações. Enquanto o processo de criação de valor em empresas mais tradicionais e conservadoras baseou-se principalmente em ativos físicos e fatores de produção tradicionais, como por exemplo, propriedade, matérias-primas, instalações de produção e de trabalho, a adição de valor em organizações mais modernas foi conseguida por meio de combinações de ativos físicos e intangíveis, tais como inovações, tecnologias da informação e comunicação e a qualidade dos recursos humanos (MOELLER, 2009).

Os ativos intangíveis consistem nos recursos imateriais que auxiliam no processo de produção, que são necessários para a criação e venda de produtos e processos novos ou melhorados e que representam vantagem competitiva e melhoram o desempenho financeiro. Podem ser gerados internamente (a exemplo de projetos, planos, marca de capital, software interno e projetos de construção) ou adquiridos externamente, na forma de licenças de tecnologia, patentes e direitos autorais,

competências econômicas adquiridas por meio de compras e serviços de consultorias (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014).

Os ativos intangíveis como a reputação, as patentes ou o *know-how* são difíceis de serem copiados ou imitados, pois, além de serem protegidos por direitos de propriedade legais, também são caracterizados por altos níveis de especificidade que impedem a compra fácil de ativos similares nos mercados (ANDONOVA; RUÍZ-PAVA, 2016). Carmeli (2001) também menciona que, ao contrário dos ativos tangíveis, os intangíveis são muito difíceis de serem copiados e praticamente inimitáveis. Além disso, destaca que na medida em que a sociedade se torna uma sociedade de serviços, de crescente sofisticação, onde o conhecimento e a informação são os pilares do crescimento dos negócios, a importância dos recursos intangíveis será cada vez maior.

Autores como Carmeli e Tishler (2004), Galbreath e Galvin (2008) e Andonova e Ruíz-Pava (2016) destacam que a vantagem competitiva de uma empresa se baseia principalmente na posse de recursos raros e valiosos que não podem ser copiados pelos concorrentes. Salientam que os ativos intangíveis possuem essas características e, por isso, podem contribuir para um aumento substancial do desempenho financeiro e do valor de mercado das empresas.

Nesse sentido, no cenário atual, mais do que no passado, os gestores das empresas, sejam públicas, familiares, não familiares, com ou sem fins lucrativos, por exemplo, estão encontrando dificuldades de lidar com o ambiente cada vez mais incerto. Por consequência, estão chegando à conclusão de que as regras mudaram e que precisam de diferenciais, como ativos intangíveis, a fim de superar concorrentes e elevar o desempenho (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014; CARMELI; TISHLER, 2004).

A relação entre ativos intangíveis, desempenho e valor de mercado, segundo Arrighetti, Landini e Lasagni (2014), tem sido investigada com maior intensidade em empresas de países mais desenvolvidos, como por exemplo, EUA, Japão, Itália, Reino Unido, Finlândia e Holanda. A maioria dessas pesquisas, tais como as de Hall, Jaffe e Trajtenberg (2005), Greenhalgh e Rogers (2006), Surroca, Tribó e Waddock (2010), Sandner

e Block (2011), Arrighetti, Landini e Lasagni (2014), Andonova e Ruíz-Pava (2016) e Barajas, Shakina e Fernández-Jardón (2017) têm apresentado provas empíricas de que os intangíveis realmente contribuem positivamente para o aumento do desempenho, bem como para uma maior valorização das empresas frente ao mercado de capitais.

No entanto, no caso particular dos países emergentes (ou em desenvolvimento), o número de estudos e as evidências ainda são bastante reduzidas (ANDONOVA; RUÍZ-PAVA, 2016). Esse é o caso do Brasil, onde existem debates e aceitação de que os ativos intangíveis estão se tornando uma fonte crítica de vantagem competitiva. Mas, por outro lado, existem poucos estudos empíricos que realmente investigaram se os ativos intangíveis contribuem para o aumento do desempenho e do valor de mercado (MOURA; MECKING; SCARPIN, 2013; MEDRADO et al., 2016).

Deste modo, o estudo contribui para esta lacuna de pesquisa constatada na revisão da literatura e com base no exposto, a questão problema que orienta este estudo é: Qual a influência dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado de companhias abertas familiares? Assim, o objetivo geral do estudo é verificar a influência dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado das companhias abertas familiares listadas na B3.

Além de existirem poucos estudos nacionais, os resultados apresentados também são controversos na literatura. Enquanto alguns estudos identificaram influência positiva dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado, como Perez e Famá (2006), Rojo, Sousa e Trento (2012), Decker et al. (2013), Oliveira et al. (2014) e Medrado et al. (2016), outros estudos não encontraram relações, caso de Carvalho, Kayo e Martin (2010), Nascimento et al. (2012) e Miranda et al. (2013). Sendo assim, este assunto ainda apresenta lacunas que requerem investigações no cenário brasileiro.

Ressalta-se também que menor ainda é o número de estudos empíricos sobre ativos intangíveis, desempenho financeiro e valor de mercado em empresas familiares, apesar deste tipo de empresa desempenhar papel importante no desenvolvimento e crescimento econômico dos países. Nessa linha, Shim e Okamura (2011) destacam que, mesmo

as empresas familiares sendo o tipo dominante em todo o mundo, poucas investigações são realizadas nesse tipo específico de empresas.

Portanto, analisar a influência dos ativos intangíveis no desempenho de companhias abertas familiares é relevante e original, em virtude do reduzido número de estudos nacionais relacionados a estes temas, principalmente em empresas familiares. Portanto, ao verificar a existência de relação entre essas variáveis, o estudo contribui, não apenas de maneira teórica, mas também de forma empírica.

## **2.2 Ativos intangíveis, desempenho financeiro e valor de mercado**

Avaliar o desempenho financeiro e o valor de mercado é um processo extremamente importante, pois busca auxiliar os gestores na análise de estratégias que foram tomadas, sendo possível medir o grau de eficiência da própria gestão e de todas as ações da empresa de um modo geral (NASCIMENTO et al., 2012). Na busca por melhor desempenho e valorização de mercado, Perez e Fama (2015) destacam que a globalização e os avanços tecnológicos intensificam a concorrência entre as empresas, incentivando-as a se diferenciarem de seus concorrentes.

Nesse sentido, a vantagem competitiva, quando baseada apenas em ativos tangíveis, pode ser de curta duração. Isso ocorre porque os ativos tangíveis sempre estão sujeitos a ameaças de imitação. Então, se as empresas não forem capazes de criar capacidades específicas e competências exclusivas, ficarão sujeitas a perda de competitividade. Ou seja, a vantagem competitiva de uma empresa depende fundamentalmente da posse de recursos raros e valiosos, que sejam difíceis de imitar e substituir, características presentes nos ativos intangíveis (ANDONOVA; RUÍZ-PAVA, 2016).

Assim, uma das principais razões para o crescimento da importância dos ativos intangíveis é que são diferenciados e, muitas vezes, exclusivos, enquanto os ativos tangíveis, de certa forma, são fáceis de serem obtidos. Por isso, os intangíveis são importantes garantidores de vantagens em negociações, valiosos, raros e inimitáveis, concedendo, inclusive, maiores benefícios econômicos futuros (KAYO et al., 2006).



Os ativos intangíveis frequentemente possuem muitos dos atributos necessários para se tornarem fontes de vantagem competitiva. Intangíveis, tais como reputação, licenças, marcas, patentes e concessões, além de serem protegidos por direitos legais de propriedade, são caracterizados por altos níveis de especificidade que impedem a fácil compra, por parte de concorrentes, de recursos similares nos mercados ou, então, a imitação (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014).

Na literatura, o termo ativo intangível, muitas vezes, tem sido utilizado como sinônimo de recursos intangíveis, ativos intelectuais, ativos invisíveis, ativos sem forma ou existência física, recursos incorpóreos, entre outros (DEVALLE; RIZZATO; BUSSO, 2016; MOURA et al., 2018; TSAI; LU; YEN, 2012). O CPC 04 (R1) (2010, p. 6) define ativo intangível como “um ativo não monetário identificável sem substância física”. Além disso, um intangível satisfaz a definição do Pronunciamento CPC 04 (R1) (2010) somente se for identificável, controlado pela empresa e gerador de benefício econômico.

O critério de identificação é aceito se o intangível for separável e se resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais. No tocante ao controle, a entidade o possui, segundo o CPC 04 (R1) (2010, p. 7), “quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios”. Quanto aos benefícios econômicos futuros, conforme o CPC 04 (R1) (2010, p. 8) “podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade”.

De modo geral, os intangíveis consistem nos recursos imateriais que auxiliam nos processos produtivos e que são necessários para a criação e venda de produtos. Podem ser gerados internamente, tais como projetos, marcas, *softwares* internos e projetos de construção, ou, então, adquiridos externamente, como por exemplo, licenças de tecnologia, patentes e direitos autorais, concessões e as competências econômicas adquiridas por meio de compras de serviços de gestão e consultorias (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014; DEVALLE; RIZZATO; BUSSO, 2016).

Como exemplos de ativos intangíveis o CPC 04 (R1) (2010) descreve os softwares, patentes, direitos autorais, listas de clientes, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização. Todavia, alerta para o fato que se um item abrangido pelo Pronunciamento não atender à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa.

No Brasil, Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) investigaram um conjunto de companhias abertas que apresentaram informações financeiras à BM&FBovespa e à NYSE nos anos de 2006 e 2007 e verificaram que dentre os intangíveis divulgados nas demonstrações contábeis destacaram-se o ágio que estava presente em 74,94% delas, os *softwares* em 15% delas e os direitos contratuais em 8,66% delas. Cunha et al. (2011) investigaram 40 companhias abertas listadas na Bovespa e identificaram que nos anos de 2005, 2007 e 2009 os ativos intangíveis mais evidenciados pelas companhias foram os *softwares*, presentes em 72% delas, o ágio em 37,5% e as marcas e patentes em 30%.

Moura e Varela (2014) demonstraram que, no ano de 2009, dentre os intangíveis evidenciados pelas 260 companhias abertas da amostra, destacaram-se principalmente os *softwares*, que foram divulgados por 85% delas e o ágio sobre investimentos que foi evidenciado por 49% das empresas. Contratos de concessão e marcas e patentes também se mostraram relevantes, sendo evidenciados por 36% e 31% das empresas, respectivamente. Zittei, Moura e Hein (2015) investigaram 192 companhias abertas no ano de 2010 e demonstraram que dentre os intangíveis evidenciados destacaram-se os *softwares*, evidenciados por 78% das empresas, as marcas e patentes por 39% delas, ágio sobre investimentos por 39% e contratos de concessão por 36%.

Estes estudos sinalizam que os intangíveis de maior destaque nas companhias abertas brasileiras são os *softwares* e o ágio, e ainda, marcas e patentes e contratos de concessão. Tais ativos são exemplos de intangíveis que possuem características únicas e que podem estar auxiliando as empresas brasileiras a obterem vantagens de mercado e aumento do desempenho e do valor de mercado, no comparativo com outras empresas.

No que se refere a influência dos intangíveis no desempenho, enquanto algumas pesquisas evidenciaram que os intangíveis não influenciam do desempenho ou no valor de mercado das empresas, outras pesquisas demonstraram que existe associação entre os intangíveis, desempenho e valor de mercado.

Como exemplo de estudos que não identificaram relação entre intangíveis e desempenho, pode-se citar Carvalho, Kayo e Martin (2010), que investigaram 228 companhias abertas da Bovespa no período de 1996 a 2007 e constataram que os ativos intangíveis das empresas não contribuíam para um desempenho superior e persistente.

St-Pierre e Audet (2011) pesquisaram 267 pequenas e médias empresas canadenses no período de 2000 a 2007 e constataram que nem todos os tipos de intangíveis influenciavam no desempenho. Outro exemplo é o estudo de Nascimento et al. (2012) que pesquisaram doze empresas brasileiras do setor de telecomunicações e cinco do setor de tecnologia da informação no ano de 2008 e também não encontraram desempenho superior em empresas com maiores investimentos em intangíveis.

Autores como Carvalho, Kayo e Martin (2010), Nascimento et al. (2012) e Miranda et al. (2013) descrevem que no Brasil, a maioria das companhias abertas atuam em setores mais intensivos em capital tangível do que intangível. Também relatam que, ainda há, nas empresas brasileiras, uma maior valorização dos tangíveis e menores investimentos em intangíveis, quando se compara as empresas de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, o que justificaria a falta de relação entre intangibilidade e desempenho.

Como exemplo, de estudos que identificaram relação entre intangíveis e desempenho pode-se citar Oliveira, Rodrigues e Craig (2010) que investigaram empresas portuguesas no período de 1998 a 2008 e constataram que o ágio reportado e outros ativos intangíveis estavam altamente associados ao preço das ações. Decker et al. (2013) investigaram se existia relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa no período de 2006 a 2011 e os resultados encontrados evidenciaram que o grau de intangibilidade das empresas intangíveis-intensivas foi superior aos das empresas tangíveis-intensivas.

Oliveira et al. (2014) compararam o desempenho, durante o período de 2003 a 2008, de dois portfólios: um composto pelas empresas com elevada proporção de intangibilidade e o outro relativo às empresas que possuíam pequena proporção de intangibilidade. Os resultados demonstraram que o portfólio de empresas com maior proporção de intangibilidade apresentava desempenho superior na grande maioria dos períodos e indicadores avaliados.

Medrado et al. (2016) pesquisaram um conjunto de companhias abertas do índice IBrX 100 da BM&FBovespa no período de 2008 a 2014 e encontraram associação positiva e significativa entre o nível de intangibilidade e o grau de valorização das ações. Barajas, Shakina e Fernández-Jardón (2017) investigaram 1.600 companhias abertas europeias no período de 2004 a 2013 e verificaram que os intangíveis constituíam vantagens exclusivas para as empresas e as tornavam mais competitivas, contribuindo para uma maior velocidade de recuperação e obtenção de desempenho superior em períodos pós-crise.

Miranda et al. (2013) analisaram a influência dos intangíveis no desempenho e no valor de mercado de uma amostra composta por 174 empresas brasileiras, compreendendo os anos de 2008 e 2009 e os resultados indicaram que os investimentos em intangíveis não apresentavam relação com o desempenho, mas, por outro lado, influenciavam no valor de mercado.

De modo geral, os autores descrevem que os intangíveis são uma valiosa fonte de vantagem competitiva que contribui para o aumento do desempenho, que o mercado valoriza as empresas que apresentam dentre as suas características o investimento em conhecimento, marcas, novas tecnologias e outros intangíveis. De acordo com Medrado et al. (2016) a valorização advém da percepção de que os ativos tangíveis, pela sua disponibilidade no mercado, produzem o retorno pela média, enquanto que aos intangíveis fica a incumbência de gerar um retorno acima da média.

É possível identificar, na literatura, estudos que sugerem que os intangíveis contribuem para um maior desempenho e valor de mercado. No entanto, essa não é uma conclusão única, pois também existem pesquisas cujos achados evidenciam que não há efeito dos intangíveis

sobre o desempenho e o valor de mercado. Assim, tal relação permanece como uma lacuna para a qual esta pesquisa pretende contribuir.

### 2.3 Procedimentos metodológicos

Para atender ao objetivo proposto realizou-se pesquisa descritiva, análise documental e abordagem quantitativa dos dados. A população foi composta pelo conjunto de companhias abertas familiares listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que aquelas que exerciam atividades financeiras e as que não possuíam informações necessárias para todas as variáveis utilizadas foram excluídas da amostra.

Para identificar as companhias familiares, foi utilizada, neste estudo, a metodologia de La Porta, Lopez de Silanes e Shleifer (1999), que rastream a cadeia de propriedade até identificar o último acionista controlador. Aqueles autores consideraram como último acionista controlador aquele que, de forma direta ou indireta, possuía o controle da empresa da amostra pesquisada. Foi considerada como familiar qualquer empresa em que uma família ou um indivíduo era o proprietário final (em termos de direitos de voto), com participação mínima de 10%. Estes mesmos procedimentos foram adotados nesta pesquisa.

As informações sobre o acionista controlador foram coletadas manualmente, em cada ano (2010-2017), para cada empresa da amostra, nos Formulários de Referência: Seção 6.3 – Breve histórico; Seção 8.1 - Descrição do grupo econômico; Seção 15.2 - Posição acionária; Seção 15.4 – Organograma dos acionistas; Seção 15.5 – Acordo de acionistas.

Em relação aos ativos intangíveis, foi calculado, para cada empresa, em cada ano, o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total, assim como nos estudos de Oliveira, Rodrigues e Craig (2010), Ritta et al. (2010), Moura et al. (2013), Arrighetti, Landini e Lasagni (2014) e Medrado et al. (2016). Os dados foram obtidos por meio do banco de dados Economatica e são referentes ao período de 2010 a 2017. Adotou-se como marco inicial o ano de 2010 em decorrência de constituir o período inicial de adoção plena das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil.

O desempenho foi analisado por meio do índice de retorno sobre os ativos (ROA), assim como nos estudos similares de Carvalho, Kayo e Martin (2010), St-Pierre e Audet (2011), Nascimento et al. (2012), Decker et al. (2013) e Andonova e Ruíz-Pava (2016) e do índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), conforme Nascimento et al. (2012), Decker et al. (2013) e Miranda et al. (2013). Para o cálculo do ROA foi utilizado o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA), para que seja possível avaliar o lucro apenas referente ao negócio (Ebitda/Ativo total). O ROE foi calculado pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido. Os dados foram obtidos por meio do banco de dados Economatica e são referentes ao período de 2010 a 2017.

O valor de mercado foi analisado pelo índice *market-to-book* (MTB), procedimento utilizado nos estudos similares de Oliveira, Rodrigues e Craig (2010) e Medrado et al. (2016) e pelo Q de Tobin, conforme Carvalho, Kayo e Martin (2010) e Surroca, Tribó e Waddock (2010). O MTB foi calculado por meio da razão entre o valor de mercado e o valor do patrimônio líquido (valor de mercado/patrimônio líquido). O Q de Tobin foi calculado pela razão entre o valor de mercado dos ativos e o custo de reposição de tais ativos. Sendo que o valor de mercado corresponde à soma do valor contábil do exigível mais o valor de resgate das ações preferenciais + valor de mercado das ações ordinárias; e o custo de reposição é substituído pelo valor dos ativos totais. Mais uma vez, os dados foram obtidos por meio do banco de dados Economatica e são referentes ao período de 2010 a 2017.

Em seguida, foram coletados os dados das variáveis de controle, ou seja, de outros fatores que também podem influenciar no desempenho das empresas. As variáveis, suas respectivas métricas e os autores de base são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis de controle da pesquisa

Variável	Métrica		Autores de base
Endividamento	$(\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}) / \text{Ativo total}$	Banco de dados Economatica	Surroca, Tribó e Waddock (2010); Astawa, Sudika e Yuliarmi (2015).
Liquidez geral (LiqGeral)	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$	Banco de dados Economatica	Arrighetti, Landini e Lasagni (2014).
Tamanho da empresa (LogTam)	Log dos ativos totais	Banco de dados Economatica	Surroca, Tribó e Waddock (2010); Medrado et al. (2016).
Crescimento da empresa (Crescim)	Taxa de crescimento dos ativos	Banco de dados Economatica	Arrighetti, Landini e Lasagni (2014); Astawa, Sudika e Yuliarmi (2015).

Fonte: elaboração própria.

Observa-se no Quadro 1 que as variáveis de controle utilizadas foram endividamento, liquidez geral, tamanho e crescimento da empresa:

- a. Endividamento: O endividamento pode exercer um efeito disciplinador, capaz de contribuir na melhora do desempenho da empresa, por isso maiores níveis de endividamentos podem estar relacionados com maior desempenho (SURROCA; TRIBÓ; WADDOCK; 2010; ASTAWA; SUDIKA; YULIARMI, 2015).
- b. Liquidez: A liquidez também pode influenciar o desempenho da empresa, tendo em vista que pode refletir habilidades superiores na utilização de recursos. Também pode influenciar para a obtenção de novos ativos vinculados aos empreendimentos que geram maiores receitas (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014).
- c. Tamanho da empresa: O tamanho da empresa é uma variável importante que também pode influenciar no desempenho, pois grandes empresas têm maior capacidade de gerar caixa, explorar economias de escala e podem ser mais eficazes

na proteção de suas ações do que empresas menores. Além disso, as grandes empresas também são capazes de suportar uma parcela maior de incerteza associada aos investimentos em comparação com empresas menores (SURROCA; TRIBÓ; WADDOCK; 2010; MEDRADO et al., 2016).

- d. Crescimento: O desempenho das empresas pode ser influenciado por suas oportunidades de crescimento, haja vista que as empresas em crescimento poderão ter um desempenho melhor continuamente (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014; ASTAWA; SUDIKA; YULIARMI, 2015).

Após a coleta dos dados realizou-se a análise, inicialmente utilizando-se do Teste-t de Student para comparação das médias do desempenho entre o grupo que possuía maiores percentuais de intangibilidade e o grupo com menores percentuais. Para tal, similar ao praticado nos estudos de Perez e Famá (2006), Decker et al. (2013) e Oliveira et al. (2014), as empresas foram divididas pela mediana em dois grupos: a) maiores percentuais de intangibilidade; b) menores percentuais de intangibilidade. Ou seja, um grupo de empresas que apresentavam percentuais de intangibilidade maiores que a mediana amostral e outro grupo de empresas que apresentavam percentuais abaixo da mediana.

Para verificar a influência dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado das companhias abertas familiares utilizou-se regressão linear múltipla. Ressalta-se que antes da aplicação do Teste-t foram observados os pressupostos descritos por Spiegel (1993) como necessários: normalidade dos dados, verificada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov; e homogeneidade de variâncias, verificada por meio do teste de Levene. No caso da regressão linear, foram observados os pressupostos de normalidade, também por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov; multicolinearidade, por meio do fator de inflação de variância – VIF e Tolerance; homocedasticidade, por meio do teste de Pesarán-Pesarán; e ausência de autocorrelação serial, por meio do teste de Durbin-Watson.



## 2.4 Descrição e análise dos dados

Esta seção apresenta a descrição e a análise dos dados. Inicialmente, realizou-se a análise dos valores e percentuais médios dos intangíveis. Em seguida, apresentam-se os indicadores médios de ROA e ROE e de Market-to-book e Q de Tobin. Por fim, são apresentados os coeficientes das regressões que possibilitaram analisar a influência dos ativos intangíveis no desempenho e no valor de mercado das companhias da amostra.

Na Tabela 1 estão expostos os dados sobre a representatividade dos ativos intangíveis das companhias familiares da amostra no período de 2010 a 2017.

**Tabela 1 – Valores e percentuais médios dos intangíveis das companhias familiares de 2010 a 2017**

PERÍODO	Nº Empresas da amostra	Valores médios dos ativos intangíveis	Percentuais médios dos intangíveis nos ativos totais
2010	122	446.688,28	6
2011	122	440.824,86	6
2012	122	335.415,95	5
2013	122	430.319,29	6
2014	122	456.696,19	6
2015	122	509.153,25	6
2016	122	493.785,27	6
2017	122	510.698,47	5
<b>2010 a 2017</b>	<b>976</b>	<b>452.947,69</b>	<b>6</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 1 demonstram que, de maneira geral, os valores médios dos intangíveis nas companhias abertas familiares equivalem a R\$ 452.947,69 no período de 2010 a 2017. Observa-se que no ano de 2010, primeiro ano da análise, o valor médio era de R\$ 446.699,28, sendo que reduziu em 2011 e 2012, elevou-se novamente em 2013 e

2014, chegando a R\$ 509.153,25 em 2015. No ano de 2016, o valor médio reduziu outra vez e em seguida, no ano de 2017, atingiu o valor médio mais elevado do período, equivalente a R\$ 510.698,47.

Em relação aos percentuais médios dos intangíveis em relação aos ativos totais, é possível verificar que não ocorreram grandes oscilações. O percentual médio, equivalente a 6% no ano de 2010, manteve-se até o ano de 2012, quando, então, reduziu para 5%. Elevou-se novamente para 6% no ano de 2013 e manteve-se estável até o ano de 2017, último ano da análise, quando reduziu outra vez para 5%.

O percentual médio do período (6%) é inferior ao encontrado por Ritta et al. (2010) que investigaram a representatividade dos intangíveis no ativo total de um conjunto de empresas que apresentaram informações financeiras à BM&FBovespa e à NYSE nos anos de 2006 e 2007 e que obtiveram um índice médio de representatividade equivalente a 12%, também inferior ao de Medrado et al. (2016) que analisaram um conjunto de empresas participantes do índice IBrX 100 da BM&FBovespa no período de 2008 a 2014 e encontraram um percentual médio de 15,89% e inferior ao de Moura et al. (2018) que investigaram uma amostra de companhias abertas listadas na B3 no período de 2010 a 2016 e que constataram que a proporção dos intangíveis, de modo geral, equivalia a aproximadamente 12% dos ativos totais.

É importante destacar que a diferença de resultados pode ser decorrente dos critérios de formação da amostra, todavia, ao comparar os resultados, constata-se que as empresas familiares da amostra apresentaram percentuais médios de ativos intangíveis inferiores aos identificados em outros tipos de amostras.

Para verificar se haviam diferenças estatisticamente significativas entre o desempenho do grupo de empresas que possuíam maior proporções de intangíveis no ativo total e o grupo com menores proporções aplicou-se o Teste-t. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Teste de médias para o desempenho financeiro associado às companhias familiares que possuíam maiores e menores percentuais de ativos intangíveis

PERÍODO	ROA		Teste-t		ROE		Teste-t	
	>Intang	<Intang	t	Sig	>Intang	<Intang	t	Sig
2010	8,77	6,54	1,43	0,15	16,92	14,69	0,85	0,40
2011	7,39	6,16	1,17	0,24	15,31	12,54	1,37	0,17
2012	7,58	5,49	1,58	0,12	13,88	10,66	1,36	0,17
2013	6,35	8,07	-1,09	0,27	13,30	13,54	-0,09	0,93
2014	6,49	7,01	-0,35	0,72	12,19	12,93	-0,30	0,77
2015	6,63	6,57	0,04	0,97	14,68	14,71	-0,01	0,99
2016	6,62	7,48	-0,43	0,66	15,40	12,14	1,10	0,27
2017	6,53	7,38	-0,54	0,59	14,34	14,29	0,02	0,99
<b>2010-2017</b>	<b>7,04</b>	<b>6,85</b>	<b>0,36</b>	<b>0,72</b>	<b>14,51</b>	<b>13,18</b>	<b>1,37</b>	<b>0,17</b>

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere a média geral do período de 2010 a 2017, observa-se na Tabela 2 que o grupo de companhias familiares que possuíam maiores percentuais de ativos intangíveis se destacou com a maior média de ROA (7,04) e ROE (14,51). No entanto, os resultados do teste-t demonstram que tais diferenças nas médias não são estatisticamente significantes entre os dois grupos.

Especificamente em relação ao ROA, é possível perceber que apesar da média geral ser superior no grupo com maiores percentuais de intangíveis, em quatro dos oito anos analisados, ou seja, em 2013, 2014, 2016 e 2017, as médias do ROA foram mais elevadas no outro grupo, de menores percentuais de intangíveis. Então, no período investigado, o ROA de um grupo não foi superior ao ROA do outro de forma constante e nem de forma significativa.

No caso do ROE, no período de 2010 a 2012 as médias foram superiores no grupo com maiores percentuais de intangíveis, no período de 2013 a 2015 as médias foram inferiores nesse grupo e de 2016 a 2017 voltaram a ser superiores. Portanto, outra vez, um grupo não superou o outro de forma constante e significativa.

Assim, em relação ao desempenho, os resultados foram similares aos de Carvalho, Kayo e Martin (2010) que investigaram 228 companhias abertas da Bovespa no período de 1996 a 2007 e constataram que os ativos intangíveis das empresas não contribuíam para um desempenho superior e persistente. Também estão alinhados aos de St-Pierre e Audet (2011) que pesquisaram 267 pequenas e médias empresas canadenses no período de 2000 a 2007 e constataram que nem todos os tipos de intangíveis influenciavam no desempenho. Também aos de Nascimento et al. (2012) que pesquisaram doze empresas brasileiras do setor telecomunicações e cinco do setor de tecnologia da informação no ano de 2008 e também não encontraram desempenho superior em empresas com maiores investimentos em intangíveis. E, ainda, aos de Miranda *et al.* (2013) que analisaram 174 empresas brasileiras, compreendendo os anos de 2008 e 2009, cujos resultados indicaram que os investimentos em intangíveis não apresentavam relação com o desempenho, somente com o valor de mercado.

Carvalho, Kayo e Martin (2010), Nascimento et al. (2012) e Miranda et al. (2013) relatam que no Brasil, a maioria das companhias abertas atuam em setores mais intensivos em capital tangível do que intangível. Além disso, ainda há, nas empresas brasileiras, uma maior valorização dos tangíveis e menores investimentos em intangíveis, quando se compara as empresas de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, o que justificaria o fato das empresas que possuem maior intangibilidade não apresentarem desempenho superior.

Para verificar se haviam diferenças estatisticamente significativas entre o valor de mercado do grupo de empresas que possuíam maiores proporções de intangíveis e o grupo com menores proporções, outra vez, calculou-se o Teste-t, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 – Teste de médias para o valor de mercado associado às companhias familiares que possuíam maiores e menores percentuais de ativos intangíveis**

PERÍODO	MTB		Teste-t		Q de Tobin		Teste-t	
	>Intang	<Intang	t	Sig	>Intang	<Intang	t	Sig
2010	2,07	1,43	1,57	0,12	1,05	0,67	2,91	<b>0,00</b>
2011	1,61	1,10	1,91	<b>0,06</b>	0,93	0,61	2,59	<b>0,01</b>
2012	1,92	1,22	2,19	<b>0,03</b>	1,11	0,68	2,82	<b>0,01</b>
2013	1,68	1,34	1,09	0,28	1,04	0,68	2,52	<b>0,01</b>
2014	1,59	1,06	2,10	<b>0,04</b>	0,95	0,59	3,08	<b>0,00</b>
2015	1,43	0,91	2,01	<b>0,05</b>	0,83	0,50	3,01	<b>0,00</b>
2016	1,07	0,62	2,08	<b>0,04</b>	0,73	0,48	2,16	<b>0,03</b>
2017	1,03	0,81	0,97	0,34	0,79	0,55	1,83	<b>0,07</b>
<b>2010-2017</b>	<b>1,55</b>	<b>1,06</b>	<b>4,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,93</b>	<b>0,59</b>	<b>7,30</b>	<b>0,00</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 3, em relação à média geral do período de 2010 a 2017, que mais uma vez o grupo de companhias familiares que possuíam maiores percentuais de ativos intangíveis se destacou e apresentou a maior média de MTB (1,55) e de Q de Tobin (0,93). Porém, para os indicadores de valor de mercado os resultados do teste-t demonstram que as diferenças nas médias são estatisticamente significantes entre os dois grupos, confirmando que o valor de mercado realmente é superior.

Especificamente no tocante ao MTB, além da maior média geral, o grupo com maiores percentuais de intangíveis possuía maiores indicadores em todos os anos do período analisado, sendo que em cinco dos oito anos os coeficientes dos teste-t foram significativos, confirmando que as médias são superiores. Quanto ao Q de Tobin, os resultados foram ainda mais expressivos, tendo em vista que o grupo com maiores percentuais de intangíveis possuía maiores indicadores e em todos os oito anos os coeficientes dos teste-t foram significativos, também confirmando que as médias são superiores.

Deste modo, outra vez, os resultados se assemelham aos de Miranda et al. (2013) que também constataram que os investimentos

em intangíveis não apresentavam relação com o desempenho, mas que, por outro lado, apresentavam relação com o valor de mercado das empresas. Também se encontram alinhados aos de Medrado et al. (2016) que pesquisaram um conjunto de companhias abertas do índice IBrX 100 da BM&FBovespa no período de 2008 a 2014 e encontraram associação positiva e significativa entre o nível de intangibilidade e o grau de valorização das ações.

Estes autores descrevem que o mercado valoriza as empresas que apresentam dentre as suas características o investimento em conhecimento, marcas, novas tecnologias e outros intangíveis de um modo geral. De acordo com Medrado et al. (2016) a valorização advém da percepção de que os ativos tangíveis, pela sua disponibilidade no mercado, produzem o retorno pela média, enquanto que aos intangíveis fica a incumbência de gerar um retorno acima da média.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados da análise multivariada (regressões lineares múltiplas), que possibilitaram verificar o poder preditivo dos intangíveis no desempenho e no valor de mercado das companhias familiares da amostra.

**Tabela 4 – Coeficientes da equação da influência dos intangíveis no desempenho e no valor de mercado das companhias da amostra**

<i>Variáveis</i>	<i>ROA</i>	<i>ROE</i>	<i>MTB</i>	<i>Q de Tobin</i>
(Constante)	15,82*	18,18*	1,10**	0,37*
Percent_Intang	0,07	0,14	0,07**	0,05*
Endividamento	9,13*	3,21**	0,07	0,72*
LiqGeral	0,17***	0,62*	0,03	0,02**
LogTam	2,39*	0,02	0,40*	0,12*
Crescim	0,02	0,01	0,02***	0,01*
R-quadrado ajustado	0,20	0,13	0,20	0,24
F-Anova	51,08*	7,75*	13,94*	61,20*

VIF/Tolerance	<10	<10	<10	<10
Durbin Watson	1,82	1,79	1,93	1,93

\* Significativo a 1%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 10%.

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 4 que os  $R^2$  ajustados ficaram entre 13% e 24%. Estes  $R^2$  ajustados são similares aos registrados em outras pesquisas anteriores da mesma natureza, como por exemplo a de Surroca, Tribó e Waddock (2010) que apresentaram regressões com  $R^2$  de 11%, 15% e 23%, St-Pierre e Audet (2011) que se basearam em regressões com  $R^2$  de 12%, 17% e 26% e Barajas, Shakina e Fernández-Jardón (2017) que apresentaram regressão com  $R^2$  ajustado de 16%. Desse modo, o percentual explicado pelas variáveis independentes pode ser considerado aceitável.

Verifica-se que os testes F-ANOVA foram significantes (0,01), ou seja, o conjunto de variáveis independentes exercem influência sobre as variáveis dependentes. Os resultados da estatística de Durbin-Watson, entre 1,79 e 1,93, demonstram que não há problemas de autocorrelação dos resíduos, já que o valor ficou próximo de dois. Por fim, verifica-se também que o VIF e Tolerance apresentaram valores baixos. Portanto, neste caso, não há problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes do modelo. Conforme Hair Jr. et al. (2005), um VIF é considerado alto quando está acima de dez.

Também é possível perceber na Tabela 7 que a variável “Percent\_Intang”, que capta o percentual de ativos intangíveis no ativo total das empresas, apresentou coeficientes positivos em todos os modelos, no entanto, revelou-se estatisticamente significativa apenas nos modelos referentes ao valor de mercado. Então, estes resultados indicam que os ativos intangíveis influenciam apenas para um maior valor de mercado das companhias abertas familiares, em linha com os achados de Miranda et al. (2013) e Medrado et al. (2016) que também encontraram associação positiva e significativa entre o nível de intangibilidade e o valor de mercado das empresas.

Dentre as variáveis de controle, verifica-se que todas apresentaram coeficientes positivos. Além disso, todas revelaram-se estatística-

mente significantes em pelo menos dois modelos. No caso da variável endividamento, os coeficientes foram significativos para o ROA, ROE e Q de Tobin, confirmando que o endividamento pode exercer um efeito disciplinador que contribui para melhorar o desempenho e o valor de mercado das empresas, conforme descreveram autores como Astawa, Sudika e Yuliarmi (2015) e Medrado et al. (2016).

Em relação a liquidez, os coeficientes também foram significativos para o ROA, ROE e Q de Tobin, denotando que maior liquidez sinaliza habilidades superiores na utilização de recursos, refletindo-se em melhor desempenho e maior valor de mercado, conforme descreveram Arrighetti, Landini e Lasagni (2014).

Quanto ao tamanho, os coeficientes foram significativos para o ROA, MTB e Q de Tobin, confirmando os argumentos de Arrighetti, Landini e Lasagni (2014) e Medrado et al. (2016) de que empresas maiores podem explorar economias de escala, serem mais eficazes em suas práticas de governança, suportar maiores parcelas de incerteza associadas aos seus investimentos, proteger melhor os acionistas e, conseqüentemente, apresentar melhor desempenho.

Por fim, no que se refere a variável crescimento, os coeficientes foram significativos apenas para o MTB e o Q de Tobin, indicando que o crescimento dos ativos totais influencia apenas para um maior valor de mercado, condizente com Arrighetti, Landini e Lasagni (2014) e Astawa, Sudika e Yuliarmi (2015).

## **Considerações finais**

O estudo objetivou verificar a influência dos ativos intangíveis no desempenho financeiro e no valor de mercado de companhias abertas familiares. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa em uma amostra composta apenas por companhias abertas familiares que se encontravam listadas na B3. Os dados foram obtidos por meio do banco de dados Economatica e referem-se ao período de 2010 a 2017. Para identificar as companhias familiares foi rastreado a cadeia de propriedade até identificar o último acionista controlador. Em



relação aos ativos intangíveis, foi calculado, para cada empresa, em cada ano, o percentual dos intangíveis em relação ao ativo total. O desempenho foi analisado por meio dos indicadores ROA e ROE e o valor de mercado pelos indicadores *market-to-book* (MTB) e Q de Tobin.

Em relação aos ativos intangíveis, os resultados revelaram que equivaliam a aproximadamente 6% do ativo total das companhias familiares no período. Este percentual médio é inferior ao encontrado por outros pesquisadores, tais como Ritta et al. (2010), Moura et al. (2013) e Medrado et al. (2016) que não analisaram especificamente companhias abertas familiares. A diferença de resultados pode ser decorrente dos critérios de formação da amostra, todavia, os resultados indicam que as companhias familiares da amostra apresentaram percentuais médios de ativos intangíveis inferiores aos identificados em outros tipos de amostras.

Em relação ao desempenho do grupo de empresas que possuíam maiores proporções de intangíveis no ativo total e o desempenho do grupo com menores proporções de intangíveis, verificou-se, por meio do teste-t, que as diferenças não eram estatisticamente significantes entre os dois grupos. Portanto, os resultados foram similares aos de Carvalho, Kayo e Martin (2010), St-Pierre e Audet (2011), Nascimento et al. (2012) e Miranda et al. (2013) que também não encontraram diferenças no desempenho de empresas com maiores e menores investimentos em intangíveis.

Uma justificativa para o fato das empresas que possuem maior intangibilidade não apresentarem desempenho superior seria de que no Brasil, a maioria das companhias abertas atuam em setores mais intensivos em capital tangível do que intangível. Além disso, ainda há, por parte das empresas brasileiras, uma maior valorização dos ativos tangíveis, quando se compara com as empresas de outros países, como nos Estados Unidos.

Quanto ao valor de mercado, constatou-se que o grupo de companhias familiares que possuía maiores percentuais de ativos intangíveis se destacou e apresentou as maiores médias de MTB e de Q de Tobin, em todos os anos. Os resultados do teste-t demonstraram que as diferenças nas médias eram estatisticamente significantes e que o valor de merca-

do realmente era superior no grupo que possuía maiores percentuais de intangíveis. Os resultados se assemelham aos de Miranda et al. (2013) e Medrado et al. (2016) que também encontraram maior valor de mercado entre as empresas que possuíam maiores percentuais de intangíveis.

Miranda et al. (2013) e Medrado et al. (2016) descrevem que o mercado valoriza as empresas que apresentam, dentre as suas características, o investimento em conhecimento, marcas, novas tecnologias e outros intangíveis de um modo geral. De acordo com Medrado et al. (2016) a valorização resulta da percepção de que os ativos tangíveis, pela sua disponibilidade no mercado, produzem o retorno pela média, enquanto que aos intangíveis fica a incumbência de gerar um retorno acima da média.

Por fim, constatou-se que a variável “Percent\_Intang”, que capta o percentual de ativos intangíveis no ativo total das empresas, apresentou coeficientes positivos em todos os modelos. No entanto, revelou-se estatisticamente significativa apenas nos modelos referentes ao valor de mercado. Então, conclui-se que os ativos intangíveis influenciam apenas para um maior valor de mercado das companhias abertas familiares.

Os resultados, de modo geral, fornecem evidências adicionais sobre os fatores que influenciam no desempenho e no valor de mercado das companhias abertas. De forma mais específica, contribui para a literatura relacionada as companhias familiares, fornecendo evidências empíricas relativas ao cenário brasileiro, ainda carente de pesquisas dessa natureza. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do universo de pesquisa, inclusive para companhias familiares de capital fechado. Também seria interessante utilizar outros períodos de tempo e realizar investigações por setor econômico.

## Referências

ANDONOVA, Veneta; RUÍZ-PAVA, Guillermo. The role of industry factors and intangible assets in company performance in Colombia. *Journal of Business Research*, v. 69, n. 10, p. 4377-4384, 2016.

ARRIGHETTI, Alessandro; LANDINI, Fabio; LASAGNI, Andrea. Intangible assets and firm heterogeneity: Evidence from Italy. *Research Policy*, v. 43, n. 1, p. 202-213, 2014.

ASTAWA, I. Putu; SUDIKA, I. Putu; YULIARMI, Ni Nyoman. Intangible capital and leverage to improve financial performance of LPG agents in Bali. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 211, p. 149-156, 2015.

BARAJAS, Angel; SHAKINA, Elena; FERNÁNDEZ-JARDÓN, Carlos. Acceleration effect of intangibles in the recovery of corporate performance after-crisis. *Research in International Business and Finance*, v. 42, p. 1115-1122, 2017.

CARVALHO, Franciscval M.; KAYO, Eduardo Kazuo; MARTIN, Diógenes Manoel Leiva. Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 5, p. 871-889, 2010.

CARMELI, A. High-and low-performance firms: do they have different profiles of perceived core intangible resources and business environment?. *Technovation*, v. 21, n. 10, p. 661-671, 2001.

CARMELI, Abraham; TISHLER, Ashler. The relationships between intangible organizational elements and organizational performance. *Strategic management journal*, v. 25, n. 13, p. 1257-1278, 2004.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis. (2010). Disponível em: [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br). Acesso em Fev. 2019.

CUNHA, A. G.; SOUZA, A. A.; SANTANA, L. E.; MAGALHÃES, V. G.; PELEGRINI, V. S.; MALAQUIAS, R. F. Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 3, n. 43, p. 21-29, 2011.

DECKER, F.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D. R. M.; REINA, D. A Relação entre os Ativos Intangíveis e a Rentabilidade das Ações: um estudo com empresas listadas no índice Bovespa. *Revista Reuna*, v. 18, n. 4, p. 75-92, 2013.

DEVALLE, Alain; RIZZATO, Fabio; BUSSO, Donatella. Disclosure indexes and compliance with mandatory disclosure - The case of intangible assets in the Italian market. *Advances in accounting*, v. 35, p. 8-25, 2016.

GALBREATH, Jeremy; GALVIN, Peter. Firm factors, industry structure and performance variation: New empirical evidence to a classic debate. *Journal of business research*, v. 61, n. 2, p. 109-117, 2008.

HALL, Bronwyn H.; JAFFE, Adam; TRAJTENBERG, Manuel. Market value and patent citations. *RAND Journal of economics*, p. 16-38, 2005.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de administração contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 73-90, 2006.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. Corporate ownership around the world. *The journal of finance*, v. 54, n. 2, p. 471-517, 1999.

LI, K.; LU, L.; MITTOO, U. R.; ZHANG, Z. Board independence, ownership concentration and corporate performance—Chinese evidence. *International Review of Financial Analysis*, v. 41, p. 162-175, 2015.

MEDRADO, F.; CELLA, G.; PEREIRA, J. V.; DANTAS, J. A. Relação entre o nível de intangibilidade dos ativos e o valor de mercado das empresas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 10, n. 28, p. 32-44, 2016.

MIRANDA, K. F.; VASCONCELOS, A. C.; SILVA FILHO, J. C. L.; SANTOS, J. G. C.; MAIA, A. B. G. R. Ativos intangíveis, grau de inovação e o desempenho das empresas brasileiras de grupos setoriais inovativos. *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. 1, p. 4-17, 2013.

MOELLER, Klaus. Intangible and financial performance: causes and effects. *Journal of intellectual capital*, v. 10, n. 2, p. 224-245, 2009.

MOURA, Geovanne D.; DALCHIAVON, Ariberto; SCHEREN, Gilvane; ZANIN, Antonio. Influência da competitividade no nível de intangibilidade de companhias abertas. *Revista Reunir*, v. 8, n. 2, p. 1-11, 2018.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S. Análise da conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas listadas na BM&FBovespa. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, v. 13, n. 2, p. 637-662, 2014.

MOURA, Geovanne D.; MECKING, Daniela V.; SCARPIN, Jorge E. Competitividade de mercado, ativos intangíveis e eficiência na combinação dos ativos fixos em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 32, n. 3, p. 19-35, 2013.

NASCIMENTO, E. M.; OLIVEIRA, M. C.; MARQUES, V. A.; CUNHA J. V. A. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 31, n. 1, p. 37-52, 2012.

OLIVEIRA, Lídia; RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell. Intangible assets and value relevance: Evidence from the Portuguese stock exchange. *The British Accounting Review*, v. 42, n. 4, p. 241-252, 2010.

OLIVEIRA, M. O. R. DE.; SCHOSSLER, D. P.; CAMPUS, R. E.; LUCE, F. B. Ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro: comparação entre os portfólios de empresas tangível-intensivas e intangível-intensivas. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 7, n. 4, p. 678-699, 2014.

PEREZ, Marcelo M.; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubem. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. *Unisantia Law and Social Science*, v. 4, n. 2, p. 107-123, 2015.

RITTA, Cleyton O.; ENSSLIN, Sandra Rolim; RONCHI, Suelen Haidar. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 9, n. 1, p. 62-75, 2010.

ROJO, Claudio Antonio; SOUSA, Almir Ferreira; TRENTO, Francielle. O reflexo dos ativos intangíveis no valor de mercado de Small Caps da construção civil que compõem o índice SMLL da BM&FBovespa. *CAP Accounting and Management*, v. 6, n. 6, p. 155-168, 2012.

SANDNER, P. G.; BLOCK, J. The market value of R&D, patents, and trademarks. *Research Policy*, v. 40, n. 7, p. 969-985, 2011.

SHIM, Jungwook; OKAMURO, Hiroyuki. Does ownership matter in mergers? A comparative study of the causes and consequences of mergers by family and non-family firms. *Journal of Banking & Finance*, v. 35, n. 1, p. 193-203, 2011.

ST-PIERRE, Josée; AUDET, Josée. Intangible assets and performance: Analysis on manufacturing SMEs. *Journal of Intellectual Capital*, v. 12, n. 2, p. 202-223, 2011.

SURROCA, Jordi; TRIBÓ, Josep A.; WADDOCK, Sandra. Corporate responsibility and financial performance: The role of intangible resources. *Strategic management journal*, v. 31, n. 5, p. 463-490, 2010.

TSAI, Chih-Fong; LU, Yu-Hsin; YEN, David C. Determinants of intangible assets value: The data mining approach. *Knowledge-Based Systems*, v. 31, p. 67-77, 2012.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; MOURA, Geovanne Dias; HEIN, Nelson. Análise da relação entre ativos intangíveis e os níveis de governança corporativa em que se encontram listadas as empresas na BM&FBovespa. *Revista Científica Hermes*, n. 14, p. 91-117, 2015.

# CAPÍTULO III - DESEMPENHO OPERACIONAL E A SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE HOSPITAIS

Mara Vogt<sup>11</sup>

Crisiane Teixeira da Silva<sup>12</sup>

Marcia Zanievicz da Silva<sup>13</sup>

## Resumo

Com o objetivo de analisar a relação entre o desempenho operacional e a situação econômico-financeira das organizações hospitalares, realizou-se um estudo descritivo, documental e quantitativo. A população da pesquisa correspondeu a 234 hospitais da região Sul do Brasil, classificados pelo Ministério da Justiça como unidade de Utilidade Pública Federal (UPF), sendo a amostra composta por 121 hospitais. Os dados foram coletados em duas bases públicas: DATASUS (desempenho operacional) e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs) (desempenho econômico-financeiro). Para realizar a análise dos dados utilizou-se a correlação canônica, a partir do *software* estatístico *Statgraphics Centurion 16*<sup>®</sup>. Por meio dos resultados verificou-se que as variáveis com maior correlação (associação forte) foram Liquidez Corrente e Liquidez Geral do grupo de variáveis de desempenho econômico-financeiro e a Taxa de Valores Hospitalares do grupo de variáveis de desempenho operacional. Entretanto, a variável Liquidez Geral de

---

11 Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: [maravogtcco@gmail.com](mailto:maravogtcco@gmail.com).

12 Mestranda em Ciências Contábeis. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: [crisiane.silva26@gmail.com](mailto:crisiane.silva26@gmail.com).

13 Doutora em Ciências Contábeis e Administração. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: [marciaza@gmail.com](mailto:marciaza@gmail.com).

forma inversa, isto é, negativa. Diante desses achados, conclui-se que, quanto maior for a taxa de valores hospitalares e autorização de internação hospitalar, maior será a margem líquida e liquidez corrente e, menor será a liquidez geral. Esta pesquisa contribui de diversas formas, mas principalmente por auxiliar gestores de hospitais no fornecimento de informações sobre as variáveis que melhor expliquem a relação do desempenho operacional com a situação econômico-financeira.

**Palavras-chave:** Desempenho Operacional; Situação Econômico-Financeira; Hospitais.

### 3.1 Introdução

A gestão eficaz dos hospitais é fundamental para que estes possam prover serviços de saúde adequados à população (LIMA NETO, 2011). Avaliar o desempenho operacional e a situação econômico-financeira é primordial para qualquer tipo de organização, visando sempre o alcance de melhores resultados (LI; BENTON; LEONG, 2002; AIKEN; CLARKE; SLOANE, 2002; MILLER et al., 2005; BONACIM; ARAÚJO, 2011; CROWE et al., 2017; CREIXANS-TENAS; ARIMANY-SERRAT, 2018).

No caso de hospitais, sabe-se que sua principal função é de fornecer cuidados relativos a saúde para a população. Diante disso, boa parte dos hospitais brasileiros distancia a gestão do foco econômico-financeiro e direciona-a à atenção aos pacientes. Contudo, de acordo com Aiken et al. (2002) esse distanciamento faz com que essas organizações enfrentem desafios na tomada de decisões gerenciais e financeiras. Dentre os desafios, destaca-se a busca pelo equilíbrio entre a satisfação dos pacientes, os recursos limitados para manter os custos e o hospital em funcionamento, além das dificuldades inerentes à segregação de funções e autoridade (AIKEN et al., 2002).

Avaliar o desempenho operacional é tema de atenção para diversas pesquisas e, no caso dos hospitais, está associado aos procedimentos, quantidade de atendimentos e taxa de ocupação e envolvem a mensuração sobre os gastos do atendimento à saúde (BONACIM; ARAUJO,

2011). Na visão de Miller et al. (2005), quando os tomadores de decisão dedicam pouca atenção à situação econômico-financeira dos hospitais, surgem dificuldades para a administração, que refletem no seu crescimento e continuidade.

Mesmo que algumas dessas organizações sejam filantrópicas, se faz necessário a avaliação desses indicadores de desempenho, pois irá auxiliar o gestor na tomada de decisão (SOUZA et al., 2009). Nesse sentido, alguns estudos relatam os efeitos do desempenho econômico-financeiro na gestão dessas entidades nos Estados Unidos, observando as ligações entre as variáveis de gerenciamento com as de funcionamento (LI et al., 2002). Por meio da análise desses indicadores, os gestores podem avaliar quais são as principais fragilidades e pontos fortes das organizações. Estudos como o de Crowe et al. (2017) buscaram analisar as práticas de liderança e resultados financeiros, sendo que com bons resultados operacionais gestores tendem a lidar melhor com indicadores financeiros. A partir dos resultados, os autores sugeriram que novas pesquisas fossem realizadas para ampliar o entendimento sobre a relação entre o desempenho operacional e o financeiro, em hospitais.

Souza et al. (2009) a partir do seu estudo no contexto brasileiro, com três hospitais de Minas Gerais, destacam grupos de indicadores econômico-financeiros e sugerem que pesquisadores acessem o banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e demais demonstrações hospitalares. Para Bonacim e Araújo (2011), Lima Neto (2011), Creixans-Tenas e Arimany-Serrat (2018), avaliar os resultados evidenciados por esses indicadores de desempenho, pode implicar em melhores políticas econômicas para a saúde.

Mesmo que haja, no contexto nacional, uma preocupação com a situação econômico-financeira dos hospitais, pouca ênfase tem sido dada para o desempenho operacional. Guerra (2011) explana sobre a eficácia de uma boa gestão hospitalar e nota que não é apenas medida por indicadores financeiros, mas também com o desempenho operacional de seus usuários, ou seja, com os pacientes, o que exige uma gestão adequada.

Os resultados supracitados, tanto no contexto nacional quanto internacional, chamam a atenção e, demonstram que a gestão finan-

ceira de instituições hospitalares possui peculiaridades que merecem ser investigadas de forma profunda, buscando analisar o desempenho econômico-financeiro e o desempenho operacional destas.

Frente as lacunas de pesquisa identificadas na literatura, o estudo tem como questão de pesquisa: qual é a relação entre o desempenho operacional e a situação econômico-financeira das organizações hospitalares? Diante dessa problemática, o estudo tem por objetivo: analisar a relação entre o desempenho operacional e a situação econômico-financeira das organizações hospitalares.

O estudo justifica-se pois, quando se aborda a qualidade dos serviços na saúde, em hospitais, o controle de gestão é imprescindível. Sendo assim, se faz necessária a avaliação do desempenho operacional, para mensurar a eficiência da gestão. Além disso, utilizar ferramentas de gestão e de avaliação adequadas pode representar uma economia de recursos reconhecidamente escassos, melhorando conseqüentemente o resultado financeiro (SOUZA et al., 2009). Vale ressaltar que, dados relacionados ao desempenho dos hospitais, tornam-se cada vez mais públicos e são usados para influenciar as escolhas dos usuários, fazendo com que, haja um maior inquérito sobre como medir, avaliar e melhorar o desempenho das organizações. Para tanto, será necessário que as estratégias sejam reavaliadas de maneira contínua, o que irá refletir em níveis mais elevados de qualidade (MILLER et al., 2005).

Bonacim e Araújo (2011) enfatizam que a avaliação econômica da saúde é um tema de destaque a nível mundial e um desafio aos gestores na busca contínua pela eficiência e eficácia das atividades. Guerra (2011) ressalta que por mais que haja estudos sobre o sistema de saúde no Brasil, poucos avaliaram os hospitais, principalmente no que se refere a análise de indicadores financeiros, questão considerada primordial. Nesse sentido, Crowe et al. (2017) salientam que, com o desafio de melhorar cada vez mais o desempenho financeiro, é preciso preparar líderes para gerenciar de forma eficiente e efetiva.

Justifica-se ainda a pesquisa em organizações hospitalares pois, tais organizações enfrentam diversos desafios, como por exemplo, reformas gerenciais para melhorar a sua produtividade (AIKEN et al.,



2002). Em âmbito nacional e internacional, a gestão destas organizações assume importância devido à excelência, eficiência e qualidade exigida (AZEVEDO et al., 2017). Além disso, o serviço hospitalar está no centro das atividades econômicas de qualquer sociedade, sendo assim, saber administrar efetivamente esse tipo de organização tornou-se uma prioridade (LI et al., 2002).

Diante do que foi supracitado, o estudo avança por centrar atenção à relação entre o desempenho operacional e a situação econômico-financeira das organizações hospitalares brasileiras, relação esta não verificada até então nos estudos localizados. Esta pesquisa contribui para a literatura da área, ao ampliar a compreensão do porquê é necessário voltar a atenção para estas variáveis e como estas estão relacionadas com tais organizações, facilitando a gestão e tomada de decisão operacional e situação econômico-financeira, fazendo com que os hospitais cresçam cada vez mais e se desenvolvam, o que terá reflexos na qualidade dos serviços oferecidos e conseqüentemente, na excelência dos mesmos.

## **3.2 Referencial teórico**

O referencial teórico inicialmente aborda sobre as organizações hospitalares e suas características. Na sequência, descreve-se o desempenho operacional e por fim, o referencial contempla a situação econômico-financeira.

### **3.2.1 Organizações hospitalares**

Hospitais são organizações dedicadas à prestação de serviços de diagnóstico, hospedagem, prevenção, tratamento, pesquisa, educação, entre outros. Para executar os serviços, estes necessitam de investimentos em instalações físicas, aquisição de materiais, equipamentos e o emprego de profissionais de diversas áreas do conhecimento (SILVA; BORGET; SCHULTZ, 2009). Em vários países, representam mais de 60% dos gastos no setor da saúde, demonstrando ser o principal componente desse setor. Logo, existe uma busca por melhores formas de mensurar o desempenho geral e maximizar os resultados, a satisfação dos pacientes e a sua eficiência operacional (MURRAY; MEDICI, 2010).

Além disso, hospitais são considerados organizações complexas devido aos interesses que surgem na busca pela construção de identidades profissionais, reconhecimento, o que acaba se tornando crítico para a prestação de serviços de saúde (FEUERWERKER; CECÍLIO, 2007), bem como, devido aos conhecimentos específicos de cada área dentro do hospital, tornando a relação ainda mais difícil (FERREIRA; COUTINHO; VIEIRA, 2010). Ferreira et al. (2010) complementam que os hospitais abrigam tensões de natureza grupal e profissional, no qual, o corpo diretivo e clínico, composto pela área assistencial (médicos, enfermeiras), têm dificuldade de aceitar as normas disciplinares e ouvir recomendações, principalmente quando estas são advindas da área administrativa.

Essas tensões são também explicadas por Vendemiatti et al. (2010). Os autores complementam que essa dualidade é orientada por vetores que em alguns momentos, acabam se colocando em posições antagônicas. Até porque, os especialistas são tomadores de decisões e envolvem a dimensão administrativa, devido ao uso de recursos. Já os gestores, estão envolvidos no processo de adesão de colaboradores, controle e direcionamento das atividades diárias. Diante dessa relação direta que as diferentes áreas possuem, acontecem os conflitos e dificuldades na gestão (VENDEMIATTI et al., 2010).

Além das dificuldades inerentes à segregação de funções e de liderança, os hospitais enfrentam outros desafios na tomada de decisão, como a busca pelo equilíbrio entre a satisfação dos pacientes, os limitados recursos disponíveis para manter os custos e, consequentemente, o hospital em funcionamento (AIKEN et al., 2002) e a necessidade constata de adequação à novas tecnologias de diagnóstico e tratamento.

Vignochi, Gonçalo e Lezana (2014), verificaram como os gestores utilizam indicadores de desempenho em hospitais públicos e filantrópicos. Em hospitais públicos, estes são utilizados para avaliar recursos escassos e em filantrópicos para análise econômica e assistencial. Por conseguinte, os autores avaliaram a importância dos indicadores na qualidade do serviço prestado, com a probabilidade de evitar problemas na organização, sendo que, os campos assistencial e gerencial, considerados como as mais importantes áreas de atuação em hospitais, prezam pela eficiência organizacional e a satisfação de seus usuários.

No Brasil, os hospitais são classificados como públicos, privados ou filantrópicos, todos submetidos as normas do Ministério da Saúde, diferenciando-se pela finalidade de lucro, bem como na forma de administrar (SILVA et al., 2008; VELOSO; MALIK, 2010). Dentro destas categorias, os hospitais públicos são os que mais recebem recursos do governo, porém, conforme Souza et al. (2014), os hospitais filantrópicos destacam-se em relação a lucratividade, pois os objetivos destes é para se obter uma melhor alavancagem financeira.

Nesse sentido, a existência de hospitais com e sem finalidade lucrativa implica em cautela ao proceder-se a análise comparativa dos indicadores econômico-financeiros entre hospitais, pois os indicadores por si, não incorporam os objetivos da missão estratégica das organizações (SMET, 2002; VELOSO; MALIK, 2010).

O governo interage com o setor da saúde e controla diversas organizações hospitalares, tendo o orçamento público como principal fator interligando a essas áreas. Assim, os indicadores de desempenho são detentores de informações relevantes que podem ser utilizados na tomada de decisão das partes interessadas (SILVA et al., 2008).

Diante desse controle, da necessidade de transparência, de controle dos custos, entre outros aspectos, a avaliação da qualidade em relação aos cuidados com a saúde tornou-se cada vez mais importante para os diferentes intervenientes, como prestadores de cuidados de saúde, decisores, bem como, àqueles que precisam desse serviço (GROENE; SKAU; FRØLICH, 2008). Sendo assim, a formação de profissionais para atenção e gestão hospitalar, também necessita de constante redefinição, na busca pela qualidade, integralidade, eficiência e controle de custos (FEUERWERKER; CECÍLIO, 2007).

Essa redefinição já está acontecendo aos poucos, até por que, os hospitais estão buscando atingir metas que antes não eram desejadas, como o aumento da lucratividade, que implica consequentemente em uma mudança geral da estrutura dos mesmos (VENDEMIATTI et al., 2010). Por mais que já haja uma preocupação com as mudanças em prol da lucratividade, desempenho, de acordo com Fiondella et al. (2016) a falha nas mudanças contábeis em relação aos cuidados

de saúde (hospitais), decorre da falta de uma abordagem integrada e equilibrada entre as questões econômicas e de qualidade. Sendo assim, os autores complementam que, deve-se considerar o impacto dessas mudanças frente à administração dos hospitais, tendo em vista o desempenho (FIONDELLA et al., 2016), este que pode ser operacional ou voltado à situação econômico-financeira.

Quanto aos indicadores de desempenho, a área da saúde conta com um conjunto substancial de indicadores que podem contribuir para avaliar a qualidade de gestão e o atendimento das metas organizacionais, entre estes, destacam-se para o escopo desta pesquisa (i) as medidas de desempenho operacional e (ii) os indicadores da situação econômico-financeira, ambos destacados na sequência.

### **3.2.2 Desempenho operacional**

Neste estudo, o desempenho operacional é visto como a mensuração relativa aos serviços de cuidados aos pacientes, no sentido de buscar mecanismos para evidenciar se os hospitais estão alcançando os objetivos demandados conforme a sua capacidade. De acordo com Silva et al. (2008), os indicadores hospitalares são relevantes para o monitoramento do desempenho operacional, entretanto, dependem de uma gestão responsável, eficiente e voltada para resultados. Assim, nota-se que a qualidade dos serviços operacionais de um hospital, necessita de uma boa administração e, por sua vez, os administradores precisam das informações relevantes para a tomada de decisões.

Por mais que existam diversos indicadores para avaliar o desempenho operacional de hospitais, alguns comumente utilizados são: Taxa de Mortalidade (CESCONETTO; LAPA; CALVO, 2008; GUERRA, 2011; HVENEGAARD et al., 2011; FREITAS, 2014; GHOLAMI; HIGÓN; EMROUZNEJAD, 2015; MARTINI et al., 2014; VIGNOCHI et al., 2014), Tempo Médio de Permanência (GUERRA, 2011; FREIRE PITASSI; GONÇALVES; SCHOUT, 2012; WATTERSON et al., 2012; FREITAS, 2014; GHOLAMI et al., 2015; VIGNOCHI et al., 2014), Taxa de Valores Hospitalares (AKASHI et al., 2004) e Autorização de

Internações Hospitalares (CESCONETTO et al., 2008; VIGNOCHI et al., 2014) e foram selecionados, no presente estudo, para compor o grupo de variáveis de desempenho operacional dos hospitais.

Para Freitas (2014), a Taxa de Mortalidade mede a proporção dos pacientes que morreram durante a internação hospitalar. Gholami et al. (2015) destacam a partir do seu estudo que, a qualidade em hospitais geralmente se manifesta a partir de complicações médicas, bem como, mortalidade dos pacientes. Essas complicações acabam refletindo no aumento dos custos hospitalares e danos aos pacientes que, no pior cenário, refletem em taxas de mortalidade mais altas. Esse indicador é considerado muito importante para Cesconetto et al. (2008), pois a gestão dos serviços de saúde fornece uma avaliação imediata de algumas características do hospital. Conforme Freitas (2014), para esse indicador deve-se entender que quanto menor melhor. Sendo assim e a partir do exposto, entende-se que quanto maior for a taxa de mortalidade nos hospitais, pior será o seu desempenho operacional. A partir da análise e controle deste indicador, os hospitais podem melhorar a qualidade da assistência (VIGNOCHI et al., 2014).

Martini et al. (2014) salientam que a mortalidade é menor em hospitais mais eficientes, sendo assim, na falta de eficiência, as taxas de mortalidade podem aumentar, o que demonstra haver um *trade-off* entre taxas de mortalidade e eficiência. Ao contrário deste resultado, Hvenegaard et al. (2011) realizaram um estudo no qual verificaram que custos mais baixos (maior eficiência operacional) tendem a estar associados a maior mortalidade (como uma medida de menor qualidade), indicando haver um *trade-off* entre eficiência e qualidade.

O Tempo Médio de Permanência também consiste em um indicador que busca demonstrar a eficiência dos serviços prestados e é representado pelo tempo médio, em dias, que os pacientes ficaram internados no hospital (FREITAS, 2014). Segundo Freire et al. (2012), uma forma de aumentar a eficiência do desempenho hospitalar é a partir da redução do tempo médio de permanência dos pacientes, isto é, tempo de internação. Nessa mesma linha, Gholami et al. (2015) verificaram que o tempo de permanência têm um impacto negativo e significativo

na eficiência. Esse indicador é do tipo “quanto menor melhor”, pois assim aumenta a rotatividade do leito operacional (FREITAS, 2014) e aumenta a eficiência do serviço, tornando-se um hospital “mais produtivo” (WATTERSON et al., 2012).

Para reduzir o Tempo Médio de Permanência, Vignochi et al. (2014) sugerem que seja estimulada a alta e encaminhamentos, conforme for o quadro do paciente, liberando os leitos para novos atendimentos. Contudo, é preciso prestar atenção ao fato de que, baixos prazos médios de permanência podem representar apenas altas precoces, óbitos prematuros ou inevitáveis, que demandariam internações em organizações especiais. Por outro lado, médias de permanência altas podem significar a baixa capacidade de resolução dos casos atendidos (GUERRA, 2011).

Com relação a Taxa de Valores Hospitalares, que se refere a porcentagem de recursos utilizados para os serviços hospitalares, Akashi et al. (2004) verificaram que é preciso uma melhor alocação das despesas, uma maior geração de receita e um aumento significativo na quantidade de pacientes. A partir disso, o desempenho operacional é influenciado pelos métodos de alocação das despesas.

A Autorização de Internações Hospitalares (AIH) trata da capacidade de internações do hospital, ou seja, do número de internações em determinado período, dimensionando a capacidade geral de atendimento (VIGNOCHI et al., 2014). De acordo com Cesconetto et al. (2008), é por meio da AIH que hospitais, profissionais e serviços auxiliares conseguem se habilitar para receber pelos serviços prestados. Conforme os resultados do estudo de Cesconetto et al. (2008) com hospitais do Estado de Santa Catarina conveniados ao SUS, apenas 21% dos hospitais catarinenses são considerados eficientes, o que revela que para aumentar a eficiência, deveriam ser reduzidos os valores das AIH.

A partir dos indicadores de desempenho operacional citados, percebe-se que todos possuem relevância e devem ser analisados, bem como, controlados periodicamente, tendo em vista a eficiência dos hospitais, ou seja, a qualidade dos serviços prestados e conseqüentemente, melhor desempenho. Contudo, esse desempenho pode estar relacionado também com a situação econômico-financeira destes hospitais, o que merece investigação.

### 3.2.3 Situação econômico-financeira

As análises econômico-financeiras das organizações são importantes por mensurar por meio dos indicadores, o seu desempenho, auxiliando a tomada de decisão. Os principais indicadores utilizados neste estudo para verificar a situação econômico-financeira dos hospitais são: liquidez geral e corrente, Retorno sobre os Ativos (ROA), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e margem líquida.

Os gestores tendem a dar maior ênfase aos indicadores econômico-financeiros, pois são estes que fornecem as informações necessárias para o investimento do hospital e pagamentos das obrigações. Por outro lado, a equipe médica apresenta outras preocupações, voltadas ao atendimento e bem-estar dos seus pacientes (HIBBARD; STOCKAR; TUSLER, 2005). A partir destas preocupações, as diferentes áreas juntas, buscam melhorar a posição econômica, a partir do investimento em mudanças que visam a adoção de gerenciamento com base nos custos por operação. Esse tipo de atitude, possibilita uma melhor situação econômico-financeira (ROGGENKAMP; WHITE; BAZZOLI, 2005).

Já Martins (2005) afirma que a avaliação por meio de indicadores é adequada para análises temporais de organizações hospitalares. Bittar (2009) enfatiza a importância da utilização de indicadores econômico-financeiros para os hospitais, na perspectiva de evidenciar a rentabilidade, endividamento e liquidez das entidades para os acionistas, o governo e a comunidade.

A partir da pesquisa de Li et al. (2002) os autores identificaram que as decisões estratégicas afetam o desempenho dos hospitais analisados. No estudo de Hibbard et al. (2003), verificaram que uma baixa situação econômico-financeira divulgada estimula uma melhora no desempenho operacional. Guerra (2011) obteve resultados de que os indicadores que melhor representam a obtenção de desempenho financeiro para organizações hospitalares são a Margem Operacional, o ROA e o Giro do Ativo.

Bonacim e Araújo (2011) descreveram as mudanças operacionais nos indicadores econômico-financeiros de um hospital universitário pú-

blico. Os resultados apontam que a falta de recursos não justifica um baixo desempenho operacional, corroborando com o fato de que para prestar um serviço de qualidade e eficaz para a população, não são necessários grandes investimentos. Nesse caso, é possível observar a importância dos indicadores de liquidez, em especial, a liquidez geral, observando os ativos da organização, ou seja, quanto maior, melhor. Indicadores esses são importantes para os hospitais, pois tratam diretamente dos ativos.

Outro indicador que merece a atenção quando se trata de hospitais é o índice de liquidez corrente, até porque, conforme Lima Neto (2011), alguns hospitais têm esse índice elevado e influenciado por montantes significativos de recursos que são alocados em aplicações financeiras. No estudo de Lima Neto (2011) foi realizada uma análise da situação econômico-financeira de 31 hospitais localizados na região da Grande São Paulo e, explorou 127 demonstrações financeiras, no qual buscou correlacionar indicadores. Os resultados indicaram que quanto maior for a liquidez corrente, melhor.

No estudo de Freitas (2014), o autor analisou como os gestores utilizam os indicadores de desempenho hospitalar e observou que, os gestores não devem analisar apenas as medidas de desempenho econômico-financeira ou operacional, pois existem outras métricas existentes como por exemplo, os indicadores estratégicos ou também denominados de indicadores-chave de desempenho. A definição dos indicadores de rentabilidade, como o Retorno sobre o Ativo, indica o superávit sobre o ativo, quanto maior, melhor. Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, verifica o percentual deste superávit em relação ao capital próprio, indicando a porcentagem de retorno anual, importante para os acionistas que investem nessas organizações peculiares, como é o caso dos hospitais e, quanto maior melhor. Dessa maneira, é necessário observar ambos os indicadores para a tomada de decisão de melhores práticas hospitalares.

Creixans-Tenas e Arimany-Serrat (2018) realizam um estudo da situação econômico-financeira de hospitais da Espanha, com o objetivo de identificar quais as variáveis que explicavam a lucratividade dessas organizações. Utilizaram a margem líquida, a qual irá fornecer a margem de lucro dos hospitais referindo-se ao grau de faturamento e verificaram que



o lucro líquido e o patrimônio líquido aumentaram durante o período analisado, sendo assim, os hospitais conseguiram recuperar e capitalizar seus ativos. Para tanto, quanto maior este índice, melhor. As autoras observaram que houve aumento da lucratividade e os relatórios de responsabilidade social fizeram com que melhorasse a gestão financeira.

Os achados supracitados contribuem para o melhor entendimento da situação econômico-financeira, bem como, da sua relação com os indicadores de desempenho operacional. Até porque, a eficiência e eficácia são fundamentais na prestação de serviços hospitalares, para uma melhor tomada de decisão e atendimento das demandas sociais.

### 3.3 Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem descritiva, documental e quantitativa, sendo o recorte, longitudinal. A população é formada por 234 hospitais da região Sul do Brasil classificados pelo Ministério da Justiça como unidade de Utilidade Pública Federal (UPF). Quanto a amostra, foram selecionados os hospitais que, durante o período de 2010 a 2014 (5 anos), apresentavam os dados necessários à realização da pesquisa, perfazendo um total de 121 hospitais e 605 observações. Justifica-se que o período de análise até o ano de 2014, decorre em função da Lei 13.204 de 2015, que extinguiu a prestação de contas das UPF's (Ministério da Justiça, 2016).

Vale destacar que os dados foram coletados em duas bases públicas. Inicialmente, as variáveis para mensurar o desempenho operacional, foram retiradas da base de dados DATASUS, disponibilizada pelo Ministério da Saúde (MS). Já as variáveis econômico-financeiras foram obtidas a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs), disponibilizado pelo Ministério da Justiça (MJ). Tanto as variáveis de análise desempenho operacional, quanto as de situação econômico-financeira, estão apresentadas no Quadro 1, juntamente com as siglas utilizadas, mensuração (cálculo) e sua devida interpretação.

Quadro 1 - Indicadores de desempenho operacional e situação econômico-financeira

Indicadores de desempenho operacional					
	Indicadores	Cálculo <sup>1</sup>	Indica	Interpretação	Autores
Variáveis dependentes	Taxa de Mortalidade (TM)	$TM = \frac{\text{número\_óbitos}}{\text{número\_pacientes}}$	A porcentagem de óbitos em relação ao total de atendimentos	Quanto maior, pior	Cesconetto et al. (2008), Guerra (2011), Hvenegaard et al. (2011), Freitas (2014), Gholami et al. (2015), Martini et al. (2014), Vignochi et al. (2014)
	Tempo Médio de Permanência (TMP)	$TMP = \frac{\text{Pacientes\_Dia}}{\text{Saídas\_Dia}}$	O tempo que o paciente permanece no estabelecimento até o término de seu atendimento	Quanto maior, pior	Guerra (2011), Freire et al. (2012), Watterson et al. (2012), Freitas (2014), Gholami et al. (2015), Vignochi et al. (2014)
	Taxa de Valores Hospitalares (TVH)	$TVH = \frac{\text{Valor\_Serviços\_Hospitalar}}{\text{Valor\_Total}}$	A porcentagem de recursos utilizados para os serviços hospitalares	Quanto maior, melhor	Akashi et al. (2004)
	Autorização Internação Hospitalar (AIH)	$AIH = LN(\text{Autorizações\_Totais})$	A capacidade de internações do hospital	Quanto maior, melhor	Vignochi et al. (2014)

Indicadores da situação econômico-financeira					
Variáveis independentes	Liquidez Geral (LG)	$LG = \frac{\text{AtivoCirc} + \text{RealizavelLongoPrazo}}{\text{PassivoCirc} + \text{ExigivelLongoPrazo}}$	A capacidade da empresa honrar seus compromissos com terceiros, no curto ou longo prazo	Quanto maior, melhor	Bonacim e Araujo (2011)
	Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{AtivoCirculante}}{\text{PassivoCirculante}}$	A capacidade da empresa pagar suas obrigações do curto prazo em dia	Quanto maior, melhor	Lima Neto (2011)
	Retorno Sobre o Ativo (ROA)	$ROA = \frac{\text{LucroLíquido}}{\text{AtivoTotal}}$	Uma medida de retorno proporcionados pelos investimentos totais da empresa	Quanto maior, melhor	Guerra (2011), Freitas (2014)
	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$ROE = \frac{\text{LucroLíquido}}{\text{PatrimônioLíquido} - \text{LucroLíquido}}$	Uma medida de retorno proporcionado a empresa em relação ao capital que nela foi investido pelos seus acionistas	Quanto maior, melhor	Freitas (2014)
	Margem Líquida (ML)	$ML = \frac{\text{LucroLíquido}}{\text{ReceitaLíquida}}$	Identifica se os hospitais melhoraram a eficiência operacional, administrativa e financeira, convertendo uma proporção maior da receita em lucro	Quanto maior, melhor	Creixans-Tenas e Arimany-Serrat (2018)

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a análise de dados foi utilizada a correlação canônica, a partir do *software* estatístico *Statgraphics Centurion 16*<sup>®</sup>. Conforme Mingoti (2005, p. 143), a análise de correlações canônicas tem como principal objetivo “o estudo das relações lineares existentes entre dois conjuntos de variáveis”, no caso desta pesquisa, entre as variáveis de desempenho operacional com as variáveis que correspondem a situação econômico-financeira das organizações.

### 3.4 Análise dos resultados

Nesta seção busca-se analisar os resultados obtidos através da técnica estatística empregada no estudo, assim como as implicações destes resultados para o contexto hospitalar. Por meio da técnica estatística de correlação canônica, o primeiro grupo irá representar as variáveis da situação econômico-financeira e o segundo, as variáveis que correspondem ao desempenho operacional dos hospitais. Esta ordem dos grupos se dá pelo fato da quantidade de variáveis envolvidas, pois esta técnica exige que o primeiro grupo tenha uma maior ou igual número de variáveis que o segundo.

Na Tabela 1 apresenta-se a correlação canônica do grupo de variáveis da situação econômico-financeira com o grupo do desempenho operacional dos hospitais.

**Tabela 1 - Correlação Canônica do grupo situação econômico-financeira e desempenho operacional**

Número	Eigenvalue	Canonical Correlation	Wilks Lambda	Chi-Square	D.F.	P-Value
1	0,1045530	0,32335	0,857935	91,7830	20	0,0000
2	0,0390854	0,19770	0,958108	25,6342	12	0,0121
3	0,0029136	0,05398	0,997079	1,75225	6	0,9410
4	0,0000074	0,00272	0,999993	0,00445	0	0,9978

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme verificado na primeira coluna da Tabela 1, quatro combinações lineares diferentes puderam ser calculadas por meio da correlação canônica, visto que este é o número do conjunto de variáveis do grupo desempenho operacional. Além disso, constata-se que a primeira e segunda combinação linear foram significativas ao nível de 1%, visto que o P-Value foi de 0,0000 para a primeira combinação linear e 0,0121 para a segunda combinação linear, demonstrando uma margem de erro praticamente nula.

Embora a Tabela 1 demonstre quatro correlações e destas, duas significativas, neste estudo foi analisada somente a primeira, devido ao seu maior poder explicativo, de 32,33%, coeficiente (0,32335). De acordo com Hair et al. (2005, p. 312), essa força de associação, por mais que seja significativa, deve ser considerada “pequena mas definida”, uma vez que ficou entre +0,21 e + 0,40. Por meio da Tabela 2 apresentam-se os coeficientes para as variáveis canônicas do grupo da situação econômico-financeira com o grupo do desempenho operacional.

**Tabela 2 - Coeficientes da Correlação Canônica**

Variáveis	1ª Correlação	2ª Correlação	3ª Correlação	4ª Correlação
<b>Grupo de variáveis independentes = Situação econômico-financeiro</b>				
ROE	-0,15983	0,02660	-0,67334	0,21091
ROA	-0,11899	-0,53691	0,61411	-0,39233
ML	<b>0,23426</b>	0,55316	0,17048	1,05543
LG	<b>-5,34247</b>	1,03897	1,18888	0,85538
LC	<b>5,09449</b>	-1,96948	-1,43866	-0,69087
<b>Grupo de variáveis dependentes = Desempenho Operacional</b>				
TVH	<b>0,99980</b>	-0,22269	0,20974	0,13141
AIH	<b>0,28506</b>	-0,16445	-0,95296	0,29217
TMP	-0,06524	0,38832	-0,21748	-0,94973
TM	0,01931	0,98178	0,22184	0,26258

Legenda: ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ROA = Retorno Sobre o Ativo; ML = Margem Líquida; LG = Liquidez Geral; LC = Liquidez Corrente; TVH = Taxa de Valores Hospitalares; AIH = Autorização Internação Hospitalar; TMP = Tempo Médio de Permanência; TM = Taxa de Mortalidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 2 é possível verificar que o modelo canônico estabelece a seguinte equação formada pela primeira correlação canônica:

$$-0,15983 ROE - 0,11899 ROA + 0,23426 ML - 5,34247 LG + 5,09449 LC = 0,99980 TVH + 0,28506 AIH - 0,06524 TMP + 0,01931 TM$$

Diante disso, foram analisadas apenas as variáveis que apresentaram coeficiente com força de associação acima de 0,21 (pequena mas definida), conforme estabelecido por Hair et al. (2005). A única variável do grupo situação econômico-financeira que apresentou força de associação positiva acima de moderada (+ 0,41 a + 0,70), foi a Liquidez Corrente (LC) com coeficiente de 5,09449 ou seja, muito forte (+ 0,91 a + 1,0), de acordo com Hair et al. (2005). Além disso, a Liquidez Geral (LG) apresentou força de associação muito forte, porém, negativa e ainda, a variável Margem Líquida (ML) demonstrou uma força de associação pequena mais definida, com coeficiente positivo de 0,23426.

Essas três variáveis apresentaram combinação linear com duas variáveis do grupo desempenho operacional, isto é, Taxa de Valores Hospitalares (TVH) e Autorização Internação Hospitalar (AIH), com associação positiva, muito forte para a primeira (TVH) que obteve um coeficiente de 0,99980 e pequena mas definida para a segunda (AIH) com coeficiente de 0,28506.

A partir dos resultados dessas combinações, entende-se que quanto maior for o volume de Autorização Internação Hospitalar (AIH) e a Taxa de Valores Hospitalares (TVH), maior será a Liquidez Corrente (LC) e a Margem Líquida (ML) dos hospitais analisados. Nesse sentido, quanto maior for o percentual de recursos utilizados para os serviços hospitalares e na capacidade de internação, conseqüentemente maior será a capacidade do hospital em pagar suas obrigações no curto prazo em dia com os recursos que dispõe. Além disso, melhor será a eficiência operacional, administrativa e financeira, o que por conseqüência irá refletir positivamente na organização. Sendo assim, os hospitais que apresentarem um melhor desempenho operacional, terão condições de arcar com os compromissos de curto prazo, conseguindo demonstrar

uma eficiência na gestão nas três esferas (operacional, administrativa e financeira), o que refletirá em benefícios aos pacientes.

Contudo, quanto maior for a Autorização Internação Hospitalar (AIH) e a Taxa de Valores Hospitalares (TVH), menor será a Liquidez Geral (LG), o que indica que quanto maior for a capacidade de internações dos hospitais e maior a porcentagem de recursos na obtenção dos serviços hospitalares, menor será a capacidade do hospital em honrar seus compromissos com terceiros, principalmente a longo prazo em relação às dívidas totais.

Diante disso, os resultados revelam que o desempenho operacional dos hospitais analisados está relacionado com a situação econômico-financeira, entretanto, especificamente com base nas variáveis: taxa de valores hospitalares e autorização internação hospitalar, bem como, margem líquida, liquidez corrente e geral. As demais variáveis (ROE, ROA, TMP e TM) apresentaram uma força de associação muito baixa e por conta disso, não será dada ênfase às mesmas.

A Liquidez Geral (LG) é uma variável que chama a atenção por ter apresentado sinal contrário do esperado, pois quanto maior, melhor. Contudo, a mesma obteve um coeficiente negativo quando correlacionado com as variáveis de desempenho operacional, o que pode indicar que os hospitais analisados investem em financiamentos de longo prazo para modernização, máquinas e equipamentos para o melhor atendimento aos seus pacientes. Para tanto, os recursos que são utilizados para pagar essa dívida (financiamentos, empréstimos), chegarão ao longo dos anos a partir do retorno que os pacientes ou governo derem aos hospitais, ou seja, com o pagamento pelos serviços prestados.

Diferente dos resultados obtidos a partir do presente estudo, Bonacim e Araújo (2011) verificaram que quanto maior a Liquidez Geral, melhor para a organização. Contudo, neste estudo, ao relacionar com os indicadores de desempenho operacional, o resultado foi que quanto maior for a TVH e AIH, menor será o resultado deste indicador. Ressalta-se que o resultado pode ter sido inverso, pelas variáveis que foram relacionadas, não podendo ser generalizado para todas as variáveis de desempenho operacional, até porque, a força de associação por mais que foi negativa, foi muito baixa com as variáveis TM e TMP.

No caso da Liquidez Corrente, que demonstra a capacidade da empresa pagar suas obrigações do curto prazo em dia teve os resultados similares aos achados de Lima Neto (2011), que verificaram que quanto maior for a LC, melhor será. No que tange a Margem Líquida, que indica se os hospitais melhoraram a sua eficiência operacional, administrativa, financeira e uma parte das receitas em lucros. Os resultados da presente pesquisa vão ao encontro dos achados de Creixans-Tenas e Arimany-Serrat (2018) que indicaram a partir do seu estudo que quanto maior for a ML melhor, aumentando assim a lucratividade e melhorando a gestão financeira das organizações hospitalares.

Em relação a Taxa de Valores Hospitalares e Autorização de Internações Hospitalares, percebe-se que os resultados foram os esperados, ou seja, quanto maiores forem esses índices, melhor para a organização. Sendo assim, quando se trata da TVH, o estudo vai ao encontro dos achados de Akashi et al. (2004), o que demonstra que é preciso uma melhor alocação das despesas, maior geração de receitas e aumento significativo na quantidade de pacientes. Já no que se refere a AIH, os achados contradizem com os resultados de Cesconetto et al. (2008), que verificaram em seu estudo que para aumentar a eficiência do hospital seria preciso reduzir os valores das AIH. Entretanto, os próprios autores consideram que é por meio da AIH que hospitais, profissionais e serviços auxiliares conseguem se habilitar para receber pelos serviços prestados (CESCONETTO et al., 2008), o que é importante para essas organizações, devido a melhoria da qualidade dos serviços que podem gerar.

Além de toda a complexidade existente no ambiente hospitalar devido a dualidade nas funções, diferentes interesses, de acordo com o afirmado por Feuerwerker e Cecílio (2007), Aiken et al. (2002) enfatizam a segregação de funções e de liderança e, também existem os desafios relacionados com a gestão e tomada de decisões na busca pelo equilíbrio financeiro e a satisfação dos pacientes. Nesse sentido, entende-se que quanto melhor for o serviço oferecido pelos hospitais, melhor será o retorno que o hospital terá, isso porque, quando for preciso os pacientes voltarão para estes hospitais. Além disso, o reflexo desse atendimento será sentido no desempenho operacional e situação econômico-financei-



ra, percebido a partir dos indicadores de desempenho e o hospital poderá cobrar um preço que está de acordo com o serviço oferecido e prestado.

## Conclusão

A partir do objetivo de analisar a relação existente entre o desempenho operacional e a situação econômico-financeira das organizações hospitalares, foi utilizada uma amostra de 121 hospitais da região Sul do Brasil. A partir da correlação canônica foi possível verificar que houve relação entre os dois grupos de variáveis e a mesma foi significativa. Vale ressaltar que foram consideradas para a análise, apenas as variáveis que apresentaram coeficientes acima de 0,21, considerada uma pequena correlação, mas definida, de acordo com Hair et al. (2005).

Por meio dos resultados verificou-se que as variáveis com maior correlação (associação muito forte) foram Taxa de Valores Hospitalares do grupo de variáveis de desempenho operacional e, Liquidez Corrente e Liquidez Geral do grupo de variáveis de situação econômico-financeira. Entretanto, a variável Liquidez Geral de forma inversa, isto é, negativa. Além disso, foram consideradas as variáveis Margem Líquida e Autorização de Internação Hospitalar por terem apresentado uma força de associação pequena, mas definida.

Diante desses achados, conclui-se que, quanto maior for a taxa de valores hospitalares e autorização de internação hospitalar, maior será a margem líquida e liquidez corrente e menor será a liquidez geral. Para tanto, o resultado que mais chama a atenção é a relação entre a liquidez geral e as variáveis de desempenho operacional. Estes resultados revelam que os hospitais deveriam dar mais atenção a capacidade de honrar seus compromissos no curto e longo prazo com terceiros, até porque, quanto maior for a capacidade, melhor. Sendo assim, é possível notar que há uma dificuldade financeira relacionada à essa capacidade, o que pode ser explicada pelo fato dos recursos serem provindos do próprio governo, dificultando ainda mais essa capacidade.

A contribuição teórica diz respeito a ampliação da temática para a literatura, por ter encontrado resultados diferentes dos já encontrados nos estudos anteriores, especialmente no caso da variável Liquidez

Geral, ser um resultado inverso do que se esperava para essas organizações. Contribui de forma prática para gestores dessas organizações, por fornecer informações sobre as variáveis que melhor expliquem a relação do desempenho operacional com a situação econômico-financeira, bem como, por identificar o aumento ou diminuição de determinado indicador em relação aos demais. Por consequência tem-se uma melhora na gestão administrativa, financeira, gerencial e principalmente, no atendimento aos pacientes, foco dessas organizações.

O estudo contribui para a sociedade pois, formuladores de políticas públicas poderão analisar os resultados e as variáveis analisadas e rever algumas questões, como o fato de identificar outros possíveis indicadores que expliquem o aumento ou diminuição da Taxa de Mortalidade e Tempo Médio de Permanência, afim de controlar esses indicadores da melhor forma, isto é, reduzindo-os. Isso porque, neste estudo, estas variáveis apresentaram uma força de associação muito baixa (quase nula) com a situação econômico-financeira, não possibilitando obter conclusões sobre as estas.

Devemos considerar que como todo e qualquer estudo, esta pesquisa também apresenta limitações, que neste caso estão relacionadas com a amostra, por serem considerados os hospitais da região Sul do Brasil, além disso, as variáveis para análise dessa relação entre o desempenho operacional e situação econômico-financeira, também pode ser considerada uma limitação. A base de dados utilizada e os anos também são consideradas limitações do estudo, pois não se tem dados mais recentes (após 2014) disponíveis. Como sugestão para estudos futuros tem-se a ampliação da população para todos os hospitais do Brasil ou até mesmo, de outras regiões, para fins de comparabilidade.

## Referências

- AIKEN, L. H.; CLARKE, S. P.; SLOANE, D. M. Hospital staffing, organization, and quality of care: cross-national findings. *Nursing Outlook*, v. 50, n. 5, p. 187-194, 2002.
- AKASHI, H.; YAMADA, T.; HUOT, E.; KANAL, K.; SUGIMOTO, T. User fees at a public hospital in Cambodia: effects on hospital performance and provider attitudes. *Social Science & Medicine*, v. 58, n. 3, p. 553-564, 2004.

- AZEVEDO, C. D. S.; SÁ, M. D. C.; CUNHA, M.; MATTA, G. C.; MIRANDA, L.; GRABOIS, V. Racionalização e Construção de Sentido na Gestão do Cuidado: uma experiência de mudança em um hospital do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 1991-2002, 2017.
- BITTAR, O. J. N. V. Indicadores de qualidade e quantidade em saúde. *Revista de Administração em Saúde*, p. 87-93, 2009.
- BONACIM, C. A. G.; ARAUJO, A. M. P. D. Avaliação de desempenho econômico-financeiro dos serviços de saúde: os reflexos das políticas operacionais no setor hospitalar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 1055-1069, 2011.
- CESCONETTO, A.; SANTOS LAPA, J.; CALVO, M. C. M. Avaliação da eficiência produtiva de hospitais do SUS de Santa Catarina, Brasil Evaluation of productive efficiency in the Unified National Health System hospitals in the State of Santa Catarina, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 10, p. 2407-2417, 2008.
- CREIXANS, J.; ARIMANY-SERRAT, N. Influential variables in the profitability of hospital companies. *Intangible Capital*, v. 14, n. 1, p. 171-185, 2018.
- CROWE, D.; GARMAN, A. N.; LI, C. C.; HELTON, J.; ANDERSON, M. M.; BUTLER, P. Leadership development practices and hospital financial outcomes. *Health Services Management Research*, v. 30, n. 3, p.140-147, 2017.
- FERREIRA, L. C. M.; COUTINHO, F. G.; VIEIRA, A. Relações de poder e decisão: conflitos entre médicos e administradores hospitalares. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 6, p. 31-54, 2010.
- FEUERWERKER, L. C. M.; CECÍLIO, L. C. D. O. O hospital e a formação em saúde: desafios atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 965-971, 2007.
- FIONDELLA, C.; MACCHIONI, R.; MAFFEI, M.; SPANÒ, R. Successful changes in management accounting systems: A healthcare case study. *Accounting Forum*, v. 40, n. 3, p. 186-204, 2016.
- FREIRE, R. P.; PITASSI, C.; GONÇALVES, A. A.; SCHOUT, D. Gestão de equipamentos médicos: o papel das práticas de qualidade em um hospital de excelência brasileiro. *RAHIS*, v. 8, n. 8, p. 28-41, 2012.
- FREITAS, M. N. de. Indicadores de desempenho como instrumento de gestão em unidades hospitalares. 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- GHOLAMI, R.; HIGÓN, D. A.; EMROUZNEJAD, A. Hospital performance: Efficiency or quality? Can we have both with IT?. *Expert Systems with Applications*, v. 42, n. 12, p. 5390-5400, 2015.
- GROENE, O.; SKAU, J. K.; FRØLICH, A. An international review of projects on hospital performance assessment. *International Journal for Quality in Health Care*, v. 20, n. 3, p. 162-171, 2008.
- GUERRA, M. Análise de Desempenho de Organizações Hospitalares. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria (CEPCON), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011.
- HAIR, J.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Bookman Companhia, 2005.

- HIBBARD, J. H.; STOCKARD, J.; TUSLER, M. Hospital performance reports: impact on quality, market share, and reputation. *Health Affairs*, v. 24, n. 4, p. 1150-1160, 2005.
- HVENEGAARD, A.; ARENDT, J. N.; STREET, A.; GYRD-HANSEN, D. Exploring the relationship between costs and quality: Does the joint evaluation of costs and quality alter the ranking of Danish hospital departments?. *The European Journal of Health Economics*, v. 12, n. 6, p. 541-551, 2011.
- LI, L. X.; BENTON, W. C.; LEONG, G. K. The impact of strategic operations management decisions on community hospital performance. *Journal of Operations Management*, v. 20, n. 4, p. 389-408, 2002.
- LIMA NETO, L. de. Análise da situação econômico-financeira de hospitais. *Mundo Da Saúde*, v. 35, n. 3, p. 270-277, 2011.
- MARTINI, G.; BERTA, P.; MULLAHY, J.; VITTADINI, G. The effectiveness–efficiency trade-off in health care: The case of hospitals in Lombardy, Italy. *Regional Science and Urban Economics*, v. 49, p. 217-231, 2014.
- MARTINS, D. Administração financeira hospitalar. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MEDICI, A.; MURRAY, R. Desempenho de hospitais e melhorias na qualidade de saúde em São Paulo (Brasil) e Maryland (EUA). Washington: The World Bank, 2013.
- MILLER, M. R.; PRONOVOST, P.; DONITHAN, M.; ZEGER, S.; ZHAN, C.; MORLOCK, L.; MEYER, G. S. Relationship between performance measurement and accreditation: implications for quality of care and patient safety. *American Journal of Medical Quality*, v. 20, n. 5, p. 239-252, 2005.
- MINGOTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Editora UFMG, 2005.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Comunicado. Às entidades que detinham título de Utilidade Pública Federal. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-atendimento/entidades/comunicado-entidades-sociais.pdf>>. Acesso em: 23 Abr., 2018.
- ROGGENKAMP, S. D.; WHITE, K. R.; BAZZOLI, G. J. Adoption of hospital case management: economic and institutional influences. *Social Science & Medicine*, v. 60, n. 11, p. 2489-2500, 2005.
- SILVA, M. Z.; BORGET, A.; SCHULTZ, C. A. Sistematização de um método de custeio híbrido para o custeamento de procedimentos médicos: uma aplicação conjunta das metodologias ABC e UEP. *Revista de Ciências da Administração*, v. 11, n. 23, p. 217-244, 2009.
- SILVA, S. R. A.; GONÇALVES, M. A.; SIQUEIRA, P. C.; SILVEIRA, C. D. As decisões de investimento na Fundação Hospitalar de Minas Gerais e seus reflexos nos indicadores de qualidade. *RAHIS–Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde*, v. 1, n. 1, p. 46-57, 2008.
- SMET, M. Cost characteristics of hospitals. *Social Science & Medicine*, v. 55, n. 6, p. 895-906, 2002.
- SOUZA, A. A. de; AVELAR, E. A.; TORMIN, B. F.; SILVA, E. A. Análise financeira e de desempenho em hospitais públicos e filantrópicos brasileiros entre os anos de 2006 a 2011. *FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão*, v. 17, n. 1, p. 118-130, 2014.
- SOUZA, A. A. de; GUERRA, M.; OLIVEIRA, C.; GOMIDE, P. L. R.; PEREIRA, C. M.; FREITAS, D. A. Controle de gestão em organizações hospitalares. *REG. Revista de Gestão*, v. 16, n. 3, p. 15-29, 2009.

VELOSO, G. G.; MALIK, A. M. Análise do desempenho econômico-financeiro de empresas de saúde. RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2010.

VENDEMIATTI, M.; SIQUEIRA, E. S.; FILARDI, F.; BINOTTO, E.; SIMIONI, F. J. Conflito na gestão hospitalar: o papel da liderança. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 1301-1314, 2010.

VIGNOCHI, L.; GONÇALO, C. R.; LEZANA, Á. G. R. Como gestores hospitalares utilizam indicadores de desempenho?. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 54, n. 5, p. 496-509, 2014.

WATTERSON, D.; GABBE, B. J.; CLELAND, H.; EDGAR, D.; CAMERON, P. Developing the first Bi-National clinical quality registry for burns-lessons learned so far. Burns, v. 38, n. 1, p. 52-60, 2012.

# CAPÍTULO IV - ACIDENTE AMBIENTAL E DESEMPENHO ECONÔMICO- FINANCEIRO DA EMPRESA SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

Diandra Benedet<sup>14</sup>

Cleyton de Oliveira Ritta<sup>15</sup>

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar impactos do acidente ambiental de Mariana no desempenho econômico-financeiro da empresa Samarco Mineração S.A., no período entre os anos de 2014 a 2016. A pesquisa caracteriza-se com abordagem qualitativa por meio de estudo de caso e análise documental das Demonstrações Contábeis e Relatórios de Administração da empresa. Os índices de liquidez revelaram que a situação financeira que era favorável tornou-se desfavorável, pois a capacidade de pagamento de dívidas diminuiu. Os índices de estrutura de capital apontaram o crescimento das dívidas de curto e longo prazo devido ao aumento das provisões advindas do acidente. Os indicadores de rentabilidade mostraram que após o acidente a empresa deixou de ser rentável para os acionistas. Diante dos resultados, conclui-se que o acidente ambiental trouxe impactos negativos para as finanças da empresa, bem como para a imagem organizacional perante a sociedade. A paralisação das atividades operacionais afetou diretamente as práticas contábeis da companhia, uma vez que foram reconhecidas diversas provisões que acarretaram aumento no passivo, diminuição no ativo e

---

14 Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: diandrabenedet@hotmail.com.

15 Doutor em Ciências Contábeis e Administração. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cleytonritta@gmail.com.

no patrimônio líquido. Por ter uma atividade de exploração de recursos naturais, a empresa promovia uma imagem sustentável para assegurar legitimidade na sociedade, porém após o acidente, a imagem de empresa sustentável foi gravemente abalada. No entanto, no que concerne a evidenciação contábil, a empresa divulgou de modo adequado os impactos do acidente na situação econômico-financeira do negócio, no intuito que os usuários das informações contábeis possam compreender a realidade organizacional.

**Palavras-chave:** Evidenciação Contábil; Desempenho Econômico-Financeiro; Acidente Ambiental; Samarco S.A.

#### 4.1 Introdução

A preocupação e responsabilidade com o meio ambiente vem crescendo cada vez mais na sociedade mundial. O perfil dos consumidores tem se tornado mais exigente quando se trata de sustentabilidade e utilização de recursos naturais. Nesse contexto destaca-se a contabilidade como fonte de geração de informações sobre as mutações patrimoniais das entidades, bem como da gestão e dos impactos ambientais das operações econômicas desenvolvidas pelas empresas (PAIVA, 2003).

Nos últimos anos, a preocupação e cuidados com o meio ambiente tornou-se global. No ano de 1972, em Estocolmo/Suécia, aconteceu a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, que reuniu vários países para tratar de assuntos ambientais. Este evento foi responsável por um grande progresso na conscientização ambiental no mundo. Em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro/Brasil (FERREIRA, 2006).

Na conferência de 1992, foi produzido um documento chamado de “Agenda 21”, que foi assinado por 170 países a fim de reconhecer ações para a proteção do meio ambiente. Esses e muitos outros eventos contribuíram para a conscientização das pessoas e das empresas em relação ao uso dos recursos naturais e cuidados com foco na prevenção de acontecimentos que degradam a natureza (FERREIRA, 2006).

Neste contexto, surge a contabilidade ambiental. De acordo com Ribeiro (2005), a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma parte já conhecida da contabilidade, no entanto com o foco em reconhecer, calcular, esclarecer eventos de uma entidade que estejam ligados à proteção, conservação e restauração do ambiente. A contabilidade ambiental é uma área muito relevante nas organizações, visto que há uma necessidade de alcançar e apresentar comportamentos e ações que favoreçam o meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A conscientização da responsabilidade ambiental por parte das empresas tem aumentado em razão da globalização dos negócios que permitiu maior visibilidade das operações e, portanto, exigiu um maior compromisso com o ambiente, por meio de processos sustentáveis de produção e comercialização. Além disso, os governos e organizações sociais criaram uma postura mais rígida quanto às questões que impactam o meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

Nas organizações, uma das maneiras de se verificar o impacto das operações no meio ambiente é por meio da evidenciação contábil nas Demonstrações Financeiras. Nessas demonstrações ocorrem a divulgação de ativos e passivos ambientais e o reconhecimento de receitas, custos e despesas que envolvem questões ambientais e o desempenho econômico-financeiro. Segundo Paiva (2003), as empresas que se preocupam em evidenciar informações de contabilidade ambiental, têm uma postura diferenciada perante a opinião pública.

Devido ao aumento da conscientização ambiental, nos anos 70 a 80 definiu-se o significado de “impacto ambiental”, onde vários países identificaram a necessidade de determinar condutas e medidas para mensurar os efeitos contrários causados na natureza por interferência humana (TINOCO; KRAEMER, 2011). Desta forma, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) traz a definição de impacto ambiental em seu art. 1º da Resolução n. 1, de 23 de janeiro de 1986: “considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente e o bem-estar da população”

No Brasil, um caso de impacto ambiental de grande repercussão mundial foi o rompimento da barragem, da empresa Samarco Mineração



S.A. na cidade de Mariana, no estado Minas Gerais, que aconteceu no ano de 2015. A Samarco é uma empresa de capital fechado, fundada em 1977, que tem por principais acionistas as empresas Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. Como principal produto destaca-se pelotas de minério ferro que são exportados para mais de 20 países. O acidente ambiental aconteceu pelo rompimento da estrutura física da barragem, onde aproximadamente 43,7 milhões de metros cúbicos de rejeito atingiram a região de Mariana (Minas Gerais) e Anchieta (Espírito Santo) (SAMARCO, 2015).

Diante do exposto, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais os impactos do acidente ambiental de Mariana no desempenho econômico-financeiro da empresa Samarco Mineração S.A.? Para responder a essa pergunta, o objetivo geral da pesquisa é investigar os impactos do acidente ambiental de Mariana no desempenho econômico-financeiro da empresa Samarco Mineração S.A., no período entre os anos de 2014 a 2016. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, estipularam-se os seguintes objetivos específicos: a) apresentar uma síntese do acidente ambiental de Mariana, b) verificar a situação patrimonial da empresa antes e depois do acidente ambiental evidenciadas nas demonstrações contábeis; c) analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa antes e depois do acidente ambiental por meio de indicadores contábeis.

As consequências do acidente ambiental nas áreas atingidas foram incontáveis, deixando os rejeitos ao longo do rio Doce, atingindo corpos hídricos, prejudicando pessoas e destruindo os municípios envolvidos (SAMARCO, 2015). Os efeitos do acidente não foram violentos somente com o meio ambiente, mas a empresa também sofreu vários impactos econômicos e financeiros que foram refletidos nas demonstrações contábeis. Como contribuição social, a pesquisa revela como um acidente ambiental impacta no desempenho econômico-financeiro e nas práticas contábeis de uma empresa para os usuários da informação contábil-financeira, como gestores, investidores, credores e sociedade de modo geral. A evidenciação de informações contábeis e ambientais mostra a preocupação com a sustentabilidade dos negócios e contribui para que a sociedade perceba o perfil econômico, social e ambiental das organizações.

O artigo está estruturado em cinco seções, considerando esta introdução como Seção 1. Na sequência, a Seção 2 apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa. A seção 3 contempla os procedimentos metodológicos para realização do trabalho. A seção 4 mostra os resultados da pesquisa. Na seção 5 discorre-se sobre as considerações finais. Por fim, são evidenciadas as referências utilizadas no trabalho.

## 4.2 Fundamentação teórica

Esta seção apresenta aspectos sobre evidenciação contábil, análise das demonstrações contábeis e estudos anteriores sobre o tema de pesquisa.

### 4.2.1 Evidenciação contábil

Evidenciação ou *disclosure* é a prática de divulgar informações que pertencem ao patrimônio e ao funcionamento das companhias (RITTA, 2010). Além disso, a evidenciação pode ser considerada toda e qualquer informação publicada que atende os usuários internos e externos, no tocante aos dados referentes à situação patrimonial da organização (PIACENTINI, 2004). Desta forma, o objetivo da evidenciação está intimamente ligado ao objetivo da contabilidade, que é “fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade” (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 53).

As demonstrações contábeis divulgadas pelas organizações devem ter aspectos de transparência, materialidade, clareza e relevância. Para isso, as informações devem ser cuidadosamente trabalhadas em todo o processo contábil, para que haja eficácia na comunicação entre a empresa e os usuários (PIACENTINI, 2004).

De acordo com Iudícibus e Marion (2007, p. 73), o “relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Ele objetiva relatar os principais fatos registrados em determinado período”. A evidenciação desses relatórios, pode ser compulsória ou voluntária. As compulsórias são aquelas exigidas por lei e as voluntárias ou não obrigatórias são aquelas publicadas quando

não há exigência de lei, porém, isso não indica que são menos importantes (IUDÍCIBUS; MARION, 2007).

As demonstrações financeiras que são obrigatórias pela Lei n. 6.404/76, das Sociedades por Ações, alterada pela Lei n. 11.638/07, Sociedades de Grande Porte e Elaboração e Divulgação das Demonstrações Financeiras, são as seguintes: a) balanço patrimonial, b) demonstração do resultado do exercício, c) demonstração das mutações do patrimônio líquido, d) demonstração dos fluxos de caixa, e) demonstração do valor adicionado; f) notas explicativas.

As notas explicativas complementam as demonstrações contábeis, com intuito de esclarecer os resultados divulgados nas outras demonstrações. As sociedades limitadas não são obrigadas a divulgar seus relatórios contábeis, contudo, pela legislação 6.404/76, elas devem estruturar suas demonstrações no formato das sociedades anônimas. Não obstante, as demonstrações divulgadas devem conter o máximo de evidenciação possível para que propiciem entendimento da situação patrimonial, econômica, financeira e social aos usuários da informação contábil (PIACENTINI, 2004).

A divulgação das informações de uma empresa referentes a sua atuação no meio ambiente é uma forma de divulgação voluntária (COELHO; OTT; PIRES; ALVES, 2014). O Relatório de Sustentabilidade é uma forma de divulgar as informações ocorridas na empresa em relação ao meio ambiente, nele são divulgadas as contribuições da empresa para o meio ambiente, sejam elas boas ou ruins (SUSTAINABILITY REPORTING GUIDELINES, 2011). Outra forma de evidenciação voluntária, é o Balanço Social. No Brasil, o Balanço Social não é um relatório obrigatório, por isto, não possui uma estrutura padrão, contudo, nele é divulgado o perfil da organização frente às questões sociais (SOUZA, CRUZ, MACHADO; MENDES, 2008).

A evidenciação voluntária sobre as operações da empresa demonstra a existência de uma consciência social e transparece um certo grau de responsabilidade e amadurecimento para com os usuários da informação, bem como para a sociedade de modo geral (PAIVA, 2003). Graham, Harvey e Rajgopal (2005) verificaram que os principais mo-

tivos que levam as organizações a realizar uma evidenciação voluntária foram: a) promover uma imagem de transparência para o mercado de capitais, b) preservar ou tornar maior o preço das ações; e c) compensar as limitações das divulgações obrigatórias.

Em suma, a prática de evidenciar as informações contábeis, melhora o relacionamento com acionistas e investidores, pois transmite segurança ao aplicar dinheiro na organização, seja esta prática voluntária ou involuntária (PAIVA, 2003).

#### **4.2.2 Análise das demonstrações contábeis**

Análise das demonstrações contábeis, define-se como o estudo da situação econômico-financeira de uma parte ou do todo patrimonial de uma organização, mediante a decomposição de elementos e levantamentos de dados contábeis (SÁ, 2005). De acordo com Santos, Schmidt e Martins (2006), o objetivo da análise das demonstrações contábeis é constatar a situação econômico-financeira de uma organização, com base nos valores das demonstrações financeiras.

Matarazzo (2010) corrobora ao mencionar que as análises das demonstrações contábeis são direcionadas de acordo com o que é relevante aos usuários internos e externos das informações geradas, sendo que usuários internos são: sócios, gerência e encarregados de tomar decisões, e usuários externos são: fornecedores, instituições financeiras, governo, prováveis investidores e outros. As finalidades mais frequentes das análises das demonstrações contábeis são para: concessão de crédito, concessão de empréstimos, investimentos, entrada no mercado de capitais, controles internos administrativos, estudos de probabilidades patrimoniais, decisões administrativas, pesquisas científicas e outras (SÁ, 2005).

Para atender aos interesses de diversos usuários, o analista das demonstrações contábeis deve escolher os indicadores que melhor possibilitem o entendimento do desempenho da empresa (SANTOS; SCHMIDT; MARTINS, 2006). Como cada tipo de análise tem um objetivo, o analista deve escolher um grupo de indicadores que possibilitem uma informação adequada e consistente para compreensão da realidade organizacional (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Segundo Matarazzo (2010), a análise dos índices financeiros é muito importante para avaliação de desempenho de uma empresa, que são calculados a partir das demonstrações contábeis. Os índices apresentam pontos fortes e pontos fracos de gestão e, com isso, pode-se realizar ações corretivas para melhorar o desempenho organizacional. Dentre os indicadores de análise do desempenho econômico-financeiro, para fins desta pesquisa destacam-se: indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade

Os indicadores de liquidez apontam a situação financeira de uma organização em relação às suas obrigações, ou seja, demonstra a sua capacidade de saldar suas dívidas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). O Quadro 1 apresenta os tipos e fórmulas de cálculo dos indicadores de liquidez.

**Quadro 1 – Indicadores de liquidez**

Indicadores	Fórmulas de cálculo	Características	Interpretação
Liquidez Geral	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	Quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto e longo prazo.	Quanto maior, melhor
Liquidez Seca	$\frac{AC - Est. - Desp. Antec.}{PC}$	Quanto a empresa possui de ativos de curto prazo líquidos de estoques e despesas antecipadas para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor
Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo.	Quanto maior, melhor

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014) e Assaf Neto (2015)

Os indicadores de estrutura de capital (endividamento) revelam o quanto a empresa depende de recursos de terceiros para o financiamento dos negócios, também mostram o nível de dependência entre o capi-

tal de terceiros e capital próprio (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). O Quadro 2 mostra os tipos e fórmulas de cálculo dos indicadores de estrutura de capital.

**Quadro 2 – Indicadores de estrutura de capital**

Indicadores	Fórmulas de cálculo	Características	Interpretação
Endividamento com Terceiros	$\frac{PC + PNC}{PL}$	Quanto a empresa tem de dívidas com terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor
Composição do Endividamento	$\frac{PC}{PC + PNC}$	Quanto a empresa possui de dívidas de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total com terceiros.	Quanto menor, melhor
Endividamento Total	$\frac{PC + PNC}{AT}$	Quanto a empresa possui de passivo com terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total	Quanto menor, melhor
Imobilização do capital próprio	$\frac{ANC}{PL}$	Quanto a empresa possui de ativos não circulantes para cada R\$ 1,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014) e Assaf Neto (2015)

Os indicadores de rentabilidade indicam o retorno sobre as vendas realizadas e o capital investido pelos proprietários (ASSAF NETO, 2012). Os indicadores de margem apontam a capacidade da empresa em gerar lucros por meio de vendas e os indicadores de retorno representam a relação entre o lucro e o capital investido (ASSAF NETO, 2012; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). O Quadro 3 apresenta os tipos e fórmulas de cálculo dos indicadores de rentabilidade.

Quadro 3 - Indicadores rentabilidade

Índice	Fórmula de cálculo	Característica	Interpretação
Margem Operacional	$\frac{LO}{RLV}$	Representa o lucro operacional em relação às receitas líquidas.	Quanto maior, melhor
Margem EBITDA	$\frac{Ebitda}{RLV}$	Representa o lucro antes dos juros, tributos sobre os lucros, depreciações/exaustões/amortizações em relação às receitas líquidas.	Quanto maior, melhor
Margem líquida	$\frac{LL}{RLV}$	Representa o lucro líquido em relação às receitas líquidas.	Quanto maior, melhor
Retorno sobre o Ativo (ROA)	$\frac{LL}{AT}$	Representa o retorno gerado em relação aos investimentos no ativo.	Quanto maior, melhor
Retorno sobre o PL (ROE)	$\frac{LL}{PL}$	Representa o retorno gerado em relação ao capital próprio investido pelos sócios.	Quanto maior, melhor

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014) e Assaf Neto (2015)

A análise das demonstrações contábeis mediante a utilização de indicadores é extremamente importante para a continuidade e sobrevivência de uma organização, pois possibilita interpretar informações dos relatórios contábeis que não ficam tão claras em um primeiro momento. Por meio da análise de indicadores é possível verificar situação de liquidez, a capacidade de pagamento de dívidas e ainda se a organização está gerando retorno financeiro ao negócio e, conseqüentemente, aos sócios. Mediante a interpretação dos indicadores econômico-financeiros, os gestores podem tomar decisões estratégicas, expandir as atividades operacionais, manter as finanças equilibradas e até alavancar os negócios para otimização do capital.

### 4.2.3 Estudos anteriores

Estudos sobre o impacto do acidente ambiental nas demonstrações contábeis da empresa Samarco Mineração S.A. são destaque na literatura contábil nas pesquisas de Lorandi (2016), Volpato e Tavares (2016), Fernandes (2017) e Borges, Ferreira e Rover (2017).

Os pesquisadores Pereira e Lorandi (2016) verificaram como a contabilidade ambiental e a evidenciação dos resultados apresentaram os impactos ambientais, as metodologias de reconhecimento de provisões e passivos contingentes e os critérios de reparos efetuados na empresa Samarco no ano do acidente ambiental de Mariana. O estudo teve como base o CPC 25 que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes. Foram analisados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício do ano 2015. Os pesquisadores concluíram que a empresa mensurou e avaliou os impactos tangíveis e intangíveis, que afetou não somente o local e o meio ambiente, mas também a vida das pessoas daquela localidade. Comprovaram também que a empresa provisionou o capital necessário para restauração da área afetada de acordo com o CPC 25.

Volpato e Tavares (2016) elaboraram uma análise nas demonstrações contábeis do ano de 2015 da empresa Vale S.A., que é uma das controladoras da empresa Samarco, com a finalidade de identificar os impactos do reconhecimento das provisões dos passivos ambientais resultantes do acidente ambiental de Mariana e se foram divulgados de forma fidedigna, como determina a lei 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), vigente no país. Os pesquisadores utilizaram as demonstrações contábeis de cada uma das entidades do exercício do ano de 2015. Os pesquisadores concluíram que a controlada (Samarco) apresentou de forma clara e fidedigna todos os impactos financeiros e contábeis causados pelo acidente. Apesar de toda complexidade de reconhecer de forma correta todos os passivos, a empresa cumpriu o que determina a legislação brasileira, evidenciando de forma legítima os danos em seu patrimônio. Entretanto, a controladora (Vale), não demonstrou a mesma postura de transparência como a controlada (Samarco),



pois não foram divulgados os prejuízos adquiridos através de sua controlada. Portanto, pode-se observar que a empresa apresentou dados irreais e desta forma não atendeu legislação com transparência na divulgação de informações econômico-financeiras.

Fernandes (2017) investigou os impactos causados pelo desastre da mineradora Samarco nas demonstrações contábeis da Vale, que é detentora de 50% do seu capital. O estudo coletou os relatórios financeiros emitidos pela companhia entre os anos de 2012 e 2016 e foram utilizados no estudo os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade da companhia. Os índices revelaram um prejuízo de R\$ 45.996.622,00 no ano de 2015, um significativo aumento no passivo circulante e diminuição do patrimônio líquido, motivos esses que favoreceram a queda do valor de mercado da companhia. Concluiu-se que o acidente na empresa Samarco trouxe graves prejuízos para sua controladora Vale.

Os pesquisadores de Borges, Ferreira e Rover (2017) realizaram uma pesquisa em jornais de grande circulação, com o objetivo de analisar como as empresas responsáveis por grandes acidentes ambientais publicaram as informações. A pesquisa foi dada através de 1.180 notícias entre os anos de 2000 e 2015, sendo que 1.027 notícias fizeram parte da amostra final. Na pesquisa foram analisados: Demonstrações Financeiras Padronizadas, Notas Explicativas, Relatórios de Sustentabilidade, Balanço Social, Formulário de Referência, Relato Integrado e Relatório da Administração. Na amostra final foram pesquisadas seis empresas: Cemig, Chevron Corporation, Petrobras Transpetro, Petróleo Brasileiro, Samarco Mineração e Ultracargo (Grupo Ultra). Os resultados mostraram que as empresas que mais evidenciaram as informações nos relatórios e próprios *websites* foram a Samarco e Ultracargo. Porém, de todas as divulgações realizadas, apenas a empresa Samarco apresentou o valor separado referente ao acidente de Mariana em seus relatórios. Além disso, a Samarco foi a que mais divulgou as informações sobre o acidente em diferentes canais de comunicação. Portanto de todas as empresas pesquisadas, a Samarco foi a que mais evidenciou dados sobre o acidente ambiental.

Os estudos revelam que as empresas que atuam na exploração de recursos naturais devem atentar para os possíveis impactos de acidentes ambientais na situação econômico-financeira do negócio. Para minimizar os riscos econômico-financeiros da operação, as organizações podem utilizar políticas contábeis de provisão, passivos contingentes e de retenção de lucros para fazer frente as possíveis necessidades financeiras de reparação de danos ambientais e assegurar a sustentabilidade organizacional.

### **4.3 Procedimentos metodológicos**

Para investigar os impactos do acidente ambiental de Mariana no desempenho econômico-financeiro da empresa Samarco S.A, realiza-se uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa por meio do método de estudo de caso e pesquisa documental.

A natureza da pesquisa se caracteriza como descritiva. De acordo com Gil (1994), a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento relações entre variáveis”. Desta forma, este estudo busca descrever os impactos causados pelo acidente em Mariana, nas demonstrações contábeis de uma empresa mineradora, através de análises feitas com indicadores econômico-financeiros.

Abordagem da pesquisa se configura como qualitativa, uma vez que busca compreender a situações econômico-financeira antes e depois do acidente ambiental na empresa Samarco Mineração S.A. De acordo com Richardson (1999), na pesquisa qualitativa tem por foco descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, sem o emprego de instrumental estatístico para análise dos dados.

Em relação ao método de pesquisa, o trabalho caracteriza-se como estudo de caso na empresa Samarco Mineração S.A. localizada no estado de Minas Gerais, Brasil. Conforme Yin (2005), um estudo de caso é uma investigação prática que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto social.

Como procedimento de coleta de dados foram utilizados os Relatórios de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2014 a 2016, disponíveis no *site* da empresa. Segundo Gil (2002), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. O marco inicial da pesquisa é o ano de 2014, uma vez que é o ano que antecede o ano do acidente ambiental de Mariana (ano 2015). Como consequências, os anos de 2015 e 2016 representam o período contábil durante e após o acidente ambiental.

#### 4.4 Apresentação e análise dos resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa de acordo com os seguintes objetivos: a) apresentar uma síntese do acidente ambiental de Mariana, b) verificar a situação patrimonial da empresa antes e depois do acidente ambiental evidenciadas nas demonstrações contábeis; c) analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa antes e depois do acidente ambiental por meio de indicadores contábeis.

##### 4.4.1 Síntese do acidente ambiental

A Samarco Mineração S.A. é uma empresa de capital fechado e foi fundada em 1977. Representa uma *joint venture* entre as empresas Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil. A sede administrativa está localizada em Belo Horizonte/Minas Gerais. A empresa possui uma unidade fabril em Mariana/Minas Gerais e outra em Anchieta/Espírito. Na unidade de Mariana a empresa realiza as atividades de beneficiamento e concentração do minério. A movimentação de produtos ocorre por minerodutos que ligam as unidades operacionais de Minas Gerais e de Espírito Santo (SAMARCO, Relatório da administração e Demonstrações financeiras, 2014).

O principal produto da empresa é feito na unidade do Espírito Santo, na qual ocorrem os processos de pelotização, que é a transformação do minério concentrado em pelotas. Esta unidade também possui um terminal marítimo de sua propriedade para o escoamento

de sua produção. A maior parte das vendas é destinada para o mercado externo (SAMARCO, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, 2014).

A Samarco, por ter uma atividade de exploração, sempre divulgou nos relatórios financeiros seus programas ambientais e projetos de produção sustentável, visando a diminuição de desperdícios, o reaproveitamento da água; tudo isso para valorizar uma reputação ambiental. Porém, todas estas ações e precauções ambientais não foram suficientes para evitar o desastre em Mariana em 5 de novembro de 2015 (SAMARCO, Relatório Anual de Sustentabilidade, 2014; Relatório Bienal 2015-2016).

Cerca de 43,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos, compostos principalmente por óxido de ferro e sílica, foram liberados no acidente do rompimento da barragem, denominada Fundão. A onda de rejeitos atingiu desde a região de Mariana/Minas Gerais à foz do Rio Doce, no município de Linhares/Espírito Santo, causou a morte de 19 pessoas, destruiu as comunidades as atingidas, ocasionou impactos ao longo da bacia do Rio Doce e diversos outros danos sociais e ambientais (SAMARCO, Relatório Bienal 2015-2016). Este, foi considerado o maior acidente socioambiental do país, no setor de mineração (IBAMA, 2018).

Para minimizar os impactos do acidente foi constituída a Fundação Renova que surgiu da assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre o Ministério Público Federal, a Samarco e seus acionistas. Com isso, a empresa reconheceu suas responsabilidades, assumiu compromissos de reparação dos impactos causados pelo acidente e estabeleceu acordos para recuperação das nascentes do Rio Doce, como por exemplo: tratamento de esgotos e aterros sanitários; reconstrução de residências atingidas; programas de saúde, educação e proteção social e canais de contato para apoio às vítimas (SAMARCO, Relatório Bienal, 2015/2016).

Atualmente a empresa está com suas atividades operacionais interrompidas, sem previsão para o retorno. Para a retomada das operações, a empresa ainda aguarda a obtenção de licenças operacionais e ambientais, renegociações das obrigações com seus credores e devido financiamento para suportar o reinício das atividades operacionais. A

Samarco tem sido sustentada pelos aportes de capital de seus acionistas e por receitas não operacionais como excedentes de energia elétrica e ganhos com serviços logísticos no porto de sua propriedade (SAMARCO, Demonstrações Financeiras, 2017).

#### 4.4.2 Situação patrimonial da empresa

O Quadro 4 apresenta a estrutura do ativo patrimonial antes do acidente (2014), no período do acidente (2015) e um ano após o acidente (2016).

**Quadro 4 – Ativo da Samarco S.A.**

Ativo (Em milhares R\$)	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.515.734</b>	<b>3.086.002,00</b>	<b>536.867</b>
Disponível	2.117.649	1.822.801	57.652
Aplicações financeiras em caixa restrito	20	82.811	256
Clientes	637.264	190.657	9.289
Estoques	459.071	594.716	328.257
Tributos a recuperar	232.473	249.664	112.364
Despesas antecipadas	9.995	12.282	2.168
Outros ativos	59.262	133.071	26.881
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>16.041.373</b>	<b>24.337.458</b>	<b>19.483.346</b>
Depósitos judiciais	706.287	1.402.178	1.654.766
Tributos a recuperar	53.477	49.222	76.902
Imposto de renda diferido	-	1.373.155	-
Estoques	-	-	39.488
Outros ativos	36.952	35.475	68.036
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	15.176.630	21.356.302	17.553.812
Intangível	68.027	121.126	90.342
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.557.107</b>	<b>27.423.460</b>	<b>20.020.213</b>

Fonte: Dados da pesquisa

No período, as contas com maior representatividade (análise vertical) no ativo patrimonial foram: Clientes, Estoques, Depósitos Judiciais e Imobilizado. Em 2014, antes do acidente, tais contas tinham uma representatividade de 3,26% (Clientes), 2,35% (Estoques), 3,61% (Depósitos Judiciais) e 77,6% (Imobilizado). Após o acidente, no ano de 2016, as contas Clientes e Estoques tiveram uma representatividade menor, na proporção de 0,05% e 1,64%, respectivamente. Por sua vez, as contas de Depósitos Judiciais e Imobilizado representaram 8,27% e 87,68%, respectivamente.

Em relação à evolução (análise horizontal) do ativo patrimonial, comparando o ano de 2014 em relação ao ano de 2016, as contas Disponível e Clientes decresceram 97,28% e 98,54%. Isto foi resultante da paralização das operações após o acidente ambiental. Por outro lado, aumentaram as contas Aplicações Financeiras em caixa restrito (1.180%), Depósitos Judiciais (134,29%) e Imobilizado (15,66%).

O declínio da conta Disponível se deve a um termo assinado pela Samarco junto ao Ministério Público do Trabalho, com o intuito de garantir salários, benefícios e todas obrigações acessórias devidos aos empregados até a data de 1 de março de 2016. O valor desse montante foi reclassificado para a conta Aplicações Financeira em Caixa Restrito, justificando seu aumento.

A conta Aplicações Financeiras em Caixa Restrito é composta por um montante que foi reclassificado da conta Disponível e outros bloqueios judiciais diretamente ligados ao rompimento da barragem. A conta de Depósitos Judiciais, no longo prazo, é constituída por determinação judicial, relacionada ao processo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais por consequência do rompimento da barragem (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

As contas Clientes e Estoques diminuíram devido à paralização das atividades de comercialização e de produção. A conta Imobilizado é constituída por bens como terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, embarcações, veículos, minerodutos e outros. Em 2015 houve um aumento nesta conta, isto se deve a diversos investimentos realizados pela empresa ao longo do exercício, com o intuito de aumentar a capacidade produtiva

e repor máquinas e equipamentos industriais, cumprindo às normas e legislações ambientais, de saúde e segurança. Em 2016, o declínio da conta justifica-se pelo registro de provisões de perdas de ativos imobilizados decorrentes do rompimento da barragem. (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

O Quadro 5 mostra a estrutura do passivo e patrimônio líquido antes do acidente (2014), no período do acidente (2015) e um ano após o acidente (2016).

**Quadro 5 – Passivo e Patrimônio Líquido da Samarco S.A.**

<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Em milhares R\$)</b>	<b>Ano 2014</b>	<b>Ano 2015</b>	<b>Ano 2016</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>3.773.332</b>	<b>2.660.175</b>	<b>15.811.537</b>
Fornecedores	347.763	116.197	285.036
Salários e encargos	113.547	37.336	30.958
Tributos a recolher	62.380	66.866	86.211
Empréstimos e financiamentos	1.281.371	328.243	13.378.919
Encargos financeiros a pagar	75.301	108.388	359.680
Provisão para imposto de renda	68	6.657	84
Dividendos	1.619.936	-	-
Provisões diversas	112.712	1.975.145	1.636.058
Outros passivos	160.254	21.343	34.591
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>11.470.444</b>	<b>26.416.549</b>	<b>11.130.682,00</b>
Empr. e financiamentos a longo prazo	10.291.321	14.741.919	7.572
Encargos financeiros a pagar	177	740	1.246
Dividendos	-	2.805.548	2.805.548
Provisões para contingências	126.678	139.565	246.729
Imposto de renda diferido	512.742	-	1.306.471
Provisões diversas	367.043	8.551.899	6.008.675
Outros passivos	172.483,00	176.878,00	754.441,00

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.313.331</b>	<b>(1.653.264)</b>	<b>(6.922.006)</b>
Capital social	297.025	297.025	297.025
Reserva de capital	2.476	2.476	2.476
Reserva de lucros	294.549	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.615.120	3.589.203	1.682.404
Dividendos adicionais propostos	2.104.161	-	-
Prejuízo acumulado	-	(5.541.968)	(8.903.911)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>19.557.107</b>	<b>27.423.460</b>	<b>20.020.213</b>

Fonte: Dados da pesquisa

No período, as contas com maior representatividade (análise vertical) no passivo e patrimônio líquido foram: Empréstimos e Financiamentos de curto e longo Prazo, Dividendos, Provisões Diversas de curto e longo Prazo, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Prejuízo Acumulado. Em 2014, antes do acidente, tais contas tinham uma representatividade de 6,55% e 52,62% (Empréstimos e Financiamentos de curto e longo Prazo respectivamente), 8,28% (Dividendos de curto prazo), 0,58% e 1,88% (Provisões Diversas de curto e longo Prazo respectivamente) e 8,26% (Ajuste de Avaliação Patrimonial).

Após o acidente, no ano de 2016, as contas Empréstimos e Financiamentos de curto prazo, Provisões Diversas de curto e longo prazo, Dividendos de longo prazo e Ajuste de Avaliação Patrimonial tiveram uma representatividade maior, na proporção de 66,83%, 8,17%, 30,01%, 14,01% e 8,40% respectivamente. Por outro lado, as contas de Dividendos de curto prazo, Empréstimos e Financiamentos de longo prazo representaram 0% e 0,04% respectivamente. Cabe observar que antes do acidente não havia prejuízo acumulado e depois a empresa passou a ter prejuízo acumulado no valor de R\$ 8.903.911 bilhões com representatividade de 44,47%.

No tocante à evolução (análise horizontal) do passivo e patrimônio líquido, comparando o ano de 2014 em relação ao ano de 2016, destacam-se com aumento das contas Empréstimos e Financiamentos de



Curto Prazo (944,11%), Provisões Diversas de curto prazo (1.351,54%), Dividendos de longo prazo (100%), Provisões para Contingências (94,77%), Provisões Diversas de longo prazo (1.537,05%). Por outro lado, as contas com declínio foram: Dividendos de curto prazo (100%) e Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (99,93%).

A Samarco utiliza empréstimos e financiamentos para subsidiar seus projetos de longo prazo. Em 2014, destaca-se um contrato de financiamento com o BNDES de R\$201 milhões. Em 2016 este contrato foi cancelado, cabe ressaltar que a empresa vinha discutindo sua continuidade deste 2015. Não foi desembolsado nenhum valor para pagamento, visto que o mesmo possuía carência de 2 anos (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2014, 2015, 2016).

Em 2016, a Samarco realizou empréstimos com os acionistas Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., por meio de emissão de debêntures, não conversíveis em ações, ou seja, tal compromisso deverá ser liquidado no futuro. Essa operação foi necessária para liquidação da dívida com instituições financeiras e para suporte financeiro por consequência da paralisação das atividades operacionais da empresa que ocasionou o não cumprimento dos contratos de empréstimos e financiamentos com as instituições financeiras. Além disso, em 2016 ocorreu a reclassificação das operações de longo para curto, repercutindo na diminuição dos valores das obrigações de longo prazo e o aumento das de curto prazo (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

Em 2014, a conta Provisões Diversas de curto e longo prazos somavam R\$ 479.755 milhões e representavam obrigações com provisões de energia elétrica, direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro, compra de minério, desmobilização de ativos, recuperação ambiental e remuneração baseada em ações, que se trata de um benefício aos empregados (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2014, 2015, 2016).

No exercício de 2016, foram constituídas provisões para recuperação socioambiental e socioeconômica no valor de R\$ 7.211.112 bilhões referentes ao rompimento da barragem, provisão de energia elétrica no valor 1.536 milhões, provisão com obrigação para desmo-

bilização de ativos de 319.863 milhões e provisão sobre direitos minerais de 112.222 milhões, totalizando um saldo de R\$ 7.644.733 bilhões distribuídos em R\$ 1.636.058 bilhões no passivo circulante e R\$ 6.008.675 bilhões no passivo não circulante. As provisões diversas foram baseadas em informações existentes sobre prováveis desembolsos futuros gerados pelo acidente ambiental (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2014, 2015, 2016).

A conta de Dividendos representa os valores dos dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas, bem como dividendos adicionais. Os dividendos obrigatórios correspondem a 25% do Lucro Líquido, enquanto os dividendos adicionais são reconhecidos quando os valores propostos excedem à parcela mínima obrigatória. Nessa situação ocorre a provisão de dividendos adicionais de acordo com a decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Em abril de 2015 foi aprovada a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2014 como dividendos obrigatórios no valor de R\$ 701.387 milhões e como adicionais de R\$ 2.104.161 bilhões, totalizando em R\$ 2.805.548 bilhões. Entretanto, por consequência do acidente, a empresa foi impedida de efetuar a distribuição dos dividendos por meio de decisão judicial. Por isso, essa obrigação foi reclassificada para longo prazo e ainda não foi distribuída (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

O aumento na conta Provisões para Contingências se deve às contingências que exigem prováveis desembolsos futuros relacionados a processos judiciais e administrativos que incluem questões cíveis, trabalhistas e ambientais. A partir de 2015, as provisões referem-se aos processos movidos por indivíduos e entidades civis que procuram reparações dos impactos socioeconômicos, morais e ambientais causados pelo rompimento da barragem. Em 2014, o montante registrado nessa conta era de R\$ 126.678 milhões composto por ações tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. No ano de 2016, após o acidente, houve aumento para R\$ 246.729 milhões (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2014, 2015, 2016).

A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial teve um grande aumento no ano de 2015 devido o reconhecimento do efeito tributário referente às variações cambiais de instrumentos financeiros em Dólar Norte-americano para conversão moeda Real, sendo este último a moeda de apresentação das demonstrações financeiras (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

Em decorrência do acidente no ano de 2015, a empresa apresentou prejuízo ocasionado pela paralização das atividades e pelo reconhecimento de despesas provenientes das provisões estimadas para minimizar os danos sociais e ambientais. Com base na legislação 6.404/76, a empresa transferiu o montante de R\$ 294.549 milhões da conta Reservas de Lucros para compensar parte dos prejuízos acumulados (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

O Quadro 6 expõe a demonstração de resultado antes do antes do acidente (2014), no período do acidente (2015) e um ano após o acidente (2016).

**Quadro 6 – Demonstração de Resultado da Samarco S.A.**

<b>Demonstração do Resultado</b> <b>(Em milhares R\$)</b>	<b>Ano 2014</b>	<b>Ano 2015</b>	<b>Ano 2016</b>
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>7.536.864</b>	<b>6.481.508</b>	<b>207.056</b>
Custos de Vendas	(3.168.056)	(3.603.182)	(1.055.029)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.368.808</b>	<b>2.878.326</b>	<b>(847.973)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(958.955)</b>	<b>(11.090.313)</b>	<b>804.862</b>
Vendas	(172.927)	(173.767)	(55.973)
Gerais e administrativas	(64.394)	(58.374)	(67.404)
Outras despesas operacionais, líquidas	<b>(721.634)</b>	<b>(10.858.172)</b>	<b>928.239</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
<b>Resultado Oper. antes do Res. Financeiro</b>	<b>3.409.853</b>	<b>(8.211.987)</b>	<b>(43.111)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(62.388)</b>	<b>479.981</b>	<b>(626.692)</b>

Receitas financeiras	186.082	87.547	208.014
Despesas financeiras	(409.859)	(738.258)	(1.454.037)
Variações cambiais líquidas	161.389	1.130.692	619.331
<b>Resultado antes dos Tributos sobre Lucro</b>	<b>3.347.465</b>	<b>(7.732.006)</b>	<b>(669.803)</b>
Provisão para IRPJ e CSLL	(541.917)	1.895.489	(2.692.139)
<b>Resultado (Lucro ou Prejuízo) Líquido</b>	<b>2.805.548</b>	<b>(5.836.517)</b>	<b>(3.361.942)</b>

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2014, as contas com maior representatividade, em relação a conta Receita Líquida de Vendas foram: Custos de Vendas (42,03%), Lucro Bruto (57,97%), Despesas Operacionais (12,72%), Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro (45,24%), Resultado antes dos Tributos sobre Lucro (44,41%) e Resultado Líquido (37,22%). Em 2016, após o acidente, representatividade das contas ficaram: Custos de Vendas (509,54%), Lucro Bruto (-409,54%), Despesas operacionais (-388,72%), Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro (-20,82%), Resultado antes dos Tributos sobre Lucro (-323,49%) e Resultado Líquido (-1.623,69%).

Na análise horizontal, em relação ao ano de 2014 e 2016, a Receita Líquida de Vendas teve uma queda de 97,25% decorrente da paralização das operações. Conseqüentemente, as contas de custos e despesas proveniente das operações também tiveram quedas significativas. Por outro lado, em relação ao ano de 2014 e 2015, o acidente ambiental causou aumento na conta de Outras Despesas Operacionais (1.404,66%) que representam o reconhecimento dos gastos relacionados as provisões sociais e ambientais para reparar os danos à sociedade e ao meio ambiente e na conta de Resultado Financeiro referente às despesas financeiras (80,12%) e receitas variações cambiais (600,60%). Na relação entre o ano de 2014 e 2016, a conta de Despesas Financeiras aumentou 254,77% a conta de receita de Variações Cambiais diminuíram em 283,75%.

Nos anos de 2014 e 2015, a Samarco não efetuou vendas no mercado interno, apenas exportação. A empresa obteve outras receitas com excedentes de energia elétrica e ganhos com serviços logísticos em seu porto. Em 2016, as vendas continuaram no mercado externo e foram sustentadas apenas pelos estoques existentes. A empresa também obteve outras receitas com excedentes de energia elétrica e serviços logísticos no porto de sua propriedade. Desde a paralisação das atividades operacionais até fechamento do ano de 2016 não houve retomada da produção. Para assegurar a sobrevivência financeira da empresa, os acionistas aportam capital, via emissão de debêntures privadas não conversíveis em ações (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2014, 2015, 2016).

Mesmo sem produção, o montante de Custos das Vendas representa os gastos com serviços de terceiros destinados para manutenção e reparos das estruturas físicas fabris. Na conta de Despesas Operacionais, os itens que mais sofreram mutações foram provisões para contingências, provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica e despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica. Por consequência do rompimento da barragem, a empresa teve que realizar diversas provisões para arcar com as perdas provocadas pelo acidente ambiental. Em 2016 a conta outras despesas operacionais teve um resultado positivo por consequência de reversões e ajustes nas provisões para recuperação socioambiental e socioeconômica (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

Na conta Resultado Financeiro, a principal alteração de valores refere-se à geração de receitas financeiras de atualização monetária de depósitos judiciais, e de variação cambial de instrumentos financeiros; bem como de reconhecimento de despesas financeiras sobre provisões para contingências dos processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais e encargos sobre empréstimos e financiamentos (SAMARCO, Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, 2015, 2016).

### 4.4.3 Desempenho econômico-financeiro da empresa

Os indicadores de liquidez mostram que a capacidade financeira da Samarco em liquidar as dívidas entrou em declínio após o acidente ambiental, conforme evidencia o Quadro 7.

**Quadro 7 – Indicadores de Liquidez**

Indicadores de Liquidez	2014	2015	2016
Liquidez Corrente	0,93	1,16	0,03
Liquidez Seca	0,81	0,93	0,01
Liquidez Geral	1,28	0,94	0,74

Fonte: Elaborado pela autora

Em 2015, o acidente ambiental não trouxe grandes impactos na situação de liquidez, uma vez que o rompimento da barragem ocorreu no mês novembro. Entretanto, com a paralisação das atividades operacionais, no ano de 2016 a empresa acumulou prejuízo que afetou significativamente a liquidez e a deixou sem capacidade de liquidar as dívidas de curto e longo prazos.

No ano de 2015 em relação ao ano de 2014, a variação dos indicadores de liquidez corrente e geral ocorreu principalmente pelo reconhecimento das provisões e das reclassificações entre curto e longo prazos das contas de Empréstimos e Financiamentos e de Dividendos.

Os indicadores de estrutura de capital revelam o aumento da dependência de recursos de terceiros da Samarco para o financiar as atividades operacionais, conforme mostra o Quadro 8.

**Quadro 8 – Indicadores de Estrutura de Capital**

Indicadores de Estrutura de Capital	2014	2015	2016
Composição do Endividamento	0,25	0,09	0,59
Endividamento Total	0,78	1,06	1,35
Endividamento com Terceiros	3,53	-17,59	-3,89
Imobilização do capital próprio	3,72	-14,72	-2,81

Fonte: Elaborado pela autora

No ano de 2014, antes do acidente ambiental, a empresa já apresentava um elevado nível de Endividamento Total (0,78) e de Endividamento com Terceiros (3,53). Esses indicadores apontam que a empresa tinha uma política de estrutura de capital significativamente apoiada na utilização de recursos de terceiros, principalmente por meio de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras do exterior. Constata-se que um dos principais motivos para utilização de recursos de terceiros para financiar as operações é, também, a elevada necessidade de imobilização de capital (3,72), como forma de suportar as atividades de mineração que exigem edifícios, instalações, maquinários, equipamentos fabris e veículos de grande porte e valor.

No ano de 2015, as dívidas com empréstimos e financiamentos, por meio de emissão de debêntures, foram classificadas do curto prazo para longo prazo, o que justifica a queda da Composição do Endividamento (0,09) em relação ao ano de 2014. Entretanto, no ano de 2016 ocorreu nova reclassificação dos empréstimos e financiamentos para o curto prazo e reconhecimento das obrigações provenientes das provisões sociais e ambientais. Tudo isso fez aumentar a representatividade das obrigações de curto prazo.

Nos anos de 2015 e 2016, cabe ressaltar que os indicadores de endividamento com terceiros e imobilização do capital próprio ficaram negativos devido o valor patrimônio líquido ser negativo. Isso porque nesses períodos, a empresa apresentou prejuízo. Portanto a empresa não possui recursos próprios para financiar as operações e teve que recorrer aos seus acionistas como fonte de capital, por meio de emissão de debêntures, para a sobrevivência organizacional. Este fato também contribuiu para o aumento do endividamento de modo geral.

Os indicadores de rentabilidade evidenciam que a Samarco apresentou uma redução significativa nas margens de lucratividade e de retorno sobre capital investido, conforme demonstra o Quadro 9.

**Quadro 9 – Indicadores de Rentabilidade**

Indicadores de Rentabilidade	2014	2015	2016
Margem Operacional	45,24%	-126,70%	-20,82%
Margem Líquida	37,22%	-90,05%	-1.623,69%
Margem EBITDA	49,92%	-10,35%	0,00%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	65,04%	-353,03%	-48,57%
Retorno sobre Ativo (ROA)	14,35%	-21,28%	-16,79%

Fonte: Elaborado pela autora

No ano de 2014, antes do acidente ambiental, a empresa apresentava margens de lucratividades favoráveis para as operações. A Margens operacional e líquida eram significativas, respectivamente de 45,24% e 37,22%. O EBITDA, como um indicador do potencial de geração de caixa, era elevado 49,92%; revelando a eficiência operacional na utilização de insumos, visto que desconsidera o efeito das despesas econômicas de depreciação/amortização, despesas financeiras e tributos sobre lucro. No período, os retornos para o acionista (65,04%) e sobre os ativos (14,35%), também são significativos, indicando que a empresa gerava retorno sobre os capitais investidos. Além disso, quando o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) é maior que o Retorno sobre Ativo (ROA), revela uma situação de alavancagem financeira positiva. Isso aponta que a empresa agregou valor ao negócio/acionistas, ao utilizar capitais de terceiros para financiar as operações.

Nos anos subsequentes ao acidente devido à paralização das atividades e o reconhecimento das despesas com provisões sociais e ambientais, os resultados foram negativos. Logo os indicadores mostram a perda de valor do negócio, tanto nas operações, quanto para capital investido dos sócios ou dos ativos.

**Considerações finais**

A análise das demonstrações contábeis, por meio de indicadores de desempenho, auxilia gestores e investidores na compreensão da situação econômica e financeira das organizações. Os indicadores de



desempenho fornecem informações que não podem ser obtidas apenas com a leitura dos relatórios financeiros. Os indicadores por meio de relação entre contas apontam o desempenho histórico e tendências futuras sobre fragilidades e potencialidades do negócio. Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi investigar os impactos do acidente ambiental de Mariana no desempenho econômico-financeiro da empresa Samarco Mineração S.A., no período entre os anos de 2014 a 2016.

Os resultados da pesquisa indicam, em relação ao objetivo específico 1 – síntese do acidente ambiental de Mariana – que a estrutura contábil da empresa foi gravemente afetada pelo acidente. Após o rompimento da barragem, as atividades operacionais da empresa foram interrompidas, conseqüentemente a empresa não conseguiu apresentar lucros. Foi necessário o lançamento de diversas provisões para arcar com as perdas e processos judiciais gerados pelo acidente. Em concordância com o estudo dos pesquisadores Borges, Ferreira e Rover (2017), a Samarco evidenciou, por meio dos relatórios contábeis, todos os impactos econômicos e financeiros causados pelo acidente ambiental.

Quanto ao objetivo específico 2 – situação patrimonial da empresa antes e depois do acidente ambiental – os resultados da pesquisa apontam que o acidente impactou de forma significativa as operações da companhia, sua situação patrimonial e financeira. A empresa que antes do desastre gerava lucros e possuía capacidade financeira de pagamento de dívidas, após a suspensão das atividades, deixou de gerar fluxos de caixas positivos, a capacidade de pagamento de dívidas diminuiu e houve elevação no passivo, principalmente nas provisões. O ativo e patrimônio líquido de modo geral sofreram uma queda, conseqüentemente a empresa deixou de ser rentável aos sócios.

No que concerne ao objetivo específico 3 – desempenho econômico-financeiro da empresa antes e depois do acidente ambiental – os índices de liquidez revelaram que a situação financeira que era favorável tornou-se desfavorável, pois houve um grande aumento no passivo da empresa e não houveram fluxos de caixas suficientes para assumir essas obrigações, portanto a capacidade de pagamento diminuiu. Os índices de estrutura de capital apontam que antes do acidente o nível de depen-

dência de capital de terceiros já era alto devido a elevada necessidade de imobilização do capital próprio, como maneira de sustentar as atividades de mineração. Entretanto, após o acidente houve o crescimento das dívidas de curto e longo prazo devido ao aumento das provisões advindas do acidente e empréstimos com os acionistas. Os indicadores de rentabilidade mostraram que após o acidente a empresa deixou de ser rentável para os acionistas, pois deixou de apresentar lucros, por isso, os acionistas tiveram que capitalizar a empresa.

Diante dos resultados, conclui-se que o acidente ambiental trouxe impactos negativos para as finanças da empresa, bem como para a imagem organizacional perante a sociedade. A paralisação das atividades operacionais afetou diretamente as práticas contábeis da companhia, uma vez que foram reconhecidas diversas provisões que acarretaram aumento no passivo e diminuição no ativo e no patrimônio líquido. Por ter uma atividade de exploração de recursos naturais, a empresa promovia uma imagem sustentável para assegurar legitimidade na sociedade, porém após o acidente, a imagem de empresa sustentável foi gravemente abalada. No entanto, no que concerne a evidenciação contábil, a empresa divulgou de modo adequado os impactos do acidente na situação econômico-financeira do negócio, no intuito que os usuários das informações contábeis possam compreender a realidade organizacional.

Por fim, como sugestão para futuras pesquisas indicam-se: a) continuidade da pesquisa na empresa para anos posteriores do acidente; e b) replicação do estudo em outra empresa que passou por um acidente ambiental para fins de comparação de resultados.

## Referências

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BORGES, L. M.; FERREIRA J. S.; ROVER S. Divulgação de acidentes ambientais no Brasil: uma análise a partir de notícias de jornais de grande circulação. RMC - Revista Mineira de Contabilidade, ISSN 2446-9114, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, art 1, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=709&path%5B%5D=442>> Acesso em: 02 de maio, 2018.

BRASIL. Conama. Resolução n. 1. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA. Resolução Conama Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, Brasil. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>>. Acesso em: 15 novembro, 2018.

BRASIL. Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)> Acesso em: 17 de agosto, 2018.

COELHO, F. Q.; OTT, E.; PIRES, C. B.; ALVES, T. W. Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente.

Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1290>> Acesso em: 11 de novembro, 2018.

FERNANDES, B.; SILVA, C. A. A.; STEFANELLI, N. O.; CARVALHO, L. S.;

PASSOS, I. C. Análise das demonstrações contábeis da Vale S.A.: o antes e depois do acidente ocorrido na Samarco em 2015. In: XIX ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE (ENGEMA), 19, 2017, São Paulo. Anais do XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), São Paulo: FEA-USP, 2017. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/485.pdf>> Acesso em: 02 de março, 2018.

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAHAM, J. R.; HARVEY, C. R.; RAJGOPAL, S. The Economic Implications of Corporate Financial Reporting. Journal of accounting and economics. Cambridge, v. 40, n. 1-3, 2005. Disponível em: <[https://faculty.fuqua.duke.edu/~charvey/Research/Working\\_Papers/W73\\_The\\_economic\\_implications.pdf](https://faculty.fuqua.duke.edu/~charvey/Research/Working_Papers/W73_The_economic_implications.pdf)> Acesso em: 25 de abril, 2018.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE, G. R. I. et al. Sustainability reporting guidelines, 2002. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/G3.1-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>> Acesso em: 11 de novembro, 2018.

IBAMA - INSTITUTO BRADILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. 2018. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites?id=117>> Acesso em: 15 de novembro, 2018.

IUDÍCIBUS, S. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, P. R. Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA, L.; LORANDI, J. A. Contabilidade ambiental e a evidenciação das contingências no caso da companhia Samarco SA. In: XVIII ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE (ENGEMA), 18, 2016, São Paulo. Anais do XVIII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), São Paulo: FEA-USP, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178648/Larissa%20Pereira%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 de agosto, 2018.

PIACENTINI, N. Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras. 2004. 132 f. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos–UNISINOS, São Leopoldo. Disponível em:<[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2784/NEUSA\\_PIACENTINI.PDF?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2784/NEUSA_PIACENTINI.PDF?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 18 de abril, 2018.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTA, C. O. Evidenciação contábil de ativos intangíveis: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa nos anos de 2006, 2007 e 2008, 2010. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93759>> Acesso em: 11 de abril, 2018.

SÁ, A. L. Moderna análise de balanços ao alcance de todos. Curitiba: Juruá, 2006.

SCHMIDT, P.; MARTINS, M. A. Fundamentos de análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2006.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (2014). Relatório Anual de Sustentabilidade 2014. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>> Acesso em: 28 de abril, 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (2014). Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2014. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-da-Administra-o-e-Demonstra-es-Financeiras.pdf>> Acesso em: 28 de abril, 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (2015). Demonstrações financeiras 2015. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2015-DFs\\_portugues\\_final\\_07062016.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2015-DFs_portugues_final_07062016.pdf)> Acesso em: 28 de abril, 2018

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (2015 - 2016). Relatório Bienal 2015 - 2016. Disponível em: [http://www.samarco.com/wpcontent/uploads/2017/09/Samarco\\_Relatorio-Bienal-2015\\_16-08092017.pdf](http://www.samarco.com/wpcontent/uploads/2017/09/Samarco_Relatorio-Bienal-2015_16-08092017.pdf) Acesso em: 20 de março, 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. (2016). Demonstrações financeiras 2016. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wpcontent/uploads/2017/09/Samarco\\_DFs-2016-versao-portugues-050917-final.pdf](https://www.samarco.com/wpcontent/uploads/2017/09/Samarco_DFs-2016-versao-portugues-050917-final.pdf)> Acesso em: 28 de abril, 2018

SOUZA, M. A.; CRUZ, A. P. C.; MACHADO, D. G.; MENDES, R. C. Evidenciação voluntária de informações contábeis por companhias abertas do sul brasileiro. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 4, n. 4, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/2587>> Acesso em: 11 de novembro, 2018.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. 3. ed. Atual. São Paulo: Atlas, 2011.

VOLPATO, F.; TAVARES, M. F. N. Uma Análise dos reflexos nas demonstrações contábeis da Vale SA após o reconhecimento de Passivos ambientais pela Samarco SA. In: X SEMINÁRIO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 1, 2016, Pernambuco. Anais do 10º Congresso UFPE de Ciências Contábeis, Pernambuco: UFPE, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view/3579/4992>> Acesso em: 17 de agosto, 2018.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# CAPÍTULO V - INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO – TTD 410

Elaine da Silva Martins<sup>16</sup>

Júlio Cesar Zilli<sup>17</sup>

Patriele De Faveri Fontana<sup>18</sup>

Luan Machado<sup>19</sup>

## Resumo

O Tratamento Tributário Diferenciado – TTD é um incentivo fiscal concedido pelo governo do estado de Santa Catarina para beneficiar estabelecimentos localizados no estado, proporcionando o desenvolvimento do comércio, dos portos e aeroportos. Desta forma, este estudo tem por objetivo identificar comparativamente a incidência tributária no processo de importação, direta e por conta e ordem de terceiros com a implementação do Tratamento Tributário Diferenciado - TTD 410. Metodologicamente, caracterizou-se com uma abordagem essencialmente quantitativa, por meio de um estudo descritivo e aplicado quanto aos fins de investigação, e, bibliográfico, documental e um estudo de caso único, quanto aos meios de investigação. A análise dos dados secundários ocorreu por meio da análise de conteúdo. Constatou-se que a importação por conta e ordem é a indicada com relação ao reco-

---

16 Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: elaine\_bn@outlook.com

17 Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: zilli42@hotmail.com

18 Especialista em Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: patrielefontana@gmail.com

19 Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: luanphilippi@unesc.net

lhimento dos tributos, em especial, para as micro e pequenas empresas. No estudo de caso, a empresa importadora é tributada pelo lucro presumido e terá direito integral do crédito de ICMS, sendo mais vantajoso a importação direta e com vendas interestaduais para o Sul e Sudeste. Para adesão a importação com o TTD 410, no caso das empresas tributadas pelo simples nacional, é possível solicitar a contratação de empresa terceirizada ou realizar solicitação do benefício fiscal na Secretaria do Estado de Santa Catarina, cumprindo todos os requisitos necessários.

**Palavras-chave:** Incentivos Fiscais; Importação; TTD 410.

## 5.1 Introdução

O comércio internacional obteve um crescimento relativamente lento até a evolução dos meios de transportes, que estão cada vez mais aprimorados, assim como as indústrias e os meios de produção. Com o advento da globalização e a expansão do comércio exterior, as relações de compra e venda de mercadorias foram plenamente afetadas.

De acordo com Cavusgil *et al.* (2010 p.14), “[...] a globalização incentiva os governos a adotarem políticas econômicas sólidas e os gestores a administrarem suas empresas com mais eficiência”, por meio desta, os mercados tornam-se mais competitivos e assim, as empresas passaram buscar uma gestão resistente a concorrência.

Por meio das transformações políticas e econômicas, Stewart (2006) aborda que é visto o papel designado por cada nação no mercado mundial, como fornecedor ou como consumidor, resultando em uma interdependência econômica, em que cada nação depende de outra para o decorrer das suas atividades. Desta forma, Cavusgil *et al.* (2010) argumentam que os negócios internacionais se referem a desenvolvimento de atividades comerciais e de investimentos, por meio das fronteiras de países, também sendo denominados de negócios interfronteira, possibilitando que as empresas organizem, abasteçam, fabriquem e comercializem em escala internacional.

Portando, houve considerável aumento na capacidade produtiva, fazendo com que as empresas pudessem obter no mercado externo, alternativas para se diferenciar e fornecer aos clientes, produtos com qualidade e preços mais competitivos. Coube à economia brasileira adotar medidas para acompanhar a onda global, como forma de proteção da própria indústria, aprimorando os meios de produção, transporte e comunicação.

A importação, segundo Keedi (2004), tornou-se importante para a economia, pois contribui para a diversificação de produtos, aumentando o leque de fornecedores e reduzindo os riscos de crise com variações de preços. No âmbito da importação, pode-se elencar a implantação de redução de alíquotas do Imposto de Importação, eliminação das restrições das barreiras não tarifárias, benefícios fiscais, entre outros meios para fortificar a indústria e comércio.

Assim, os incentivos fiscais atuam no sentido do desenvolvimento de determinada região em relação a atividades específicas, são originados mediante políticas públicas e organizações coletivas, ambas interessadas em preservar arrecadação tributária e mercados. Gadelha (2010) esclarece que, em sentido mais abrangente, os incentivos fiscais são instrumentos de intervenção no domínio econômico, a fim de que o estado possa concretizar vetores e valores que nortearam suas políticas públicas.

Criado pela Lei 13.992/2007, o Pró Emprego é regulamentado pelo Regulamento do (ICMS), o estado de Santa Catarina, utiliza dos meios de sua competência para incentivar, por intermédio do ICMS, empreendimentos socioeconômicos do Estado ou que venha à se instalar na região, fornecendo o tratamento tributário diferenciado na área fiscal por intermédio da suspensão ou diferimento deste tributo em produtos importados por conta e ordem de terceiros, com alíquotas específicas, dependendo da finalidade da mercadoria. Com isso, são necessários pré-requisitos para enquadramento dessas empresas, dentre os quais destacam-se os projetos de implementação, expansão, modernização tecnológica e que resultem em geração ou manutenção de empregos, como os que consolidem, incrementem ou facilitem exportações e importações.



Diante de tais premissas, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a incidência tributária no processo de importação direta e por conta e ordem de terceiros com aplicação do tratamento tributário diferenciado – TTD 410? A partir desta questão de pesquisa, o artigo tem por objetivo identificar comparativamente a incidência tributária no processo de importação direta e por conta e ordem de terceiros com a implementação do Tratamento Tributário Diferenciado - TTD 410.

Para alcançar o objetivo geral, delimitou-se três objetivos específicos: *i)* Analisar as modalidades de importação direta e por conta e ordem de terceiros; *ii)* Identificar o sistema tributário brasileiro e os incentivos fiscais; e por fim, *iii)* Calcular os tributos incidentes no processo de importação comparativamente com as vendas estaduais e interestaduais.

O artigo foi estruturado em cinco seções. A primeira, a introdução, apresenta um panorama no qual o estudo está inserido. Na segunda seção, destaca-se a fundamentação teórica, emergindo as principais definições basilares. Na sequência, os procedimentos metodológicos, compõe a terceira seção E, por fim, destacam-se a apresentação e análise dos resultados (quarta seção), as considerações finais (quinta seção) e as referências bibliográficas.

## **5.2 Operações de importação**

É abordado por Cignacco (2009) que para a implementação de estratégias de comercialização internacional, é essencial a maior gama de informações, especialmente no início do planejamento. Para o autor, um sistema de informações deve explicar análises, registros, atualizações de diferentes aspectos legais, econômicos, culturais, tecnológicos e de consumo nos ambientes internacionais.

É visto que o Estado de Santa Catarina apresenta a balança comercial deficitária, justificada pelo maior volume de importações. Assim, Dias e Rodrigues (2007) afirmam que a importação é o meio que pode suprir as falhas da estrutura econômica, com a possibilidade de complementar os produtos disponíveis à população do país e também modernizar a economia, por permitir comparação de processos e produtos.

Com a maior competitividade nos negócios, a importação encontra campo para tornar as empresas mais competitivas, onde a mesma pode importar e comercializar produtos que não existe no mercado local, assim como também importar serviços. Keedi (2004 p. 23) discorre que “[...] entendendo-se a de bens como a transferência de mercadorias entre os países, e os serviços como a compra de assessoria, consultoria, conhecimentos, transportes, turismo, etc.”

Tanto as importações quanto as exportações têm importância fundamental para o comércio, devido a diversificação dos produtos, não só por diluir riscos e agregar fornecedores, mas eliminar possível escassez de produtos no mercado interno e com maior concorrência menor o risco de altos preços. (KEEDI, 2011). O autor ainda aborda que a importação é todo processo de entrada de mercadorias ou serviços estrangeiros em recinto aduaneiro, onde é possível que seja realizada de forma direta ou indireta.

Desta forma, o Quadro 1 destaca as principais características da importação direta e indireta.

**Quadro 1 – Formas de importação.**

FORMAS DE IMPORTAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Direta	Operação realizada diretamente entre importador e exportador, sem necessidade de intermediário entre fabricante e comprador.
Indireta	Operação realizada entre importador e exportador com o auxílio de intermediários para viabilizar a operação, podendo ser pessoas ou outras empresas contratadas

Fonte: Elaboração própria a partir de Keedi (2011).

No âmbito das operações de importação indireta, classifica-se como importação por encomenda e importação por conta e ordem de terceiros, em que as empresas geralmente contratadas para realizar estas operações são denominadas *Trading Company*<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> *Trading company* é a empresa comercial exportadora constituída sob a forma de sociedade por ações, dentre outros requisitos mínimos previstos no Decreto-Lei nº 1.248/72.

O Quadro 2 apresenta as principais características e requisitos entre essas formas de importação indireta.

**Quadro 2 – Operações de importações indiretas**

IMPORTAÇÃO INDIRETA	CARACTERÍSTICAS	REQUISITOS
Conta e ordem de terceiros	A importação por conta e ordem de terceiro é um serviço prestado por uma empresa – a importadora – a qual promove, em seu nome, o Despacho Aduaneiro de Importação de mercadorias adquiridas por outra empresa – a adquirente – em razão de contrato previamente firmado, que pode compreender ainda a prestação de outros serviços relacionados com a transação comercial, como a realização de cotação de preços e a intermediação comercial, o valor será desembolsado pelo adquirente da mercadoria, de forma antecipada. E realizada no nome da importadora (art. 2º da IN RFB nº 1.861/2018).	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Habilitação no Siscomex;</li> <li>b. Vinculação entre as duas empresas no portal Siscomex, como importadora por conta e ordem da contratante.</li> </ul>
Encomenda	A importação por encomenda é aquela em que a pessoa jurídica importadora é contratada para promover, em seu nome e com recursos próprios, o despacho aduaneiro de importação de mercadoria estrangeira por ela adquirida no exterior para revenda a encomendante predeterminado, neste caso, o valor para realização da importação é devido pelo importador. (art. 3º da IN RFB nº 1.861/2018).	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Habilitação no Siscomex;</li> <li>b. Vinculação entre as duas empresas no portal Siscomex;</li> <li>c. Recursos do importador contratado.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir da Receita Federal do Brasil (2019).

Pode-se destacar que a importação pode ser realizada de forma definitiva, em que a mercadoria é incluída ao ativo do país importador, realizando a nacionalização para todos os efeitos legais, e temporária, a mercadoria permanece no país importador por tempo determinado para a operação a qual foi designada, como participação em feiras, exposições, competições ou evento semelhantes (KEEDI, 2011).

Na importação de conta e ordem de terceiros, Ashikaga (2005) aborda que as notas fiscais na contabilidade devem evidenciar essa operação de conta e ordem, sendo a nota de saída com o valor correspondente a nota de entrada. A empresa condicionada a prestar esse serviço deve ter habilitação no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex com a operação de conta e ordem de terceiros, para registrar a Declaração de Importação (DI) na operação.

O importador cobra os serviços prestados ao adquirente por meio de uma nota fiscal de serviços, onde haverá receita do importador e a incidência do Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) faturamento. Portanto, é necessário identificar a tributação brasileira para entendimento da operação.

### **5.2.1 Sistema tributário nacional**

O sistema tributário nacional disposto na Constituição Federal (CF) de 1988 artigos 145º a 162º, sendo complementado por outras leis vigentes, aborda todas as normas à serem seguidas no âmbito tributário, estrutura de maneira a permitir a obtenção de recursos para gerir as atividades do Estado. O artigo 2º apresenta a seguinte prerrogativa:

O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais (BRASIL, 1988).

Para Oliveira (2013 p.56), o sistema tributário nacional pode ser complementado como “[...] um conjunto estruturado e lógico dos tributos que compõe o ordenamento jurídico, bem como das regras e princípios normativos”, ressaltando que o mesmo deve ser observado como um conjunto dinâmico, constituído pela realidade, econômica, social e critério de justiça.

No artigo 3º do Sistema Tributário Nacional, é estabelecido o conceito de tributo, sendo este: “[...] toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal no artigo 145 aborda as espécies tributárias, sendo que União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem instituir impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. As espécies tributárias estão dispostas no artigo 145 da Constituição Federal, é elencado todas as espécies tributárias regentes na legislação brasileira, sendo disposto no Quadro 3.

**Quadro 3 – Espécies tributárias.**

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	CARACTERÍSTICAS
Impostos	Compulsória e sem vinculação
Taxas	Vinculada, divisíveis, decorre do poder de polícia do Estado.
Contribuição de melhorias	Vinculadas, necessidade de valorização imobiliária.
Empréstimos compulsórios	Custear despesas extraordinárias
Contribuições especiais	Intervenção do domínio econômico, caráter social e profissional.

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Tributário Nacional (BRASIL, 2019)

Disposto no art.145 da CF/88 e no art. 16 do Código Tributário Nacional (CTN) imposto pode ser definido como: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”, Oliveira (2013) complementa que imposto é pago pelo contribuinte e o que

diferencia dos outros tributos é que o Estado não tem nenhuma obrigatoriedade de contraprestação direta e imediata.

A doutrina estabelece que os impostos podem ser ordenados em apenas duas categorias: diretos e indiretos. Essa classificação visa ao estudo e à avaliação do impacto que os impostos causam no patrimônio e nas etapas de produção, circulação e consumo (OLIVEIRA, 2013, p. 65).

Assim, o propósito dos impostos é de investimento e colaborar com as despesas públicas, como o imposto de importação, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, entre outros. Diferentemente das taxas, que são uma exigência financeira da pessoa privada ou jurídica por utilizar de serviços oferecidos pelo Estado, disposto no art. 77 do CTN (ex: Taxa de recolhimento de lixo). Ao contrário dos impostos, as taxas têm uma vinculação, em que o Estado oferece uma contrapartida de imediato ao contribuinte, seguindo a doutrina de tributos vinculados.

As contribuições de melhoria são conceituadas de acordo com o art. 145 do código tributário nacional, sendo este tributo referente a melhorias públicas que tendem a valorizar direta ou indiretamente o imóvel do contribuinte.

Machado (2004, p.72) discorre que contribuição de melhoria:

É o tributo cuja obrigação tem como fato gerador a valorização de imóveis decorrente de obra pública. Distingue-se do imposto porque depende de atividade estatal específica, e da taxa porque a atividade estatal de que depende é diversa. Enquanto a taxa está ligada ao exercício regular do poder de polícia, ou a serviço público, a contribuição de melhoria está ligada à realização de obra pública.

Para Oliveira (2013), o CTN impõe limites para a cobrança, tais como: o limite total que corresponde à despesa total para a realização da obra pública e o limite individual pelo valor do imóvel que foi beneficiado com a obra.

No art. 45 do CTN é visto a definição de empréstimos compulsórios, onde o mesmo só pode ser aplicado em casos excepcionais de guerra externa, calamidade pública, conjuntura que exija a absolvição temporária de poder aquisitivo. (CTN, art. 15). Empréstimos compulsórios podem ser instituídos mediante a lei complementar, nesses casos excepcionais.

As contribuições especiais ou também conhecidas como contribuições parafiscais, são tributos instituídos para o financiamento dos sistemas oficiais de previdência e assistência social, intervenção na economia e para financiar entidades representativas de classe ou profissional, como sindicatos e conselhos, instituídas pela União, vigora no art. 149 da CF/88. Oliveira (2013) complementa que essa modalidade de tributação deverá ser instituída por lei ordinária, respeitando as normas gerais previstas em lei complementar e o princípio da noventena.

### 5.2.1.1 Competência e princípios constitucionais tributários

A competência tributária está prevista na Constituição Federal para que não exista bitributação sobre o mesmo fato gerador, sendo assim os impostos de competência da União são elencados no art. 153. Em relação aos impostos de competência dos estados e distrito federal, é possível verificar no art. 155, e por fim, é de competência de os municípios instituir impostos de acordo com o art. 156 da CF/88.

O Quadro 4 destaca os impostos de competência federal, estadual e municipal e suas principais características.

**Quadro 4 – Tributos federais, estaduais e municipais.**

TRIBUTOS FEDERAIS	CARACTERÍSTICAS
Imposto de Importação	Importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional.
Imposto de Exportação	Exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional

Imposto de renda de qualquer natureza	Renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda do capital, trabalho ou ambos
Imposto de produtos industrializados	Produtos industrializados e tem como fato gerador: o desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira; a sua saída dos estabelecimentos art.51; a arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.
Imposto de operações de crédito	Operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários.
Imposto propriedade territorial rural	Sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.
Imposto grandes fortunas	Previsto constitucionalmente, porém sem lei complementar vigente
<b>TRIBUTOS ESTADUAIS</b>	<b>CARACTERISTICAS</b>
Transmissão causa mortis e doação	Incide sobre o valor de venda da transmissão de qualquer bem ou direito havido por sucessão legítima, testamentária ou doação
Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	Imposto não cumulativo, sendo assegurado ao sujeito passivo creditar-se do imposto, caráter fiscal e extrafiscal, seletivo em função da essencialidade
Propriedade de veículos automotores	Incide sobre a propriedade de veículo automotores, imposto privativo e direto
<b>TRIBUTOS MUNICIPAIS</b>	<b>CARACTERISTICAS</b>
Propriedade predial e territorial urbana	Imposto cobrado com o lançamento de ofício, onde cabe ao poder municipal a responsabilidade em liquidar a obrigação, identificar o agente passivo, a ocorrência do fato gerador, a matéria tributada e o valor a pagar



Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física	Imposto em que o fato gerador a transmissão, por ato oneroso, de bens imóveis, excluindo-se a sucessão (causa mortis)
Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar	Tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema Tributário Nacional - Brasil (2019)

Assim, são destacados os limites do poder de tributar, “[...] tais limitações são formadas pela união de traços que demarcam o modo, o campo, a forma e a intensidade com que atuará o poder de tributar.” (OLIVEIRA, 2013, p. 75).

Os tributos são dotados de princípios constitucionais para limitar o poder de tributar, para Cassone (2007, p. 82) “A constituição outorga competência para instituir tributos tanto à União, como aos Estados, Distrito Federal e Municípios, e ao mesmo tempo estabelece limites a esse poder de tributar.” Assim, é previsto na legislação os princípios da legalidade, igualdade ou isonomia, irretroatividade, anterioridade, capacidade contributiva, da proibição do confisco.

### 5.2.2 Tributação na importação

A tributação nos processos de importação é realizada no momento da nacionalização dos produtos importados, parte-se do valor aduaneiro, conceituado de acordo com a Instrução Normativa nº 327/2003, valor aduaneiro corresponde ao valor da mercadoria importada, acrescidos de custo de transporte, gastos relativos a carga, descarga e manuseio até a entrada no território aduaneiro e somados ao seguro das mercadorias durante as operações. Na ordem tributária Vazquez (2004) destaca que o Imposto de Importação é o primeiro gravame que dever ser calculado, seguido, quando for devido, IPI, PIS/COFINS e o ICMS.

Desta forma, o Quadro 5 explicita os respectivos tributos, suas características, bem como a base de cálculo.

**Quadro 5 – Tributação na importação**

TRIBUTO	CARACTERÍSTICAS	BASE DE CÁLCULO
II = Imposto de importação	Competência da União; função extrafiscal; Fato gerador entrada de produtos do exterior.	$II = \text{Valor aduaneiro} \times \% (\text{TEC})^1$
IPI = Imposto de produto industrializado	Incidência no desembaraço aduaneiro e em operações internas; alíquota de acordo com a TIPI.	$\text{IPI importação} = \text{valor aduaneiro} + \text{Imposto de Importação (II)} \times \% (\text{TIPI})$
PIS/PASEP importação (Lei 13.137/2015)	Fato gerador é o registro da DI ou a data vencida de permanência no recinto alfandegário, nos casos de perdimento; o sujeito passivo será o importador ou equiparado.	$\text{PIS/PASEP importação} = \text{valor aduaneiro} \times 2,10\%$
COFINS importação (Lei 13.137/2015)	Os mesmos parâmetros de PIS/PASEP importação;	$\text{COFINS importação} = \text{valor aduaneiro} \times 9,65\%$ , (com possibilidade de acréscimo de 1%).
ICMS = Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços	Alíquotas variáveis de acordo com o Estado que irá realizar o desembaraço aduaneiro da mercadoria oriunda do exterior	$\text{ICMS} = [(\text{valor aduaneiro} + \text{II} + \text{IPI} + \text{PIS} + \text{COFINS}) / \text{redução correspondente ao ICMS}] \times \% \text{ ICMS}$
ISS = Imposto sobre serviços de qualquer natureza	Alíquota sobre a importação de serviços provenientes do exterior (Lei Complementar 116/2003) incide também na prestação de serviços quando realizada por <i>trading company</i>	$\text{ISS} = \% \text{ de ISS} \times \text{valor total de NF saída ou \% de ISS} \times \text{preço do serviços}$
IOF = Imposto sobre operações de câmbio	Devido na aquisição de moeda estrangeira, liquidação da operação de câmbio para pagamento da importação de serviços; alíquota de 0,38%	$\text{IOF} = \% \text{ de IOF} \times \text{valor da compra de moeda estrangeira}$

Fonte: Elaboração própria a partir de Ashigaka (2005) e as regulamentações supracitadas.

Em regras gerais, a tabela mencionada simplifica as situações e métodos de cálculo, porém, é verificado ainda que analisar o tipo de produto, classificação da NCM, a finalidade pela qual está sendo importando irá definir a alíquota dos tributos. Para tanto, existe uma série de especificidades como no Imposto de Importação que detém do benefício fiscal por meio do MERCOSUL, em que a alíquota se enquadra a zero aos membros do acordo. O conselho do mercado comum, por meio de protocolo decide que:

Art. 1º - As importações de bens efetuadas pelos beneficiários a que se refere o Artigo 2º da presente decisão ficam isentas do pagamento da Tarifa Externa Comum (Imposto de Importação), uma vez cumpridos os demais requisitos estabelecidos na presente Decisão.” (BRASIL, 2010).

Para o produto ser considerado nacionalizado, é imprescindível reconhecer o território aduaneiro, sendo a zona primária caracterizada pelas áreas internas de portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegada e a zona secundária como todo o restante do território nacional.

No caso do IPI, que é regulamentado pelo decreto 7.212/10, deverá ser obedecido as especificações constantes na tabela de incidência de imposto de produtos industrializados – TIPI, (TIPI foi aprovada pelo decreto 8.950/2016), de acordo com o art. 2º.

O campo de incidência do imposto abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na TIPI, observadas as disposições contidas nas respectivas notas complementares, excluídos aqueles a que corresponde a notação “NT” (não tributado) (BRASIL, 2002)

E em relação ao ICMS, que tem maiores especificidades por ser um tributo estadual, verifica-se que o poder executivo pode deixar de recolher algum imposto com o propósito de incentivar a região. Para adquirir esse benefício, o contribuinte em contrapartida deve seguir os quesitos solicitados na normativa ou decreto estabelecido (FABRETTI, 2015).

Determinado pelo RICMS/SC, o tratamento tributário diferenciado 410, ressalva que, a importadora por conta e ordem de terceiros poderá ter, na importação uma suspensão ou diferimento deste imposto.

Instituída pela Lei nº 13.992 de 15 de fevereiro de 2007, o programa denominado Pró-Emprego, visa fomentar a economia local por meio dos incentivos fiscais. No artigo 26 fica consolidado, portanto, o enquadramento da importação no programa.

Art. 26. Ficam convalidados os procedimentos adotados pelos contribuintes detentores de regime especial concedido com base na legislação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, vigente ou não, relativamente: [...] (b) em decorrência da importação de mercadorias do exterior (BRASIL, 2007).

Para isso, a importação deve ser realizada por território aduaneiro de Santa Catarina, por importadora também localizada neste estado, é preciso levar em consideração o CST da operação, o tipo de produto importado e a finalidade.

Na prática, as mercadorias importadas, ingressantes em Santa Catarina terão efetivamente a alíquota de ICMS de 1% e destaque na nota fiscal de 4% e uma taxa de 0,4% destinada á fundos, sendo estes, inicialmente, fundo estadual de defesa civil, fundo de apoio à manutenção e ao desenvolvimento da educação superior do estado de Santa Catarina, fundo pró-emprego e fundo de desenvolvimento social, porém após a modificação ocorrida, com vigência em 01/06/2018, é destinado ao único Fundosocial.

### **5.2.3 Incentivos fiscais**

A política de incentivos fiscais de acordo com Cardoso (2014), pode ser composta por dezenas, e até mesmo centenas de políticas públicas direcionadas a setores econômicos, regiões geográficas e inúmeras finalidades sociais. Assim, “[...] a decisão quanto à concessão de um incentivo, deve considerar tanto os benefícios que ela poderá trazer quanto o montante de renúncia de receita” (SOMAVILLA; LOBATO, 2009, p.69).

Por meio do Programa Pró-Emprego o governo do Estado de Santa Catarina instituída pela Lei 13.992/2007, utiliza dos meios de sua competência para incentivar, por intermédio do ICMS, empreendimentos socioeconômicos do estado ou que venha a se instalar na região, fornecendo o tratamento tributário diferenciado na área fiscal e exigindo pré requisitos para enquadramento dessas empresas, dentre os requisitos, estão os projetos de implementação, expansão, modernização tecnológica e que resultem em geração ou manutenção de empregos, como os que consolidem, incrementem ou facilitem exportações e importações.

No caso do ICMS, instituir o programa foi preciso além da lei ordinária aprovada pela Assembleia Legislativa dos Estados-Membros, e também, previsão antecipada em Convênio aprovado entre os estados e o Distrito Federal (arts. 150, § 6º, e 155, § 2.º, XII, g, ambos da CF/88). Fazoli (2017) demonstra que é consagrada a importância do Estado como órgão interveniente das relações econômicas neste contexto, os incentivos fiscais ganham relevância, pois possibilitam aos gestores públicos direcionar a atuação e o comportamento dos agentes econômicos para fins específicos.

O tratamento tributário diferenciado é normatizado pelo RICMS/SC, com as respectivas normas e requisitos para enquadramento. Borghezán (2013, p.42) argumenta “[...] que as principais atividades que resultam no ganho deste benefício fiscal são as operações com o exterior, isentas e não tributadas ou pelo benefício das operações diferidas.”

A Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina normatizou a utilização de três tratamentos tributários diferenciados com o objetivo fundamental, de fomentar o mercado estadual, sendo destacado como tratamento tributário diferenciado 409, 410 e 411, realizando o diferimento do ICMS na importação destinada à comercialização, diferimento parcial na operação subsequente à importação e o crédito presumido na operação subsequente à importação de mercadorias para a comercialização (SANTA CATARINA, 2011).

Segundo as publicações da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, este tratamento tributário se aplica à estabelecimentos localizados neste Estado que tenham por objetivo importar mercadorias

por portos, aeroportos ou pontos de fronteiras alfandegados situados também no estado de Santa Catarina, podendo também ser aplicado nas seguintes situações:

- a. Importação de mercadorias originárias de países membro do Mercosul, podendo a entrada ser por outra unidade da federação desde que via terrestre; b) Em desembarque de mercadorias em aeroportos internacionais localizados em outras unidades da federação, desde que o desembarço aduaneiro ocorra em recinto alfandegário catarinense. (PORTARIA SEF nº 09/2010); c) Situação em que o desembarço aduaneiro seja realizado no Estado, às importações realizadas por portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados localizados em outras unidades da federação até o limite de 2% do valor aduaneiro total das importações realizadas pelo estabelecimento importador a cada ano-calendário. (SANTA CATARINA, 2011).

No anexo único do Decreto 2.128/2009 é possível verificar todas as situações e produtos em que o tratamento tributário não se aplica, como vidros e espelhos das NCM's 7005, 7007 e 7009, porcelanas de mesa (NCM - 69.11.10.10), gasolinas, óleos, querosenes entre outros produtos.

Alguns produtos são mais específicos, como a importação de máquinas destinadas ao ativo imobilizado, o tratamento tributário diferenciado 410, não é aplicado, por este produto receber outro benefício fiscal, em que o valor de recolhimento do ICMS pode ser lançado em parcelas mensais iguais e sucessivas no livro de apuração, no mesmo número previsto para crédito do ativo permanente, ou pode ser parcelado em até doze vezes de acordo com os critério do Gerente Regional da Fazenda Estadual, nos casos sem similar nacional, dados constante no Regulamento do ICMS de Santa Catarina (RICMS/SC), artigo 53 §7º, para solicitação deste benefício é necessário entrar em contato com a secretária do estado.

Quando se trata das garantias a utilização do TTD está condicionada à apresentação de garantia, real ou fidejussória<sup>21</sup>, alternativa-

---

21 Fidejussória = Garantia pessoal; aval; fiança; obrigação de quem assume, caso o devedor não o faça.

mente, em substituição à exigência de garantia, fica o estabelecimento importador autorizado a recolher, a cada desembaraço aduaneiro, a título de antecipação do imposto devido pela saída subsequente da mercadoria. (SANTA CATARINA, 2019). É verificado na legislação catarinense que ao optar pelo tratamento tributário diferenciado existe três modalidades que são destinados à importação, em que a forma de garantia é a diferença primordial entre os benefícios analisados, conforme apresentado no Quadro 6.

**Quadro 6 – Tratamentos Tributários Diferenciados - Importação**

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	CARACTERÍSTICAS
TTD 409	Garantia dispensada com o pagamento do imposto
TTD 410	Garantia dispensada sem o pagamento do imposto
TTD 411	Garantia apresentada e aprovada previamente

Fonte: Adaptado de Sistema de Administração Tributária (BRASIL, 2019)

Neste cenário, é visto que, por trás do incentivo fiscal existem muitos trâmites até o momento de aplicação, desta maneira a Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina elaborou um manual prático<sup>22</sup>, que objetiva orientar empresas que buscam aderir a esta modalidade de incentivos fiscais. A política de incentivos que tem gerado diversas discordâncias entre estados da federação, conhecido como “guerra fiscal”, em que a competência para instituir incentivos fiscais desse tributo é estadual, muitas são as divergências do quanto é favorecido ao estado em relação aos outros do mesmo país.

Diante dos fatos, é recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), reavaliar os decretos referentes às renúncias fiscais, visto que no ano de 2018 o valor total de concessões com incentivos fiscais totalizou R\$ 5,8 bilhões, o que corresponde a 25% da receita estadual (SANTA CATARINA, 2019).

22 Passo a passo para aderir ao Tratamento Tributário Diferenciado – Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. Disponível em: <[www.sef.sc.gov.br/arquivos\\_portal/servicos/1/PE\\_manual\\_simplificado\\_do\\_requerente\\_\\_\\_tttd.doc](http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/servicos/1/PE_manual_simplificado_do_requerente___tttd.doc)&xcd=1&chl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

### 5.3 Procedimentos metodológicos

O estudo delimitou-se como uma abordagem essencialmente quantitativa, pois de acordo com Richardson (1985), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, envolvendo a coleta, bem como no tratamento e análise dos dados. Com isso, o estudo apresentou um comparativo quantitativo entre importações sem benefício fiscal (saídas estaduais e interestaduais) e a aplicação do Tratamento Tributário Diferenciado – TTD 410.

Quanto aos meios de investigação, caracterizou-se com uma pesquisa descritiva e aplicada. Para Vergara (2000, p. 47) a pesquisa descritiva “[...] expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”. Desta forma, a pesquisa descreve o processo de importação e a possibilidade de utilização de TTD 410, em um produto destinado a comercialização. O enquadramento como pesquisa aplicada, justifica-se uma vez que este tipo de pesquisa é direcionado para a resolução de problemas concretos e com finalidade prática (VERGARA, 2000). Com isso, o estudo foi aplicado envolvendo um caso real.

Quanto aos meios de investigação, enquadrou-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso único.

A pesquisa bibliográfica (MICHEL, 2015), percorreu o embasamento teórico para a compreensão das operações de importação e o sistema tributário para tais operações. Com dados documentais (LAKATOS; MARCONI, 2001) e o estudo de caso único (YIN, 2005) por meio da pesquisa bibliográfica, verificou-se a legislação aplicável ao tema e os requisitos para adesão ao TTD. Os dados documentais foram disponibilizados por uma empresa *trading company* localizada no sul catarinense, possibilitando simular um cenário e fazer o comparativo do estudo de caso.

Com relação ao plano de coleta de dados, Roesch, Becker e Mello (2007) argumentam que estes devem ser adequados as necessidades da pesquisa e busca esclarecer se são de origem primária ou secundária. Neste contexto, os dados utilizados foram de origem secundária, contemplando comprovante de importação (CI), a declaração de importação (DI) e o relatório das despesas aduaneiras.



A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo. Moraes (1999) argumenta que este tipo de análise permite a interpretação de documentos e relatórios, proporcionando questionamentos sobre o estado do fenômeno, sua finalidade, consequência, dentre outros. Desta forma, a partir de documentos que compunham um processo de importação, elaborou-se uma análise comparativa de importação sem e com a utilização do TTD 410.

#### **5.4 Apresentação e análise dos resultados**

Para a realização da pesquisa e a formulação do comparativo tributário foi levado em consideração um processo de importação ocorrido no primeiro semestre de 2019, utilizando o Tratamento Tributário Diferenciado 410, em que o objeto de estudo é a NCM 8302.41.00 – para construções. Para tanto, é visto que este mercado tem imensa representatividade no comércio internacional e na economia local do estado, em 84,72% do setor compreende micro e pequenas empresas (NOVAECONOMIA@SC, 2019).

No quesito tributário, é válido ressaltar que a alíquota de Imposto de Importação deste produto de acordo com a TEC é de 16% e 5% de IPI. Na Declaração de Importação (DI) o volume corresponde a 1.000 pares de maçanetas de aço para uso em portas utilizadas na construção civil.

De acordo com a Constituição Federal, art. 155, §2º, XI o IPI não irá para a base de cálculo do produto por ser destinado a comercialização, na DI é identificado que o país de origem é a República Popular da China e a taxa fiscal do dólar na importação é de 3,9436 reais. Para encontrar a base de cálculo é necessário converter os valores e adicionar outras despesas aduaneiras conforme o demonstrativo.

Quadro 7 – Importação sem o benefício fiscal (saídas estaduais)

<b>IMPORTAÇÃO DIRETA SEM BENEFÍCIO FISCAL</b>			
<b>INFORMAÇÕES</b>			
Valor aduaneiro			R\$585,07
Taxa de câmbio – DI			R\$3,9436
Frete internacional			R\$20,00
Seguro internacional			R\$29,00
Despesas aduaneiras			R\$3.117,35
<b>CÁLCULO DO VALOR ADUANEIRO</b>			
Valor do Fob mercadoria			R\$2.307,28
Frete internacional			R\$78,87
Seguro internacional			R\$114,36
Valor aduaneiro			R\$2.500,52
<b>CÁLCULO ICMS</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
II	R\$2.500,52	16,00%	R\$400,08
IPI	R\$2.900,60	5,00%	R\$145,03
PIS	R\$2.500,52	2,10%	R\$52,51
COFINS	R\$2.500,52	9,65%	R\$241,30
Despesas aduaneiras			R\$3.117,35
Sub Total			R\$6.456,79
Base de cálculo		0,83%	R\$7.779,27
<b>ICMS</b>	<b>R\$7.779,27</b>	<b>17,00%</b>	<b>R\$1.322,48</b>
Valor dos produtos			R\$7.779,27
<b>COMPOSIÇÃO DA NF DE ENTRADA</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$2.900,60
Despesas acessórias			R\$3.411,16
IPI	R\$2.900,60	5%	R\$145,03

ICMS	R\$7.779,27	17%	R\$1.322,48
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$7.779,27</b>
<b>COMPOSIÇÃO DA NF DE SAÍDA</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$7.604,53
ICMS	R\$7.779,27	17,00%	R\$1.322,48
IPI	R\$7.604,53	5%	R\$380,23
<b>NF SAÍDA</b>			<b>R\$9.307,24</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019)

No valor de despesas aduaneiras, está incluso, taxa Siscomex, despachante aduaneiro, courier, desconsolidação, liberação do conhecimento de embarque *Bill of Lading (B/L)*, carregamento, armazenagem, correio, seguro de armazenagem entre outras despesas. Na composição das despesas acessórias, estão inclusos o valor das despesas aduaneiras, acrescidos das contribuições PIS e COFINS.

O valor dos produtos na composição da nota de saída corresponde ao total da nota fiscal de entrada R\$ 7.779,27 deduzindo o valor do IPI de R\$ 174,74 que é o resultado do valor da nota de entrada, R\$ 145,03, dividido por 0,83% (metodologia de cálculo do ICMS, para alíquota de 17%), irá resultar em R\$7.604,53, que será o efetivo valor dos produtos na nota de saída e o total da nota fiscal de saída será de R\$ 8.295,93.

Com saídas de mercadorias na operação seguinte ao desembaraço aduaneiro e com destinação dentro do estado, a alíquota de ICMS será de 17% (art. 26, RICMS), o valor apurado de ICMS no desembaraço o adquirente poderá recuperar completamente os créditos por ser do lucro presumido, o valor de desembolso de ICMS corresponde à R\$ 1.322,48, o que equivale ao maior gasto com este tributo. Então, buscou-se identificar e calcular a saídas para fora do estado, selecionando como parâmetros os estados do Sul e Sudeste, que são: MG, PR, RS, RJ, SP (Quadro 8).

**Quadro 8 – Importação sem o benefício fiscal (saídas interestaduais)**

<b>IMPORTAÇÃO DIRETA SEM BENEFÍCIO FISCAL</b>			
<b>INFORMAÇÕES</b>			
Valor aduaneiro			\$585,07
Taxa de câmbio – DI			\$3,9436
Frete internacional			\$20,00
Seguro internacional			\$29,00
Despesas aduaneiras			R\$3.117,35
<b>CÁLCULO DO VALOR ADUANEIRO</b>			
Valor do Fob mercadoria			R\$2.307,28
Frete internacional			R\$78,87
Seguro internacional			R\$114,36
Valor aduaneiro			R\$2.500,52
<b>CÁLCULO ICMS</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
II	R\$2.500,52	16,00%	R\$400,08
IPI	R\$2.900,60	5,00%	R\$145,03
PIS	R\$2.500,52	2,10%	R\$52,51
COFINS	R\$2.500,52	9,65%	R\$241,30
Despesas aduaneiras			R\$3.117,35
Sub Total			R\$6.456,79
Base de cálculo		0,83%	R\$7.779,27
<b>ICMS</b>	<b>R\$7.779,27</b>	<b>17,00%</b>	<b>R\$1.322,47</b>
Valor dos produtos			R\$7.779,27
<b>COMPOSIÇÃO DA NF DE ENTRADA</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$2.900,60
Despesas acessórias			R\$3.411,16
IPI	R\$2.900,60	5%	R\$145,03

ICMS	R\$7.779,27	17%	R\$1.322,48
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$7.779,27</b>
<b>COMPOSIÇÃO DA NF DE SAÍDA</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$7.604,53
ICMS	R\$7.779,27	4%	R\$311,17
IPI	R\$7.604,53	5%	R\$380,23
<b>NF SAÍDA</b>			<b>R\$8.295,93</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019)

Na elaboração deste estudo foi utilizada a mesma metodologia que a anterior em que valor dos produtos na composição da nota de saída corresponde ao total da nota fiscal de entrada R\$ 7.779,27 deduzindo o valor do IPI de R\$ 174,74 que é o resultado do valor da nota de entrada, R\$ 145,03, dividido por 0,83% (metodologia de cálculo do ICMS, para alíquota de 17%), irá resultar em R\$ 7.604,53, que será o efetivo valor dos produtos na nota de saída, o valor total da nota fiscal de saída será de R\$ 8.295,93, correspondendo o valor dos produtos acrescido de ICMS (4% importação) e IPI.

Nas saídas para outros estados como identificado no RICMS art. 26, o desembolso de imposto no desembarço, será de R\$ 1.322,48 nesta ocasião, obtendo assim, um resultado melhor em comparação ao anterior com vendas no estado. Por fim, para última análise, buscou-se calcular com o TTD 410, realizado por meio de conta e ordem de terceiros por *trading company*.

#### Quadro 9 – Importação com benefício

<b>IMPORTAÇÃO CONTA E ORDEM COM BENEFÍCIO FISCAL</b>	
<b>INFORMAÇÕES</b>	
Valor aduaneiro	\$585,07
Taxa de câmbio – DI	\$3,9436
Frete internacional	\$20,00

Seguro internacional			\$29,00
Despesas aduaneiras			R\$3.117,35
<b>CÁLCULO DO VALOR ADUANEIRO</b>			
Valor do Fob mercadoria			R\$2.307,28
Frete internacional			R\$78,87
Seguro internacional			R\$114,36
Valor aduaneiro			R\$2.500,52
<b>CÁLCULO TRIBUTOS</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
II	R\$2.500,52	16%	R\$400,08
IPI	R\$2.900,60	5%	R\$145,03
PIS	R\$2.500,52	2,10%	R\$52,51
COFINS	R\$2.500,52	9,65%	R\$241,30
Despesas aduaneiras			R\$3.117,35
Sub Total			R\$6.311,76
Base de cálculo		0,96%	R\$6.574,75
ICMS destacado	R\$6.574,75	4,00%	R\$262,99
<b>ICMS efetivo</b>	<b>R\$6.574,75</b>	<b>1,40%</b>	<b>R\$92,05</b>
TOTAL			R\$6.574,75
<b>COMPOSIÇÃO DA NF DE ENTRADA</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$2.500,52
II	R\$2.500,52	16%	R\$400,08
Despesas acessórias			R\$3.411,16
IPI	R\$2.900,60	5%	R\$145,03
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$6.456,79</b>
<b>COMPOSIÇÃO DA NF DE SAÍDA PARA O CLIENTE</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor produto + tributos			R\$6.574,75

ICMS	R\$6.574,75	4%	R\$262,99
IPI	R\$6.574,75	5%	R\$328,74
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 6.903,49</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019)

É verificado que na importação por conta e ordem de terceiros o adquirente do produto tem o destaque de 4% de ICMS na nota fiscal, porém é recolhido apenas 1,4% assim, realiza um ganho de 2,6%, o que corresponde a R\$ 170,94 de ganho. Nesta modalidade de benefício fiscal, TTD 410, o IPI recebe diferimento, por este motivo não foi incluído no subtotal do quadro, a base de cálculo do ICMS foi encontrada com o valor do subtotal dividido por 0,96% e após aplicada a alíquota de 4%, conforme determina o RICMS para mercadorias destinadas a comercialização.

Analisando os valores relativos e as duas metodologias de importação, é verificado que na primeira etapa, o método por conta e ordem de terceiros com benefício fiscal, é mais vantajoso por trazer uma economia tributária de ICMS, porém, analisando que a empresa importadora, que receberá os produtos, detém do regime tributário do lucro presumido e faz vendas interestaduais, em que a mesma pode se apropriar de crédito do imposto integralmente.

É preciso levar em consideração o valor negociado entre a empresa importadora e a *trading company*, que irá cobrar o valor de contratação, que pode ser um percentual (%) ao valor da nota de saída ou um valor fixo para a importação de determinados produtos, por fim, pela possibilidade de apropriação de crédito a importação direta é mais vantajosa.

**Quadro 10 – Análises dos custos com as vendas**

VALOR DE IMPORTAÇÃO SEM BENEFÍCIO - SAÍDAS ESTADUAIS			
	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR
Valor dos produtos			R\$7.604,53
ICMS	R\$7.779,27	17%	R\$1.322,48
IPI	R\$7.604,53	5%	R\$380,23

<b>Custo total</b>			<b>R\$9.307,24</b>
<b>VALOR DE IMPORTAÇÃO SEM BENEFÍCIO - SAÍDAS INTERESTADUAL</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$7.604,53
ICMS	R\$7.779,27	4%	R\$311,17
IPI	R\$7.604,53	5%	R\$380,23
<b>Custo total</b>			<b>R\$8.295,93</b>
<b>VALOR DE IMPORTAÇÃO COM BENEFÍCIO FISCAL</b>			
	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>ALÍQUOTA</b>	<b>VALOR</b>
Valor dos produtos			R\$6.574,75
ICMS	R\$6.574,75	4%	R\$262,99
IPI	R\$6.574,75	5%	R\$328,74
<b>Custo total</b>			<b>R\$R\$ 6.903,49</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019)

Considerando a operação seguinte à importação, mesmo que a empresa realize vendas interestaduais ou estaduais, é verificado que a importação direta é mais vantajosa, porém é identificado que, caso fosse uma empresa tributada pelo Simples Nacional, ficará melhor a contratação da *trading*, visto que não será possível a apropriação dos créditos tributários do ICMS e por conta e ordem terá menor desembolso.

Foi verificado no estudo que o valor desta mercadoria no comércio nacional varia entre R\$ 21,90 – R\$ 49,00 o par, considerando o valor mínimo, multiplicado a quantidade utilizada na importação, que corresponde a 1000 pares o valor total de custo seria aproximadamente R\$ 21.900,00, assim é visto a importância da importação e a relevância do estudo, visto que os custos apurados nas três modalidades foram menores que no mercado local, obtendo o valor total de R\$ 6.903,49 com utilização do benefício fiscal.



## Considerações finais

É notável que o mundo empresarial está cada vez mais complexo e as operações que inicialmente eram relativamente simples, como a compra e venda de mercadorias, tornaram-se um grande campo de estudo, graças a globalização. Visualizando essas modificações nas empresas, o governo busca implementar parcerias empresariais, apresentando novas alternativas e desenvolvendo as regiões por meio dos benefícios fiscais. A partir de então, a busca por melhores alternativas de negociações, tornou-se o carro chefe das organizações, onde nenhum passo é dado sem o respectivo planejamento.

Dentre os diversos benefícios fiscais concedidos pelo governo do estado de Santa Catarina, o Tratamento Tributário Diferenciado – TTD 410 representa um papel importante por possibilitar a auxílio às empresas de diversos setores e desenvolver *trading companies* que são referências no cenário nacional.

A partir deste contexto, o estudo objetivou identificar comparativamente a incidência tributária no processo de importação direta e por conta e ordem de terceiros com a implementação do Tratamento Tributário Diferenciado - TTD 410.

Inicialmente buscou-se demonstrar o cenário de importações no Brasil e no estado de Santa Catarina, explicitando os processos de importação, o sistema tributário nacional, com as espécies tributárias, competência e princípios constitucionais tributários, a tributação no processo de importação e incentivos fiscais.

Para realização do estudo, foi investigado um processo de importação de mercadoria com NCM 8302.41.00 para construções destinadas a comercializações oriundas da China, que é um grande parceiro comercial brasileiro. Verificou-se que para médias e pequenas empresas, normalmente tributadas pelo simples nacional, o benefício fiscal é melhor que a importação direta, porém no estudo, a empresa é do lucro presumido, então para esta, a importação direta tem maior valor.

No âmbito quantitativo, verificou-se que o valor total da nota de saída, na importação direta com saídas estaduais equivale a R\$ 9.307,24,

com saídas interestaduais para a região Sul e Sudeste R\$ 8.295,93 e nas saídas por conta e ordem de terceiros será R\$ 6.903,49. Portanto, neste momento, é mais vantajoso a importação por conta e ordem de terceiros.

Esta análise é importante para compor os estudos de caso sobre tributação na importação, visto que é uma área da contabilidade pouco explorada em publicações e com poucos estudos empíricos, ficando como sugestão para próximos trabalhos a abordagem aprofundada de outros incentivos fiscais, especialmente o TTD 409 e o 411.

Como delimitação da pesquisa tem-se o fato de ter sido abordado apenas um produto, uma NCM e a limitação da quantidade, quanto mais expressiva a quantidade, mais expressivos os valores de comparação, porém, o objetivo deste estudo foi a consideração das micro e pequenas empresas que correspondem atualmente a 84,72% do setor da construção civil. Portanto, utilizar de valores menos expressivos estará mais condizente com a realidade dessas empresas, que são muito expressivas em Santa Catarina e no Brasil.

Finaliza-se que o entendimento dessa área da contabilidade é essencial para as empresas e instituições, o mundo não é mais o mesmo, as relações comerciais não se limitam mais a apenas um município ou estado, as barreiras comerciais estão cada vez menores e falar em negócios é falar também em outros idiomas, é de extrema importância para profissionais buscar especializações e qualificações.

## Referências

ASHIKAGA, C. E. G. Análise da tributação: na importação e na exportação. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

BRASIL. Código Tributário Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm). Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.249, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7249.htm). Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm). Acesso em: 16 out. 2018

BRASIL. Decreto-lei nº 37 de 18 de novembro de 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1966/1966-037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1966/1966-037.htm).

- gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/Del0037compilado.htm. Acesso em: 14 out. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.865compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.865compilado.htm). Acesso em: 14 out. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.992 de 15 de fevereiro de 2007. Disponível em: [http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2007/lei\\_07\\_13992.htm](http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2007/lei_07_13992.htm). Acesso em: 17 nov. 2018.
- BRASIL. Secretaria da Receita federal do Brasil. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&ridAto=15217>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- BORGHEZAN, M. G. Os procedimentos administrativos utilizados na transferência de crédito do ICMS de Santa Catarina: Estudo de caso na exportação de arroz. 2013. 81 p. Orientador: Tiago Stock. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma-SC.
- CAVUSGIL et al. International business: |strategy, management, and the new realities. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- CARDOSO, A. P. A. Política brasileira de importação: um estudo dos incentivos fiscais, financeiros e aduaneiros. 2014. 55p. Monografia do Curso de Administração com linha específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.
- CASSONE, V. Direito Tributário: Fundamentos Constitucionais da Tributação. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007
- CIGNACCO, B. R. Fundamentos do comércio internacional: para pequenas e médias empresas. Buenos Aires: Grupo Editor Sa, 2009.
- DIAS, R.; RODRIGUES, W. Comércio Exterior: teoria e gestão. São Paulo: Atlas, 2007.
- FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- FAZOLI, J. C. A “guerra fiscal” e o setor têxtil catarinense: uma análise empírica dos efeitos do crédito presumido de ICMS sobre as vendas, a geração de empregos e a arrecadação de ICMS das empresas beneficiadas. 2017. 113 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186180/PPGC0153-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- GADELHA, G. P. Isenção Tributária: crise de paradigma do federalismo fiscal cooperativo. Curitiba: Juruá. 2010.
- GUIA de Comércio Exterior e Investimento. Simples Exportação. Disponível em : <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/index.php/simples-exportacao> Acesso em: 14 out. 2018
- KEEDI, S. ABC do Comércio Exterior. 2. ed. São Paulo: Edições Aduaneiras Ltda, 2004.
- KEEDI, S. ABC do comércio exterior. 4. ed. São Paulo: Edições Aduaneiras Ltda, 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MACHADO, H. de B. Curso de Direito Tributário. 24 ed. São Paulo, 2004.
- MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

- MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.
- NOVAECONOMIA@SC. Estudo Setorial da Indústria Catarinense. Florianópolis: Sebrae, 2011. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/4eff6b558ed301d674d84ee2debc1ebc/\\$File/5742.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4eff6b558ed301d674d84ee2debc1ebc/$File/5742.pdf). Acesso em: 27 maio 2019.
- OLIVEIRA, G. P. de. Contabilidade Tributária. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.
- ROESCH, S. M. A.; BECKER, G. V.; MELLO, M. I. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SANTA CATARINA, Central de Atendimento Fazendário. Florianópolis: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://caf.sef.sc.gov.br/Views/Publico/BaseConhecimento/BuscarBaseConhecimento.aspx?assunto=12>. Acesso em: 24 maio 2019.
- SANTA CATARINA, Central de Atendimento Fazendário. Florianópolis: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/midia/noticia/2235>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- SANTA CATARINA, Decreto nº 2.870 de 27 de agosto de 2001. Disponível em: [http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/200\\_1/dec\\_01\\_2870.htm](http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/200_1/dec_01_2870.htm). Acesso em: 27 maio 2019.
- SANTA CATARINA, Decreto nº 2.128 de 20 de fevereiro de 2009. Disponível em: [http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/2009/dec\\_09\\_2128.htm](http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/2009/dec_09_2128.htm). Acesso em: 27 maio 2019
- SEBRAE, Sistema de Inteligência. Potencial de mercado da construção civil. Florianópolis: Sebrae, 2019. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/inteligencia/infografico/potencial-de-mercado-de-construcao-civil>. Acesso em: 27 maio 2019.
- SOMAVILLA, J. L.; LOBATO, P. H. B. A concessão de anistias e incentivos fiscais e a importância do controle da renúncia da receita pelos tribunais de contas. Revista do tribunal de contas do estado de Minas Gerais. v.70, 2009.
- STWART, J. Comércio internacional e desenvolvimento econômico na obra de Prebisch. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Área de concentração: Administração e contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VAZQUEZ, J. L. **Comércio Exterior Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# CAPÍTULO VI - REGIME ADUANEIRO ESPECIAL “ENTREPOSTO ADUANEIRO”: VANTAGENS LOGÍSTICAS E ECONÔMICAS

Jaine Kammer<sup>23</sup>

Patriele De Faveri Fontana<sup>24</sup>

Júlio César Zilli<sup>25</sup>

## Resumo

Diante ao cenário econômico atual, é de suma importância que as empresas que pretendem ingressar no comércio exterior, tenham conhecimento dos incentivos e benefícios fiscais que o governo federal disponibiliza para que as mesmas se consolidem no mercado possuindo preços mais atraentes no produto final. Diante disso, o estudo tem por objetivo identificar as vantagens logísticas e econômicas obtidas em um processo de importação de insumo ou matéria-prima com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro, sendo que, para alcançar este objetivo, é necessário contextualizar a história do comércio exterior brasileiro, modalidades de importação existentes, tributos, custos e despesas existentes em uma operação de importação, descrever os requisitos necessários para a aplicação do regime especial de entreposto aduaneiro e as vantagens existentes, explanar sobre a visão estratégica e por fim apresentar o estudo que comprova que a aplicação deste regime em questão é vantajosa. Foi utilizada como metodologia de pesquisa o

---

23 Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: jainekammer@hotmail.com

24 Especialista em Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: patrielefontana@gmail.com

25 Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: zilli42@hotmail.com

caráter descritivo, por meio de pesquisa bibliográfica, com uma abordagem essencialmente qualitativa, com características quantitativas e por fim, para evidenciar todos os resultados obtidos com esta pesquisa se aplicou o estudo de caso. Apurou-se então, que é extremamente vantajoso a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro, contendo vantagens logísticas e econômicas para a empresa que pretende realizar a importação, porém a mesma deve observar todas as variáveis e custos que podem interferir na importação desejada.

**Palavras-chave:** Regimes Aduaneiros Especiais. Entreposto Aduaneiro. Importação.

## 6.1 Introdução

O fenômeno da globalização favorecido pelo avanço da tecnologia tem contribuído muito para a aproximação dos povos e nações, seja na dimensão social, econômica ou ambiental. Pela ótica da economia, esta interligação ajuda nas relações internacionais entre os países e agiliza os acordos e as negociações entre as partes envolvidas.

No Brasil não foi diferente, os processos de importação e exportação começaram a fazer parte do cotidiano das empresas brasileiras, isto vem a contribuir muito com o crescimento da economia do país.

As empresas que ingressaram no mercado internacional abriram boas oportunidades de negócio, com o intuito de prospectar e conquistar novos clientes e parceiros. Por meio de boas estratégias para o mercado internacional as empresas conseguem lançar seus produtos e serviços de forma global, de forma a obter mais abrangência e consequentemente maior competitividade.

Em função da alta competitividade do mercado as empresas brasileiras estão gerenciando e controlando seus custos como uma alternativa para aumentar a lucratividade. Uma das formas que algumas empresas encontram para reduzir custos é buscar no comércio internacional, fornecedores que ofereçam preços mais competitivos de insumos e matérias-primas.

No sistema aduaneiro brasileiro existem alguns regimes aduaneiros especiais que podem propiciar benefícios fiscais para aquelas empresas que neles se enquadram. Esta pode ser uma forma de maximizar resultados e também dar subsídios e favorecer o setor produtivo.

Diante do cenário descrito acima, faz-se a seguinte questão: Quais as vantagens logísticas e econômicas obtidas em um processo de importação de um insumo ou matéria-prima com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro na importação?

A partir desta questão de pesquisa, este artigo objetivou identificar as vantagens logísticas e econômicas obtidas em um processo de importação de insumo ou matéria-prima com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro

## 6.2 Entreposto aduaneiro na importação

Segundo Vazquez (2011, p. 224) “o regime de entreposto aduaneiro é o que permite, na importação, o depósito de mercadorias, em local determinado, com suspensão de tributos e sob controle fiscal”. De acordo com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF (2014), as mercadorias podem permanecer neste regime, entrepostada no prazo de um ano, podendo ser prorrogada por um período de até dois anos, este prazo começa a contar a partir do desembarço aduaneiro de admissão.

Conforme estabelece a Instrução Normativa - IN da SRF nº 241<sup>26</sup> (2002), o regime de entreposto aduaneiro pode ser aplicado em exportações ou importações. E, de acordo com o artigo 3º desta IN “o regime de entreposto aduaneiro na importação permite a armazenagem de mercadoria em local alfandegado com suspensão do pagamento dos impostos incidentes” (BRASIL, 2002, p.1).

Para que este regime possa ser enquadrado, as mercadorias devem ser armazenadas em locais alfandegados, de acordo com o art. 4º da IN SRF nº 241 (2002), “[...] I – com suspensão do pagamento dos tributos, na modalidade de regime comum; e II – com direito à utilização dos be-

---

26 IN SRF nº 241: disposto também sobre o Regime Especial de Entreposto Aduaneiro no Regulamento Aduaneiro, Decreto 6.759 de 05 de fevereiro de 2009, art. 404 a 419.

nefícios fiscais relativos à exportação, antes do seu efetivo embarque para o exterior, na modalidade de regime extraordinário” (BRASIL, 2002, p.1).

As mercadorias importadas que ficarem entrepostadas por este regime, podem ser armazenadas no seu prazo de vigência nos seguintes locais, conforme estabelece a IN SRF nº 241 (2002):

Art. 6º O regime de entreposto aduaneiro, na importação e na exportação, será operado em porto seco, recinto alfandegado de uso público localizado em aeroporto ou porto organizado, instalação portuária de uso público ou instalação portuária de uso privativo misto, previamente credenciados pela Secretaria da Receita Federal –SRF (BRASIL, 2002, p.1).

Os produtos que estão armazenados neste regime de entreposto aduaneiro, estes podem passar por etiquetagem e marcação, exposições ou testes de funcionamento ou industrialização (SILVA, 2008).

As mercadorias advindas do exterior neste regime, devem ser sem cobertura cambial, ou seja, sem fechamento de câmbio em moeda estrangeira no momento da aquisição das mercadorias que permanecerão no país de destino. Havendo exceções, nos casos que estas mesmas mercadorias importadas por regime especial sejam destinadas à exportação podendo assim, ser realizado o pagamento com cobertura cambial (BRASIL, IN SRF Nº 241, 2002; BRASIL, RFB, 2015).

Behrends (2002), argumenta que este regime aduaneiro especial pode ser dividido em três modalidades: *i*) Regime de entreposto aduaneiro direto: nesta modalidade as mercadorias são importadas de forma direta, em nome do próprio importador beneficiário do regime, conhecido como consignatário; *ii*) Regime de entreposto aduaneiro indireto: nesta modalidade as mercadorias são importadas em nome da pessoa jurídica adquirente da mercadoria; e *iii*) Regime de entreposto aduaneiro vinculado: nesta modalidade as mercadorias importadas já possuem como fim sua exportação, e não passam por nenhum processo de industrialização, são exportadas no mesmo estado de quando foram adquiridas do exterior.



A partir deste contexto, verifica-se que o entreposto aduaneiro na importação é uma ferramenta que pode ser utilizada por diversas empresas independente da sua dimensão, que importam seus bens ou mercadorias e que normalmente preferem deixar suas mercadorias entrepostadas em um recinto alfandegado do que em seus estoques sem rotação ou para obter maior capital de giro, utilizando deste regime especial como uma estratégia competitiva. Porém, antes de efetuar o entreposto da carga, é de extrema importância se atentar a todos os requisitos obrigatórios para admissão do regime.

### **6.2.1 Beneficiários**

É considerado beneficiário deste regime aduaneiro especial, conforme estabelece a IN SRF nº 241 (2002), no art. 19º, os seguintes casos: *i)* Nos casos de pessoa jurídica o consignatário/destinatário da mercadoria importada; *ii)* Quando pessoa física se realizado a entrepostagem em porto seco, desde que configurado como agente comercial; *iii)* Nos casos de mercadorias destinadas a eventos desportivos internacionais, exposições em feiras, congressos e mostra de mercadorias internacionais, é considerado beneficiário o promotor do evento de acordo com o art. 6º § 1º I desta referida IN; *iv)* Pode ser considerado como beneficiários na importação também o permissionário ou concessionário do recinto alfandegado, observando algumas restrições do § 2º do art. 38º.

Desta forma, a admissão no regime de entreposto aduaneiro, o beneficiário da mercadoria entrepostada deve estar definido com antecedência pois conforme sua situação no momento da retirada da mercadoria deste regime a carga pode sofrer problemas para nacionalização, visto que a legislação vigente estipula os casos aceitos para este assunto.

### **6.2.2 Prazos de vigência**

De acordo com o art. 25º da IN SRF Nº 241 (2002), as mercadorias importadas entrepostadas neste regime podem permanecer pelo prazo de um ano contado após a data do desembarço de admissão. Deve ser observado também na questão de prazos para mercadorias destinadas a

eventos desportivos, exposição em feiras, mostra, congressos ou demais eventos semelhantes que o prazo de permanência no regime é o correspondente ao que foi estipulado no alfandegamento do recinto.

Em caso de situações especiais, a carga armazenada em recinto alfandegado de uso público, pode ser prorrogado o prazo de vigência do regime até no máximo de três anos. Para que isso seja possível, o beneficiário da carga necessariamente precisa solicitar em forma justificada o motivo desta prorrogação de prazo e esta justificativa só passa a valer se aprovado pela SRF (BRASIL, IN SRF Nº 241, 2002). De acordo com Silva (2008, p. 56):

Encerrado o prazo, ou melhor, em até 45 dias do término do prazo de vigência do regime, a mercadoria terá uma das seguintes destinações, sob pena de ser considerada abandonada: despacho para consumo; reexportação; exportação; ou transferência para outro regime aduaneiro especial ou aplicado em áreas especiais.

Após a chegada das mercadorias importadas em território nacional, existe o prazo de 5 dias para que a carga seja entrepostada (BEHRENDTS, 2002). O regime passa a ser extinto quando for registrado a última Declaração de Importação (DI) zerando o saldo da remessa de importação registrado na Declaração de Admissão (DA), ou quando as mercadorias forem reexportadas ou transferidas para outro regime aduaneiro especial (BRASIL, IN SRF Nº 241, 2002).

### **6.2.3 Vantagens logísticas e econômicas**

Segundo Lopez e Gama (2004) a logística quando bem analisada pode trazer vários benefícios às empresas. Pois com esta ferramenta é possível minimizar custos e maximizar resultados e tempo de produção. Com o acelerado avanço da globalização a competitividade está em crescente aumento, submetendo as empresas a tomar medidas estratégicas que beneficiem ainda mais seus processos produtivos.

De acordo com o que foi exposto acima e analisando a IN SRF nº 241 (2002), é possível identificar as vantagens que este regime aduaneiro

especial proporciona à empresa que se enquadra no mesmo, tais como: *i)* Melhor gestão de estoque e menor custo com mão de obra relacionada ao estoque; *ii)* Maior capital de giro com a suspensão dos tributos nas cargas entrepostadas, possibilitando os pagamentos em partes a cada DI registrada; *iii)* Importação sem cobertura cambial, as mercadorias serão pagas após sua definitiva nacionalização e saída da mercadoria dos portos secos ou armazéns; *iv)* É possível a transferência da mercadoria para outro regime, como por exemplo *Drawback*; *v)* Diminuição do tempo de espera da mercadoria importada, o importador não espera por mais um novo processo de importação a chegada da mercadoria no porto, pois a mesma já está entrepostada e a espera da nacionalização; *vi)* A carga fica segura até o fim de seu entrepostamento; *vii)* Pode reexportar a mercadoria admitida no regime de entreposto; *viii)* Melhora de forma significativa o fluxo de caixa da empresa em que possui carga entrepostada em portos secos, pois diminui o prazo de espera para a chegada da mercadoria e consequentemente diminui o período de produção (COELHO, 2003; DCI, 2014; FERRAZ *et al.*, 2011).

Cabe lembrar que o tempo que a mercadoria ficar entrepostada em porto seco ou armazéns, o valor a ser pago de armazenagem é proporcional ao período em que a mesma ficou sob controle do armazém, porém para que estes valores de armazenagens não se tornem um ponto negativo para a utilização deste regime, os armazéns e portos secos na maioria das vezes conseguem oferecer descontos e renegociações que tornam o processo extremamente vantajoso.

### 6.3 Procedimentos metodológicos

Em relação a abordagem da pesquisa, está caracterizado essencialmente como qualitativo, com características quantitativas, segundo Michel (2015), considera-se como pesquisa qualitativa as que utilizam de metodologias de análises e coletas de dados em relação a situação estudada, para que desta forma, possa ser entendida e interpretada as informações obtidas para a solução de determinados problemas.

Quanto aos objetivos, esse estudo possui caráter descritivo, que de acordo com Rampazzo (2005, p. 23), “a pesquisa descritiva, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador”. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva pois tem como objetivo demonstrar um processo de importação com a utilização de um regime aduaneiro especial.

Ao se falar dos procedimentos por meio do estudo de caso, foi levantado nesta pesquisa uma comparação entre um processo de importação direta com e sem o uso do regime especial de entreposto aduaneiro, para demonstrar as vantagens existentes com a utilização deste regime especial.

Para expor a simulação pretendente sobre um processo de importação direta com a utilização do entreposto aduaneiro, faz-se necessário o conhecimento das legislações pertinentes e um planejamento de custos de importação bem projetado, aplicando isso em um estudo de caso.

Para coleta de dados, foi analisada a importância da mercadoria escolhida no sul de Santa Catarina, após a determinação da mercadoria que foi utilizada na simulação, foi simulado um pedido ao exterior das mercadorias pretendidas. Com a *Pro-forma Invoice* em mãos, documento este enviado pelo fornecedor, foram realizados os cálculos das demais despesas até a chegada da mercadoria em porto brasileiro pelo armador de carga. Depois de toda a documentação completa, foram realizados os cálculos dos montantes que envolvem um processo de importação direta com base na documentação e legislação pertinente. Após a realização da simulação serão expostos os resultados vantajosos obtidos com o estudo.

#### **6.4 Apresentação e discussão dos resultados**

Para realização da simulação do processo de importação por conta própria com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro foi utilizado como produto principal, pigmentos de diversas cores classificado no NCM 3204.17.00. O produto em questão é de origem chinesa, adquirido de uma empresa do Reino Unido, e o mesmo vem

acondiçionado em sacos de papel de 20 ou 25 quilogramas (KG) cada e foi transportada em um container de 20 pés, por vias marítimas. Nesta simulação foi utilizado como chegada das mercadorias no porto de descarga – Navegantes, na data de 23 de dezembro de 2016. Nesta data foi realizado o registro da DA, compondo todas as mercadorias importadas e com suspensão dos tributos (Quadro 1).

**Quadro 1 – Tributos suspensos no registro da DA.**

TRIBUTO	ALÍQUOTA (%)	VALOR (R\$)
II	14,00%	R\$19.968,59
PIS-Importação	2,10%	R\$2.995,29
COFINS-Importação	9,65%	R\$13.764,07
<b>TOTAL</b>		<b>R\$36.727,95</b>

Fonte: Elaboração própria.

Conforme acordado com o exportador, a mercadoria foi adquirida na condição do *Incoterm* – CIF, neste caso os montantes pagos referentes à frete internacional e seguro de carga estão incluídos no valor unitário pago pela mercadoria importada, caracterizando assim o valor da operação como valor CIF.

No Quadro 2, estão expostos os valores que compõem a DA registrada para entrepostamento de carga, descrição das mercadorias conforme o exportador e valores unitários expressados em dólar (US\$). Para perfeito entendimento, os montantes registrados na coluna do valor da mercadoria por unidade comercializada (VUCV), é o valor exatamente do que será pago ao exportador pela mercadoria, quando ocorrer a remessa do montante ao exterior.

Relembrando que, o pagamento só será realizado ao exportador no momento de cada registro de DI proporcionalmente ao valor das mercadorias nacionalizadas, visto que no referencial teórico é abordado que, para utilização deste regime especial de entreposto aduaneiro, não é permitido que haja antecipação de pagamento, via fechamento de câmbio.

**Quadro 2 – Descrição das mercadorias declaradas na DA.**

MERCADORIA	QUANT. (UN.)	NCM	QUANT. (KG)	VUCV	TOTAL
Pigment Red 53:1 Sinlake Red - 3110-002	120	3204.17.00	3000,00	\$ 5,53	\$16.590,00
Pigment Yellow 174 Sincol Yellow - 1128-G21	64	3204.17.00	1600,00	\$ 4,68	\$ 7.488,00
Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3154-009	40	3204.17.00	800,00	\$ 3,78	\$3.024,00
Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3160-006	10	3204.17.00	250,00	\$ 4,96	\$1.240,00
Pigment Yellow 13 Sincol Yellow - 1126-003	28	3204.17.00	700,00	\$ 6,45	\$4.515,00
Pigment Red 48:2 Sincol Rubine - 3120-004	15	3204.17.00	300,00	\$ 5,69	\$1.707,00
Pigment Red 48:3 Sincol Red - 3124-002	15	3204.17.00	300,00	\$ 5,84	\$1.752,00
Pigment Red 112 Sinfast Red - 2150-001	36	3204.17.00	720,00	\$ 8,74	\$6.292,80
	<b>328</b>		<b>7670,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>\$ 42.608,80</b>

Fonte: Elaboração própria.

### 6.4.1 Entrepósito de carga

Neste estudo serão demonstrados um comparativo entre uma importação direta sem a utilização do regime de entreposto aduaneiro e a mesma operação com a utilização do regime de entreposto aduaneiro, sendo utilizadas neste caso, três retiradas das mercadorias de recinto alfandegado em diferentes datas.

#### 6.4.1.1 Importação direta sem utilização de regime especial

Inicialmente, para o registro da entrada da mercadoria em território nacional, ocorrendo sua definitiva nacionalização aplica-se conforme o que estabelece a Portaria MF nº 6, de 25 de janeiro de 1999, como taxa fiscal de dólar, a taxa de venda de dois dias úteis anteriores ao registro da DI em questão, neste caso o valor de R\$ 3,3297, este valor

mencionado como taxa de dólar foi utilizado para registro e conversão de todos os valores necessários para registro da DI vide Quadro 3.

**Quadro 3 – Simulação de importação direta sem utilização de regime especial.**

DADOS NECESSÁRIOS			
DI	16/XXXXXX-X	VA	R\$ 142.632,81
Peso bruto (KG)	7670,00	VCMV	\$ 42.608,80
Peso Líquido (KG)	8457,4	VMLE	\$ 40.176,53
Quantidade (UN.)	328	VMLD	\$ 42.836,53
Frete	\$ 2.625,00	Taxa Fiscal Dólar	R\$ 3,3297
Seguro	\$ 35,00	Data de registro da DI	23/12/2016
LEGENDA			
VCMV: Valor das Mercadorias na Condição da Venda.			
VMLE: Valor da mercadoria ajustado ao local de embarque.			
VMLD: Valor da Mercadoria no Local de Descarga.			

Fonte: Elaboração própria.

Para chegar ao valor VMLE é necessário identificar o valor cobrado pelo armador da carga relacionados ao THC e CE. Conforme verificado, o valor a ser lançado como THC é o montante de R\$ 715,00, o mesmo que US\$ 214,73, e o valor a ser lançado como taxa CE US\$ 13,00, ambos os valores estão presentes no documento *Bill Of Lading* (BL), enviado do exterior.

Para chegar ao VA é necessário multiplicar o valor VMLD pela taxa de dólar considerada para o registro da DI, resultando em um VA de R\$ 142.632,81. Este valor fará base para os tributos que serão debitados diretamente da conta bancária do importador automaticamente com o registro da DI, neste caso, no dia 23 de dezembro de 2016.

Além dos desembolsos com tributos, esta importação direta sem a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro, terá também custos e despesas pertinentes pela liberação da carga do armazém para o estoque da indústria que fará sua importação, a mercadoria ficou armazenada em recinto alfandegado até a data de 13 de março de 2017,

neste caso os valores de armazenagem foram calculados sobre 81 dias, conforme repassado pelo armazém. Sendo assim segue no Quadro 4, um espelho de nota fiscal de entrada da mercadoria com todos os custos e despesas expostos, necessário para à sua nacionalização e transporte até a empresa importadora:



Quadro 4 – Espelho de nota fiscal de entrada com todos os custos e despesas embutidos.

IMPORTAÇÃO DIRETA						
DESCRIÇÃO PRODUTO		ORIGEM		DESTINO (PORTO)	FORNECEDOR	DATA REGISTRO DI
Pigmentos e preparações à base desses pigmentos		Nanjing, China		Navegantes	Union Colours	23/12/2016
VA	US\$	TAXA	R\$	TRIBUTOS	ALÍQUOTA (%)	VALOR TRIBUTOS
VALOR FOB MERCADORIA	\$ 39.948,80	3,3297	R\$ 133.017,52	II	14,00%	R\$ 19.968,59
FRETE	\$2.625,00	3,3297	R\$ 8.740,46	PIS	2,10%	R\$ 2.995,29
SEGURO	\$ 35,00	3,3297	R\$ 116,54	COFINS	9,65%	R\$ 13.764,07
THC	\$214,73	3,3297	R\$ 715,00			
TAXA DO CE	\$13,00	3,3297	R\$ 43,29			
<b>VALOR CIF</b>	<b>\$42.836,53</b>		<b>R\$ 142.632,81</b>			<b>R\$ 36.727,95</b>
DESPESAS ACESSÓRIAS						VALOR R\$
SISCOMEX						R\$ 214,50
AFRMM						R\$ 2.395,89
<b>VALOR TOTAL DAS DESPESAS</b>						<b>R\$ 2.610,39</b>
NOTA FISCAL DE ENTRADA						
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS (CIF + II)						R\$ 162.601,40
DESPESAS ACESSÓRIAS + PIS E COFINS						R\$ 19.369,74
<b>SUB TOTAL</b>						<b>R\$ 181.971,14</b>
ICMS POR DENTRO	0,8300					R\$ 219.242,34
ICMS DESTACADO	17,0000%					R\$ 37.271,20
<b>TOTAL NOTA FISCAL</b>						<b>R\$ 219.242,34</b>

<b>FECHAMENTO DO PROCESSO</b>	
VALOR MERCADORIA + FRETE + SEGURO + CE	R\$ 141.917,81
VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	(R\$ 4.661,40)
THC	R\$ 715,00
SISCOMEX	R\$ 214,50
AFRMM	R\$ 2.395,89
ARMAZENAGEM	R\$ 7.014,32
DESEMBARAÇO ADUANEIRO	R\$ 957,00
DESPESAS COM ARMADOR	R\$ 464,00
DEVOLUÇÃO DE CONTAINER	R\$ 160,00
PIS, COFINS, II	R\$ 36.727,95
ICMS ANTECIPADO NO DESEMBARAÇO	R\$ 37.271,20
FRETE NACIONAL	R\$ 1.150,00
<b>TOTAL CUSTO FINANCEIRO DA IMPORTAÇÃO</b>	<b>R\$ 224.326,26</b>

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar o Quadro 4, para importação deste pigmento, o desembolso financeiro final é no valor de R\$ 224.326,26. Cabe ressaltar que o valor de variação cambial ativa, compõe a diferença entre o fechamento de câmbio realizado na data de 04 de outubro de 2016, com a taxa de dólar de US\$ 3,2203, esta data foi escolhida, considerando que o transporte da mercadoria tem o prazo médio de 45 dias. Neste caso o valor da remessa ao exterior no período efetivo da compra, a taxa de dólar estava vantajosa, considerado assim o valor como receita financeira.

Por se tratar de uma simulação de importação para uma empresa tributada pelo Lucro Real, não será considerado como custo os valores de PIS-Importação, COFINS-Importação e ICMS, visto que a empresa terá possibilidade de crédito dos mesmos. Os valores restantes do Quadro 4, foram considerados como custos e foram rateados para encontrarmos o custo final de cada produto, dos oito importados, segue no Quadro 5.

**Quadro 5 – Custos para registro do estoque da importação direta rateados por produto.**

IMPORTAÇÃO DIRETA								
DESCRIÇÃO DA MERCADORIA	QUANT. (KG)	PESO LÍQUIDO	PREÇO UNITÁRIO (COMPRA US\$)	TAXA FISCAL (US\$)	VCMV	VALOR CIF (R\$)	THC	TAXA CE
1 Pigment Red 53:1 Sinlake Red - 3110-002	3000	3307,98	\$ 5,53	\$ 3,3297	\$ 16.590,00	R\$ 55.239,72	R\$ 278,39	R\$ 16,85
2 Pigment Yellow 174 Sincol Yellow - 1128-G21	1600	1764,26	\$ 4,68	\$ 3,3297	\$ 7.488,00	R\$ 24.932,79	R\$ 125,65	R\$ 7,61
3 Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3154-009	800	882,13	\$ 3,78	\$ 3,3297	\$ 3.024,00	R\$ 10.069,01	R\$ 50,74	R\$ 3,07
4 Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3160-006	250	275,66	\$ 4,96	\$ 3,3297	\$ 1.240,00	R\$ 4.128,83	R\$ 20,81	R\$ 1,26
5 Pigment Yellow 13 Sincol Yellow - 1126-003	700	771,86	\$ 6,45	\$ 3,3297	\$ 4.515,00	R\$ 15.033,60	R\$ 75,76	R\$ 4,59
6 Pigment Red 48:2 Sincol Rubine - 3120-004	300	330,80	\$ 5,69	\$ 3,3297	\$ 1.707,00	R\$ 5.683,80	R\$ 28,64	R\$ 1,73
7 Pigment Red 48:3 Sincol Red - 3124-002	300	330,80	\$ 5,84	\$ 3,3297	\$ 1.752,00	R\$ 5.833,63	R\$ 29,40	R\$ 1,78
8 Pigment Red 112 Sinfast Red - 2150-001	720	793,91	\$ 8,74	\$ 3,3297	\$ 6.292,80	R\$ 20.953,14	R\$ 105,60	R\$ 6,39
<b>TOTAL</b>	<b>7670</b>	<b>8457,40</b>			<b>\$ 42.608,80</b>	<b>R\$ 141.874,52</b>	<b>R\$ 715,00</b>	<b>R\$ 43,29</b>

IMPORTAÇÃO DIRETA									
ARMAZENAGEM	AFRMM	DESPACHANTE	II	SISCOMEX	FRETE NACIONAL	DESPESAS ARMADOR	DEVOLUÇÃO DE CONTAINER	TOTAL	CUSTO FINAL UNITÁRIO (R\$)
R\$ 2.705,69	R\$ 936,77	R\$ 372,61	R\$ 7.774,90	R\$ 26,81	R\$ 449,90	R\$ 180,66	R\$ 62,30	R\$ 68.044,51	R\$ 22,88
R\$ 1.227,81	R\$ 493,51	R\$ 168,18	R\$ 3.509,25	R\$ 26,81	R\$ 239,90	R\$ 81,54	R\$ 28,12	R\$ 30.841,17	R\$ 19,28
R\$ 503,00	R\$ 243,52	R\$ 67,92	R\$ 1.417,20	R\$ 26,81	R\$ 119,95	R\$ 32,93	R\$ 11,36	R\$ 12.545,52	R\$ 15,68
R\$ 213,34	R\$ 77,42	R\$ 27,85	R\$ 581,13	R\$ 26,81	R\$ 37,48	R\$ 13,50	R\$ 4,66	R\$ 5.133,09	R\$ 20,53
R\$ 745,09	R\$ 221,47	R\$ 101,41	R\$ 2.115,95	R\$ 26,81	R\$ 104,95	R\$ 49,17	R\$ 16,95	R\$ 18.495,76	R\$ 26,42
R\$ 289,16	R\$ 93,89	R\$ 38,34	R\$ 799,98	R\$ 26,81	R\$ 44,98	R\$ 18,59	R\$ 6,41	R\$ 7.032,35	R\$ 23,44
R\$ 296,47	R\$ 94,09	R\$ 39,35	R\$ 821,07	R\$ 26,81	R\$ 44,98	R\$ 19,08	R\$ 6,58	R\$ 7.213,25	R\$ 24,04
R\$ 1.033,75	R\$ 235,20	R\$ 141,34	R\$ 2.949,12	R\$ 26,81	R\$ 107,95	R\$ 68,53	R\$ 23,63	R\$ 25.651,45	R\$ 35,63
<b>R\$ 7.014,32</b>	<b>R\$ 2.395,89</b>	<b>R\$ 957,00</b>	<b>R\$ 19.968,59</b>	<b>R\$ 214,50</b>	<b>R\$ 1.150,00</b>	<b>R\$ 464,00</b>	<b>R\$ 160,00</b>	<b>R\$ 174.957,11</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Para realização do rateio de forma correta, foi utilizado algumas variáveis, sendo elas, expostas no Quadro 6.

**Quadro 6 – Variáveis para rateio dos custos por produto.**

VCMV	VA	FRETE INTERNACIONAL	QUANT. DE MERCADORIAS	PESO
THC	Armazenagem (Apêndice A)	AFRMM – Percentual de 25% sobre o frete internacional + CE + THC, adicionando R\$ 21,20 de taxas.	Taxa SISCOMEX	Frete nacional
	Comissão do despachante			
CE	Imposto de Importação - II			
	Despesas com armador de carga			
	Devolução de Container			

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar que todas as variáveis para os rateios foram com base nas legislações pertinentes a cada item, seguindo o Regulamento Aduaneiro (RA). Estes são os valores desembolsados pela importadora no processo de importação direta sem a utilização de benefícios concedidos pelo governo federal para estimular o comércio internacional. Desconsiderando os tributos que são possíveis de recuperação, este processo de importação direta teria um custo total de R\$ 174.957,11.

#### **6.4.1.2 Processo de importação direta com a utilização do regime de entreposto aduaneiro**

Nesta seção serão expostos os resultados obtidos com o mesmo processo de importação direta utilizado anteriormente, porém agora com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro, sendo utilizadas neste caso três retiradas das mercadorias proporcionalmente do recinto alfandegado. O registro da DA neste caso, é na chegada da mercadoria no porto de destino, Navegantes, na data de 23 de dezembro de 2016.

### 6.4.1.2.1 Primeira retirada da carga entrepostada

Nesta simulação, a primeira retirada será considerada a mesma data da retirada sem a utilização do regime, 13 de março de 2017, porém, neste caso será retirado do recinto alfandegado apenas a quantidade necessária que a empresa importadora precisa para o momento.

Como as mercadorias importadas sob regime especial de entreposto aduaneiro, o fechamento de câmbio, ocorreu na data 09 de março de 2017, dois dias úteis antes da data da efetiva nacionalização da mercadoria, a uma taxa fiscal de dólar de R\$ 3,1735. A DI foi registrada na data de 13 de março de 2017, porém levando em consideração a regra que o registro da DI segue, utiliza-se a mesma taxa do dólar do fechamento de câmbio, neste caso, em nenhuma das três retiradas ocorrerá variação cambial. Considerando esta data, as mercadorias que serão liberadas neste momento, ficaram armazenadas por 81 dias em recinto alfandegado, os valores que compõem os custos de armazenagem são calculados como foi mencionado anteriormente.

A seguir, no Quadro 7 serão expostas as informações necessárias para o registro da DI, relacionada a primeira nacionalização:

**Quadro 7 – Dados utilizados para a nacionalização da primeira retirada.**

DADOS NECESSÁRIOS			
DI	17/XXXXXX-X	VA	R\$ 46.324,49
Peso bruto (KG)	2590,00	VCMV	\$ 14.516,10
Peso Líquido (KG)	2855,89	VMLE	\$ 13.698,95
Quantidade (UN.)	116	VMLD	\$ 14.597,29
Frete	\$ 886,41	Taxa Fiscal Dólar	R\$ 3,1735
Seguro	\$ 11,92	Data de registro da DI	13/03/2017

Fonte: Elaboração própria.

Com as informações expostas no Quadro 7, é possível realizar o registro da DI, e após, calcular os custos que envolvem este processo de primeira retirada até a empresa importadora. Segue no Quadro 8, os valores da nota fiscal de entrada, após a saída da mercadoria do recinto alfandegado, que será utilizada pela empresa, na retirada de 116 produtos dos 328 entrepostados.

Quadro 8 – Espelho de nota fiscal de entrada com todos os custos e despesas embutidos na primeira retirada.

IMPORTAÇÃO DIRETA						
DESCRIÇÃO PRODUTO		ORIGEM		DESTINO (PORTO)	FORNECEDOR	DATA REGISTRO DI
PIGMENTOS E PREPARAÇÕES À BASE DESSES PIGMENTOS		NANJING, CHINA		NAVEGANTES	UNION COLOURS	13/03/2017
VA	US\$	TAXA	R\$	TRIBUTOS	ALÍQUOTA (%)	VALOR TRIBUTOS
VALOR FOB MERCADORIA	\$13.617,77	3,1735	R\$ 43.215,99	II	14,00%	R\$ 6.485,43
FRETE INTERNACIONAL	\$886,41	3,1735	R\$ 2.813,02	PIS	2,10%	R\$ 972,81
SEGURO INTERNACIONAL	\$ 11,92	3,1735	R\$ 37,83	COFINS	9,65%	R\$ 4.470,31
THC	\$76,76	3,1735	R\$ 243,60			
TAXA DO CE	\$4,43	3,1735	R\$ 14,06			
<b>VALOR CIF</b>	<b>\$14.597,29</b>		<b>R\$ 46.324,50</b>			<b>R\$ 11.928,56</b>
<b>DESPESAS ACESSÓRIAS</b>						<b>VALOR R\$</b>
SISCOMEX						R\$ 214,50
AFRMM						R\$ 788,87
<b>VALOR TOTAL DAS DESPESAS</b>						<b>R\$ 1.003,37</b>
<b>NOTA FISCAL DE ENTRADA</b>						
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS (CIF + II)						R\$ 52.809,93
DESPESAS ACESSÓRIAS + PIS E COFINS						R\$ 6.446,50
<b>SUB TOTAL</b>						<b>R\$ 59.256,43</b>

ICMS POR DENTRO	0,8300	R\$ 71.393,29
ICMS DESTACADO	17,0000%	R\$ 12.136,86
<b>TOTAL NOTA FISCAL</b>		<b>R\$ 71.393,29</b>
<b>FECHAMENTO DO PROCESSO</b>		
VALOR MERCADORIA + FRETE + SEGURO + CE MERCANTE		R\$ 46.080,90
VARIAÇÃO CAMBIAL PASSIVA		R\$ 0,00
THC		R\$ 243,60
SISCOMEX		R\$ 214,50
AFRMM		R\$ 788,87
ARMAZENAGEM		R\$ 2.601,03
DESEMBARAÇO ADUANEIRO		R\$ 957,00
DESPESAS COM ARMADOR		R\$ 150,70
DEVOLUÇÃO DE CONTAINER		R\$ 51,97
PIS, COFINS, II		R\$ 11.928,56
ICMS ANTECIPADO NO DESEMBARAÇO		R\$ 12.136,86
FRETE NACIONAL		R\$ 850,00
<b>TOTAL CUSTO FINANCEIRO DA IMPORTAÇÃO</b>		<b>R\$ 76.003,99</b>

Fonte: Elaboração própria.

A empresa importadora que decidiu realizar a entrepostagem de carga, terá que desembolsar neste primeiro momento, o valor de R\$ 76.003,99, para a primeira retirada da carga dos produtos que mais precisaria no momento, o restante ainda possui em estoque, o que fez com que a mesma deixasse em recinto alfandegado aguardando uma nova retirada.

Em seguida, o Quadro 9 apresenta a descrição de cada produto inicialmente nacionalizado e seus custos após o rateio por produtos e valores que devem ser utilizados para registro no estoque.

**Quadro 9 – Custos da importação direta rateados por produto, na primeira nacionalização.**

PRIMEIRA RETIRADA								
DESCRIÇÃO DA MERCADORIA	QUANT. (KG)	PESO LÍQUIDO	PREÇO UNITÁRIO (COMPRA US\$)	TAXA FISCAL (US\$)	VCMV	VALOR CIF (R\$)	THC	TAXA CE
1 Pigment Red 53:1 Sinlake Red - 3110-002	600	661,60	\$ 5,53	\$ 3,1735	\$ 3.318,00	R\$ 10.529,67	R\$ 55,68	R\$ 3,21
2 Pigment Yellow 174 Sincol Yellow - 1128-G21	400	441,06	\$ 4,68	\$ 3,1735	\$ 1.872,00	R\$ 5.940,79	R\$ 31,41	R\$ 1,81
3 Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3154-009	400	441,06	\$ 3,78	\$ 3,1735	\$ 1.512,00	R\$ 4.798,33	R\$ 25,37	R\$ 1,46
4 Pigment Yellow 13 Sincol Yellow - 1126-003	350	385,93	\$ 6,45	\$ 3,1735	\$ 2.257,50	R\$ 7.164,18	R\$ 37,88	R\$ 2,19
5 Pigment Red 48:2 Sincol Rubine - 3120-004	300	330,80	\$ 5,69	\$ 3,1735	\$ 1.707,00	R\$ 5.417,16	R\$ 28,64	R\$ 1,65
6 Pigment Red 48:3 Sincol Red - 3124-002	300	330,80	\$ 5,84	\$ 3,1735	\$ 1.752,00	R\$ 5.559,97	R\$ 29,40	R\$ 1,70
7 Pigment Red 112 Sinfast Red - 2150-001	240	264,64	\$ 8,74	\$ 3,1735	\$ 2.097,60	R\$ 6.656,73	R\$ 35,20	R\$ 2,03
<b>TOTAL</b>	<b>2590</b>	<b>2855,89</b>			<b>\$ 14.516,10</b>	<b>R\$ 46.066,84</b>	<b>R\$ 243,59</b>	<b>R\$ 14,06</b>

PRIMEIRA RETIRADA									
ARMAZENAGEM	AFRMM	DESPACHANTE	II	SISCOMEX	FRETE NACIONAL	DESPESAS ARMADOR	DEVOLUÇÃO DE CONTAINER	TOTAL	CUSTO FINAL UNITÁRIO (R\$)
R\$ 587,33	R\$ 182,54	R\$ 218,75	R\$ 1.482,40	R\$ 30,64	R\$ 196,91	R\$ 34,45	R\$ 11,88	R\$ 13.333,46	R\$ 22,22
R\$ 336,60	R\$ 120,15	R\$ 123,41	R\$ 836,36	R\$ 30,64	R\$ 131,27	R\$ 19,43	R\$ 6,70	R\$ 7.578,59	R\$ 18,95
R\$ 274,17	R\$ 118,50	R\$ 99,68	R\$ 675,52	R\$ 30,64	R\$ 131,27	R\$ 15,70	R\$ 5,41	R\$ 6.176,08	R\$ 15,44
R\$ 403,44	R\$ 107,95	R\$ 148,83	R\$ 1.008,59	R\$ 30,64	R\$ 114,86	R\$ 23,44	R\$ 8,08	R\$ 9.050,09	R\$ 25,86
R\$ 307,99	R\$ 91,49	R\$ 112,54	R\$ 762,64	R\$ 30,64	R\$ 98,46	R\$ 17,72	R\$ 6,11	R\$ 6.875,05	R\$ 22,92
R\$ 315,79	R\$ 91,70	R\$ 115,50	R\$ 782,75	R\$ 30,64	R\$ 98,46	R\$ 18,19	R\$ 6,27	R\$ 7.050,37	R\$ 23,50
R\$ 375,71	R\$ 76,53	R\$ 138,29	R\$ 937,15	R\$ 30,64	R\$ 78,76	R\$ 21,78	R\$ 7,51	R\$ 8.360,34	R\$ 34,83
<b>R\$ 2.601,03</b>	<b>R\$ 788,86</b>	<b>R\$ 957,00</b>	<b>R\$ 6.485,43</b>	<b>R\$ 214,50</b>	<b>R\$ 850,00</b>	<b>R\$ 150,70</b>	<b>R\$ 51,97</b>	<b>R\$ 58.423,97</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Estes são os valores que a empresa importadora desembolsaria desconsiderando os valores de tributos recuperáveis, na data de 13 de março de 2017, desembaraçando e nacionalizando apenas as mercadorias que de fato a empresa está precisando no momento. O restante ficou no recinto alfandegado aguardando uma próxima nacionalização. Desta forma, a empresa desembolsaria e registraria em sua entrada de estoque o valor de R\$ 58.423,97.



### 6.4.1.2.2 Segunda retirada da carga entrepostada

A nova data escolhida para retirada de mais uma parcela das mercadorias entrepostada, foi a data de 25 de julho de 2017, nesta data a taxa fiscal de dólar utilizada foi de R\$ 3,1256. Seguindo esta lógica, a mercadoria ficou armazenada em recinto alfandegado pelo prazo de 215 dias. A seguir no Quadro 10, será exposto as informações necessárias para o registro da DI nesta data:

**Quadro 10 – Dados utilizados para a nacionalização da segunda retirada.**

DADOS NECESSÁRIOS			
DI	17/XXXXXXX-X	VA	R\$ 30.451,99
Peso bruto (KG)	1570,00	VCMV	\$ 9.687,80
Peso Líquido (KG)	1731,18	VMLE	\$ 9.197,49
Quantidade (UN.)	66	VMLD	\$ 9.742,77
Frete	\$ 537,32	Taxa Fiscal Dólar	R\$ 3,1256
Seguro	\$ 7,96	Data de registro da DI	25/07/2018

Fonte: Elaboração própria.

Após exposto no quadro anterior, é possível com estes valores realizar o registro da DI referente a segunda retirada para nacionalização. Foi simulado que a empresa sentiu necessidade de uma nova entrada de estoque de produtos que estão em recinto alfandegado, nesta segunda retirada foi nacionalizado 66 unidades.

Após o registro da DI na data de 25 de julho de 2017, é necessário que a empresa identifique os valores que irão compor a nota fiscal de entrada que sairá juntamente com o transporte do armazém até seu estoque, o que se encontra no Quadro 11.

Quadro 11– Espelho de nota fiscal de entrada com todos os custos e despesas embutidos na segunda retirada.

IMPORTAÇÃO DIRETA						
DESCRIÇÃO PRODUTO		ORIGEM		DESTINO (PORTO)	FORNECEDOR	DATA REGISTRO DI
PIGMENTOS E PREPARAÇÕES À BASE DESSES PIGMENTOS		NANJING, CHINA		NAVEGANTES	Union Colours	25/07/2017
VA	US\$	TAXA	R\$	TRIBUTOS	ALÍQUOTA (%)	VALOR TRIBUTOS
VALOR FOB MERCADORIA	\$9.142,52	3,1256	R\$ 28.575,86	II	14,00%	R\$ 4.263,28
FRETE INTERNACIONAL	\$537,32	3,1256	R\$ 1.679,45	PIS	2,10%	R\$ 639,49
SEGURO INTERNACIONAL	\$ 7,96	3,1256	R\$ 24,88	COFINS	9,65%	R\$ 2.938,62
THC	\$52,01	3,1256	R\$ 162,56			
TAXA DO CE	\$2,96	3,1256	R\$ 9,25			
<b>VALOR CIF</b>	<b>\$9.742,77</b>		<b>R\$ 30.452,00</b>			<b>R\$ 7.841,39</b>
<b>DESPESAS ACESSÓRIAS</b>						<b>VALOR R\$</b>
SISCOMEX						R\$ 214,50
AFRMM						R\$ 484,02
<b>VALOR TOTAL DAS DESPESAS</b>						<b>R\$ 698,52</b>
<b>NOTA FISCAL DE ENTRADA</b>						
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS (CIF + II)						R\$ 34.715,28
DESPESAS ACESSÓRIAS + PIS E COFINS						R\$ 4.276,63
<b>SUB TOTAL</b>						<b>R\$ 38.991,91</b>
ICMS POR DENTRO	0,8300					R\$ 46.978,20
ICMS DESTACADO	17,0000%					R\$ 7.986,29
<b>TOTAL NOTA FISCAL</b>						<b>R\$ 46.978,20</b>

<b>FECHAMENTO DO PROCESSO</b>	
VALOR MERCADORIA + FRETE + SEGURO + CE	R\$ 30.289,44
VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	R\$ 0,00
THC	R\$ 162,56
SISCOMEX	R\$ 214,50
AFRMM	R\$ 484,02
ARMAZENAGEM	R\$ 4.188,00
DESEMBARAÇO ADUANEIRO	R\$ 957,00
DESPESAS COM ARMADOR	R\$ 99,06
DEVOLUÇÃO DE CONTAINER	R\$ 34,16
PIS, COFINS, II	R\$ 7.841,39
ICMS ANTECIPADO NO DESEMBARAÇO	R\$ 7.986,29
FRETE NACIONAL	R\$ 850,00
<b>TOTAL CUSTO FINANCEIRO DA IMPORTAÇÃO</b>	<b>R\$ 53.106,42</b>

Fonte: Elaboração própria.

Além dos valores de nota fiscal de entrada, encontra-se os valores totais que a empresa deverá desembolsar para que a mercadoria possa transitar e chegar ao seu estoque, o montante de R\$ 53.106,42. Encontrados os valores que a empresa deverá desembolsar para o pagamento desta retirada, é necessário realizar o rateio dos custos para chegar ao custo final por unidade, o rateio dos custos, desconsiderando os tributos que poderão ser recuperados, valor que efetivamente irá compor o valor de entrada dos custos da mercadora no estoque, encontra-se no Quadro 12.

**Quadro 12 – Custos da importação direta rateados por produto, na segunda nacionalização.**

SEGUNDA RETIRADA									
DESCRÇÃO DA MERCADORIA	QUANT. (KG)	PESO LIQUIDO	PREÇO UNITÁRIO (COMPRA US\$)	TAXA FISCAL (US\$)	VCMV	VALOR CIF (R\$)	THC	TAXA CE	
1 Pigment Red 53:1 Sinlake Red - 3110-002	600	661,60	\$ 5,53	\$ 3,1256	\$ 3.318,00	R\$10.370,74	R\$ 55,68	R\$ 3,16	
2 Pigment Yellow 174 Sincol Yellow - 1128-G21	350	385,93	\$ 4,68	\$ 3,1256	\$ 1.638,00	R\$ 5.119,73	R\$ 27,49	R\$ 1,56	
3 Pigment Yellow 13 Sincol Yellow - 1126-003	300	330,80	\$ 6,45	\$ 3,1256	\$ 1.935,00	R\$ 6.048,04	R\$ 32,47	R\$ 1,85	
4 Pigment Red 112 Sinfast Red - 2150-001	320	352,85	\$ 8,74	\$ 3,1256	\$ 2.796,80	R\$ 8.741,68	R\$ 46,93	R\$ 2,67	
<b>TOTAL</b>	<b>1570</b>	<b>1731,18</b>			<b>\$ 9.687,80</b>	<b>R\$ 30.280,19</b>	<b>R\$ 162,57</b>	<b>R\$ 9,24</b>	

SEGUNDA RETIRADA									
ARMAZENAGEM	AFRMM	DESPACHANTE	II	SISCOMEX	FRETE NACIONAL	DESPESAS ARMADOR	DEVOLUÇÃO DE CONTAINER	TOTAL	CUSTO FINAL UNITÁRIO (R\$)
R\$ 1.429,92	R\$ 183,19	R\$ 327,77	R\$ 1.460,14	R\$ 53,63	R\$ 324,84	R\$ 33,93	R\$ 11,70	R\$ 14.254,69	R\$ 23,76
R\$ 711,98	R\$ 105,48	R\$ 161,81	R\$ 720,83	R\$ 53,63	R\$ 189,49	R\$ 16,75	R\$ 5,78	R\$ 7.114,53	R\$ 20,33
R\$ 838,91	R\$ 92,88	R\$ 191,15	R\$ 851,53	R\$ 53,63	R\$ 162,42	R\$ 19,79	R\$ 6,82	R\$ 8.299,46	R\$ 27,66
R\$ 1.207,19	R\$ 102,46	R\$ 276,28	R\$ 1.230,78	R\$ 53,63	R\$ 173,25	R\$ 28,60	R\$ 9,86	R\$ 11.873,32	R\$ 37,10
<b>R\$ 4.188,00</b>	<b>R\$ 484,01</b>	<b>R\$ 957,00</b>	<b>R\$ 4.263,28</b>	<b>R\$ 214,50</b>	<b>R\$ 850,00</b>	<b>R\$ 99,06</b>	<b>R\$ 34,16</b>	<b>R\$ 41.542,01</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que após os devidos rateios, a empresa importadora deverá registrar como entrada em estoque o valor no total de R\$ 41.542,01, este valor é somente referente aos custos de cada mercadoria, desconsiderando todo os valores de tributos que são recuperáveis.

#### 6.4.1.2.3 Terceira retirada da carga entrepostada

Para terceira retirada, foi utilizado a data de 20 de outubro de 2017, data esta simulada novamente pela necessidade da empresa em possuir em estoque as últimas mercadorias restantes entrepostadas, que serão nacionalizados nesta data, à uma taxa de dólar de R\$ 3,1673. As

mercadorias ficaram armazenadas em recinto alfandegado por 302 dias, os valores que compõem os custos de armazenagem são calculados como foi mencionado anteriormente.

A seguir no Quadro 13, será exposto as informações necessárias para registro da DI que nacionalizará os itens necessários para esta data.

**Quadro 13 – Dados utilizados para a nacionalização da terceira retirada.**

DADOS NECESSÁRIOS			
DI	17/XXXXXX-X	VA	R\$ 58.620,47
Peso bruto (KG)	3510	VCMV	\$ 18.404,90
Peso Líquido (KG)	3870,34	VMLE	\$ 17.291,64
Quantidade (UN.)	146	VMLD	\$ 18.508,03
Frete	\$ 1,201,27	Taxa Fiscal Dólar	R\$ 3,1673
Seguro	\$ 15,12	Data de registro da DI	20/10/2017

Fonte: Elaboração própria.

Após dados descritos acima, o registro da DI é realizado e após isso a mercadoria pode ser retirada do recinto alfandegado para o estoque da empresa, para que isso possa acontecer é necessário que a empresa calcule os valores que irão compor a nota fiscal de entrada para acompanhar o transporte desde o recinto alfandegado até a chegada ao estoque da empresa, estes valores serão expostos no Quadro 14.

Quadro 14 – Espelho de nota fiscal de entrada com todos os custos e despesas embutidos na terceira retirada.

IMPORTAÇÃO DIRETA						
DESCRIÇÃO PRODUTO		ORIGEM		DESTINO (PORTO)	FORNECEDOR	DATA REGISTRO DI
PIGMENTOS E PREPARAÇÕES À BASE DESSES PIGMENTOS		NANJING, CHINA		NAVEGANTES	Union Colours	20/10/2017
VA	US\$	TAXA	R\$	TRIBUTOS	ALÍQUOTA (%)	VALOR TRIBUTOS
VALOR FOB MERCADORIA	\$17.188,51	3,1673	R\$ 54.441,17	II	14,00%	R\$ 8.206,87
FRETE INTERNACIONAL	\$1.201,27	3,1673	R\$ 3.804,78	PIS	2,10%	R\$ 1.231,03
SEGURO INTERNACIONAL	\$ 15,12	3,1673	R\$ 47,89	COFINS	9,65%	R\$ 5.656,88
THC	\$97,51	3,1673	R\$ 308,84			
TAXA DO CE	\$5,62	3,1673	R\$ 17,80			
<b>VALOR CIF</b>	<b>\$18.508,03</b>		<b>R\$ 58.620,48</b>			<b>R\$ 15.094,77</b>
<b>DESPESAS ACESSÓRIAS</b>						<b>VALOR R\$</b>
SISCOMEX						R\$ 214,50
AFRMM						R\$ 1.054,06
<b>VALOR TOTAL DAS DESPESAS</b>						<b>R\$ 1.268,56</b>
<b>NOTA FISCAL DE ENTRADA</b>						
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS (CIF + II)						R\$ 66.827,35
DESPESAS ACESSÓRIAS + PIS E COFINS						R\$ 8.156,46
<b>SUB TOTAL</b>						<b>R\$ 74.983,81</b>
ICMS POR DENTRO	0,8300					R\$ 90.341,95
ICMS DESTACADO	17,0000%					R\$ 15.358,13
<b>TOTAL NOTA FISCAL</b>						<b>R\$ 90.341,95</b>

<b>FECHAMENTO DO PROCESSO</b>	
VALOR MERCADORIA + FRETE + SEGURO + CE	R\$ 58.311,64
VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	R\$ 0,00
THC	R\$ 308,84
SISCOMEX	R\$ 214,50
AFRMM	R\$ 1.054,06
ARMAZENAGEM	R\$ 10.824,03
DESEMBARAÇO ADUANEIRO	R\$ 957,00
DESPESAS COM ARMADOR	R\$ 190,70
DEVOLUÇÃO DE CONTAINER	R\$ 65,76
PIS, COFINS, II	R\$ 15.094,77
ICMS ANTECIPADO NO DESEMBARAÇO	R\$ 15.358,13
FRETE NACIONAL	R\$ 850,00
<b>TOTAL CUSTO FINANCEIRO DA IMPORTAÇÃO</b>	<b>R\$ 103.229,44</b>

Fonte: Elaboração própria.

É possível compreender que a empresa terá um desembolso financeiro de R\$ 103.229,44 nesta terceira e última retirada. Os valores pagos de alguns tributos não são considerados como custo e não agregam no custo final da mercadoria para registro no estoque, neste caso segue no Quadro 15 os valores que devem ser considerados para dar entradas dos produtos no estoque.

**Quadro 15 – Custos da importação direta rateados por produto, na terceira nacionalização.**

TERCEIRA RETIRADA								
DESCRIÇÃO DA MERCADORIA	QUANT. (KG)	PESO LÍQUIDO	PREÇO UNITÁRIO (COMPRA US\$)	TAXA FISCAL (US\$)	VMV	VALOR CIF (R\$)	THC	TAXA CE
1 Pigment Red 53:1 Sinlake Red - 3110-002	1800	1984,79	\$ 5,53	\$ 3,1673	\$ 9.954,00	R\$ 31.527,30	R\$ 167,03	R\$ 9,62
2 Pigment Yellow 174 Sincol Yellow - 1128-G21	850	937,26	\$ 4,68	\$ 3,1673	\$ 3.978,00	R\$ 12.599,52	R\$ 66,75	R\$ 3,84
3 Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3154-009	400	441,06	\$ 3,78	\$ ,1673	\$ 1.512,00	R\$ 4.788,96	R\$ 25,37	R\$ 1,46
4 Pigment Red 57:1 Sincol Rubine - 3160-006	250	275,66	\$ 4,96	\$ 3,1673	\$ 1.240,00	R\$ 3.927,45	R\$ 20,81	R\$ 1,20
5 Pigment Yellow 13 Sincol Yellow - 1126-003	50	55,13	\$ 6,45	\$ 3,1673	\$ 322,50	R\$ 1.021,45	R\$ 5,41	R\$ 0,31
6 Pigment Red 112 Sinfast Red - 2150-001	160	176,43	\$ 8,74	\$ 3,1673	\$ 1.398,40	R\$ 4.429,15	R\$ 23,47	R\$ 1,35
<b>TOTAL</b>	<b>3510</b>	<b>3870,34</b>			<b>\$ 18.404,90</b>	<b>R\$ 58.293,84</b>	<b>R\$ 308,84</b>	<b>R\$ 17,79</b>

TERCEIRA RETIRADA									
ARMAZENAGEM	AFRMM	DESPACHANTE	II	SISCOMEX	FRETE NACIONAL	DESPESAS ARMADOR	DEV. DE CTNR	TOTAL	CUSTO FINAL UNITÁRIO (R\$)
R\$ 5.827,07	R\$ 542,88	R\$ 517,58	R\$ 4.438,55	R\$ 35,75	R\$ 435,90	R\$ 103,14	R\$ 35,56	R\$ 43.640,38	R\$ 24,24
R\$ 2.335,92	R\$ 253,09	R\$ 206,84	R\$ 1.773,82	R\$ 35,75	R\$ 205,84	R\$ 41,22	R\$ 14,21	R\$ 17.536,81	R\$ 20,63
R\$ 895,30	R\$ 117,47	R\$ 78,62	R\$ 674,21	R\$ 35,75	R\$ 96,87	R\$ 15,67	R\$ 5,40	R\$ 6.735,08	R\$ 16,84
R\$ 736,40	R\$ 74,75	R\$ 64,48	R\$ 552,92	R\$ 35,75	R\$ 60,54	R\$ 12,85	R\$ 4,43	R\$ 5.491,58	R\$ 21,97
R\$ 200,40	R\$ 15,29	R\$ 16,77	R\$ 143,80	R\$ 35,75	R\$ 12,11	R\$ 3,34	R\$ 1,15	R\$ 1.455,79	R\$ 29,12
R\$ 828,94	R\$ 50,58	R\$ 72,71	R\$ 623,56	R\$ 35,75	R\$ 38,75	R\$ 14,49	R\$ 5,00	R\$ 6.123,74	R\$ 38,27
<b>R\$ 10.824,03</b>	<b>R\$ 1.054,05</b>	<b>R\$ 957,00</b>	<b>R\$ 8.206,87</b>	<b>R\$ 214,50</b>	<b>R\$ 850,00</b>	<b>R\$ 190,70</b>	<b>R\$ 65,76</b>	<b>R\$ 80.983,38</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Estes são os valores que a empresa importadora, após as últimas mercadorias desembaraçadas e nacionalizadas, possuirá como custo final para registro em seu estoque nesta terceira retirada o valor de R\$ 80.983,38, desconsiderando neste caso os tributos recuperáveis.

### 6.4.1.3 Viabilidade do entrepostamento de carga

Como mencionado no referencial teórico, na maioria das vezes, o entrepostamento de carga, se torna uma ferramenta estratégica para a empresa que o utiliza, pelo fato de possuir diversas vantagens, sendo elas logísticas ou econômicas.

Com isso, é possível verificar com todo estudo exposto acima na comparação entre uma importação direta sem utilização do benefício e a



mesma importação direta com a utilização do entrepostamento de carga com a necessidade de três retiradas em datas distintas, que na nacionalização das mercadorias sem o regime, a empresa desembolsaria o montante de R\$ 224.326,26, estes desembolsos começariam em outubro de 2016 com o fechamento de câmbio para pagamento ao fornecedor no exterior até a efetiva saída da mercadoria do armazém em março de 2017.

Referindo-se à carga entrepostada, a empresa, somando os montantes das três retiradas, desembolsaria o total de R\$ 232.339,84, estes desembolsos seriam após março de 2017 até outubro de 2017. Resultando em uma diferença entre as duas operações de R\$ 8.013,59, ou seja, com a utilização do entreposto aduaneiro a empresa desembolsará 3,57% a maior. Porém, ao analisar os números, cabe ressaltar que, embora a empresa necessite desembolsar um pouco a mais para os pagamentos das despesas da carga importada, na utilização do regime de entreposto aduaneiro, a mesma, possuirá um maior tempo para liquidação da dívida com o fornecedor no exterior, não terá mercadoria estocada em estoque sem rotatividade e conseqüentemente terá um melhor fluxo financeiro, visto que os pagamentos são realizados em parcelas.

A empresa também poderia utilizar o entreposto aduaneiro como uma ferramenta financeira, visto que, os valores não são antecipados e como são pagos em parcelas, a empresa poderia deixar os valores aplicados. Desta forma, foi realizado uma simulação de uma aplicação simples em poupança, considerando que a poupança é a aplicação com baixo rendimento, porém com um baixo risco. O Quadro 16 apresenta uma simulação realizada se a empresa optasse por deixar o valor aplicado.

Quadro 16 – Simulação de aplicação do montante em poupança.

APLICAÇÃO EM POUPANÇA							
MÊS	MONTANTE INICIAL	DATA RESGATE	RESGATE (R\$)	JUROS MÊS	JUROS ACUMULADOS	IR RESGATE	SALDO FINAL
dez/16	R\$ 224.326,26	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 224.326,26
jan/17	R\$ 224.326,26	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 224.326,26
fev/17	R\$ 224.326,26	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 224.326,26
mar/17	R\$ 224.326,26	13/03/2017	R\$ 76.003,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 148.322,27
abr/17	R\$ 148.322,27		R\$ 0,00	R\$ 959,79	R\$ 959,79	R\$ 0,00	R\$ 149.282,06
mai/17	R\$ 149.282,06	-	R\$ 0,00	R\$ 750,59	R\$ 1.710,38	R\$ 0,00	R\$ 150.032,65
jun/17	R\$ 150.032,65	-	R\$ 0,00	R\$ 910,55	R\$ 2.620,93	R\$ 0,00	R\$ 150.943,20
jul/17	R\$ 150.943,20	25/07/2017	R\$ 53.106,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 589,71	R\$ 97.247,07
ago/17	R\$ 97.247,07	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 97.247,07
set/17	R\$ 97.247,07	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 97.247,07
out/17	R\$ 97.247,07	20/10/2017	R\$ 103.229,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(R\$ 5.982,37)

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que, se a empresa aplicar o valor em poupança, já consegue obter um bom resultado e faltaria apenas o montante de R\$ 5.982,37 para as duas operações de importação se igualem. Desta forma, se a empresa optar por uma aplicação que produza um maior rendimento, porém com mais riscos, conseguirá resultado mais vantajosos.

Após analisar todo o estudo realizado, pode-se concluir que, o regime especial de entreposto aduaneiro, é um benefício extremamente vantajoso e pouco conhecido pelas empresas brasileiras. Quando bem estudado, o mesmo pode trazer reflexos e resultados de grande valia a empresa. Este estudo por exemplo, condiz com esta afirmação, pois se a empresa que necessita deste produto importado, por conta de sua rotação de estoque, porém não possui caixa suficiente para sua nacionalização ou espaço de estocagem, e não consegue esperar o prazo de mais 45 dias para a nova chegada da mercadoria do exterior, este regime é de grande importância, pois a empresa não ficará sem matéria-prima e ainda terá um prazo maior para cumprir com suas obrigações financeiras.

Porém, é necessário salientar que, no período da pesquisa, como pode ser observado o dólar teve momentos de queda em relação ao cenário econômico, neste caso a empresa da presente simulação obteve uma maior vantagem em relação ao custo final. Neste caso, esta é uma variável importante que deve ser observada ao tomar decisões em relação a quantas retiradas a empresa irá realizar.

## **Considerações finais**

A inclusão no mercado internacional, requer muito cuidado e estudos, porém, na maioria das vezes os números mostram o quão vantajoso pode se tornar esta inserção. Cabe ressaltar que é de extrema importância que a empresa, antes de se incluir no mercado internacional, faça uma análise de todos os custos que poderão surgir caso adquira sua mercadoria do mercado externo, desta forma, melhor seria sua administração.

Ao se falar em estratégia, o governo federal brasileiro criou como forma de incentivos à importação e exportação alguns benefícios que as empresas importadoras podem aderir e melhorar a gestão de seu

negócio, desta forma, o Regime Especial de Entrepósito Aduaneiro é um desses incentivos, que por sua vez traz diversas vantagens para o importador, desde vantagens logísticas a vantagens financeiras, como exposto no referencial teórico.

Desta forma, este trabalho teve como objetivo identificar as vantagens logísticas e econômicas obtidas em um processo de importação de insumo ou matéria-prima com a utilização do regime especial de entreposto aduaneiro

Trazendo como conclusão dos cálculos que, na opção do entrepostamento, a empresa desembolsaria a mais o valor de R\$ 8.013,59 (3,57%) que uma importação direta sem benefício em um prazo de até 302 dias.

Ao analisar todo o estudo em comparação com o referencial teórico, é possível identificar que com esta simulação, a empresa importadora teria uma melhor gestão de estoque, visto que não possuiria estoque sem rotação em seu armazém, melhoraria significativamente seu fluxo de caixa, pois somente desembolsaria os montantes referente a cada retirada, neste caso o prazo de pagamento a fornecedores referente a matéria-prima importada aumentaria pelo fato de não possuir antecipação cambial. Outra possibilidade, é se a empresa precisasse da mercadoria com urgência a mesma já estaria ao seu dispor em recinto alfandegado aguardando sua retirada. Desta forma, nesta simulação, o montante desembolsado a maior entre as duas operações compensa em relação as vantagens obtidas.

Considerando que a empresa tenha capital de giro, porém não possui local para armazenamento, se aplicar o montante em poupança, que é considerada segura, porém com pouco rendimento, ainda assim teria uma diferença de apenas de R\$ 5.982,37. Considerando que com as mercadorias entrepostadas a empresa não teria gastos com mão de obra para armazenagem, gastos gerais com o armazém, o que faz com que se torne vantajoso a aplicação deste regime especial.

Conclui-se então que, antes de qualquer decisão para opção de utilização de regimes especiais, é importante que faça um planejamento de custos e realizem a comparação. Neste estudo a opção foi de fato vantajosa e está explícito isto no estudo de caso, mais é importante salientar que a taxa do dólar influenciou de forma direta nos resultados obtidos.

Como sugestão para futuros estudos, indica-se uma pesquisa na transformação do regime especial de entreposto aduaneiro no regime aduaneiro especial de *Drawback*, para analisar como se comportaria esta transformação, visto que é permitido legalmente a realização desta modalidade.

## Referências

- BEHRENDTS, Frederico L. **Comércio Exterior**. 7. ed. Porto Alegre: Síntese, 2002.
- BRASIL. Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de fevereiro de 2009.
- BRASIL. Instrução Normativa SRF Nº 241, de 06 de novembro de 2002. Dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 de novembro de 2002
- BRASIL. Portaria MF nº 6, de 25 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a fixação da taxa de câmbio para efeito de cálculo dos tributos incidentes na importação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de janeiro de 1999. Seção, p. 04.
- RECEITA Federal do Brasil. Entreposto Aduaneiro. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/entreposto-aduaneiro>>. Acesso em: 30 set. 2017.
- COELHO, Guiomar. Tributos sobre o comércio exterior. São Paulo: Aduaneiras, 2003.
- DCI. Entreposto traz vantagem. 2014. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/especial/entreposto-traz-vantagem-id398670.html>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- FERRAZ, Alfredo; MEDEIROS, Dúylio Domingos de; GUEDES, Fábio Gomes. BEZERRA; Felipe Oliveira, SANTOS, Karina Cristina dos; SOUSA, Nathalia Pires de. O ENTREPOSTO ADUANEIRO E O BENEFÍCIO FISCAL. 2011. TCC (Graduação) - Curso de Administração Com Linha de Formação em Negócios Internacionais, Centro Universitário Ítalo Brasileiro, São Paulo, 2011.
- LOPEZ, José Manoel Cortiñas; GAMA, Marilza. Comércio Exterior Competitivo. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
- MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos do curso de graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- RECEITA Federal do Brasil. Entreposto Aduaneiro. 2014. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/entreposto-aduaneiro>>. Acesso em: 30 set. 2017.
- SILVA, José Ultemar da. organizador, Gestão das Relações Econômicas Internacionais e Comércio Exterior. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- VAZQUEZ, José Lopez. Comércio exterior brasileiro. São Paulo: Atlas, 2001.

# CAPÍTULO VII - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO: ESTUDO DOS RECURSOS ESTRATÉGICOS DE UMA EMPRESA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ

Tiago Erdmann Bittencourt<sup>27</sup>  
Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias<sup>28</sup>

## Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar o ambiente organizacional, por meio do diagnóstico estratégico, a fim de identificar os recursos internos que promovem vantagem competitiva em uma Cerealista de arroz. Para isso, teve-se como suporte teórico a Visão Baseada em Recursos. Metodologicamente, a pesquisa foi qualitativa descritiva, bibliográfica e de campo. Os dados foram coletados juntos ao gestor, funcionários, clientes e fornecedores, por meio de entrevistas estruturadas. Com base nesses dados, foi elaborado instrumento conforme modelo VRIO para avaliação dos recursos. Os dados foram analisados qualitativamente. Os principais resultados foram que os clientes e fornecedores, de forma geral, estão satisfeitos com a empresa. A organização apresenta paridade competitiva em quase todos os seus recursos internos, exceção pelo gerador próprio e pelo fato de estar bem distribuída, com relação a clientes, no país.

---

27 Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade do Extremos Sul Catarinense (UNESC).  
E-mail: tiago\_bittencourt10@hotmail.com

28 Doutora em Administração e Turismo. Universidade do Extremos Sul Catarinense (UNESC).  
E-mail: bianca@unescc.net.

**Palavras-chave:** Diagnóstico Estratégico. Visão Baseada em Recursos. Cerealista de Arroz. VRIO.

## 7.1 Introdução

Para Fernandes e Berton (2005), a administração estratégica é o processo contínuo e interativo que pretende manter a empresa como um conjunto devidamente constituído com o seu ambiente. Segundo Maximiano (2006), na administração estratégica, é primordial que as organizações definam seus objetivos e estratégias, com propósito de atingir melhores resultados, fortalecendo sua colocação e crescimento no mercado.

Como metodologia ou ferramenta de administração estratégica, tem-se o planejamento estratégico. Planejar estrategicamente é algo que busca o aperfeiçoamento da integração do ambiente, visando ao aumento e à qualidade de produção. É fazer algo diferenciado, inovador em relação ao mercado e algo inovador, esclarece Oliveira (2004). Logo o propósito do planejamento estratégico é progredir os processos administrativos e produtivos, em uma situação viável na implantação de decisões futuras de acordo com os objetivos da empresa. Então o planejamento tem suas decisões do presente, com intuito de implantar soluções para alcançar suas metas no futuro (OLIVEIRA, 2004).

A elaboração do processo estratégico é realizada por meio de várias etapas: declaração de valores, missão, visão, fatores críticos de sucesso, análise externa, análise interna, questões estratégicas, estratégias e ações estratégicas, conforme detalha Pereira (2010).

Articulada ao processo estratégico da empresa, tem-se a vantagem competitiva, uma vez que o planejamento visa dar destaque aos fatores e capacidades que a organização possui para alcançá-la. “A vantagem competitiva pode ser vista como o objetivo das ações da firma, sua existência pode ser usada para explicar a diversidade entre firmas”. (VASCONCELOS, 2004, p. 4). Vantagem competitiva para Barney e Hesterly (2011), é quando uma empresa consegue gerar um volume maior econômico em relação aos de seus concorrentes.

A fim de avaliar os recursos da empresa que geral vantagem competitiva a ela, tem-se a proposta da Visão Baseada em Recurso como suporte, por meio do método VRIO (Valor; Raridade; Imitabilidade; e Organização esclarecem Barney e Hesterly (2011).

A empresa escolhida para realizar esse estudo foi uma organização do ramo de fabricação de substratos, que tem como seu principal item o produto de casca carbonizada. Para Ackoff (1982), Tregoe e Zimmermann (1984), Certo e Peter (1993), Hall (1994), Minstzberg (2003), Hrebiniak (2006), a empresa, independentemente do ramo de atuação, é necessário ter planejamento estratégico integrado, para que a organização funcione de maneira eficaz. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o ambiente organizacional, por meio do diagnóstico estratégico, a fim de identificar os recursos internos que promovem vantagem competitiva em uma Cerealista de arroz.

Este trabalho se justifica pela importância que o planejamento estratégico tem para as organizações, já que as empresas que o realizam têm várias vantagens a seu favor (PEREIRA, 2007). A contribuição prática se releva devido à necessidade de empresa em questão atingir seus objetivos de maneira organizada. Além disso, na perspectiva social, verifica-se que, em decorrência dos resultados desta empresa, poderá servir de base para outras organizações que estejam implantando ou que pretendem implantar um planejamento estratégico a fim de maximizarem seus ganhos. Conseqüentemente o sucesso e o crescimento da empresa em questão são de ampla relevância social, pois, além de proporcionar uma administração de qualidade, gerar empregos, essa região do estado de Santa Catarina se valoriza no quesito empreendedor.

## **7.2 Revisão teórica**

### **7.2.1 Administração estratégica**

Ansoff, Declerck e Hayes (1987) esclarecem que a administração estratégica é um sistema administrativo que tem intuito de melhorar a mobilidade da empresa para gerar o surgimento de programas inova-



dores, que ambiciona o desenvolvimento potencial para que a empresa tenha um desempenho futuro maior. Certo e Peter (1993) compreendem que administração estratégica é algo que visa manter a empresa adequada com o ambiente, por meio de um processo contínuo.

Conforme Wrihft, Kroll e Parnell (2000), a definição de administração estratégica se refere aos planos da grande administração para obter resultados consistentes como os objetivos gerais da organização. Nas palavras de Fernandes e Berton (2005), trata-se de um o processo contínuo e interativo que pretende manter uma empresa como um conjunto devidamente constituído com o seu ambiente.

Oliveira (2009) traz o conceito de administração como um sistema que abrange um conjunto de princípios, funções e normas para alavancar o processo planejado para situações desejadas em um futuro e seu controle de qualidade na produção, minimizando conflitos interpessoais. Traz também de estratégia como um caminho adequado para atingir os resultados da empresa, representado pelos seus desafios e metas. Por fim, une os dois em administração estratégica afirmando que é algo visando o futuro, de maneira estruturada e intuitiva, que se caracteriza pelos seus princípios e funções para elevar seu nível comercial.

Mais recentemente, Muller (2014) afirma que a administração estratégica foca em relacionar e posicionar o ambiente de maneira que consiga garantir o sucesso contínuo e livre de riscos de algumas surpresas imprevistas, que compreende o planejamento, gestão de mudanças e planejamento potencialidades.

De acordo com Barney e Hesterly (2008), três são as razões mais importante para empresa em relação à administração estratégica: primeiro é que dispõe as ferramentas de que necessita para avaliar as estratégias da organização. Segundo - conhecer a estratégia da empresa. E a terceira escolher as melhores ações estratégicas que a empresa deve implantar. Os autores esclarecem que uma boa estratégia é aquela que realmente gera vantagens competitivas para a organização.

Por fim as empresas que adotam a administração estratégica têm inúmeros benefícios no seu negócio, independentemente se é algo a curto, médio ou longo prazos. Uma das vantagens é que os modelos de

gestão ficam cada vez mais flexíveis e simples; será mais fácil de identificar os funcionários incapacitados e capacitados para determinado setor; bem como melhoria nos meios de produtividade, comprometimento, motivação e na qualidade nas empresas (OLIVEIRA, 2009).

### 7.2.2 Planejamento estratégico

É essencial entender os termos “planejamento” e “estratégia” quando se quer implantá-los em algum ambiente. “Planejamento é a definição de um futuro desejado e dos meios eficazes de alcançá-lo” é o que afirma Ackoff (1982, p.1). É o pensamento visando o futuro, o qual deixa as empresas habilitadas a se saírem bem em um ambiente movimentado, dinâmico. Conforme Andrade (2012), estratégias são as ações, as metas, as regras para alcançar os objetivos pretendidos pela empresa. Logo o planejamento estratégico pode ser o ponto de partida da administração estratégica da organização, sem importar o tamanho ou tipo da empresa (MINTZBERG, 1998).

Serra, Torres e Torres (2004) acreditam que o planejamento estratégico é uma maneira de organizar e ordenar as metas ou ambições que se quer alcançar em determinado momento. Para Muller (2014), planejamento estratégico é baseado na estratégia que a empresa almeja alcançar para suas futuras metas, por meio do procedimento sistemático de gestão empreendedora. Logo o planejamento estratégico não tem intuição de adivinhar o futuro, mas ter ambições futuras viáveis e propor metas para atingi-las. E se a gestão estratégica for utilizada de maneira correta, pode ser um grande meio de conduzir a empresa.

Rodrigues e Leite (2006) esclarecem que a construção do planejamento estratégico deve ser efetuada junto com os funcionários, dessa forma a sua implantação fica mais acessível, pois quando os colaboradores compreenderem a sua função no planejamento estratégico, naturalmente vão mostrar interesse em contribuir no procedimento de tomada de decisão. Isso fará com que eles se identifiquem com os objetivos da empresa. Hrebiniak (2006) também reforça que cada colaborador da empresa deve saber quais são suas funções e responsabilidades no processo de planejamento estratégico de forma clara.

A ausência do entendimento claro dos objetivos da empresa, a capacitação insuficiente dos funcionários, a má coordenação das atividades, a falta de comunicação e a execução tardia são algumas das barreiras para o planejamento estratégico ocorra de melhor maneira. As ameaças não previstas são limitações externas, como concluem O'Regan e Ghobadian (2002).

As principais barreiras para a implantação do planejamento estratégico, para O'Regan e Ghobadian (2002), são cinco de origem interna e três externas. As dificuldades internas são elas: (i) comunicação inadequada, (ii) demora na implantação do plano, (iii) falta de capacitação dos empregados, (iv) empregados não entendem as metas da empresa e (v) falta de efetividade na coordenação da implantação do plano. Já as dificuldades externas são: (vi) as crises desviam o foco da implantação do plano, (vii) surgem problemas não previstos e (viii) outros fatores externos impactam na implantação do plano. De origem externa, os autores apresentam: (i) As crises desviam o foco da implantação do plano; (ii) Surgem problemas não previstos; (iii) Outros fatores externos impactam na implantação do plano.

### **7.2.3 Etapas planejamento estratégico**

Whittington (2002) e Hrebiniack (2006) explicitam que o processo de implantação é essencial para ter sucesso do planejamento estratégico, já que podem ser fracassadas as estratégias escolhidas, dependendo da forma como foram implantadas nas empresas. Para aprimorar o processo de implantação do planejamento estratégico, Breene, Nunes, Shill (2007) esclarecem que as empresas podem criar ou ter necessidade de criar um cargo ou função o qual seja responsável para realizar e monitorar o planejamento estratégico e fazê-lo ter sucesso, além de dar detalhes para seus superiores acerca do seu andamento. Tem que ser exercida por uma pessoa que é vista como um líder que auxilie os envolvidos no processo a agirem de maneira adequada, é o que expõe Drucker (2001).

Para Andrade (2012), são vários e importantes objetivos na implementação do planejamento estratégico na empresa, a saber: objetivo da

sociedade que é suprir as necessidades da sociedade, como produzir bens e serviços mantendo o valor cultural. O objetivo de produção – significa ter produtos ou serviços de qualidade para atrair os clientes. Objetivo de produtos que é parecido com de produção, só que com variedade, disponibilidade, algo relevante para o público para ser diferenciado. O objetivo de sistemas – ter empresa organizada administrativamente com ambição de lucros maiores. Objetivos derivados – ter metas políticas, pensando também no futuro financeiro da comunidade. Mas os objetivos, de modo geral, têm como finalidade ter: seu papel adequado na empresa, consistência na tomada de decisão dos executivos em diferentes áreas, resultados esperados, e base nas ações corretivas e o controle.

Focalizando as etapas da implantação do processo estratégico, na literatura, há autores que defendem o início do planejamento pela análise do ambiente, outros pelas definições organizacionais: missão, visão de futuro e valores. Para Wriht, Kroll e Parnell (2000), a fim de iniciar um modelo de administração estratégica, inicia-se com a análise ambiental de oportunidades e ameaças. Após isso, o ambiente interno da organização. Com base nessa análise, pode-se articular a missão e objetivos da empresa.

Para Kaplan e Norton (2008), os conceitos mais amplos para os elementos do planejamento estratégico são divididos em quatro grupos, em suas respectivas características: Esclarecer a visão: missão, valores, visão deslocamento estratégico e estrutura estratégica. Essa função identifica o *gap*, uma forma de mudança estratégica e uma visão maior. Desenvolver a estratégia: análise e formulação estratégica. Traduzir a estratégia: metas, mapeamento e indicadores. Na organização deles requer o uso do *Balanced ScoreCard-BSC*. Desenvolver o plano: orçamento/financeiro, iniciativas estratégicas, responsabilidade/prestação de contas. Isso desenvolvera o investimento da empresa.

A elaboração do planejamento estratégico é realizada por meio da declaração de valores, missão, visão, fatores críticos de sucesso, análise externa, análise interna, questões estratégicas, estratégias e ações estratégicas, conforme Pereira (2010). Na etapa das definições organizacionais, a missão, valores e visão são componentes essenciais. Suas

definições encaminham o conteúdo todo do trabalho a ser realizado, é o que afirmam Kaplan e Norton (2008). A missão deve ser definida em grandes aspectos, para satisfazer o público ou alguma inevitabilidade do ambiente externo (KOTLER, 1980). Lobato (2000, p. 23) afirma que “É essencial que se procure clarificar, definir, expressar formalmente qual é a missão da empresa, ou seja, delimitar a função (ou funções) que a empresa deve desempenhar as necessidades que deve atender, buscando justificar a sua razão de existência”.

O ponto de partida da missão é o estudo da razão de ser da empresa, do ambiente de negócio da organização, no que a empresa deve focar-se mais seus estímulos no futuro, determinar seus propósitos, que são os compromissos que têm que ser cumprido na missão da empresa. Tem a função orientadora e delimitadora da ação empresarial (OLIVEIRA, 2004). A missão expressa o que a empresa faz, para quem e como faz (MAXIMIANO, 2008). O entendimento de missão, valores e visão nas empresas é essencial para se ter sucesso em sua gestão, esclarece Pereira (2011). Já Catelli (2013) expõe que a missão deve ser exposta de forma clara e tem como intuito definir a razão da existência da empresa, já os valores é algo que a organização valoriza e acredita, e a visão é algo que a empresa visa para o futuro desejado, um resultado alcançado.

A definição da visão de futuro da organização deve ser resultado de um consenso de várias pessoas como líderes e não só da opinião de um representante. Deve respeitar os direitos das pessoas e levar em conta os focos principais que são os clientes, os colaboradores e os fornecedores. Deve materializar uma meta para ter resultados na empresa (LOBATO, 2000). A visão, conforme Oliveira (2004), é conceituada pela conexão das ambições da empresa no que diz respeito ao seu futuro, algo com presunção para o futuro da empresa, alguma coisa de que ela quer para em um determinado prazo de tempo. A visão é o que indica a inovação de algo estratégico, é que irá indicar a situação que a empresa quer alcançar (KAPLAN; NORTON, 2008). Estes autores também esclarecem que a empresa deve ter uma visão ampla para o desenvolvimento dos principais objetivos da empresa. Maximiano (2008) acredita que a visão é uma forma muito positivo para alcançar um grande futuro, traduzindo a imagem do futuro desejado.

Valores é como o indivíduo deveria agir e o que é previsto de uma pessoa em uma determinada situação, esclarecem Speculand e Chaudhary (2008). É também os princípios empresariais que ditam as atitudes, é o que é certo a fazer (RIZZATTI; PEREIRA; AMARAL, 2012).

A segunda etapa é a parte para desenvolver a estratégia, que deve ser iniciada por meio da análise do ambiente interno, o qual apresenta os pontos fortes e fracos da empresa, e, em seguida, a análise do ambiente externo, que caracteriza as oportunidades e as ameaças. No macroambiente que compõe a análise externa, estão as questões demográfica, econômica, tecnológica, sociocultural e político. Já para o ambiente interno é definido pela possibilidade da criação de valores e seu desempenho atual, assevera Kotler (2000).

Maximiano (2008) acredita que a análise do setor é pesquisada os dados sobre a estrutura, o tamanho e o crescimento do segmento da empresa. Identificar as tendências do ambiente é uma maneira adequada para sempre deixar o setor modernizado para se adequar aos clientes e concorrência. Analisar o ciclo de vida do setor e sua atratividade são maneiras de apoiar o mapeamento das características do setor.

Na análise da concorrência, deve-se identificar quem são verdadeiramente os concorrentes e então a partir dessa análise começar a agir, para isso tem que se saber as características da empresa concorrente. Para se destacar em relação à concorrência, o preço, a localização, a comunicação, os produtos ou serviços, devem ser algo diferenciado para determinar os pontos fortes e fracos da empresa, sempre verificando as variações constantes que o mercado tem, para se obter uma vantagem na concorrência. O consumidor é também um meio de analisar a concorrência, isso ajudara a se basear a melhorar a própria empresa. Por meio de algumas ferramentas, pode-se analisar a concorrência pelos gráficos (BARNEY; HESTERLY, 2011).

De forma geral devem ser analisados alguns pontos para empresa, como: a capacidade que a empresa usa sua potência para usufruir do ambiente externo; a compreensão de como a empresa é capaz de conter as ameaças presente no ambiente externo; averiguar a escassez dos componentes internos que possa ser aproveitado no ambiente

externo. Essas etapas devem ser trabalhadas para se ter resultados e desempenho potencializados (KOTLER, 2000; MAXIMIANO, 2008; MATIAS-PEREIRA, 2011).

Os ambientes interno e externo podem ser analisados utilizando a matriz SWOT, que tem como objetivo fazer o cruzamento dos fatores do ambiente. A análise SWOT é uma imagem tirada do ambiente inteiro, sua função é servir de suporte para que os pontos fortes sejam maximizados e as fraquezas sejam minimizadas, para que sejam melhor aproveitadas as oportunidades do ambiente. SWOT é uma palavra em inglês, que traduzida significa: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) (KOTLER, 2000; MAXIMIANO, 2008; MATIAS-PEREIRA, 2011).

Serra, Torres e Torres (2004) afirmam que a principal função da análise SWOT é auxiliar a achar a principal escolha para uma estratégia da empresa de maneira adequada, a fim de alcançar os objetivos da organização. No Brasil, equivale a FOFA (SWOT em inglês), que significa “F” de forças, seus elementos são: a proteção por patente, vantagens de custo, instalações modernas e recursos financeiros; “O” de oportunidades é: novos mercados, acesso às novas tecnologias, alianças estratégicas, novos produtos e serviços; “F” de fraquezas são: distribuição por falhas, gerenciamento inadequado, altos custos de produção, limitações financeiras; “A” de ameaças é: regulação governamental, mudanças no gosto, novos concorrentes, mudanças no gosto dos consumidores.

Outra matriz que pode ser utilizado na análise do ambiente é a matriz de correlações qualitativas cujo principal objetivo são as definições organizacionais articuladas com os fatores internos e externos levantados na organização. É composta de fatores múltiplos, que são os pontos fortes e fracos quais são as ações prioritárias da empresa; as oportunidades são as ações que podem ser feitas em um segundo momento; as ações complementares são oportunidades a longo prazo. Outros fatores podem considerados secundários na prioridade; ações complementares que são ameaças que precisam ser lembradas, mas não têm ação direta com a empresa; fatores de impacto indireto que são os que não influenciam no produto diretamente, mas são os pontos fortes;

e os fatores de impacto direto são fatores que influenciam diretamente a missão, valores, competência e os princípios e valores. Nesta matriz, os fatores internos e externos não são hierarquizados e, portanto, escolhidos para compor a matriz. Ou seja: todos os dados levantados pelos praticantes do processo estratégico são considerados na elaboração os objetivos (DIAS; PIERI, 2009).

Kaplan e Norton (2008) acreditam que, no terceiro momento, é recomendado que seja efetuada uma declaração de direção estratégica, a qual é constituída pelos objetivos estratégicos, indicadores e formulação de metas.

Os objetivos são paradigmas qualitativos ou quantitativa que retratam o que a organização quer alcançar (BARBOSA; BRONDANI, 2004). Valadares (2003) esclarece que deve ser verificado alguns pontos na organização para implantação de seus objetivos, como por exemplo: se são quantificáveis e mensuráveis; se têm sistemas de controle e avaliação; se está em sintonia com a missão e o contexto do negócio; se é possível estabelecer prioridades entre eles, etc.

Uma forma visual de apresentar os objetivos estratégicos pode ser por meio do mapa BSC como definem Kaplan e Norton (2008). Kaplan e Norton (1997) explicam que o BSC é estruturado em quatro perspectivas, são elas: as finanças: o que a empresa necessita para ter sucesso financeiro; os clientes: seu objetivo é oferecer serviços e produtos valorizados pelo cliente, para que o resultado financeiro desejado seja garantido; os processos internos de negócios: identificar os processos que necessitam de melhorias para que os objetivos dos acionistas e clientes sejam realizados; o aprendizado e crescimento: identificar a infraestrutura necessária para suporte das outras perspectiva, necessidade de investir em sistemas e pessoas.

Segundo Soares (2001), as principais características do BSC são traduzir e esclarecer a visão e a estratégia; associar e comunicar objetivos e medidas estratégicas; estabelecer, planejar metas e alinhar algumas iniciativas estratégicas; melhorar o aprendizado estratégico e o *feedback*. O *Balanced Scorecard* foi fundado para ter objetivo de desenvolver um sistema para medidas de desempenho. Ele é capaz de canalizar as habili-



dades, energias e entendimento de diversos integrantes de vários setores da empresa, buscando o sucesso das metas estratégicas, que permite que suas estratégias sejam alinhadas com seus recursos (MULLER, 2014).

A quarta e última etapa é o desenvolvimento do planejamento, a qual tem como objetivo garantir que o foi planejado é executado de maneira correta. É um modelo de ações que centraliza os esforços e que fornece uma direção, para Mintzberg, Lampel e Ahlstrand (2002). A fim de obter maior sucesso é sugerido que a organização tenha recursos estruturais, humanos, financeiros e materiais. Tecnologia, equipes, materiais, dinheiro, tudo isso tem um valor estratégico que impacta no desenvolvimento das metas (CROZATTI, 2003).

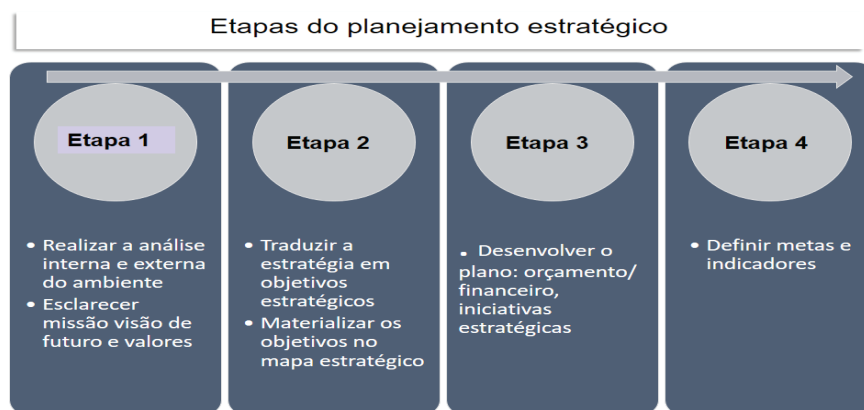
Os objetivos estratégicos devem ser explicitados em ações. Para formalizar o planejamento delas, têm-se, conforme a estrutura da organização, projetos e ou plano de ação. O plano de ação tem como propósito que, por meio deles, sejam feitos e implantados, pelos seus encarregados, os objetivos que a empresa almeja. Essas ferramentas, que são os planos, devem ter ações de curto, médio e longo prazo pois é por meio deles que serão materializados os objetivos estratégicos. Os projetos é uma maneira de organizar as atividades ou um meio de organizar uma estratégia, semelhante ao plano de ação, é o que cita Dias e Pieri (2009).

Para um melhor acompanhamento do planejamento, é eficaz que se tenha reuniões, uma vez por mês, com os responsáveis da implantação do planejamento, para ver o caminho que o planejamento está tomando, como sugere Valadares (2003). Dependendo do tamanho da empresa, se for uma empresa de grande porte, pode haver a necessidade de programas específicos para implantação e acompanhamento dos projetos, enfim, do planejamento (DIAS; PIERI, 2009).

A formulação de metas deve pautar-se na quantificação e no desempenho dos objetivos estratégicos, e é uma etapa essencial no planejamento estratégico, pois visam mensurar se esses objetivos estão sendo alcançados ou não (MAXIMIANO, 2008). Essas metas podem ser determinadas em vários setores e níveis organizacionais tanto estratégico quanto no operacional, como pensa Barbosa e Brondani (2004).

Em relação ao monitoramento, é útil o gerenciamento contínuo, pois a instabilidade do ambiente externo exige várias readaptações, no planejamento estratégico (ROBBINS, 2000; KAPLAN; NORTON, 2008; MATIAS-PEREIRA, 2011). Além disso é necessário acompanhar o desempenho das ações realizadas se elas surtem o efeito desejado (DIAS; PIERI, 2009). Esse monitoramento se dá por meio de indicadores, os quais possibilitam mensurar os produtos, processos, desempenho, e recursos da organização (SIQUEIRA; KUREGANT, 2012). Oliveira (2002, p.267) cita que é o monitoramento “[...] do desempenho do sistema, através da comparação entre as situações alcançadas e as previstas, principalmente quanto aos objetivos e desafios, e da avaliação é destinada a assegurar que o desempenho real possibilite o alcance dos padrões que foram, anteriormente, estabelecidos”. As etapas descritas anteriormente estão sintetizadas na figura 1.

Figura 1 – Etapas do Planejamento Estratégico



Fonte: Elaboração do autor (2018)

#### 7.2.4 Vantagem competitiva

Na disputa entre duas ou mais empresas que são do mesmo ramo de mercado, quando uma empresa se sobressai melhor que a outra, quando ela tem lucro maior que seus concorrentes, entende-se que

deve possuir então uma vantagem competitiva (GRANT, 2002). A existência da vantagem competitiva é vista como objetivo de algumas ações das empresas, e ela é usada com intuito de explicar as diferenças entre as firmas, é o que pensa Vasconcelos (2004).

Para Barney e Hesterly (2011), o tamanho da vantagem competitiva da organização é a diferença do valor econômico que ela tem em relação aos seus rivais. O valor econômico é a diferença entre as vantagens obtidas pelo cliente na aquisição de serviços ou produtos de alguma empresa e o custo econômico total do produto.

Existem dois tipos de vantagem competitiva, são elas: temporária e sustentável. A vantagem competitiva temporária é a que tem duração de um período muito curto, em razão de que os concorrentes conseguem de alguma forma se apropriar do determinado diferencial; já a vantagem competitiva sustentável é aquela que pode durar muito mais tempo, pois a concorrência não tem acesso a tal vantagem (BARNEY; HESTERLY, 2011). Para Grant (1991), quatro são as características principais para determinar a vantagem competitiva sustentável, são elas: (1) durabilidade, algo sustentável que possa durar uma grande quantidade de tempo; (2) transparência – trabalhando de maneira clara ou limpa, em melhores palavras de maneira visível; (3) transferibilidade – trabalhar de maneira que possa se locomover agilmente; (4) replicabilidade – não deixar os concorrentes copiarem ou fazerem réplicas de seus produtos ou serviços. Na figura 2, são apresentados os conceitos de vantagem temporária e sustentável.

Figura 2 – Tipos de Vantagem Competitiva



Fonte: Elaboração do autor (2018)

Pode ser medida a vantagem competitiva juntamente com o desempenho contábil da empresa calculando o lucro e as perdas no balanço, por meio dos índices contábeis. Esses índices são divididos em quatro categorias: (1) índices de lucratividade, como próprio nome diz, são os lucros da empresa em determinado período; (2) índices de liquidez, são as dívidas pagas em curto prazo; (3) índices de alavancagem, é a flexibilidade financeira da empresa; e (4) índices de atividade, é o nível de atividade do negócio (BARNEY; HESTERLY, 2011).

Portanto a empresa, para ser considerada competitiva em relação a sua concorrência, deve levar em consideração, em um intervalo de tempo, os seguintes pontos: o valor criado é a diferença entre o custo de oportunidade e a disposição a pagar; aqueles que competem diretamente com a empresa são os concorrentes; para o desenvolvimento de recursos, o intervalo de tempo deve estar juntamente adequado (VASCONCELOS, 2004).

### 7.2.5 Visão baseada em recursos

Barney e Hesterly (2011) acreditam que a Visão Baseada em Recursos (RBV) é uma espécie de modelo de performance visado nas capacidades e nos recursos controlados pela empresa a fim de obter vantagem competitiva. A RBV se baseia em dois aspectos principais

para que as empresas possam controlar, que são elas os recursos e as capacidades. Para identificar os recursos e capacidades mais valiosos da empresa é pela cadeia de valor, ela é um conjunto de atividades da empresa que tem como função, produzir, desenvolver e comercializar seus serviços ou produtos.

No modelo VBR, os recursos são os ativos tangíveis e intangíveis os quais a organização controla, com intuito de implementar estratégias. Os recursos podem ser divididos em quatro categorias: (1) recursos financeiros, no que inclui todo dinheiro da empresa de qualquer fonte no qual é destinado a estratégia; (2) recursos físicos, nele está toda tecnologia física da empresa; (3) recursos humanos, é o setor pessoal da empresa, no qual inclui treinamento, visão dos funcionários da empresa, no qual é um atributo individual; e (4) recursos organizacionais, esse já é um atributo de grupo de pessoas, no qual inclui os sistemas de planejamento da empresa, destaca Barney e Hesterly (2011).

A sigla VRIO significa: Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização. Trata-se de um modelo amplo que serve para ser aplicado na análise de fatos e cenários de negócios focalizando o ambiente interno, ou seja: para analisar os recursos e capacidades de uma organização a fim de verificar quais geram vantagem competitiva para a empresa. (BARNEY; HESTERLY, 2011). O modelo VRIO é dividido em quatro partes, são elas: valor – se possibilita a empresa aproveitar uma oportunidade; raridade é algo que ninguém ou quase ninguém tem acesso, pode ser um produto exclusivo da empresa ou um fornecedor que a concorrência não tem acesso; imitabilidade, quer dizer que seus produtos ou serviços não podem ser copiados ou imitados facilmente; organização, acredita como a empresa está usufruindo adequadamente os recursos explicam Barney e Hesterly (2011). O objetivo é que as organizações avaliem seus meios de recursos de maneira interna com intuito de organizar de maneira estratégica, sem que seus concorrentes e o ambiente passem sem ser visto, esclarecem os autores.

Quadro 1 – Modelo VRIO

O recurso ou capacidade é. ...					
1º passo	2º passo	3º passo	4º passo	Resultados	Resultados
Valioso?	Raro?	Difícil de Imitar?	Explorado pela organização?	Implicações competitivas	Desempenho econômico
Não	-	-	Não	Desvantagem competitiva	Abaixo do Normal
Sim	Não	-		Paridade Competitiva Temporária	Normal
Sim	Sim	Não		Vantagem Competitiva Temporária	Acima do Normal
Sim	Sim	Sim	Sim	Vantagem Competitiva Sustentável	Acima do Normal

Fonte: Adaptado de Barney (2007, p. 70).

No quadro 1, são apresentadas as quatro questões-chaves para cada um dos recursos, fazer perguntas como, se o método é valioso? Se é raro? Se é difícil de imitar? E por fim se a empresa tem meios para explorar esse método? Dependendo das firmas, essas respostas podem variar de firma para firma, dependendo do seu porte no mercado.

Conforme quadro 1, na 1º linha, se o produto ou serviço da empresa não for valioso, conseqüentemente ele também não será raro ou difícil de imitar, isso terá como resultado nas implicações competitivas algo que não é desejado nas empresas que vai ser uma desvantagem competitiva, e um desempenho econômico abaixo do normal, o que é uma fraqueza. Na 2º linha, o produto é valioso, mas não raro, tendo uma indefinição se é fácil ou não de imitar, porém isso gera uma paridade competitiva temporária, o que é uma implicação competitiva, com um desempenho econômico normal, o que é uma força. Na 3º linha, o produto é valioso e raro, mas é algo imitável, fazendo com que tenha uma vantagem competitiva temporária, porém com desempenho acima do normal, o que é uma força e competência distintiva. Na 4º linha, é o que toda empresa que quer

obter sucesso deve fazer, ter um produto ou serviço valioso, raro, difícil de imitar, também sendo explorado pela organização, isso fara com que a mesma tenha uma vantagem competitiva sustentável e um desempenho econômico acima do normal, o que é uma força e competência distintiva sustentável, esclarecem Barney e Hesterly (2011).

Carvalho, Kayo e Martin (2010) acreditam que para auxiliar a empresa a ter vantagem competitiva, o VRIO é um método importante que pode ajudar a empresa, adotando estratégia para criar um valor que nenhum concorrente tenha, obtendo, assim, essa vantagem. Por fim, Gonçalves, Coelho e Souza (2011) comentam que antigamente VRIO era VRIS, em que o “S” era de substituidade, que foi modificado para organização, pois nesta estão ligadas as estruturas, tais como: os sistemas informais e formais de controle gerencial, a composição hierárquica, políticas de remuneração, dentre outras.

### **7.3 Procedimentos metodológicos**

Quanto ao enquadramento metodológico, esta pesquisa se configura como qualitativa descrita. No entender de Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa busca a aproximação do pesquisador com o ambiente da pesquisa. Para Andrade (2008) no estudo descritivo, a pesquisa deve observar os fatos, classificar, registrar e analisar sem alguma interferência do pesquisador. Os autores esclarecem que visa descrever os fatos percebidos sem mudar no que nele condiz. Logo tem como objetivo descrever as qualidades de determinada situação ou relação. Quanto aos meios, classifica-se como de campo Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa de campo tem sua finalidade conseguir informações de um problema em que se procura uma resposta ou algo que se deseja comprovar, ou até descobrir novos experimentos.

Acerca do procedimento de coleta e análise dos dados, o local da pesquisa foi uma empresa que atua no ramo de Cerealista de arroz e está localizada no sul de Santa Catarina. A pesquisa foi aplicada com três segmentos da empresa pesquisada, no período de 01/08/18 a 20/09/2018: vinte e cinco funcionários os quais representam a totalida-

de; vinte clientes e vinte fornecedores que aceitaram participar da pesquisa. Os roteiros dos instrumentos da pesquisa estão no Apêndice A deste trabalho. Na análise, os participantes são identificados conforme o segmento: f – funcionários, c – clientes e for – para fornecedores. A análise dos dados foi qualitativa e, para avaliar os recursos, foi utilizado o modelo VRIO, apresentado no quadro 2.

## 7.4 Diagnóstico estratégico

### 7.4.1 Definições organizacionais

As definições organizacionais é aonde cada funcionário ou cada equipamento ou item deve ficar, em seu devido setor. Ela auxilia na gestão estratégica organizacional da empresa para obter lucro ou vantagem de tempo, como pensa Maximiano (2008). Ao serem perguntados sobre o **negócio da empresa na visão míope**, obtive-se dos 25, 18 responderam que é o beneficiamento de arroz, 4 comércio e 3 respostas mais amplas que juntaram tanto o beneficiamento quanto o comércio. Desse resultado, verificou-se que a visão estratégia, ou seja: o cliente deseja, na percepção dos funcionários, é ter: confiança na empresa e um produto com qualidade, tratado com a água mineral própria da Cerealista.

Foram realizadas perguntas sobre a razão da existência da organização e o maior desafio dela. Com base nos resultados – lucro; gerar emprego para comunidade; família - sugere-se que a missão da cerealista seja: *Produzir produtos derivados de arroz com qualidade e atendimento de excelência para seus clientes, produtores e fornecedores, mantendo-se competitiva e gerando empregos.*

Da mesma forma, foi perguntado como os funcionários gostariam a empresa fosse reconhecida interna e externamente. De posse dos resultados – empresa seria e transparente; segunda casa; empresa de alta qualidade; como uma família – sugere-se que a Visão de Futuro seja: *Ser reconhecida como uma empresa de destaque pelo produto de qualidade, pelas condições de trabalho e pela contribuição no desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que está inserida.*



Os valores devem ditar o comportamento dos diversos atores dentro da organização. Quanto aos valores, as respostas dadas pelos funcionários foram quantificadas e, com base nisso, emergiram: confiança (7), credibilidade (6), cooperação (4), respeito (3), honestidade (3), agilidade (3), trabalho em equipe (2), fidelidade (2) e comprometimento (2). Portanto, sugere-se que a organização adote como valores: *agilidade, comprometimento, confiança, cooperação, credibilidade, fidelidade, honestidade, respeito e trabalho em equipe.*

#### 7.4.2 Diagnóstico estratégico

Segundo dados da pesquisa realizada, a empresa pesquisada atualmente conta com mais de 2 mil fornecedores cadastrado em seu sistema, sendo esses fornecedores os de matéria prima que é o arroz em casca, os quais a maioria está ativo em relação à última safra de arroz. Seus produtos vão desde o arroz até o colorau, classificados como: arroz parabolizado 1 kg e 5 kg, arroz polido 1 kg e 5kg, arroz integral 1kg, arroz de cachorro 5 kg ou riseta, farinha de arroz de 1kg, colorau de 1kg, e tem o arroz 100% que é um arroz exclusivo de um determinado cliente.

Em relação à concorrência, no Brasil, há muitas empresas do mesmo ramo, então a concorrência é grande, mas levando em consideração o local em que ela se localiza e os municípios vizinhos, ela tem como concorrente sete empresas. E cada empresa concorrente quer ganhar mercado, na região. Hoje a empresa pesquisada, segundo dados da pesquisa, tem um grande número de clientes, em seu sistema tem mais de cinco mil cadastrados e todos ativos. Suas vendas são fracionadas e o maior comprador representa 3% das suas vendas. Acerca do processo de compra, é realizada pesquisa de preço a fim de se achar o menor valor, mas com produto de qualidade.

A fim de realizar o diagnóstico estratégico, foram realizadas perguntas acerca dos pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças para a empresa estudada, cujos resultados são apresentados nos quadros 2 e 3. Os pontos fortes são aqueles em que a empresa pode obter as vantagens competitivas, pois são as características internas da

empresa que podem ser controladas e são positivas. Já os pontos fracos ou as fragilidades são o que podem trazer a desvantagem competitiva para a empresa (DIAS; PIERI, 2009).

**Quadro 2 – Diagnóstico Interno: pontos fracos e fortes**

Qde	Segmento	Pontos Fracos	Áreas	Qde	Segmento	Pontos Fortes	Áreas
1	F	Trabalhar mais regiões	Comercial	8	F	Produtos de qualidade	Produção
10	F	Logística: organização interna	Logística	3	F	Alta variedade de produtos	Produção
1	F	Brindes	Marketing	2	F	Distribuição pelo país	Vendas
1	F	Embalagem	Marketing	1	C	Agilidade de entrega	Vendas
1	F	Divulgação	Marketing	3	C	Preço	Vendas
4	For	Divulgar mais seus produtos	Marketing	4	F	Organização interna	Produção
2	F	Mais funcionários ou crescimento dele	Pessoas	2	F	Organização externa	Vendas
2	F	Operacional	Produção	5	C	Atendimento	Produção
4	F	Geral	Produção	7	For	Boa estrutura	Produção
5	F	Tecnologia	Produção	5	F	Contribuição para o município	Produção
1	F	Controle qualidade	Produção	3	For	Prazo de pagamento	Vendas
1	F	Higiene do ambiente	Produção	3	F	Transparência	Comercial
1	C	Prazo de pagamento	Vendas	4	C	Bom relacionamento	Vendas
1	For	Preço	Vendas				

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados sobre os pontos fracos, funcionários, clientes e fornecedores acreditam que a empresa, na questão de logística, tem uma deficiência, podendo, talvez, rever sua maneira de entrega.

Funcionários tanto da parte administrativa, quanto da parte da produção acreditam que a empresa deveria investir mais em tecnologia, com máquinas e equipamentos modernos, para se obter uma maior produção em menos tempo. Outro ponto que pode ser destacado é na questão do marketing, os clientes têm uma visão maior na parte externa da empresa, então eles acreditam que deveria ser divulgado mais seus produtos.

Em relação aos pontos fortes, a maioria dos funcionários creem que o principal ponto forte da empresa são seus produtos de qualidade e que, com eles, a empresa consegue conquistar vários mercados em várias regiões. Para ter produtos de qualidade é necessário ter uma estrutura de qualidade, bem organizada, isso os fornecedores acreditam que a empresa também atende, conseqüentemente seus clientes tem prazer de vir para empresa pelo bom atendimento, já que grande parte dos clientes são do mesmo município.

No quadro 3, têm-se os resultados da análise do ambiente externo, classificados em oportunidades e ameaças. Serra, Torres e Torres (2004) acreditam que as oportunidades são boas ocasiões que acontecem no ambiente externo no qual a empresa pode se aproveitar disso e melhorar seus resultados por meio do alcance de seus objetivos. Já as ameaças são variáveis externas sobre as quais a organização não tem controle, o que pode levar a empresa em dificuldade.

**Quadro 3 – Diagnóstico Externo: ameaças e oportunidades**

Qde	Segmento	Ameaças	Qde	Segmento	Oportunidades
15	F	Concorrência	7	F	Valor do produto
1	F	Governo instável	3	F	Novos clientes
4	F	Preços abaixo	6	F	Exportação
5	C	Impostos	1	F	Mostrar a marca
1	For	Mudança do hábito alimentar do consumidor	4	F	Meios diferentes de transporte
1	F	Meio ambiente	2	For	Novos Clientes
1	F	Leis			
2	C	Burocracia			

Fonte: Dados da pesquisa.

A principal ameaça da empresa quanto ao setor em que está inserida é a concorrência, pois ela pode inovar seus produtos, conquistando novos mercados, aliado ao fato de que determinados concorrentes abaixam seus preços para ter mais espaço no mercado. No macroambiente, têm-se como forte ameaça apontada pelos pesquisados os impostos.

Tem-se como oportunidade o valor do produto comercializado, fazendo com que a empresa se destaque pelo seu produto de qualidade e tendo oportunidade conquistar mercados. Uma oportunidade que surgiu nesses últimos tempos é a exportação de produtos, fazendo com que a empresa possa também exportar seu principal produto (o arroz) para outros países, como Venezuela.

Acerca dos diferenciais perguntados aos clientes e fornecedores, os primeiros indicaram o atendimento como principal diferencial. “O diferencial é a organização interna e externa. Todas as questões sobre compras são, geralmente, sanadas em um bom tempo” (Cliente 2). Para os fornecedores, eles indicaram a seriedade da empresa e o compromisso com o desenvolvimento da região. “A empresa Panelaço Alimentos LTDA tem como diferenciais a ética e caráter sendo uma empresa que preza pelo justo, sendo assim paga seus colaboradores com seus devidos direitos, de acordo com a qualidade de seus produtos ou serviços”. (Fornecedor 3).

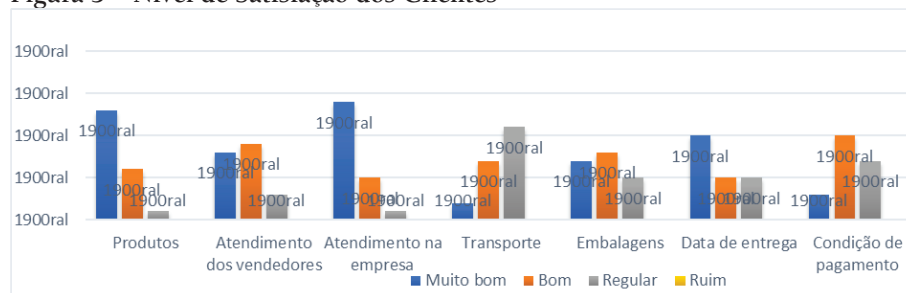
Quando questionados sobre o que fazer para fortalecer a imagem da empresa, tanto os clientes quanto os fornecedores indicaram a necessidade de melhoria em ações de marketing. “Como dito na resposta anterior, será preciso melhorar a gestão na parte de divulgação e também tendo análises que mostrem, quais locais devem receber mais investimento para que se haja retorno sobre essas divulgações”. (Fornecedor 3). Também foram questionados acerca do produto substituto, ou seja: qual produto que indiretamente pode substituir o arroz: a massa foi apontada como substituto do arroz, que é o principal produto fornecido pela empresa pesquisada.

Ao serem perguntados sobre quais as ações a empresa realiza para dificultar a entrada de novos concorrentes no mercado em que atua, os funcionários e gestores da empresa acreditam que, para dificultar a entrada de novos concorrentes, a empresa tem que líder algu-

mas regiões, líder em alguns mercados, tendo um produto de qualidade com um preço justo.

Quando os fornecedores foram questionados sobre o nível de satisfação com a empresa, dois afirmaram que é bom e um muito bom. “É uma empresa boa na parte de pagamentos, mesmo em tempos de crises a empresa nunca deixou de honrar seus colaboradores” (Fornecedor 4). A mesma pergunta foi feita aos clientes, no entanto para este segmento, foram especificados setores da empresa, cujos resultados são apresentados na figura 2.

**Figura 3 – Nível de Satisfação dos Clientes**



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam que o fator que mais se destaca quanto ao nível de satisfação muito bom são: é o atendimento na empresa (14 de 20), seguido pelos produtos (13 de 20) e data de entrega (10 de 20). Como satisfação regular - segundo a avaliação dos clientes, têm-se o transporte (11 de 20) e a condição de pagamento (7 de 20). Esses resultados corroboram o diagnóstico apresentado no quadro 3.

### 7.4.3 Avaliação da vantagem competitiva - VRIO

Com base no diagnóstico realizado com o funcionários, clientes e agricultores, foram identificados os recursos da empresa, os quais foram classificados segundo Barney e Hesterly (2011) em: físico, organizacional e pessoas. Dessa etapa, foi elaborado o instrumento e solicitado ao gestor que avaliasse os referidos recursos. Com base nessa avaliação, foram verificadas as implicações competitivas e respectivo desempenho

econômico apresentados nos quadros de recursos físico (6), humanos (7) e organizacionais (8). Não foram avaliados os recursos financeiros em razão de não haver acesso a eles.

**Quadro 4 – Avaliação Recursos Físicos**

Recursos	Valioso?	Raro?	Difícil de Imitar?	Explorado pela organização?	Implicações competitivas	Desempenho econômico
Embalagens	Não	Não	Não	Não	Desvantagem competitiva	Abaixo do Normal
Produtos de qualidade	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Gerador Próprio	Sim	Sim	Não	Não	Vantagem Competitiva Temporária	Acima do Normal
Mix de produtos	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Tecnologia – equipamentos	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Ambiente físico de trabalho	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os fatores físicos avaliados, teve destaque como vantagem competitiva temporária o gerador próprio. Temporário por ser um recurso que a concorrência pode adquirir a qualquer momento. A vantagem competitiva temporária é classificada como a que não dura muito tempo, é aquela que tem um curto zona de tempo, como cita Barney e Hesterly (2008). Esses resultados sugerem que a empresa necessita melhorar a questão da embalagem, tecnologia, os produtos em si e o mix de produtos, bem como o ambiente físico a fim de obter diferenciais diante da concorrência.

**Quadro 5 – Análise dos recursos de pessoas**

Recursos	Valioso?	Raro?	Difícil de Imitar?	Explorado pela organização?	Implicações competitivas	Desempenho econômico
Poucos funcionários	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Qualidade dos funcionários	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Atendimento	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre os recursos referentes às pessoas, a avaliação indica que não há vantagem competitiva o que não leva a empresa a se diferenciar por isso. Dessa forma, os dados indicam a necessidade de melhorar o atendimento, por meio de formação dos funcionários. Barney e Hesterly (2008) acreditam que quando determinada empresa no qual nela só se encontra paridade competitiva, ela não se diferencia em nenhum aspecto em relação ao mercado e a concorrência e isso leva a empresa a não dê certo.

**Quadro 6 – Análise Recursos Organizacionais**

Recursos	Valioso?	Raro?	Difícil de Imitar?	Explorado pela organização?	Implicações competitivas	Desempenho econômico
Regiões atendidas	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Distribuição pelo país	Sim	Sim	Sim	Sim	Vantagem Competitiva Sustentável	Acima do Normal
Agilidade de entrega	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Logística: organização interna	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal

Recursos	Valioso?	Raro?	Difícil de Imitar?	Explorado pela organização?	Implicações competitivas	Desempenho econômico
Divulgação dos produtos e da empresa	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Transparência nas negociações	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Bom relacionamento com os clientes	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Controle de qualidade dos produtos	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal
Boa estrutura organizacional	Sim	Não	Não	Não	Paridade Competitiva Temporária	Normal

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange aos fatores da dimensão organizacional, destaca-se a distribuição pelo país que é um recurso valioso, raro, difícil de imitar e também é explorado pela empresa. Acredita-se que isso se dá, porque nem todas as empresas do mesmo ramo conseguem atingir uma alta variedade de venda pelo país, isso faz com que a empresa tenha uma vantagem competitiva sustentável no qual seu desempenho econômico é acima do normal. Barney (2011) acredita que para os recursos valiosos e raros para serem uma vantagem competitiva sustentável, as empresas concorrentes devem obter uma desvantagem de custo para ter o mesmo item.

De modo geral, talvez pelo setor-segmento que a empresa esteja inserida, mas os dados indicam que a empresa se configura como desempenho econômico normal em razão de seus recursos gerarem, em sua maioria, paridade competitiva, exceto pela questão da embalagem que se configurou com um desempenho abaixo do normal, e pelo gerador próprio e o fato de a empresa estar bem distribuída no país, os quais lhe dão um diferencial diante da concorrência. Barney e Hesterly (2008) alertam que, se a empresa não tem um diferencial próprio de seu produto ou serviço em relação à concorrência, ela



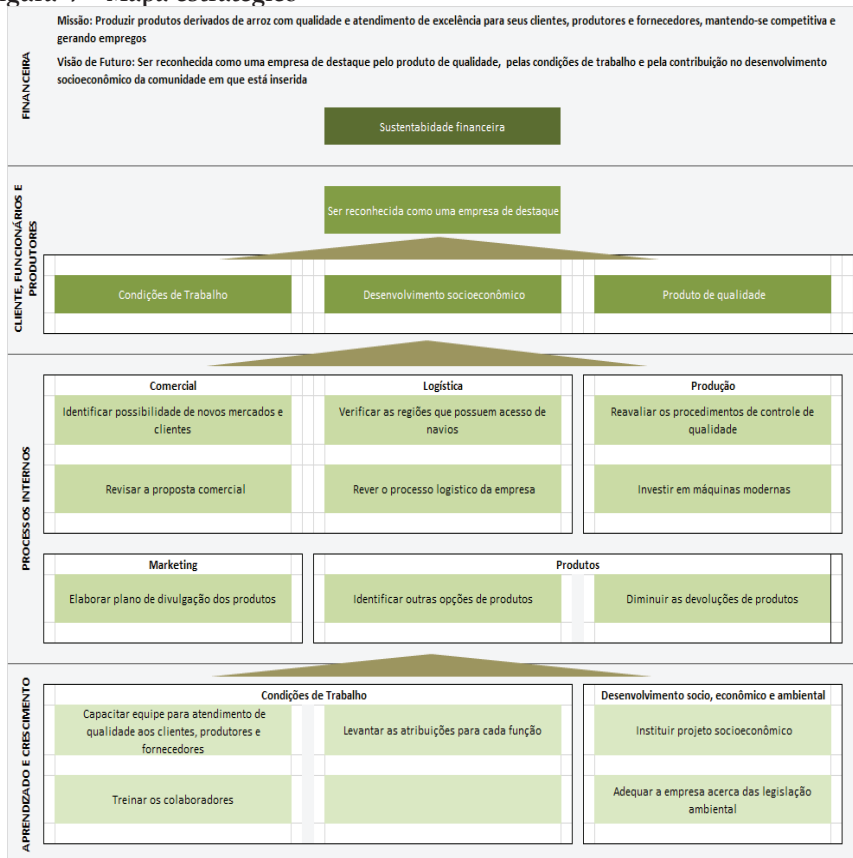
não obtém uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes e, com o tempo, isso pode levar a empresa a ter complicações ou restrições em termos de lucratividade.

#### **7.4.4 Definições estratégicas**

Com base nos resultados obtidos no diagnóstico e avaliação das vantagens competitivas da empresa, foram elaborados objetivos estratégicos para a empresa pesquisada os quais são apresentados no mapa do BSC – figura 5. As vantagens de se ter o mapa estratégico é poder analisar os objetivos por meio de grupo de fatores do mapa. Cabe ressaltar que um mesmo fator ou objetivo interno ou externo pode ser designado a outro grupo de fatores, esclarecem Dias e Pieri (2009). Além disso, os autores enfatizam de que o mapa permite uma visualização completa dos objetivos.

A leitura do mapa deve ser de baixo para cima, uma vez que há uma relação de causa e efeito entre os objetivos e suas dimensões.

Figura 4 – Mapa estratégico



Fonte: Dados da Pesquisa.

## Considerações finais

Verificou-se que a empresa objeto de estudo se encontra, de modo geral, em paridade competitiva, talvez devido ao próprio segmento em que está atuando, bem como pelas ameaças do setor. De seus recursos internos que foram considerados pontos fortes, destacam-se produtos de qualidade, a boa estrutura, o atendimento, a contribuição para o município, o bom relacionamento e sua organização interna. Como principais fragilidades, verificou-se a logística: organização interna, a tecnologia e a divulgação de seus produtos – quadros 3 e 4.

Mesmo nesse cenário, a organização necessita, segundo os resultados obtidos, melhorar em alguns aspectos internos para conseguir alcançar algumas vantagens competitivas, mesmo que temporárias. Com base nos resultados, foram apresentadas proposições para a organização – quadro 8.

A contribuição deste trabalho está em ter somado a metodologia do planejamento estratégico no qual foram utilizados a análises considerando os pontos fortes e fracos na dimensão interna e, no ambiente externo, oportunidades e ameaças resultado na matriz qualitativa proposta por Dias e Pieri (2009) somada a avaliação dos recursos internos utilizando o método VRIO a fim de contribuir no diagnóstico estratégico. Foi relevante o uso do VRIO, pois seus resultados ratificaram a análise obtida no ambiente interno.

O diagnóstico dos ambientes interno e externo foram realizados com base na percepção dos funcionários – que foi censitário – clientes e fornecedores. No entanto, a amostra dos dois últimos foi bastante restrita em função da disponibilidade de eles participarem, também em razão do período limitado de tempo para coleta dos dados. Por isso, sugere-se que tais amostras em outros estudos sejam ampliadas, haja vista a importância de ouvir todos os *stakeholders* no processo de planejamento.

## Referências

- ACKOFF, R.L. Planejamento Empresarial. Rio de Janeiro: LTC – Livro técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.
- ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 7 ed. Atlas, 2008.
- ANDRADE, A. R. de. Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 2012.
- ANSOFF, H. I.; DECLERCK, R. P.; HAYES, R. L.; ARAUJO, C. R. V. Do planejamento estratégico a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.
- BARBOSA, E. R.; BRONDANI, G. Planejamento estratégico organizacional. Revista Eletrônica de contabilidade. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/107/3735>>. Acesso em: 24 de mai. 2018
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. Administração estratégica e vantagem competitiva: casos brasileiros. São Paulo: Pearson, 2011.

- BREENE, R. T.; NUNES, P. F.; SHILL, W. E. The Chief Strategy Officer. *Harvard Business Review*, v. 85, n. 10, 2007.
- CARVALHO, F.M.; KAYO, E. K.; MARTIN, D. M. L. Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas brasileiras. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 871-889, set./out. 2010.
- CATELLI, A. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- CERTO, S. C.; PETER, J. P. *Administração Estratégica: planejamento e implementação da estratégia*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- DIAS, A. T. B. B. D. *Planejamento Estratégico: Mapa Quantitativo de Correlações*. CONVI-BRA, Criciúma, 2009.
- FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. *Administração estratégica*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GONÇALVES, C. A.; COELHO, M. E; SOUZA, E. M. *VRIIO: Vantagem competitiva sustentável pela organização*. REDALYC, Fortaleza, 2011.
- GRANT, R. M. The resources-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. *California Management Review*, 1991.
- HALL, R. H. *Organizações: estrutura e processos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice- Hall do Brasil, 1984.
- HREBINIAK, L. G. *Fazendo a estratégia funcionar: o caminho para uma execução bem-sucedida*. Rio Grande do Sul: Bookman, 2006.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. *A estratégia em ação: balanced scorecard*. 4. Ed Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- MATIAS-PEREIRA, J. *Curso de administração estratégica: foco no planejamento estratégico*. São Paulo: Atlas, 2011.
- MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINTZBERG, H. A criação artesanal da estratégia. In: MONTGOMERY, C. A.; PORTER, M. E. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- MÜLLER, C. J. *Planejamento estratégico, indicadores e processos: uma integração necessária*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- OLIVEIRA, D. P. R. *Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, D. P. R. *Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- O'REGAN, N.; GHOBADIAN, A. Formal strategic planning: The key to effective business process management? *Business Process Management Journal*.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- PEREIRA, M.F. *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- RODRIGUES, E.; LEITE, F. T. Planejamento Estratégico: uma oportunidade para a participação. Revista Gestão, ano 7, n. 13, Salvador, 2006.
- SERRA, F. A. R.; TORRES, M. C. S.; TORRES, A. P. Administração estratégica: conceitos, roteiro prático e casos. 1. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso editores, 2004. 178 p.
- SOARES, C. R. D. Desenvolvimento de uma sistemática de elaboração do Balanced Scorecard para pequenas empresas. 2001. 120 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SPECULAND, R.; CHAUDHARY, R. Living organisational values: the bridges value inculcation model. Business Strategy Series, v. 9, n. 6, 2008.
- TREGOE, B. B.; ZIMMERMAN, J. W. A estratégia da alta gerência: o que é e como fazê-la funcionar. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- VASCONCELOS, F.C.; CYRINO, A.B. Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. RAE, São Paulo, v. 40, n. 4, out/ dez. 2000, 17p.
- VASCONCELOS, F. C. Vantagem e desvantagem competitiva: os construtos e a métrica. FGV – EAESP, Relatório de pesquisa. n 42, 2004 b, 42p.
- VALADARES, M. C. B. Planejamento e Estratégia empresarial. São Paulo: Saraiva, 1978.
- WHITTINGTON, R. O que é estratégia. São Paulo: Thomson, 2002.

# CAPÍTULO VIII - PERCEPÇÃO E ENTENDIMENTO DOS CONTADORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Vania Regina Morás<sup>29</sup>

## Resumo

Diante da necessidade de transparência na gestão pública brasileira, em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs), com o intuito de convergir as práticas contábeis nacionais às normas internacionais de contabilidade. O presente estudo tem por objetivo analisar a percepção e o entendimento dos contadores públicos do estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Caracteriza-se como descritivo, de levantamento e quantitativo. A amostra foi obtida por acessibilidade, por meio da aplicação de um questionário aos contadores públicos, totalizando 46 respondentes. Na análise dos dados aplicou-se estatística descritiva. Os resultados demonstram, quanto a percepção, que 63,1% dos contadores públicos afirmam ter conhecimento amplo sobre o tema, 50% dos respondentes afirmaram que haverá valorização do profissional diante das novas mudanças, conseqüentemente, 76,2% concordam que possuem ou irão ter mais responsabilidades. Quanto ao entendimento, conclui-se que, apesar de afirmarem possuir um conhecimento elevado

---

29 Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: vaniar.moras@gmail.com.

sobre as novas normas, há relativa falta de entendimento dos profissionais sobre o conteúdo das NBC TSPs. A contribuição do estudo pode auxiliar reguladores, tribunais de contas, o CFC e demais entidades ligadas direta ou indiretamente com o tema na avaliação da evolução deste processo no Estado.

**Palavras-chave:** Percepção. Entendimento dos Contadores Públicos. Setor Público. Adoção às NBC TSPs.

## 8.1 Introdução

A crescente globalização impactou no aumento da interdependência financeira e na vulnerabilidade das entidades do setor público. Nesse contexto, as entidades públicas, tanto nacionais como internacionais, apresentam tendência cada vez maior para a uniformização das práticas contábeis (*INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS* - IFAC, 2015). A partir de uma visão mais ampla, que engloba além do setor público o setor privado, alguns autores destacam que a convergência das normas contábeis se tornou uma necessidade imposta pela integração dos mercados e pela exigência de investidores e credores (DARÓS; PEREIRA, 2009; TOUDAS; POUTOS; BALIOS, 2013; OULASVIRTA, 2014).

As mudanças na normatização da contabilidade aplicada ao setor público originaram-se da necessidade de se obter informações fidedignas dos entes governamentais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), o que pode ser alcançado pelo processo internacional de convergência das práticas contábeis do setor público. Entre as diversas mudanças previstas pela nova contabilidade pública está a reformulação das demonstrações contábeis (LOPES *et al.*, 2010).

A necessidade de transparência nas informações divulgadas pelo setor público tem contribuído para diversas discussões a respeito da harmonização das normas de contabilidade. Ressalta-se que a avaliação, a convergência e a revisão dos procedimentos contábeis são fatores imprescindíveis e desafiadores, tornando-se assunto de discussão

dos governantes de diversos países (LOPES *et al.*, 2010; MACÊDO *et al.*, 2010; MACÊDO; KLANN, 2014). De acordo com Piccoli e Klann (2015), a transparência pública vai além do princípio constitucional da publicidade, pois a informação, além de ser pública, deve ser relevante, compreensível, segura, acessível e servir como instrumento de acompanhamento da gestão.

Assim sendo, os profissionais contábeis de diversos países, juntamente com a *International Federation of Accountants* (IFAC) criaram o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), no intuito de desenvolver as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSASs). As IPSASs são Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em âmbito mundial, as quais estabelecem critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e requisitos de divulgação para transações e eventos nas demonstrações financeiras de entidades deste setor (GRECO, 2008; JONES; PENDLEBURY, 2010; IFAC, 2010).

No Brasil, a convergência das normas contábeis aplicadas ao setor público está sob responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que criou o Comitê Gestor de Convergência com o objetivo de desenvolver ações que promovam a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade às IPSASs. Neste processo de transição, a contabilidade pública, que estava centrada no controle orçamentário, passa a ter um foco patrimonial, com adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas (CFC, 2010; DARÓS; PEREIRA, 2009; RIBEIRO FILHO *et al.*, 2010; VICENTE; MORAIS; PLATT NETO, 2012; SOUZA *et al.*, 2013).

Augustinho e Lima (2012) argumentam que, com as novas normas, as necessidades de aplicação de novos procedimentos contábeis são maiores, levando-se em conta que no modelo tradicional da contabilidade pública brasileira predominava o sistema orçamentário. Com a adoção das NBC TSPs a contabilidade pública passa a reformular o modelo de contabilidade aplicada ao setor público com ênfase para o patrimônio.

Darós e Pereira (2009) ressaltam que as novas normas, além de proporcionarem profundos impactos na escrituração contábil do setor público, trazem reflexos comportamentais no cotidiano dos contadores



públicos. Macêdo *et. al*, (2010) destacam que o processo de convergência deve proporcionar uma conscientização mais eficaz no envolvimento dos profissionais ligados à área pública e dos atores envolvidos no processo da Nova Contabilidade Pública. A falta de conhecimento por parte dos profissionais, gestores e sociedade representa um atraso no processo de adoção das NBC TSPs.

Dessa forma, considerando que características particulares dos contadores públicos, bem como aspectos relativos aos municípios podem afetar o processo de adoção das NBC TSPs, a presente pesquisa estabelece a seguinte problemática: qual a percepção e o entendimento dos contadores públicos do estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público? Portanto, o objetivo caracteriza-se em analisar a percepção e o entendimento dos contadores públicos sobre as NBC TSPs, no intuito de capturar se a percepção e o entendimento dos contadores sobre as NBC TSPs estão atrelados e o conhecimento sobre as novas normas e mudanças está presente no dia a dia desses profissionais.

O estudo justifica-se sob o aspecto teórico ao contextualizar e ampliar as discussões sobre a percepção e o entendimento dos contadores públicos diante da convergência das NBC TSPs no setor público brasileiro. Em âmbito social, procura auxiliar órgãos reguladores, tribunais de contas e o CFC, entre outras entidades envolvidas neste processo, inclusive os municípios, indicando possíveis providências a serem implantadas para garantir uma adoção efetiva das novas normas, além de traçar um perfil desejado para esse profissional.

Por fim, no estudo de Piccoli e Klann (2015), os resultados demonstraram que a nova contabilidade pública é importante na transparência e controle das contas públicas, porém, os contadores ainda não estão aptos a elaborar e analisar as demonstrações contábeis dos entes públicos, e admitem não estarem totalmente preparados para implementá-las. Contudo, o mais preocupante é que alguns contadores pesquisados não demonstraram entendimento correto sobre algumas normas, o que pode prejudicar a qualidade das informações divulgadas ao ente público. Como a amostra analisada pelos autores supracitados

compreendeu a Microrregião da AMOOC do Estado de Santa Catarina, a presente pesquisa procurou ampliar a amostra, para comprovar ou não tais resultados.

## 8.2 Adoção das nbc tsps no setor público brasileiro

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na qualidade de órgão regulador das práticas contábeis e também membro do *International Federation of Accountants* (IFAC), possui a responsabilidade de desenvolver a harmonização, padronização e convergência das NBC TSPs de acordo com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSASs) (DARÓS; PEREIRA, 2009; LIMA; SANTANA; GUEDES, 2009; FERREIRA; MARCHESINI, 2011).

Deste modo, a introdução das IPSASs no setor público impulsiona os países a modificar suas políticas e procedimentos contábeis. Cada jurisdição possui suas próprias regras e regulamentos contábeis, porém, precisam se adequar ao novo modelo de contabilidade pública (CHAN, 2006). O processo de adoção das IPSAS exige a harmonização das normas para todos os níveis de governo de uma jurisdição (União, Estado e Município). Assim, a harmonização dos sistemas de contabilidade nos diversos níveis de governo é essencial para aumentar a transparência nos processos de decisão e coordenação da gestão pública (ROSSI; TREQUATTRINI, 2011).

Desta forma, o Tesouro Nacional desenvolveu mais uma ação do seu Planejamento Estratégico em virtude da padronização dos procedimentos contábeis entre entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), promovendo a consolidação das contas públicas e a sua convergência metodológica e conceitual às NBC TSPs, conforme Portaria MF nº 184/2008 e o Decreto nº 6.976/2009.

Assim, a partir das 40 IPSASs elaboradas pelo IPSASB, o Brasil converge para constituir as NBC T16, conforme Quadro 1:

**Quadro 1 - Relação das NBC T16 inspiradas e NBC TSPs convergidas às IPSAs.**

<b>NBC</b>	<b>Resolução CFC</b>	<b>Nome da Norma</b>	<b>Baseado na</b>
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objetivo e Campo de Aplicação (revogada)	IPSAS 1 e IPSAS 18
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis (revogada)	IPSAS 7 e IPSAS 17
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil (revogada)	IPSAS 24
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público (revogada)	IPSAS 3
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil (revogada)	IPSAS 17
NBC T 16.6 R1	DOU 31/10/14	Demonstrações Contábeis	IPSAS 1, IPSAS 2 e IPSAS 9
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 6
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno	IPSAS 19
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão (revogada a partir de 1º/01/19)	IPSAS 17
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (revogada a partir de 1º/01/19)	IPSAS 7, IPSAS 8 e IPSAS 12, IPSAS 19, IPSAS 21, IPSAS 26
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	-
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/09/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/09/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/09/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/09/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/09/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26

Fonte: Adaptado do Conselho Federal de Contabilidade (2019)

O CFC emitiu as Resoluções nº 1.128/08 a nº 1.137/08, correspondentes às NBC T 16.1 a NBC T 16.10, que tratam dos conceitos, objetivos, campo de aplicação das normas, patrimônio, planejamento, registro contábil, demonstrações contábeis, entre outros temas relevantes para o setor público. Por fim, em 2011 o CFC aprovou a NBC T 16.11 sob a Resolução CFC nº 1.366, que trata dos sistemas de informação de custos no setor público. Atualmente, as NBC T16.1 a 16.5 foram revogadas, conforme demonstrado no Quadro 1, enquanto as NBC T16.9 e NBC T16.10, serão revogadas a partir de 1º/01/19.

Com a introdução das NBC TSPs, o CFC contribuiu para uniformizar as práticas e procedimentos contábeis necessários diante da dimensão e diversidade da estrutura técnico-política da administração pública brasileira (MELO; AYRES, 2014). A expectativa inicial do CFC era de que em 2012 a convergência das normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSASs) estivesse concluída. Porém, ainda denota-se que o setor público brasileiro vem passando por mudanças contábeis, por meio da padronização e convergência das normas, tanto na esfera da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (RESOLUÇÃO CFC 1.268/09; RESOLUÇÃO CFC 1.366/11).

As NBC TSPs são instrumento para elevar a eficácia e efetividade das leis quanto aos seus objetivos de promover o planejamento, a transparência e a responsabilidade da gestão fiscal. Os resultados encontrados sobre as inovações das novas normas estão no reconhecimento de receitas e despesas sob a ótica do regime de competência (DARÓS; PEREIRA, 2009). Ribeiro Filho *et. al.*, (2010) destacaram que os novos paradigmas propostos pelas NBC TSPs em relação ao alinhamento às IPSASs demandavam aperfeiçoamento na formação do profissional de contabilidade, nova postura cognitiva que contemplasse novas visões relacionadas com a mensuração de ativos nas entidades do setor público.

Segundo Darós e Pereira (2009), as NBC TSPs são importantes para a implementação de dispositivos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei 4.320/64, além da implementação de sistemas de custos e ampliação do controle contábil sobre o cumprimento das metas

estabelecidas no planejamento governamental. A adoção do regime de competência integral na contabilidade pública brasileira faz com que as informações que antes não eram contempladas possam ser registradas e reconhecidas contabilmente nas demonstrações contábeis do período a que se relacionarem. Porém, em virtude do regime misto adotado por meio da Lei Complementar nº 4.320/64, as entidades públicas podem encontrar dificuldades na adoção do regime de competência (CRUVINEL; LIMA, 2011).

Os profissionais do setor público entendem haver dificuldades no processo de convergência, sendo que o principal entrave na aplicação plena das NBC TSPs está atrelado aos sistemas de informações, que estão em desacordo com as exigências das normas (TRES; RISSARDO, 2015). Melo, Prieto e Andrade (2014) analisaram a percepção dos servidores públicos quanto à convergência das NBC TSPs, no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Os autores concluíram que apesar da convergência ter iniciado em 2008, os servidores públicos ainda estavam desatualizados para a efetiva convergência contábil aplicada ao setor público, os respondentes entendiam que os órgãos públicos não estavam empenhados para o sucesso da convergência; e os servidores públicos não estavam sendo capacitados para a aplicação das novas normas.

Conforme estudo realizado por Piccoli e Klann (2015), sob aspectos teóricos, metade dos contadores públicos demonstraram pleno conhecimento das normas, considerando-as importantes para o setor público. Porém, quando se tratou da aplicação dessas normas nos respectivos municípios, os autores verificaram que o entendimento foi minimizado, pois os profissionais não se sentiam aptos a realizar os procedimentos fundamentais para a evidenciação patrimonial das entidades. Os autores destacaram, ainda, que o entendimento das novas normas precisa ser aprimorado para a elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas.

Macêdo *et. al.*, (2010) destacam que o processo de convergência deve proporcionar uma conscientização mais eficaz no envolvimento dos profissionais ligados à área pública e dos atores envolvidos no processo. A falta de conhecimento por parte dos profissionais, gestores e sociedade representa um atraso no processo de adoção das NBC TSPs.

### 8.3 Aspectos metodológicos

O presente estudo quanto ao seu objetivo caracteriza-se como descritivo, em relação aos procedimentos para coleta dos dados, o estudo é de levantamento, e quanto à análise dos dados, o tratamento ocorreu com o uso do *software* estatístico SPSS® 21.0, por meio da aplicação de técnicas de estatística descritiva.

A população deste estudo compreendeu os 295 contadores públicos dos municípios do Estado de Santa Catarina, ou seja, o objetivo era contar com um(a) contador(a) público(a) de cada município. A amostra foi obtida por acessibilidade e compreendeu 46 respondentes.

O procedimento de coleta de dados se deu na forma de questionário semiestruturado, que foi enviado aos contadores das Prefeituras dos Municípios do Estado de Santa Catarina, por meio da ferramenta Google Docs, no período de 20 de julho a 30 de setembro de 2018. O questionário foi desenvolvido a partir das NBC TSPs publicadas pelo CFC, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e baseou-se na pesquisa desenvolvida por Piccoli e Klann (2015), que teve o objetivo de identificar a percepção dos contadores públicos da Região da Associação de Municípios do Meio Oeste (AMMOC) do Estado de Santa Catarina em relação as NBC TSPs.

O questionário foi dividido em três blocos: o primeiro buscou identificar o perfil do contador público e as características dos municípios; enquanto o segundo bloco tratou da percepção dos contadores públicos sobre as NBC TSPs, e por fim, o terceiro bloco trata do entendimento do profissional contábil sobre as mudanças trazidas pelas NBC TSPs no Setor Público. As perguntas do segundo e do terceiro bloco foram estruturadas para que o profissional identificasse, a partir de uma escala *Likert* de sete pontos (de 1 - Discordo Totalmente até 7 - Concordo Totalmente), sua percepção e entendimento sobre essas mudanças. O Quadro 2 apresenta as variáveis da pesquisa:

Quadro 2 – Variáveis da pesquisa.

Variáveis	Sub-variáveis	Descrição	Autores
PERCEP (Percepção dos contadores públicos sobre as NBC TSP's)	PERCEP	PERCEP1 - Sistema contábil	Ribeiro e Bizerra (2011); Amaral, Roncalio e Alberton (2013); Carneiro; Pedro Filho; Souza (2014);
		PERCEP2 – Amplo conhecimento	
		PERCEP3 - Dificuldades	
		PERCEP4 – Valorização profissional	
		PERCEP5 – Responsabilidade profissional	
ENT (Entendimento dos contadores públicos sobre as NBC TSP's)	ENT	ENT1 - Foco nova contabilidade	Melo; Prieto; Andrade (2014); Nunes; Almeida; Costa (2015) Piccoli; Klann (2015);
		ENT2 - Princípio da competência	
		ENT3 - Lei 4.320/64	
		ENT4 - Contabilização receitas e despesas	
		ENT5 - Demonstrações Contábeis	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os hábitos e rotinas de longos anos determinados pela cultura da contabilidade no setor público brasileiro, voltadas a atender a Lei Complementar nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/00 pode ter criado certa resistência por parte dos profissionais do setor público diante das mudanças trazidas pelas NBC TSPs (DARÓS; PEREIRA, 2009; AMARAL; RONCALIO; ALBERTON, 2013; MELO; AYRES, 2014; PICCOLI; KLANN, 2015; TRES; RISSARDO, 2015).

Carneiro, Pedro Filho e Souza (2014) argumentam que a elevada responsabilidade do contador público em relação ao número de entidades sob sua responsabilidade no respectivo município passa a influenciar de forma negativa a adoção das novas normas, adiando o processo de adoção e impossibilitando os profissionais de gerirem todas as infor-

mações e realizar sua respectiva aplicação. Desta forma, determina-se que a sobrecarga do contador público diante de suas responsabilidades, ou até mesmo a responsabilidade pelo número de entidades, pode influenciar de forma negativa seu entendimento e a adoção as NBC TSPs.

Nunes, Almeida e Costa (2015) consideram o profissional contábil fator essencial para o processo de implementação das NBC TSPs no setor público brasileiro. Contudo, ainda se evidencia uma carência de profissionais especializados na área diante da demanda das novas mudanças impulsionadas pela nova contabilidade pública.

Piccoli e Klann (2015) destacam que o fato da obrigatoriedade de adoção das NBC TSPs ter sido prorrogada diversas vezes tem gerado acomodação nos profissionais contábeis, desestimulando-os a aderir ao processo. Tal fato pode influenciar negativamente no entendimento dos contadores sobre as novas normas.

Por fim, a falta de conhecimento por parte dos profissionais em relação às mudanças trazidas pelas novas normas, a ausência de tecnologia da informação e comunicação, a reavaliação de bens, a contabilização pelo regime de competência, a mensuração, evidenciação e procedimentos contábeis patrimoniais antes não realizados têm dificultado o processo de finalização de adoção das NBC TSPs (AMARAL; RONCALIO; ALBERTON, 2013; NUNES; ALMEIDA; COSTA, 2015). Assim, presume-se que o fato de o processo de adoção não estar finalizado pode prejudicar o entendimento dos contadores públicos sobre as NBC TSPs.

#### **8.4 Descrição e análise dos resultados**

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos na pesquisa referente à caracterização dos contadores públicos e dos respectivos municípios e o seu entendimento sobre a adoção das NBC TSPs.



### 8.4.1 Caracterização dos contadores públicos

Inicialmente procurou-se identificar o perfil dos contadores públicos do Estado de Santa Catarina, componentes da amostra. Observa-se que os contadores públicos do gênero masculino são maioria na amostra analisada, representam 32 respondentes, 69,60%, o que pode dificultar as análises posteriores sobre a relação das respostas com o gênero dos respondentes. A maioria jovens e de meia idade, entre 21 a 30 anos 12 respondentes, de 31 a 40 anos 18 respondentes e 41 a 50 anos 12 respondentes, havendo uma minoria de profissionais acima dos 50 anos. Tal fato pode representar a existência de uma renovação nesses profissionais.

Quanto ao grau de escolaridade, 63% dos contadores públicos procuraram algum tipo de pós-graduação na área. Por outro lado, 37% dos respondentes possuem no máximo a graduação na área. Quanto ao tempo de profissão no setor público, a maioria dos contadores públicos têm no máximo até 10 anos de experiência, caracterizando 52,1% dos respondentes que compõem a amostra, ou seja, 24 municípios. Em relação aos profissionais mais experientes, que representam 37% da amostra, pressupõe-se que estejam mais acostumados a trabalhar de acordo com a Lei Complementar nº 4.320/64 e a LRF nº 101/00, o que poderia resultar em maior resistência e maiores dificuldades na implementação das NBC TSPs.

Em relação a responsabilidade pela escrita contábil, observa-se que a maioria dos respondentes (73,9%) são responsáveis por mais de uma escrita contábil, além do município, respondem também pela escrita dos fundos e órgãos da administração direta e indireta. Sendo que 56,50% são responsáveis pela escrita contábil de 2 a 4 entidades. Porém, somente oito respondentes são responsáveis pela escrita contábil apenas do município e só 23,9% dos profissionais atuam em uma única entidade, o que demonstra que os profissionais investigados podem estar sobrecarregados, quando consideradas suas atividades rotineiras adicionadas à adaptação às NBC TSPs. Destaca-se ainda que quanto maior o número de entidades sob sua responsabilidade, maior será o tempo para implementação e adoção das NBC TSPs.

### **8.4.2 Caracterização dos municípios**

Quanto ao número de contadores públicos, os resultados demonstram que 25 municípios do Estado de Santa Catarina que compõem a amostra estão sob responsabilidade de apenas um contador público, esse resultado pode influenciar o processo de adoção das NBC TSPs. Em relação ao ano de adoção das NBC TSPs nos respectivos municípios e se o processo de adoção já está finalizado, conclui-se que 31 municípios iniciaram o processo de adoção das NBC TSPs no ano de 2014 e apenas 8 já finalizaram tal processo. Devido à recente data da adoção, os resultados em relação ao entendimento do profissional contábil sobre as mudanças trazidas pela adoção das NBC TSPs ainda podem ser conflitantes. Os 15 municípios restantes aderiram ao processo entre 2009 a 2013.

Tal resultado refere-se ao reflexo das diversas vezes que o ano de obrigatoriedade de adoção das NBC TSPs foi adiado, passando a ter vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal fato pode influenciar negativamente o entendimento dos contadores públicos em relação às mudanças trazidas pelas NBC TSPs. Denota-se que 82,6% dos municípios não finalizaram o processo de adoção das NBC TSPs, o que pode ser explicado pelo fato de que 78,3% dos municípios iniciaram o processo de adoção apenas em 2013 e 2014.

### **8.4.3 Percepção do contador público sobre as mudanças ocorridas na contabilidade pública a partir das NBC TSP**

Nesta seção buscou-se identificar a percepção do contador público sobre as mudanças ocorridas na Contabilidade Pública a partir da adoção as NBC TSPs, conforme na Tabela 1:

**Tabela 1 - Percepção do contador público sobre as mudanças ocorridas na Contabilidade Pública**

Perguntas	Sigla	Discordo totalmente <-----> Concordo totalmente						
		1	2	3	4	5	6	7
O sistema contábil utilizado atualmente atende às mudanças requeridas para a adoção das NBC TSPs.	PERCEP1	4,3%	6,5%	15,2%	26,1%	23,9%	23,9%	-
Tenho amplo conhecimento das Novas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público.	PERCEP2	2,2%	2,2%	10,9%	21,7%	37,0%	26,1%	-
O processo de adoção das NBC TSPs tem dificultado ou dificultará o trabalho do contador.	PERCEP3	10,9%	10,9%	15,2%	15,2%	21,7%	26,1%	-
O processo de adoção das NBC TSPs valorizará o profissional da Contabilidade Pública.	PERCEP4	2,2%	10,9%	23,9%	13,0%	19,6%	30,4%	-
A adoção das NBC TSPs trouxe ou trará maior responsabilidade para o Contador Público	PERCEP5	-	4,3%	4,3%	15,2%	28,3%	45,7%	2,2%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos em relação à percepção dos contadores públicos sobre as mudanças ocorridas com a Nova Contabilidade Pública. A primeira pergunta capta a percepção dos profissionais sobre os sistemas contábeis diante das NBC TSPs, os quais atendem aos requisitos solicitados pela nova Contabilidade Pública para a maioria dos respondentes.

Quanto ao amplo conhecimento das NBC TSPs, 63,1% dos respondentes afirmam ter conhecimento amplo sobre o tema. Este resultado demonstra que os novos conceitos trazidos pelas NBC TSPs para a Contabilidade Pública não se constituem barreiras para sua aplicação efetiva pelos profissionais contábeis. Em relação à dificuldade do trabalho do contador público a partir das mudanças, a maioria entende que

as NBC TSPs trarão dificuldades. No entanto, 17 profissionais (21,8%) discordam de tal afirmativa, um nível de discordância superior às duas questões anteriores. Portanto, há um menor consenso nas respostas para esta questão.

Sobre a valorização do contador público perante à adoção das NBC TSP, 50% dos respondentes concordam com esta afirmativa. Os resultados corroboram o estudo de Piccoli e Klann (2015), no qual 77% dos contadores públicos da região da AMMOC afirmaram que o processo de mudança traria valorização ao profissional contábil.

Ao tratar da responsabilidade dos contadores públicos com a adoção das NBC TSPs, 76,2% dos respondentes (42 respondentes) concordam que possuem ou irão ter maiores responsabilidades com as mudanças trazidas pelas NBC TSPs. Sob esta ótica, a Contabilidade Pública está passando por mudanças significativas, sendo movida pelas novas legislações vigentes. Portanto, o contador público deverá ter maior observância sobre essas leis e gerar informações contábeis de forma mais transparente. Quanto à responsabilidade do contador público, os resultados corroboram os estudos de Piccoli e Klann (2015), confirmada por 95% dos respondentes. Entretanto, os contadores públicos acreditam que submetidos a maiores responsabilidades, haverá também maior valorização profissional.

#### **8.4.4 Entendimento dos contadores públicos sobre as mudanças ocorridas na contabilidade pública a partir das NBC TSPS**

Nesta seção buscou-se identificar o entendimento do contador público sobre as mudanças ocorridas na Contabilidade Pública a partir da adoção as NBC TSPs, conforme Tabela 2:

**Tabela 2 - Entendimento do contador público sobre as mudanças trazidas pelas NBC TSPs**

Perguntas	Sigla	Discordo totalmente <-----> Concordo totalmente						
		1	2	3	4	5	6	7
O foco principal da Nova Contabilidade Pública é a gestão patrimonial.	ENT1	-	-	4,3%	6,5%	13,0%	28,3%	47,8%
As NBC TSPs não fazem menção ao princípio da competência.	ENT2	50,0%	13,0%	8,7%	6,5%	13,0%	4,3%	4,3%
Com o advento das NBC TSPs, a Lei 4.320/64 foi revogada.	ENT3	76,1%	8,7%	2,2%	4,3%	6,5%	2,2%	-
Com a adoção das NBC TSPs, continuará a contabilização das receitas e despesas pelo regime de caixa.	ENT4	41,3%	4,3%	6,5%	13,0%	6,5%	15,2%	13,0%
Estou apto para elaborar e analisar as Demonstrações Contábeis conforme as NBC TSPs.	ENT5	4,3%	2,2%	26,1%	19,6%	19,6%	19,6%	8,7%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos em relação ao entendimento dos contadores públicos sobre as mudanças trazidas pelas NBC TSPs no setor público. A primeira pergunta está relacionada ao entendimento dos profissionais sobre o foco principal da Nova Contabilidade Pública. Cerca de 90% dos respondentes concordam que o foco da Nova Contabilidade Pública recai sobre a gestão do patrimônio, realizada por meio da aderência ao regime de competência para as receitas e despesas no setor público.

Quanto ao fato das NBC TSPs não mencionarem o regime de competência, 21,6% ou 10 contadores públicos concordam com a afirmativa, o que revela falta de entendimento de alguns profissionais sobre as NBC TSPs e seu conteúdo, o qual pode ser desencadeado pela falta de acesso dos profissionais a esse novo conjunto de normas. Assim, a

disponibilização de materiais didáticos, cursos ou até mesmo formação profissional por parte do município pode ser importante para atualizar esses profissionais quanto às mudanças que devem ser implantadas na contabilidade pública brasileira.

Em relação à revogação da Lei Complementar nº 4.320/64, cerca de 87% dos contadores públicos discordam totalmente que a adoção das NBC TSPs acabou revogando tal dispositivo legal. Desta forma, observa-se que os contadores públicos estão conscientes que apesar das novas mudanças trazidas pelas NBC TSPs ao setor público, a Lei Complementar nº 4.320/64 continua em vigor.

Os resultados referentes à utilização do regime de caixa na contabilidade pública demonstram que 52,1% dos contadores públicos pesquisados discordam de tal afirmativa, mas há um percentual considerável (34,7%) que concorda que o regime de caixa continuará sendo utilizado no âmbito das NBC TSPs. De certa forma, este resultado está parcialmente alinhado com os 21,6% dos profissionais que afirmam que as NBC TSPs não fazem menção ao princípio de competência. Entre as diversas mudanças trazidas pelas NBC TSPs, o profissional contábil deverá contabilizar as receitas e despesas pelo regime de competência, realizar a depreciação, amortização e exaustão de seus ativos, avaliar, mensurar e evidenciar seus ativos e passivos.

Na última questão da Tabela 2, cerca de 47,9% dos respondentes concordam que estejam aptos para a elaboração e análise das demonstrações contábeis conforme as NBC TSPs. No entanto, a segunda pergunta dessa mesma tabela aponta que quase a metade dos pesquisados (34,7%) concordam com a contabilização das receitas e despesas pelo regime de caixa. Assim, pode-se deduzir que nem todos os profissionais contábeis investigados possuem total entendimento sobre as novas normas e ainda precisam buscar aperfeiçoamento sobre as mudanças trazidas pelas NBC TSPs. As dificuldades encontradas pelos respondentes são semelhantes aos achados de Vicente, Morais e Platt Neto (2012); Melo, Prieto e Andrade (2014); Carneiro, Pedro Filho e Souza (2014) e Tres e Rissardo (2015); Piccoli e Klann (2015).

## Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção e o entendimento dos contadores públicos do estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, de levantamento e quantitativa com 46 contadores públicos de municípios do Estado de Santa Catarina.

Os respondentes apresentaram, de maneira geral, um elevado nível de formação e experiência profissional, o que pode contribuir para a sua percepção sobre o processo de adoção das NBC TSPs. Porém, nem todos os profissionais que possuem determinada percepção são influenciados pelo entendimento das mudanças trazidas pelas novas normas nos seus respectivos municípios.

Portanto, quanto a percepção, conclui-se que 63,1% dos respondentes afirmam ter conhecimento amplo sobre o tema. Em relação à dificuldade do trabalho do contador público a partir das mudanças, a maioria entende que as NBC TSPs trarão dificuldades. Quanto a valorização do contador público perante à adoção das NBC TSP, 50% dos respondentes concordam com esta afirmativa. Ao tratar da responsabilidade dos contadores públicos com a adoção das NBC TSPs, 76,2% dos respondentes (42 respondentes) concordam que possuem ou irão ter maiores responsabilidades com as mudanças trazidas pelas NBC TSPs.

Quanto ao entendimento, conclui-se que o fato de a maioria não mencionar a adoção do regime de competência pelas NBC TSPs revela que, apesar de afirmarem possuir um conhecimento elevado sobre as novas normas, há relativa falta de entendimento dos profissionais sobre o conteúdo das NBC TSPs, o qual pode ser desencadeado pela falta de acesso dos profissionais às novas normas, à disponibilização por parte do município de materiais, cursos ou até mesmo formação profissional.

Em relação à revogação da Lei Complementar nº 4.320/64, cerca de 87% dos contadores públicos discordam totalmente que a adoção das NBC TSPs acabou revogando tal dispositivo legal. Os resultados referentes à utilização do regime de caixa na contabilidade pública demonstram que 52,1% dos contadores públicos pesquisados discordam

de tal afirmativa, mas há um percentual considerável (34,7%) que concorda que o regime de caixa continuará sendo utilizado no âmbito das NBC TSPs. Por fim, cerca de 47,9% dos respondentes concordam que estejam aptos para a elaboração e análise das demonstrações contábeis conforme as NBC TSPs.

Portanto, os resultados permitem concluir ainda que determinados profissionais pesquisados podem não estar preparados para aderir às novas normas, em virtude das diferenças encontradas relativas a percepção e o entendimento destes profissionais sobre a introdução da nova contabilidade ao setor público.

Pode-se apontar como limitação do presente estudo a incipiência das pesquisas sobre as (NBC TSPs), o que restringe a comparação dos resultados deste estudo com os anteriores. Em relação aos procedimentos da pesquisa, ressalta-se como limitação a amostra do estudo, a qual foi obtida de forma não probabilística, nesse caso, os resultados não podem ser generalizados.

A partir do estudo realizado e das limitações apontadas, é possível sugerir a realização das seguintes pesquisas futuras: (a) analisar o entendimento dos contadores públicos sobre as mudanças trazidas pelas NBC TSPs, por meio da expansão da amostra para os demais municípios brasileiros, em âmbito Regional, Estadual ou com os entes da Federação; (b) analisar as demonstrações contábeis em nível Municipal, Estadual ou Federal, por meio da aplicação de um *check list* desenvolvido a partir das NBC TSPs; e (c) identificar a partir de um grupo focal com contadores públicos, as dificuldades encontradas na adoção das NBC TSPs no setor público brasileiro.

## Referências

AMARAL, Edair; RONCALIO, Michele P; ALBERTON, Luiz. Adoção do enfoque patrimonial, previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em municípios de Santa Catarina. *Gestão Contemporânea*, n. 13, 2013.

AUGUSTINHO, Sonia M.; LIMA, Isaura A. A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, 2012.



BRASIL. Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009. Dispõem sobre o sistema de contabilidade federal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 out. 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm)>. Acesso em: 10 set. 2018.

CARNEIRO, Alexandre F.; PEDRO FILHO, Flávio; SOUZA, José A. Moderna gestão pública municipal: um caso das autarquias de serviços. In: Congresso Brasileiro de Custos - ABC, 21, 2014, Natal. Anais eletrônicos...Natal, 2014. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3842/3843>> Acesso em: 24 nov. 2018.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público. ed. 2011. Disponível em: < [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010_web.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CHAN, James L. IPSAS and government accounting reform in developing countries. Accounting reform in the public sector: mimicry, fad or necessity, p. 31-42, 2006. Disponível em: <<http://jameschan.com/papers/Chan2006IPSAS%26GAFDC.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CRUVINEL, Daniel P.; LIMA, Diana V. Adoção do regime de competência no setor público brasileiro sob a perspectiva das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 5, n. 3, 2011.

DARÓS, Leandro L.; PEREIRA, Adriano S. Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público–NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos...São Paulo: USP, 2009. Disponível em: < <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos92009/467.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

FERREIRA, Adilson Bicas; MARCHESINI, C. F. A contabilidade pública em face da padronização contábil. Revista Científica Semana Acadêmica, v. 1, n. 5, p. 1-14, 2011.

GRECO, Marcus V. D. Contabilidade governamental brasileira no contexto da convergência aos padrões internacionais. 2008. 109 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2008.

IPSASB. International Public Sector Accounting Standards Board. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. International Federation of Accountants (IFAC), v. 1 ed. 2014, New York, 2014.

\_\_\_\_\_. International Public Sector Accounting Standards Board. Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. International Federation of Accountants (IFAC), v. 2 ed. 2014, New York, 2014.

IFAC. International Federation of Accountants. International Public Sector Accounting Standards Board (IPSAS), Cash Basis. Financial Reporting Under the Cash Basis of Accounting. New York: International Federation of Accountants, 2010.

\_\_\_\_\_. International Federation of Accountants. Public Sector Committee. About-ipsasb. Disponível em: <<http://www.ifac.org/public-sector/about-ipsasb>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Jones, R.; Pendlebury, M. Public sector accounting. 6. ed., Pearson Education. Inglaterra. 2010.

LIMA, Diana V.; SANTANA, Cláudio M.; GUEDES, Marianne A. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 2, 2009.

LOPES, Jorge E. G.; DIAS, Juliana C. R.; RIBEIRO FILHO, José F.; PEDERNEIRAS, Marcleide M. M. Um estudo sobre a complementaridade do fluxo de caixa e do balanço financeiro após a aprovação da NBCASP 16.6 para o setor público. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 8, Natal, RN, Brasil, 2010. Anais eletrônicos...Natal, 2010. Disponível em: <[http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/iv/images/cue\\_83.pdf](http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/iv/images/cue_83.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2018.

MACÊDO, Francisca F. R. R.; KLANN, Roberto C.. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): um estudo nas Unidades da Federação do Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, v. 6, n. 1, p. 253-272, 2014.

MACÊDO, João M. A.; LOPES, Jorge E. G.; SILVA, Lino M.; RIBEIRO FILHO, José F.; PEDERNEIRAS, Marcleide M. M.; FEITOSA, Marcos G. G. Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCES, contadores e gestores públicos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 8, p. 6991, 2010.

MELO, Kamila B.; PRIETO, Marina F.; ANDRADE, Maria E. M. C. Convergência das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público: um estudo exploratório no município de Uberlândia-MG. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 8, n. 2, p. 21-35, 2014.

MELO, Lidiana F. S.; AYRES, Carlos Antonio M. C. B. O processo de implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: desafios e perspectivas para a governança pública municipal em interface com o mercado e a sociedade. *Revista FSA*, v. 11, n. 3, p. 71-95, 2014.

NUNES, Mizael V.; ALMEIDA, André P.; COSTA, Abimael J. B. A aplicação do manual de contabilidade aplicado ao setor público em municípios brasileiros: o caso do município de Cristópolis no Estado da Bahia. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2015, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/139.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

OULASVIRTA, Lasse. The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC: a critical case study. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 25, n. 3, p. 272-285, 2014.

PICCOLI, Marcio R.; KLANN, Roberto C. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público–NBCASP. *Revista do Serviço Público*, v. 66, n. 3, p. 425-448, 2015.

RIBEIRO FILHO, José F.; TAVARES, M. F. N.; AMARO, Rodrigo G.; LOPES, Jorge E. G. Evolução da contabilidade financeira na perspectiva emancipatória de Erich Fromm: o processo de construção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público –NBCASP. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 1, 2010.

ROSSI, Noemi; TREQUATTRINI, Raffaele. IPSAS and accounting systems in the italian public administrations: expected changes and implementation scenarios. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, v. 7, n. 2, p. 134-147, 2011.

SOUZA, Rossana G.; VASCONCELOS, Adriana F.; CANECA, Roberta; NIYAMA, Jorge. O regime de competência no setor público brasileiro: uma pesquisa empírica sobre a utilidade da informação contábil. *Revista Contabilidade & Finanças*. v. 24. n. 63, p. 219-230, 2013.

TOUDAS, Kanellos; POUTOS, Evangelos; BALIOS, Dimitrios. Concept, regulations and institutional issues of IPSAS: a critical review. *European Journal of Business and Social Sciences*, v. 2, n. 1, p. 43-54, 2013.

TRES, Tagiane G. F.; RISSARDO, Aline. A reforma da contabilidade governamental brasileira: análise da percepção dos profissionais contábeis da região do Corede Serra/RS. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2015, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos152015/247.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VICENTE, Ernesto F. R.; MORAIS, Leandro M.; PLATT NETO, Orion A. A reforma na contabilidade pública brasileira e o processo de convergência: implicações e perspectivas. *RIC - Revista de Informação Contábil*, Recife, v. 6, n. 2, p. 01-20, 2012.

# CAPÍTULO IX - ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM CONTABILIDADE

Eduardo Tramontin Castanha<sup>30</sup>  
Milla Lúcia Ferreira Guimarães<sup>31</sup>  
Andréia Cittadin<sup>32</sup>

## Resumo

O objetivo do artigo é analisar a produção científica sobre metodologias ativas de aprendizagem com ênfase em Contabilidade. A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de análise documental de 25 artigos selecionados na base de dados Spell (*Scientific Periodicals Eletronic Library*). Os resultados apontaram que apenas dois autores possuem mais de uma publicação sobre a temática; o período de maior concentração das pesquisas foram os anos de 2013 e 2014; o periódico com maior número de publicações é Administração: Ensino e Pesquisa; e dos artigos analisados 24% referem-se à Contabilidade. A realização desse estudo oportunizou conhecer como as metodologias ativas de aprendizagem são empregadas no processo ensino-aprendizagem no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, em Ciências Contábeis. Pode-se concluir que os autores publicaram pouco sobre o assunto sem dar continuidade aos estudos; não há evolução significativa ao longo do tempo sobre pesqui-

---

30 Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade do Extremo do Sul Catarinense (UNESC). E-mail: eduardo\_tramontin@hotmail.com

31 Mestre em Educação. Universidade do Extremo do Sul Catarinense (UNESC). E-mail: mlg@unesc.net

32 Mestre em Contabilidade. Universidade do Extremo do Sul Catarinense (UNESC). E-mail: aci@unesc.net

sas dessa natureza, que se mostraram recentes e em fase embrionária, pelo menos na área do conhecimento investigada. Acredita-se que esses resultados se devem porque o ensino da Contabilidade ainda está centrado, principalmente, na figura do professor como principal sujeito e coloca o estudante na condição de passividade.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas de aprendizagem; Processo ensino-aprendizagem; Ensino Superior; Ciências Contábeis.

## 9.1 Introdução

As reflexões centradas na melhoria da qualidade da educação superior são comuns no meio acadêmico, principalmente, com enfoque nas metodologias de ensino-aprendizagem. O atual contexto sócio, econômico, político e cultural, demanda por profissionais qualificados tanto nos aspectos científicos e técnicos com no que se refere ao comprometimento com o entorno em que vivem. Nesse contexto é necessário criar nova cultura nos cursos de graduação, que proporcione aos estudantes o acesso à formação adequada e que garanta postura ativa frente ao saber, tornando-o um profissional com autonomia de pensamento e, em decorrência disso, cidadão comprometido com a melhoria da qualidade de vida na sociedade (PIMENTA; ALMEIDA, 2015).

Logo, as metodologias consideradas como tradicionais, que apresentam a figura do professor como sujeito preponderantemente ativo no processo de ensino-aprendizagem e são balizadas, principalmente, na transmissão e reprodução do conhecimento, de modo geral, formam profissionais com pouca capacidade de reflexão-ação-reflexão (BARBOSA; MOURA, 2013).

No âmbito das Ciências Contábeis essa situação não difere, pois as competências requeridas pelo mundo do trabalho em relação ao exercício da profissão de Contador ultrapassam a técnica voltada para o controle e registros dos eventos econômicos e financeiros das entidades e exigem que esses profissionais tenham competências suficientes para gerenciar os empreendimentos.

Marion (2001) observa que no ensino da Contabilidade, muitas vezes, são realizadas cópias do conhecimento alheio, como proposição de simples transmissão de conhecimento que não cria, não inova, nem ensina os acadêmicos a construir novos saberes. Assim, os cursos de graduação em Ciências Contábeis precisam manter em seu corpo docente professores que apresentem postura que transcenda a socialização do conhecimento, na busca de estimular e orientar às práticas reflexivas.

Segundo Peleias (2006) isso é necessário para que o aluno saiba que os cursos de Ciências Contábeis podem oferecer mais do que simples debitar ou creditar, e que na verdade, podem trazer relevantes contribuições para a sociedade como um todo. Ademais, na Contabilidade, em decorrência da competitividade no mundo de negócios, são requeridas novas habilidades e competências dos profissionais dessa área para impulsionar e melhorar o desempenho das organizações. Por isso, é preciso implementar novas metodologias no processo de ensino-aprendizagem de modo a atender tais demandas.

De acordo com Montes *et al.* (2011) e Neves Júnior, Simões e Almeida (2010), para garantir a qualidade da educação superior em Contabilidade, de modo a proporcionar a formação de profissionais competentes, é preciso que os docentes dominem os conteúdos específicos da área, como também as questões didáticas e metodológicas inerentes ao processo pedagógico para desenvolverem tais conteúdos.

Por este prisma, faz-se necessário que o professor tenha consciência que o foco principal é a aprendizagem pelo aluno do conteúdo abordado, e não a mera transmissão de conhecimentos de sua parte (CRUZ; CORRAR; SLOMSKI, 2008). Contudo, Marion (2001) aponta que a aula expositiva é mais utilizada nos cursos de formação em nível superior em Ciências Contábeis. Reis, Tarifa e Nogueira (2013), evidenciam que avanços ocorridos nos últimos anos, pertinente às Ciências Contábeis, não ocorreram ao mesmo tempo nesta área de ensino, que continua com métodos tradicionais, deixando uma lacuna entre o avanço do exercício profissional e o ensino formativo. Um exemplo deste fato é a pesquisa realizada por Montes *et al.* (2011) no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que

apontou o predomínio do uso de metodologia de ensino tradicional, a qual, de maneira geral, está centrada no professor.

O estudo elaborado por Krüger *et al.* (2013), objetivou por meio de questionário aplicado aos alunos, identificar as contribuições dos métodos tradicional e construtivista de ensino, no processo de aprendizagem. Como resultado, observou-se que as metodologias que os alunos consideram mais importantes são “apresentação e explicação em sala de aula” e a “resolução e correção dos exercícios” em sala de aula, portanto, metodologias tradicionais de ensino.

Normalmente este sistema de transferência de conhecimento se baseia na preparação antecipada dos conteúdos que o professor julga importantes para o aluno, dentro da didática que achar conveniente. Para Marion (2001), é perceptível o desprezo da inteligência dos estudantes, pois, o ensino ainda se baseia na preleção dos professores como fonte primária. Percebe-se, que esse método tradicional constitui obstáculo para que os estudantes se tornem “pensadores-críticos”, pois não há troca de saberes entre as partes envolvidas neste processo.

Na educação superior, as instituições de ensino são responsáveis por implementar métodos e técnicas no processo de ensino-aprendizagem para atender as mudanças provocadas pela inserção de novas tecnologias. Assim, é necessário o emprego de metodologias de ensino que possibilitem a atuação ativa dos estudantes, de modo que os transformem em indivíduos com capacidade analítica, crítica e reflexiva, denominadas de ativas. Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais as características da produção científica sobre metodologias ativas de aprendizagem em Contabilidade? Este artigo tem por objetivo analisar a produção científica sobre metodologias ativas de aprendizagem com ênfase em Contabilidade. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar os principais autores e periódicos que publicam sobre a temática; b) efetuar análise temporal dos trabalhos; c) averiguar o reconhecimento científico dos artigos; d) investigar as palavras-chave utilizadas; e, e) apresentar os trabalhos que versam sobre o ensino da Contabilidade.

Conhecer estudos que focalizam as metodologias ativas de aprendizagem contribui para identificar o perfil da produção científica, de modo a permitir o mapeamento dos principais autores, instituições que são filiados, palavras chaves utilizadas, periódicos, entre outros indicadores. A realização deste estudo se justifica tendo em vista que a produção científica sobre o uso de metodologias ativas de aprendizagem ainda é incipiente, especialmente nos cursos de Ciências Contábeis.

A relevância prática da pesquisa se dá uma vez que os gestores e docentes dos cursos precisam estar atentos em relação às metodologias de ensino, de modo a oportunizar o desenvolvimento de competências nos estudantes, requeridas pelo mundo do trabalho.

Esse artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira essa introdução. Na segunda seção apresentam-se conceitos sobre metodologias ativas de aprendizagem. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos; na quarta são expostos os resultados e discussões; e na quinta seção são apresentadas as conclusões e recomendações para futuras pesquisas.

## **9.2 Metodologias ativas de aprendizagem**

Na educação superior, as instituições de ensino, independentemente de seu modelo, estão buscando entendimento desse novo contexto educacional que contempla, além das mudanças provocadas pelo avanço tecnológico, a alteração social, que resulta em um novo perfil de estudante com expectativas diversificadas. Inserido nesse processo tem-se o professor, um dos responsáveis pela formação do egresso, que precisa rever seu posicionamento frente esse momento, o qual requer capacitação e alteração nas metodologias de ensino utilizadas (MELLO; FRANCISCO, 2015).

As circunstâncias atuais exigem dos cursos de graduação a inclusão nas suas reorganizações metodologias, que para Freire (1996) impulsionam o aprendizado. É perceptível a busca por superação de desafios, resolução de problemas e construção de novos conhecimentos a partir de vivências, conhecimentos e experiências prévias dos estudantes. Logo, a



simples socialização de conhecimentos precisa ser substituída por processos que propiciem indagações, pensamento crítico e discussões como pretexto para resolução de problemas que motivem e levem a desenvolver metodologias de construção de conhecimento (FREIRE, 1996).

Masetto (2003) explica que quando se trata de vivência se requer a integração da aula à realidade e por isso acontece em uma dupla direção, pois primeiro se percebe a realidade, trabalha-a cientificamente; e depois volta a aula de uma forma nova e enriquecida como ciência. O estudante ao vivenciar essa experiência percebe que a aula lhe permite voltar a sua realidade social, profissional e conseqüentemente trazer contribuições significativas.

Mello e Francisco (2015) afirmam ser perceptível o desinteresse dos estudantes diante de aulas monótonas, em que o professor se coloca como detentor do saber, transmitindo o conteúdo, sem a preocupação com a aprendizagem do aluno. Em contraponto, os autores evidenciam que o espaço de sala de aula, utilizado como um ambiente dinâmico e interativo, que oportuniza intervenções e manifestações faz com que o estudante saia de um estado de passividade para se tornar autônomo em sua própria aprendizagem.

No ensino da Contabilidade, Laffin (2011) aponta dois resultados distintos de aprendizagem decorrente da concepção do professor sobre o processo de ensinar: a) desenvolvimento cognitivo e sociocultural; ou b) transmissão e reprodução de conhecimentos. Neste cenário torna-se imperioso que o estudante compreenda os objetivos do ensino e a partir disso aprimore sua maneira de aprender e que o professor deve expressar sua compreensão sobre os mais diversos recursos metodológicos a serem utilizados em suas aulas (LAFFIN, 2011).

Com o mesmo entendimento Reeve (2009 apud Berbel, 2011) enfatiza que os acadêmicos que se percebem autônomos em suas relações estudantis apresentam resultados positivos como: a) motivação intrínseca baseadas no pertencimento, curiosidades, internalização de valores; b) engajamento, ou seja, com motivações positivas este persiste, apresenta-se assíduo e tem resultados positivos; c) desenvolvimento com ênfase na criatividade e aprendizagem, que é o resultado da interação entre educadores e educandos melhorando o entendimento conceitual.

Como contribuição para esse processo tem-se a utilização de metodologias ativas, que proporcionam a criação de ambiente de aprendizagem contextualizados, no qual o estudante se envolve ativamente no processo de aprendizagem quando interage com o assunto em estudo, uma vez que lê, escreve, questiona, discute, resolve problemas, analisa, sintetiza e avalia. Este é estimulado a construir o conhecimento ao invés de ‘recebê-lo do professor’, que atua como orientador, supervisor e facilitador do processo de aprendizagem e não como a única fonte de informação de conhecimento (BARBOSA; MOURA, 2013).

Berbel (2011) entende que as metodologias ativas baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos. Para Marion (2001), o objetivo principal das metodologias ativas está centrado na transformação do estudante num “pensador-critico” mediante técnicas diligentes que ajudem no desenvolvimento da autoiniciativa e aprendizagem continuada.

Nesse contexto, são muitas as possibilidades de metodologias ativas com potencial de direcionar o aluno rumo à construção do conhecimento e alcance da autonomia. Entre elas ressaltam-se: a) Aprendizagem Baseada em Problema ou PBL (*Problem Based Learning*); b) Problematização com Arco de Maguerez; c) sala de aula invertida; d) *Peer Sctruction*; e e) Jogos de Empresas.

O PBL consiste em uma metodologia de aprendizagem que fornece aos alunos conhecimentos adequados para a resolução de problemas (SCHMIDT, 1983). É caracterizado por três elementos: o problema, o estudante e o professor. O problema é o elemento central do PBL, se refere aos materiais didáticos apresentados aos alunos que desencadeia o processo de aprendizagem, o qual deve refletir uma situação profissional real ou simulação próxima a realidade. O estudante é o agente ativo do processo, por isso, ele obtém as informações necessárias à aprendizagem por meio da compreensão de novos conceitos e desenvolvimento de novas habilidades capazes de dar solução aos problemas propostos. O professor atua como mediador e facilitador ou tutor, conforme de-

nominado no PBL, e assume a função de fomentar atividades refletivas que permitam aos alunos identificarem suas próprias necessidades de aprendizagem, bem como ser o responsável pelo acompanhamento dos grupos incentivando o envolvimento de todos no processo (MARTINS, ESPEJO; FREZATTI, 2014).

A metodologia da Problematização com Arco de Maguerz possibilita colocar em prática uma pedagogia problematizadora, que mobiliza o potencial intelectual do estudante, enquanto estuda para resolver e superar problemas e desafios (BERBEL, 2011). A proposta de Maguerz é formada por um esquema de progressão pedagógica (arco) que parte da observação da realidade; em seguida, observação da maquete que simboliza a realidade; na sequência ocorre a discussão dos conteúdos; depois, execução da maquete; e por fim, a execução da realidade. Da observação da realidade à execução da maquete são desenvolvidas em sala de aulas, porém a última é aplicada a realidade do trabalho (MARTINS, ESPEJO; FREZATTI, 2014).

A sala de aula invertida se baseia no uso das tecnologias que ajudam no aprimoramento do processo de aprendizagem, por meio da racionalização do tempo do professor em sala de aula, promove maior interação entre os agentes do processo, ao invés de gastá-lo apenas apresentando conteúdos em aulas expositivas tradicionais (BARSEGHIAN, 2011). Essa modalidade de aprendizagem utilizada na educação à distância (EaD). Nesta modalidade, também conhecida como *flipped classroom*, os conteúdos e instruções para resoluções de atividades e de problemas são antecipados aos alunos antes de frequentar a sala de aula, oportunizando a aprendizagem ativa. Após o estudo antecipado dos conteúdos os estudantes realizem um teste na própria plataforma on-line para avaliação da aprendizagem, de modo que o professor identifique os assuntos que precisam ser retomados (VALENTE, 2014).

Oliveira Neto, Gomes e Titton (2017), com base na metodologia da sala de aula invertida, buscaram investigar a melhoria no desempenho durante as aulas e a percepção dos discentes acerca da abordagem “sala de aula invertida expandida”. Como resultado, foi possível observar uma ampla melhoria no processo de construção do conhecimento dos discentes.

tes. Adicionalmente, realizou-se um levantamento com os estudantes e os resultados demonstram a aprovação do uso desta metodologia.

A *Peer Struction* consiste em “um método de ensino baseado no estudo prévio de matérias disponibilizadas pelo professor e na apresentação de questões conceituais em sala de aula, para os alunos discutirem entre si” (ARAUJO; MAZUR, 2013, p. 367).

Conforme apontado por Mendes (2000), o método de ensino conhecido como Jogos de Empresas se constitui de situações criadas a partir de condições bem próximas da realidade encontrada nas organizações, permitindo ao aluno ensaiar estratégias, verificando diversos resultados possíveis, antes de se decidir por procedimentos definitivos.

Tem-se, ainda, como exemplos de metodologias ativas: discussão de temas e resolução de estudos de casos relacionados com a área de formação profissional, debates sobre temas atuais, trabalhos em grupos, elaboração de mapas conceituais, elaboração de questões de pesquisa, simulações, entre outros (BARBOSA; MOURA, 2013).

Destaca-se que a organização dessas metodologias de aprendizagem deve contemplar: os objetivos a atingir, conteúdos a trabalhar, a estrutura de desenvolvimento desse trabalho e procedimentos para avaliação de resultados (SILVA; SCAPIN, 2011). Nota-se que esse processo exige mudança de postura do professor, o qual está acostumado a atuar na posição tradicional de ensinar.

Conforme Berbel (2011), para as metodologias ativas obter sucesso é necessário engajamento e incentivo por parte dos docentes, mostrando aos seus alunos os benefícios que esse método pode agregar em sua formação acadêmica. Segundo Barbosa e Moura (2013) metodologias ativas exigem do docente a preparação antecipada de estudos, seleção de informações, de exemplos e analogias. É preciso, ainda, explicar conceitos de formas diversificadas exigindo inovação no processo de ensino que muitas vezes é realizado de maneira rotineira e automática.

Além disso, de acordo com Marin et al. (2010, p. 18), “na utilização de métodos ativos de aprendizagem, evidencia-se a necessidade de mudança no papel do estudante, que precisa assumir a responsabilidade pela própria aprendizagem.” Para tanto, este deve ser capaz de

propor questionamentos relevantes ao contexto, resolvê-los mediante pesquisas em diversas fontes e confrontar as respostas encontradas nos grupos de discussões.

A experiência com metodologias ativas, conforme Barbosa e Moura (2013), mostram que os alunos que vivenciam esse método adquirem maior confiança na aplicação prática do conhecimento, melhoram o relacionamento com os colegas, se expressam melhor, tanto de forma escrita como oral, e reforçam a autonomia.

Segundo Silva e Scapin (2011, p. 540), “a construção do conhecimento pela participação ativa do estudante evidencia a construção da ação-reflexão-ação, corroborando o projeto pedagógico e o currículo que prevê a vivência da prática, teorização e atuação na prática.

O uso de metodologias ativas contrapõe-se a forma tradicional de ensino na qual a ‘transmissão do conhecimento’ é preponderante ou, como defende Saviani (1991), o docente é o detentor do saber por dominar os conteúdos previamente organizados e estruturados.

### 9.3 Metodologia da pesquisa

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, pois buscou analisar a produção científica sobre metodologias ativas de aprendizagem com ênfase no ensino da Contabilidade. Segundo Martins Jr. (2008), pesquisas dessa natureza observam determinados fenômenos a fim de descrevê-los, classificá-los, interpretá-los e compreender certas situações.

A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, pois busca-se descrever e compreender a natureza de determinados problemas, fenômenos e processos vivenciados por grupos sociais (RICHARDSON, 2008).

Para coleta e análise de dados empregou-se pesquisa documental. Assim, para dar início à seleção de artigos fez-se necessário definir as palavras-chave utilizadas, que foram: “metodologias de ensino”, “metodologias ativas” e “metodologias de aprendizagem”. Posteriormente, definiu-se a *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) como a base de dados, na qual foi realizada a busca de artigos, visto ser uma das bases mais

relevantes para a área de Ciências Sociais Aplicadas no contexto nacional. A busca compreendeu o período de 1999 a julho de 2017 e resultou em 86 artigos. Desses artigos identificados 31 estavam em duplicidade sendo desconsiderados para o estudo. Em seguida, foram analisados os resumos e as palavras-chaves dos artigos com intuito de identificar os objetivos alinhados com esta pesquisa, resultando em 25 textos.

Com a seleção do portfólio bibliográfico realizou-se a análise dos artigos para evidenciar os seguintes aspectos: a) principais autores; b) análise temporal; c) reconhecimento científico do artigo; d) palavras-chave; e) principais periódicos; e, f) publicação com ênfase em Contabilidade.

#### 9.4 Apresentação e análise dos resultados

Nessa seção apresentam-se os resultados da pesquisa que evidenciou os seguintes aspectos no portfólio bibliográfico: a) principais autores; b) análise temporal; c) reconhecimento científico do artigo; d) palavras-chave; e) principais periódicos; e f) Publicação com ênfase em Contabilidade.

##### a. Principais autores

A primeira análise realizada foi em relação aos autores mais prolficos do portfólio bibliográfico. Na Tabela 1 apresenta-se o autor, a quantidade de artigos publicados, o percentual de representatividade do autor e o percentual de representatividade acumulado.

**Tabela 1 - Número de artigos publicados por autor**

<b>Autor</b>	<b>Qtd artigos publicados</b>	<b>% Total de autores</b>	<b>% Representação na amostra</b>
QUEROL, Marco Antonio Pereira	02	3,17	3,17
CASSANDRE, Marcio Pascoal	02	3,17	6,34
Autores com 01 publicação	59	93,66	100
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Foram identificados 63 autores no total dos 25 artigos selecionados. No entanto, optou-se em mostrar na Figura 2 os autores com maior número de publicações, os quais atingiram somente o percentual acumulado da amostra de 6,34%. Os autores que mais publicaram sobre a temática foram Querol e Cassandre, filiados a Universidade de Helsinque, Finlândia, e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, respectivamente. Ambos possuem apenas dois artigos e são em parceria. Esses resultados evidenciam que há carência de pesquisadores com número significativo de produção sobre metodologias ativas.

Ao analisar os números de autores por trabalhos evidenciou-se que 40% dos artigos são de autoria de duas pessoas; 28% apresentam 3 autores; 16% são de autoria de apenas 1 autores; e 16% de quatro ou mais autores. Nota-se que a maior parte dos trabalhos analisados foram desenvolvidos em parcerias por dois ou mais autores, fator este importante para a consolidação do assunto, além de fomentar a discussão e compartilhamento dos saberes sobre as metodologias ativas de aprendizagem.

#### b. Análise temporal

A análise temporal buscou evidenciar os períodos que apresentaram maior número de publicações, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Quantidade de artigos do portfólio bibliográfico publicados por ano.**

Ano	1999	2000	2002	2005	2006	2007	2008	2011	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Artigo	1	1	1	2	1	1	1	3	4	4	1	3	2	25

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota-se que as publicações sobre a temática na base de dados pesquisada iniciaram em 1999 e não apresentam concentração significativa em períodos específicos. Os anos de 2013 e 2014 foram os que apresentaram maior produtividade, com quatro publicações cada, o que representa 16% do portfólio analisado ; seguido dos anos 2011 e 2016 com três publicações cada (12%). Constata-se, com isso, que essa temática recentemente vem sendo pesquisada e difundida cientificamente no contexto nacional, sobretudo na área das Ciências Sociais Aplicadas.

c. Reconhecimento científico do artigo

Com base em pesquisa no Google Acadêmico, verificou-se que os artigos mais relevantes do portfólio bibliográfico analisado foram: i) “Utilização de Jogos de Empresas no ensino de Contabilidade - Uma experiência no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia” de João Batista Mendes, publicado em 2000, com 33 citações; ii) “Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais” de Daniel Christian Henrique & Sieglinde Kindl da Cunha, publicado em 2008, com 29 citações, e iii) “Literatura, dramatização e formação gerencial: a apropriação de práticas teatrais ao desenvolvimento de competências gerenciais” de Roberto Ruas, publicado em 2005, com 23 citações.

Percebeu-se que o artigo com maior número de citações foi o segundo publicado na área, talvez esse seja o motivo de ser o que apresenta maior número de citações. Porém, apesar de ser o artigo mais citado o autor não apresentou continuidade nas pesquisas sobre o tema.

d. Palavras-chave utilizadas

O próximo passo consistiu em analisar as palavras-chave presente no portfólio bibliográfico. Constatou-se que dos 25 artigos, 3 deles não utilizaram palavras-chave. No total foram encontradas 84 palavras-chave (não analisadas se repetidas), perfazendo média de 3,36 por artigo publicado. As palavras-chave tem o objetivo de indicar resumidamente o conteúdo, métodos de pesquisa e ferramentas utilizadas no estudo, e as mais utilizadas no portfólio foram: empreendedorismo, citada 6 vezes (7%); ensino, com quatro 4 apontamentos (5%); metodologias-ativas, ensino superior, ensino-aprendizagem, administração e contabilidade, com 3 cada (4%).

Dentre os tipos de metodologias ativas que constavam como palavras-chave no portfólio bibliográfico analisado, tem-se: PBL, indicada 3 vezes; estudo de caso e jogos de empresa mencionadas 2 vezes cada uma; aprendizagem baseada em equipe, *flipped classroom*, sala de aula invertida, simulação e teatro com 1 menção cada.



e. Principais periódicos.

Os principais periódicos que apresentam maior concentração dos trabalhos são Administração: Ensino e Pesquisa, com 8 artigos publicados (32%); seguido pela Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, com 2 publicações (8%).

Os demais periódicos apresentam apenas uma publicação.

A revista Administração: Ensino e Pesquisa é publicada quadrimestralmente pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad). A revista busca difundir o estado da arte no que se refere as questões relacionadas ao ensino e pesquisa em administração, além disso, está classificada no estrado B1 do Qualis no quadriênio 2013-2016.

A revista Pensamento Contemporâneo em Administração busca contribuir para o entendimento das práticas organizacionais por meio da divulgação de trabalhos teórico-empíricos, ensaios e resenhas que busquem desenvolver a pesquisa e conhecer a administração na América Latina. Atualmente a revista classifica-se no estrato B2 do Qualis e sua periodicidade é trimestral.

f. Publicação com ênfase em Contabilidade.

Na área da Contabilidade foram identificados 6 (seis) trabalhos do total do portfólio bibliográfico, representando 24%.

A Tabela 3 evidencia as publicações com ênfase em Contabilidade.

Tabela 3 - Publicações em contabilidade

Título	Autores	N. Citação Google	Ano de publicação	Periódico
Utilização de Jogos de Empresas no ensino de Contabilidade - Uma experiência no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia	João Batista Mendes.	33	2000	Contabilidade Vista & Revista
Discussão sobre Metodologias de Ensino Aplicáveis à contabilidade	José Carlos Marion, Elias Garcia, Moroni Cordeiro.	11	1999	Reuna
Método tradicional e método construtivista de ensino no processo de aprendizagem: uma investigação com os acadêmicos da disciplina Contabilidade III do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina	Leticia Meurer Krüger <i>et al.</i>	9	2013	Revista Organizações em Contexto
Como os acadêmicos se adaptam a um ensino baseado em PBL numa licenciatura tradicional em Contabilidade	Margarida M Pinheiro, Cláudia S. Sarrico, Rui A Santiago.	3	2011	Revista de Contabilidade e Organizações
Os Impactos da Adoção de Metodologias Ativas no Desempenho dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis de Instituição de Ensino Superior Mineira	Cícero José Oliveira Guerra, Aridélmo José Campanharo Teixeira.	0	2016	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
O Uso da Tecnologia Direcionando Aulas Invertidas para Promover Aprendizagem Ativa em Contabilidade	José Dutra de Oliveira Neto, Gilvania de Sousa Gomes, Luiz Antonio Titton.	0	2017	Revista Universo Contábil

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No âmbito das Ciências Contábeis as publicações sobre metodologias ativas de aprendizagem se mostram esparsas com relação à distribuição nos periódicos, bem como no que se refere aos períodos de publicação, apresentando certo crescimento a partir de 2011. Percebeu-se, também, que não existe uma rede de cooperação entre os autores, que publicaram apenas uma vez sobre a temática e isoladamente com seus pares. Esses resultados convergem com os achados da análise total dos 25 trabalhos expostos anteriormente.

Marion, Garcia e Cordeiro (1999) discutiram a utilização dos vários métodos de ensino aplicáveis às disciplinas do Curso de Ciências Contábeis e como estes instrumentos e métodos devem ser tratados e aprimorados para um melhor aproveitamento dos conteúdos das disciplinas. A instituição *Locus* do estudo é sediada na Filadélfia e recebe cerca de 9 mil estudantes ao ano de todas as partes do mundo, a *Wharton School*, escola de administração de empresas da *University of Pennsylvania*, não utiliza-se de uma metodologia específica para o desenvolvimento das aulas, mas sim, da combinação entre teoria e prática. Prevaecem na *Wharton* métodos como, estudo de caso, simulação, jogos de empresas e laboratório, mas de modo geral, são utilizados métodos centrados no aluno e não no professor.

Mendes (2000) buscou fazer uma breve apresentação de um método de ensino conhecido como Jogos de Empresas, ou Simulação Empresarial, não como substituto de outros métodos, mas como um suporte ao professor e como um instrumento motivador para os alunos. O resultado da implantação desta metodologia pode ser auferido por meio de questionário aplicado pelos autores aos alunos participantes da pesquisa. Quando questionados sobre o nível de aprendizado assimilado com a implantação da simulação, 62% dos participantes responderam que o nível de aprendizado foi (médio), os outros 38% responderam que o nível de aprendizado foi (alto). De acordo com os autores, a implantação desta atividade, contribuiu não somente em mudanças comportamentais em sala de aula, mas também tem despertado nos alunos a consciência das posturas desejáveis dos profissionais da contabilidade.

Krüger *et al.* (2013) buscaram identificar a contribuição do método tradicional e do método construtivista de ensino no processo de aprendizado do aluno, a partir da percepção dos acadêmicos que cursaram a disciplina Contabilidade III, nos semestres 2011.1 e 2 e 2012.1, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Com relação à receptividade dos alunos quanto à prática do uso de metodologias tradicional e construtivista de ensino, identificou-se que os alunos são mais receptivos à utilização da metodologia tradicional, dando preferência às aulas expositivas e à realização de exercícios, ambas desenvolvidas pelos professores. No que se refere ao perfil dos alunos na qualidade de agentes receptores (passivos) de informações estruturadas ou agentes responsáveis pela geração de seu conhecimento (ativos), eles possuem um perfil mais passivo do que ativo, pois preferem ser submetidos à metodologia em que o professor repassa o conteúdo, sem precisarem realizar pesquisas adicionais.

O trabalho de Pinheiro, Sarrico e Santiago (2011) trouxe a reflexão acerca do papel do docente na aplicação da metodologia PBL no ensino superior em Contabilidade e apresentar a percepção dos docentes e discentes. Os resultados indicaram que os estudantes ainda preferem os métodos tradicionais de ensino, os quais apresentam respostas prévias dos professores, aos métodos inovadores; o perfil do docente é importante para a aplicação da metodologia PBL, uma vez que essa prática requer a vinculação da teoria com a prática; exige mudanças de postura do docente e integração entre professores com e sem experiência profissional.

Guerra e Teixeira (2016) verificaram que a adoção de metodologias ativas de ensino no curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior privada, situada na região da Zona da Mata mineira, contribuiu para o desempenho dos seus discentes, sendo caracterizada como desempenho, nesta pesquisa, a melhoria das notas dos estudantes.

O estudo de Oliveira Neto, Gomes e Titton (2017) objetivou investigar o ganho de desempenho ao longo da aula e a percepção dos estudantes sobre o uso da abordagem sala de aula invertida expandida. Os resultados dos testes demonstraram que, em todas as aulas invertidas, houve uma ampla melhoria depois da atividade colaborativa como

parte do processo de construção do conhecimento. Adicionalmente, foi feito um levantamento com os estudantes e os resultados demonstraram que estes aprovam o uso de sala de aula invertida aprimorada como uma estratégia de ensino apropriada.

## Conclusões e recomendações

A análise do portfólio bibliográfico composto de 25 artigos sobre metodologias ativas de aprendizagem obtidos na base de dados *Spell* evidenciou que a maioria dos autores apresenta apenas um artigo publicado sobre a temática, com exceção de Querol e Cassandre que tem dois trabalhos publicados. A maioria das publicações ocorrem em conjunto de dois e três autores (68%).

Entre o período de 1999 a 2017, os anos de 2013 e 2014 foram os que apresentaram maior número de trabalhos, com quatro publicações cada. O periódico que mais publicou sobre o tema é *Administração: Ensino e Pesquisa* e *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*.

Os estudos da área da contabilidade representaram 24% do portfólio bibliográfico analisado. Sendo que o artigo mais citado no Google Acadêmico foca a experiência do uso de jogos de empresas no ensino da contabilidade.

Conclui-se que pesquisas sobre o tema metodologias ativas de aprendizagem na área das Ciências Sociais Aplicadas, de modo geral, e especificamente em Ciências Contábeis são incipientes e carecem de maior aprofundamento no contexto nacional. Ademais poucos autores apresentam interesse pela temática, os quais não desenvolvem rede de cooperação e não dão continuidade aos estudos, de modo a aprofundar-se sobre o tema.

Com base nesses resultados pode-se inferir que a aula expositiva é a metodologia predominante no ensino da Contabilidade corroborando com as afirmações de Marion (2001), Montes et al. (2011) Pinheiro, Sarrico e Santiago (2011) e Krüger *et al.* (2013). Tais apontamentos indicam que há oportunidades para a investigação científica nesse campo.

A pesquisa apresentou algumas limitações, como pesquisa em uma base de dados de abrangência nacional, com uso de palavras-chave na língua portuguesa e limitação do período até julho de 2017. Logo, deixa-se como sugestão para futuras pesquisas: a) fazer uso de outras palavras-chave, como por exemplo, método construtivista (KRÜGER *et al.*, 2013) ou utilizar as nomenclaturas específicas das metodologias ativas para verificar se são encontrados mais artigos que versam sobre o assunto; b) realizar busca sistemática em bases de dados de abrangência internacional no intuito de investigar as características da produção científica sobre metodologias ativas de aprendizagem em nível global; c) utilizar termos em língua inglesa para nova busca; e d) efetuar pesquisa de levantamento nos cursos de graduação em Ciências Contábeis com a finalidade de verificar evidências empíricas sobre o uso dessas metodologias na prática.

## Referências

- ARAUJO, Ives Solano; MAZUR, Eric. Instrução pelos colegas e ensino sob medida: uma proposta para o engajamento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem de Física. Caderno brasileiro de ensino de física. Florianópolis. Vol. 30, n. 2 (ago. 2013), p. 362-384, 2013.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes; DE MOURA, Dácio Guimarães. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Boletim Técnico do Senac, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.
- BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUERRA, Cicero Jose Oliveira; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo. Os impactos da adoção de metodologias ativas no desempenho dos discentes do curso de ciências contábeis de instituição de ensino superior mineira. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 10, n. 4, p. 380-397, 2016.
- KRÜGER, Leticia Meurer et al. Método Tradicional e Método Construtivista de Ensino no Processo de Aprendizagem: uma investigação com os acadêmicos da disciplina Contabilidade III do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.
- LAFFIN, Marcos. Contabilidade e ensino: mediações pedagógicas. NUP/CED/UFSC. 2011.
- MARIN, Maria José Sanches et al. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. Rev bras educ méd, v. 34, n. 1, p. 13-20, 2010.
- MARION, José Carlos. O ensino da Contabilidade. São Paulo: Atlas. 2001.
- MARION, José Carlos; GARCIA, Elias; CORDEIRO, Moroni. Discussão sobre metodologias de ensino aplicáveis à contabilidade. Contabilidade Vista & Revista, v. 10, n. 1, p. 28-33, 1999.
- MARTINS, Daiana Bragueto; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; FREZATTI, Fábio. Problem-Based Learning no ensino de contabilidade gerencial: relato de uma experiência brasileira. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 9, n. 4, 2015.

- MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Editora Vozes. 2008.
- MASETTO, Marcos Tarcísio. Docente de ensino superior atuando num processo de ensino ou de aprendizagem. Competência Pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.
- MELLO, Maria Aparecida Da Silva, FRANCISCO, Tiago Almino. O ser e o fazer da docência: uma reflexão à luz de novas perspectivas metodológicas para o ensino superior. In: PREVE, Daniel Ribeiro; DE SOUZA, Ismael Francisco; MELLO, Maria Aparecida Da Silva. O saber e o fazer dos docentes no âmbito das ciências sociais aplicadas. Curitiba: Multideia. 2015.
- MENDES, João Batista. Utilização de jogos de empresas no ensino de contabilidade-uma experiência no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Contabilidade Vista & Revista, v. 11, n. 3, p. 23-41, 2000.
- MONTES, Marcella Rodrigues et al. Identificação das práticas metodológicas de ensino aplicadas no curso de graduação de ciências contábeis a partir do perfil docente. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2011.
- DAS NEVES JÚNIOR, Idalberto José; SIMÕES, Karla Caroline Afiune; DE CARVALHO ALMEIDA, Kelly Cristina. YouTube no ensino da contabilidade de custos: investigação empírica sobre a opinião dos aprendizes do curso de Ciências Contábeis da UCB quanto à utilização de vídeos no processo de ensino aprendizagem. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2010.
- CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; CORRAR, Luiz João; SLOMSKI, Valmor. A docência e o desempenho dos alunos dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil. Contabilidade Vista & Revista, v. 19, n. 4, p. 15-37, 2008.
- DE OLIVEIRA NETO, José Dutra; DE SOUSA GOMES, Gilvania; TITTON, Luiz Antônio. Using technology driven flipped class to promote active learning in accounting. Revista Universo Contábil, v. 13, n. 1, p. 49-64, 2017.
- PELEIAS, Ivam Ricardo. Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores. Saraiva. 2006.
- PIMENTA, Selma Garrido; DE ALMEIDA, Maria Label. Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores. 0 1a ed. São Paulo: Cortez. 2 015.
- DOS REIS, Luciano Gomes; NOGUEIRA, Daniel Ramos; TARIFA, Marcelo Resquetti. O processo de ensino da contabilidade de custos e gerencial: uma análise comparativa entre o ensino presencial e o ensino a distância. ABCustos, v. 8, n. 1, 2013.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2008.
- SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez. 1991.
- SCHMIDT, Hendricus Gerard. Problem-based learning: Rationale and description. Medical education, v. 17, n. 1, p. 11-16, 1983.
- DA SILVA, Rinaldo Henrique Aguiar; SCAPIN, Luciana Teixeira. Utilização da avaliação formativa para a implementação da problematização como método ativo de ensino-aprendizagem. Estudos em Avaliação Educacional, v. 22, n. 50, p. 537-522, 2011.
- VALENTE, José Armando. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. Educar em Revista, n. 4, p. 79-97, 2014.

# CAPÍTULO X: DETERMINANTES PARA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS NO SETOR DO VESTUÁRIO: UM ESTUDO DO USO DE BASES INFORMACIONAIS DE DADOS SOCIOECONÔMICOS

Tulio Becker Guimarães<sup>1</sup>  
Wilciney José Villan<sup>2</sup>  
Sílvio Parodi Oliveira Camilo<sup>3</sup>

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar dados socioeconômicos do ambiente que possuam relevância para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios. Bases informacionais para a tomada de decisão é um tema ainda pouco explorado no Brasil, porém, a demanda por esse tipo de produto e serviço cresce cada vez mais devido a necessidade de as empresas acompanharem o cenário micro e macroeconômico. Estudos acerca deste tema estão relacionados ao setor de tecnologia da informação, no entanto, nota-se carência de investigação na economia no campo organizacional. O setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios tem importante representatividade no país e estado, com grandes empresas principalmente na região do Vale do Itajaí e Blumenau. Os resultados obtidos demonstram o pouco estudo a respeito do tema, mostrando que o governo é quem disponibiliza a

---

1 Ciências Econômicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, [tuliobecker@gmail.com](mailto:tuliobecker@gmail.com).

2 Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico-PPGDS-UNESC, Administração de Empresas-UNESC, [neyvillan@hotmail.com](mailto:neyvillan@hotmail.com).

3 Pós-doutor em Ciências Contábeis (UFSC), Doutor em Administração (UNIVALI), Mestre em Administração (PUCRS), Especialista em Finanças das Empresas (UFRGS), Graduação em Ciências Contábeis (UNISINOS), em Administrador de Empresas (FAPCCA), em Ciências Jurídicas e Sociais (UNISINOS) e em Ciências Econômicas (UNISUL), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico-PPGDS-UNESC, [parodi@unesc.net](mailto:parodi@unesc.net).



grande maioria dos dados. Destaca-se também a dificuldade de encontrar e manusear estas fontes, o que faz com que gestores, não tenham a agilidade e precisão necessárias na hora da tomada de decisão. Por isso é um desafio a este desígnio estruturar um conjunto de informações, por meio de bases informacionais, úteis a conduta dos gestores. Entende-se que mitigar a assimetria de informações contribui para que gestores construam oportunidades, ou tomem decisões mais assertivas, desenvolvendo as organizações e sua cadeia de produtiva a qual suas empresas estão inseridas.

**Palavras-chave:** Ambiente de Competição. Dados Informacionais. Decisões Estratégicas.

## 10.1 Introdução

A literatura que aborda tomada de decisão em ambiente organizacional aponta para a vertente determinista, na qual o cenário competitivo determina o destino das firmas; e para a vertente voluntarista, que atribui ao gestor à responsabilidade decisória sobre o futuro da organização (HREBINIAK; JOYCE, 1985).

Este estudo parte do pressuposto que o ambiente proporciona um amplo conjunto de dados e informações, não só no âmbito operacional de competição, mas principalmente no aspecto macroambiental. Estudos deste tipo são denominados de informações para negócios, estudado sob distintas categorias informacionais, tais como: mercadológicas, financeiras, estatísticas, empresa e produtos, jurídicas (SOUZA; BORGES, 1996; SOUZA, 1996; MONTALLI; CAMPELLO 1997).

O objetivo deste trabalho é identificar dados socioeconômicos dentro de bases informacionais macroeconômicas públicas e analisar sua relevância para a tomada de decisões nas empresas do setor do vestuário catarinense.

Diante das diversas bases de dados existentes, destaca-se a dificuldade para o gestor encontrar e definir quais aquelas mais bem associadas às decisões empresariais para a condução mais assertivas dos negó-

cios. A identificação de dados econômicos específicos, considerando o contexto no qual a empresa está inserida, sugere disposição de informações mais precisas, gerando otimização de tempo e maior precisão nos processos decisórios. Bases de dados se tornam importantes devido ao seu uso na produção de Ciência & Tecnologia (C&T), estudos estratégicos e mapas de conhecimento.

Pretende-se identificar dados socioeconômicos de fontes secundárias relevantes para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense. Busca-se identificar dados mais aderentes aos gestores para tomada de decisão, identificando fontes. Para cumprir com o objetivo deste estudo, na fundamentação teórica, primeiramente, discorre-se sobre as fontes de informações para negócios, os problemas das bases de dados, características do segmento do vestuário e acessórios e a competitividade organizacional. Em seguida, procedimentos metodológicos, discussões dos resultados e, ao final, as considerações finais.

## 10.2 Fundamentação teórica

### 10.2.1 Fontes de informações para negócios

Se analisarmos as últimas décadas para a indústria da informação, um dos acontecimentos de maior relevância foi à criação e desenvolvimento das bases de dados, ou seja, conjuntos de arquivos com informações sobre pessoas, empresas, lugares, lei entre outros. Isso só foi possível devido à geração e evolução de diversas tecnologias. Pode-se entender por bases de dados, fontes de informações, acessadas por meio de um computador, sendo que as primeiras bases foram criadas nos Estados Unidos (CUNHA, 1989). Com a evolução das tecnologias, as informações passaram a ser disponibilizadas em disquetes e *Compact Disc* (CD) (CEDON, 2002), até o tempo atual onde estão disponíveis na rede de internet e softwares, onde as constantes mudanças e atualizações não permitem ter acesso ao número exato de fontes de informação existentes.

O público da indústria da informação formado inicialmente por pessoas da esfera de C&T, hoje passa a incluir o público geral, cada

vez mais exigente, buscando uma informação precisa e de qualidade (PEREIRA et al., 1999)

É notável o importante papel econômico da informação como insumo para criação de produtos, captação de recursos, conhecimento de mercado e sobrevivência das empresas. Quanto mais rápido e eficiente a empresa conseguir captar e absorver estas informações, maior sua possibilidade de inovar produtos, aumentar a lucratividade e entender o cliente, tornando-se mais competitiva no mercado (BORGES; CARVALHO, 1998).

Para este autor a informação econômica tem um papel relevante quando utilizada como insumo em diversas áreas. Dentre elas, pode-se destacar captação de recursos, conhecimento de mercado, insumo para elaboração de produtos e até mesmo a sobrevivência de muitas empresas.

Souza e Borges (1999) comentam que no cenário econômico, dinâmico e exposto ao surgimento de novas tecnologias constantemente, para a firma se tornar e manter competitiva no mercado a qual está inserida é de extrema importância que se mantenha atenta aos acontecimentos externos a organização, tendo em vista que, direta ou indiretamente estes podem influenciar nos seus resultados. No atual cenário globalizado e dinâmico, já não é suficiente que empresários dominem apenas a manufatura de seus produtos e a comercialização, para estar vivo dentro do mercado é preciso estar atento as mudanças que ocorrem no ambiente externo a firma, para assim melhorar a capacidade competitiva. O gestor precisa ter informações precisas e atualizadas, que o auxiliem em sua tomada de decisão. Estas informações devem conter dados a respeito de todo o cenário tecnológico, político, social, econômico e financeiro.

As empresas buscam obter mais benefícios dos dados que coletam, para que por intermédio deles consigam se posicionar melhor dentro do mercado. Existe um grande volume de dados a ser coletado e analisado, onde na maior parte das vezes não se sabe como iniciar o processo de extração da informação, sendo em vão todo o processo de coletar e armazenar os dados (TRAINA et al., 2001).

Daí a importância do acesso a diferentes informações, por meio das quais os gestores poderão diminuir riscos e ter maiores assertivida-

des em suas tomadas de decisões. Segundo as autoras, as informações devem estar sempre atualizadas e seu acesso deve ser ágil.

Quanto mais correta e mais rápida for à captação e absorção das informações por parte da empresa, maior poderá ser seu lucro, inovação e melhor o atendimento que irá proporcionar ao cliente (BORGES; CARVALHO, 1998).

Informações do ambiente operacionais são importantes à dinâmica organizacional. Por meio de canais informacionais específicos é possível observar algo não captado pelo concorrente, fazendo com que uma empresa se destaque com coleções inovadoras de acordo com a necessidade do consumidor (SILVEIRA et al., 2013).

O conteúdo disponível nas estruturas de armazenamento e recuperação é outro aspecto fundamental. Uma base incompleta ou errada pode acarretar grandes prejuízos para os usuários, destacando-se as estratégias de crescimento, limpeza dos registros da base e reorganização dos conteúdos (PEREIRA et al., 1999).

A facilidade de acesso junto a qualidade e quantidade das fontes são especialmente importantes para países que possuem economias instáveis, sendo as principais fontes instituições regionais, instituições do exterior e as internacionais (SOUZA; BORGES, 1999).

Existem quatro atividades que podem ser consideradas como processadores de valor agregado em sistemas de informação. Primeiro a organização, poupando tempo ao usuário quando este está à procura da informação desejada. Precisão para cálculos financeiros, as casas decimais podem representar significativos lucros ou prejuízos para as empresas. A atualidade está vinculada a periodicidade da publicação. Por fim a eficácia, sendo esta a apresentação dos dados de forma correta, seja em forma de projeções, gráficos ou previsões (KIELGAST, 1995).

### **10.2.2 O problema das bases de dados**

Informações para negócio podem ser definidas como um estudo sobre mercados, companhias, produtos e legislação. Porém este é um tema ainda pouco discutido e estudado no Brasil (BORGES; CARVALHO, 1998).

Quando se trata de informações, pode-se afirmar que a maior parte do valor agregado está na precisão que esta informação oferece (CRASHAR, 1991). A comodidade da informação para o usuário é outro grande diferencial de serviço prestado aos gestores (FARKAS-KOHN, 1989).

Um dos relevantes problemas acerca do tema é a falta de formalização, isso faz com que gestores acabem confiando em fontes informais, estas por sua vez nem sempre divulgam dados precisos e confiáveis o que resulta em uma tomada de decisão equivocada (PINTO, 1994).

Cunha (1989) comenta mostra que existem problemas técnicos quando se trata de bases de dados informacionais. Para o autor diversidade de comandos existentes nas diversas bases dificulta o trabalho do operador, fazendo com que este seja pouco eficiente ao manusear os dados. Segundo Cunha o ideal para uma melhor operacionalização seria um padrão entre os *softwares* e sítios informacionais. Auxílio governamental, por meio de incentivos financeiros ao setor privado, para construção de uma base e banco de dados, de modo a disponibilizar ao público seu acesso equilibrando a relação firma governo (CUNHA, 1989). De acordo com o autor outro problema é que muitas bases de dados governamentais possuem acessos restrito, dificultando o acesso do público em geral, e as bases privadas possuem um custo muito alto, geralmente restrito a empresas de grande porte, com recursos capazes de pagar o alto valor cobrado. Cunha relata que a montagem inicial de uma base de dados exige grande recurso financeiro, onde as empresas do setor no país precisam de um maior suporte por parte do governo. A diversificação também é algo preocupante quando se trata de bases de dados, pesar de o número de bases vir crescendo bastante nos últimos anos os assuntos ainda não são diversificados, sendo que 50% das bases estão distribuídas nas áreas de C&T e economia e finanças (CUNHA, 1989). O marketing das bases de dados é quase que inexistente, sendo que os bancos de dados estão em uma posição passiva, onde o público tem que procurar pelos bancos de dados, estes acham que seus serviços são de qualidade e evidente para todos (CUNHA, 1989).

Outro problema que surge como destaque deste estudo é a inexistência de uma única base de informação para um setor específico. A busca por informações em diversas bases de dados faz com que o gestor empregue tempo considerável e desnecessário na busca de dados esparsos e, também, tenha maior chance de erro e redução de assertividade na tomada de decisão.

Duas estratégias são identificadas para realizar serviços de prestação de informação. A primeira consiste em conhecer as necessidades, e depois conseguir fazer com que a informação chegue de forma ágil para as empresas (ABELL, 1990).

O conteúdo disponível nas estruturas de armazenamento e recuperação é outro aspecto fundamental. Uma base incompleta ou errada pode acarretar grandes prejuízos para os usuários, destacando-se as estratégias de crescimento, limpeza dos registros da base e reorganização dos conteúdos. É importante também evitar o monopólio, sendo necessário para isso ampliar a oferta de bases de dados primárias, enriquecer e estimular as bases já existentes (PEREIRA et al., 1999).

As novas tecnologias se tornam inúteis se não houver uma forma de localizar, filtrar, organizar e resumir seus produtos. Para que isso seja possível é necessário a presença de um gerente de informações, profissional capaz de combinar habilidades pertencentes a um cientista da computação, bibliotecários e editores especialistas em base de dados (LUCAS, 1996).

Considerando que neste estudo, busca-se apresentar bases de dados econômicos que são relevantes para o setor do vestuário, no próximo tópico será apresentada uma breve descrição do setor no estado de Santa Catarina.

### **10.3 O segmento de confecção**

A presente proposição utiliza como objeto de estudo o segmento de confecção de artigos do vestuário e acessórios no estado de Santa Catarina. No Brasil essa indústria se caracteriza pela presença de polos regionais (MENDONÇA; SLAGUEIRO; GOMES, 2013). Há, igualmente-

te, a presença no setor têxtil-vestuário de empresas de setores industriais com cadeias produtivas influentes, como, por exemplo, a química, responsável pelas fibras e tinturaria. É possível citar também a indústria agropecuária, contribuindo com as fibras naturais, além das indústrias de máquinas e *software* (CRUZ-MOREIRA, 2013).

No Brasil o setor do vestuário teve seu início nos primeiros anos do século XX, formado pela força trabalhadora dos imigrantes. Cresceu e se desenvolveu de maneira rápida, sendo que em poucos anos já era um dos maiores do país, ficando atrás somente do setor alimentício e têxtil (CARVALHINHA, 2007).

Na década de 60, teve início um movimento para a estruturação nacional de mercados como jeans e camisetas, sendo que foram construídos vários polos regionais a partir da década de 1970. Este processo foi fortalecido por políticas regionais específicas e, também, nesta década começaram a chegar os coreanos, que exerciam a função de atacadistas e produtores de artigos populares (CARVALHINHA, 2007).

No final da década de 1980, o governo anunciou um programa de redução gradual das tarifas de importação, após ter encerrado grande parte das barreiras não tarifárias. Com isso, visava uma maior competitividade entre o setor, porém não obteve sucesso e abandonou o programa (CARVALHINHA, 2007).

Nos anos de 1990, foi implantado um programa de redução das alíquotas de importação. Porém, novamente o governo não obteve sucesso e muitas indústrias quebraram, pois não conseguiram combater a concorrência das firmas estrangeiras (CARVALHINHA, 2007). Em 2006 o país foi o sexto maior produtor mundial de artigos têxteis e vestuário, sendo o mercado interno absorveu a grande maioria da produção (MENDONÇA; SLAGUEIRO; GOMES, 2013). Nos últimos anos, tem-se que a maioria das empresas do setor são classificadas como pequenas e médias, onde a aquisição de novas máquinas acaba tomando a maior parte dos investimentos (MENDONÇA; SLAGUEIRO; GOMES, 2013).

A origem do polo industrial têxtil e confeccionista do estado catarinense tem forte ligação com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente alemães, em meados do século XIX. Como tinham dificul-

dade em conseguir matéria prima e estavam distantes dos grandes mercados, acabaram formando seus próprios mercados locais (KRIEGER; MEURER, 2010).

No início do século XX ocorreram algumas transformações que favoreceram o aumento da produtividade industrial, onde a indústria se consolidou em meio a um período de guerras. Nas décadas de 1950 e 1960 o vestuário catarinense acompanhou a indústria nacional, mesmo com circunstâncias adversas como problemas infra estruturais e concentração de capital (KRIEGER; MEURER, 2010).

O decênio de 1970 representou expansão para o setor, levando unidades produtivas para fora do estado devido a isenções e financiamentos para novos empreendimentos (GOULARTI FILHO, 2002).

Na década de 80 o setor vivência uma queda em seu desempenho histórico, porém mostrou avanço se comparado a indicadores nacionais da mesma época (KRIEGER; MEURER, 2010). Um dos estímulos do setor foi o grande número de trabalhadores desligado das minas que utilizaram o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para investir nesse ramo da indústria (GOULARTI FILHO, 2002).

Nos anos 90, problemas como a abertura indiscriminada do mercado, aliados a problemas estruturais causaram em todo o cenário industrial brasileiro uma certa vulnerabilidade, sendo o setor têxtil vestuário o mais atingido no estado catarinense (KRIEGER; MEURER, 2010).

O setor continuou crescendo e de acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina, o setor de têxtil e vestuário possuía em 2014 indústrias, empregando 173,1 mil trabalhadores, sendo responsável por 17,5% do valor da transformação industrial do estado em 2013 e por 1,9% das exportações em 2014. Além disso o estado é o segundo polo têxtil e vestuário do Brasil.

No período de 2001 a 2013 o número de empresas do setor registradas aumentou de 4.389 para 8.139, onde a maioria dos funcionários possui de 18 a 24 anos e ensino médio completo. Na questão de escolaridade destaca-se negativamente o fato de existir apenas dez pessoas com título de doutorado e 30 com título de mestrado, sendo que estes seriam profissionais mais bem qualificados para análise e interpretação



dos dados. Referente à arrecadação de ICMS pelo setor a partir de 2005, ano a partir do qual os dados estão disponíveis, arrecadou em média de modo geral R\$ 253.147.115,21 por ano (VILLAN, 2016).

Os dados evidenciam a importância do setor na geração de emprego e renda, consequentemente promove o desenvolvimento em várias regiões do país. Especialmente por meio de *clusters*, o setor de confecções é influente nas economias locais e regionais. Tais formas de estrutura do setor, por meio de *clusters*, são uma maneira de unir potencialidades e acumular experiências para enfrentar o ambiente de competição no mercado doméstico e em relação ao resto do mundo. Por exemplo, no estado de Santa Catarina é o maior empregador de mão de obra (FIESC, 2013), representando o segundo maior agrupamento do país.

#### 10.4 Competitividade

Estratégia pode ser definida como algo que determina os objetivos da empresa a longo prazo, adotando políticas para que a empresa entre em ação (CHANDLER, 1962). Forças políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais constituem influências sobre as firmas, as quais, desenvolvem estratégias para capturar recursos não retidos por elas com intuito de minimizar ou mitigar estas forças (PFEFFER, 1972; PFEFFER; SALANCIK, 2003). A estratégia, fundamental quando se trata de competitividade, pode ser definida como, manobra para que a empresa consiga atingir vantagem competitiva, por meio de seu bom posicionamento em seu setor (PORTER, 1986).

A informação proporciona vantagem competitiva à medida que molda a estrutura setorial, fazendo com que sejam alteradas as regras da competição. Ao gerar novos métodos para superar os rivais a informação também garante a vantagem competitiva e por fim dissemina negócio inteiramente novos (PORTER, 1996). Entende-se por competitividade a habilidade de uma empresa em se posicionar melhor no mercado fazendo com que seus lucros aumentem.

Este estudo se alia àqueles que entendem que as habilidades internas empreendidas pelas firmas são importantes para desenvolver novas capacidades em face da mudança ambiental (DIERICKX; COOL, 1989). O processo informacional a partir das condições do ambiente é uma fonte relevante para a conduta do gestor.

Para Oliveira (2004) os gestores têm que saber gerenciar vantagens competitivas e oportunidades emergentes que surgem no decorrer do tempo, seja internamente quanto no ambiente externo. De acordo com o autor nos anos de 1980 as empresas passaram a adotar a inteligência competitiva, devido as novas exigências do mercado e forte concorrência. Sendo assim a inteligência competitiva proporciona para a empresa conhecimento do ambiente, instruindo as tomadas de decisão por parte dos gestores.

Neste sentido, estratégias empreendidas pelas firmas para capturar recursos no macroambiente, constituem na busca de informações, já que por meio destas informações o gestor consegue tomar decisões estratégicas para a firma.

Decisões como abertura de novas fábricas, investimentos em maquinário, contratação ou demissão de pessoas, novas aplicações no mercado financeiro, de onde comprar a matéria prima, para onde vender, aumentar ou diminuir a produção são exemplos de decisões que devem ser realizadas pelos gestores, e que impactam tanto na firma quanto em todo o entorno dela.

Considerando que a conduta do gestor é decorrente de fatores do ambiente, preponderantemente da estrutura da indústria, e das fontes internas, a sistematização uma base de dados bem organizada em suas dimensões sugere apoio e assertividade a tomada de decisões.

Porter (1986) mostra que existem três diferentes abordagens estratégicas, que são bem-sucedidas quando se deseja superar as outras empresas, sendo a liderança no custo total, diferenciação e o enfoque, sendo que a empresa pode seguir mais de uma estratégia ao mesmo tempo.

- 1) Liderança no custo total ficou bastante comum nos anos 1970, onde busca-se a liderança no custo total por meio de políticas funcionais, exigindo por parte da empresa, constru-

ção de escalas eficientes, controle dos custos, sendo o custo baixo em relação aos concorrentes o tema central da estratégia. A posição de baixo custo protege a empresa contra as forças competitivas existentes no mercado, já que os concorrentes menos eficientes sofrerão antes as pressões competitivas. Para conseguir liderança no custo total a empresa necessita de investimento de capital e acesso ao mesmo, supervisão intensa de mão de obra além de um sistema de distribuição com baixo custo. Esse tipo de estratégia esta propenso a alguns riscos, como mudança tecnológica que anula o investimento, incapacidade de ver a alteração necessária no produto devido a atenção empregada no custo e inflação em custo incapacitando a firma de manter o diferencial de preço

- 2) Diferenciação é a estratégia que a empresa adota buscando diferenciar o produto ou serviço por ela ofertado para que este seja único ao âmbito de toda a indústria. Este tipo de estratégia pode ocorrer por diversas formas: projeto ou imagem da marca, tecnologia, peculiaridades, serviço sob encomenda e rede de fornecedores. Se alcançada a diferenciação permite a empresa obter retornos acima da média já que ela cria uma posição defensiva de um modo diferente ao que é exercido na liderança de custo. A diferenciação é um tipo de estratégia que dificulta a obtenção de uma alta parcela do mercado, pois requer um sentimento de exclusividade. Para que consiga se diferenciar é necessário que a empresa possua habilidade em marketing, engenharia do produto, criatividade e potencial em pesquisa. Esta estratégia também envolve riscos como por exemplo o diferencial de custos entre os concorrentes de baixo custo e a empresa diferenciada tornar-se muito grade para que a diferenciação consiga manter a lealdade a marca.
- 3) Enfoque é quando a firma evidencia um grupo específico de comprador, segmento ou mercado, podendo assumir diversas formas. Esta estratégia leva em consideração que a empresa consegue atender seu alvo estratégico estreito, de uma maneira

mais bem-sucedida do que aquelas que estão competindo de forma mais ampla, podendo trazer retornos acima da média. O enfoque faz com que a empresa tenha limitações na parcela total de mercado. Para que o enfoque seja bem realizado a empresa deve ter uma boa reputação perante o mercado além de tradição. O risco dessa estratégia é de que o diferencial de custos entre os concorrentes que atuam em todo o mercado e as empresas que adotam enfoque particulares se amplia de tal modo que elimina as vantagens de custo de atender um alvo estreito ou anula a diferenciação pelo enfoque.

Segundo Porter (1986) existem também as empresas meio termo, caracterizadas por não conseguirem desenvolver sua estratégia em nenhuma das três direções já citadas. Por conseguinte, a restrição de mercado irá faltar investimento de capital. Estas empresas, provavelmente, estarão sujeitas a baixa rentabilidade, por perda de grandes clientes que buscam preços baixos ou por perda de clientes para aquelas que desenvolvem um melhor trabalho por possuírem enfoque.

### **10.5 Procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa é natureza aplicada, cujos resultados podem ser úteis às empresas atuantes no segmento de confecção de artigos do vestuário e acessório, auxiliando gestores em suas tomadas de decisões.

Tem abordagem qualitativa, apresentando uma descrição do tema e dos dados, com objetivos são descritivos (DENZIN; LINCOLN, 2006), descrevendo as características das bases e do segmento estudado. A estratégia de pesquisa é de revisão bibliográfica com técnicas empregadas de análise documental, informacional e de conteúdo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

O estudo foi operacionalizado por meio de exame das características da cadeia produtiva das empresas do setor e dos *stakeholders*. Buscou-se fontes de dados informacionais macroeconômicas, em sítios públicos, que afetam o setor em análise e se fez a seleção daquelas mais alinhadas e úteis aos processos de tomada de decisões.

## 10.6 Resultados e proposições

Por meio da análise das fontes, sugerem-se os seguintes dados no apoio a tomada de decisão por parte do gestor:

1. O volume de produção industrial do setor, que é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agindo no ambiente nacional, mostrando o desempenho das empresas não só no estado, mas também em nível de Brasil. As unidades de coleta são os estabelecimentos selecionados. Por intermédio delas o gestor pode tomar conhecimento da produção do setor e comparar diferentes períodos e regiões, bem como desenvolver estratégias para regular o nível de produção e as vendas.
2. O número de pessoas empregadas e desempregadas, podendo ter como fonte a Relação Anual de Informações (RAIS) ou o Cadastro Geral Empregados e Desempregados (CAGED). A RAIS tem o objetivo suprir as necessidades do controle da atividade trabalhista no país, identificando os trabalhadores com direito ao Abono Salarial. A RAIS deve ser declarada por todos os empregadores, possui levantamento anual, leva em consideração qualquer tipo de vínculo, abrangendo todos os empregados do ano base em 31/12. Já o CAGED foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com levantamento mensal, obrigatório apenas para os estabelecimentos que apresentaram movimentação. Um setor com grande empregabilidade pode atrair trabalhadores de altas regiões do país, através destes dados o gestor também consegue identificar onde estão os trabalhadores com o perfil desejado, como por exemplo pessoas de uma dada faixa etária e com determinado grau de escolaridade.
3. Sondagem industrial demonstra as perspectivas da indústria, dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e pela Confederação Nacional da

Indústria (CNI). A pesquisa é feita por meio de questionário enviado as empresas, com questões sobre volume de produção, nível de utilização da capacidade instalada, estoques, perspectiva quanto a demanda, compra de matéria-prima e exportação. Uma baixa perspectiva pode afugentar possíveis investidores, o que faria o gestor ter que buscar novas oportunidades para atrair investimentos.

4. Dados relacionados a balança comercial, sendo obtidos por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e Análise das Informações de Comércio Exterior Mercosul (AliceWeb). Dado com exposição internacional já que demonstra a relação de compra e venda com outros países. Com os dados de exportação e importação o gestor pode decidir entre expandir as atividades para fora do país, ou de onde poderia importar a matéria prima. Pode também optar por vender mais para o próprio país ou então exportar a produtividade.
5. Índice de confiança do industrial catarinense, calculado pela FIESC e CNI. A confiança seria um dos principais fatores para a atratividade de investimentos, que seriam ainda mais favorecidos por políticas de incentivo por parte do estado. Grandes investimentos são capazes de promover grandes mudanças, principalmente quando se trata do número de pessoas empregadas e impostos pagos aos poderes municipal, estadual e federal. O cálculo é feito a partir da opinião dos industriais sobre as condições econômicas atuais e as expectativas para os próximos meses. O índice pode variar de 0 a 100 sendo que abaixo dos 50 pontos indica falta de confiança e acima indica uma confiança positiva. O incentivo fornecido pelo estado poderia fazer com gestores optassem a abrir empresas na região, pois isso levaria a uma diminuição dos custos, ou mudar a empresa para um local com maior incentivo.
6. Produto Interno Bruto (PIB), este é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um certo período, onde neste caso é importante analisar o PIB nacional e estadual.

Para chegar ao resultado do PIB deve-se somar o consumo mais investimentos mais gastos do governo mais as exportações líquidas. Este dado é calculado pelo IBGE com periodicidade trimestral. Munido dessa informação, o gestor tem acesso a dados da economia da sua região de atuação e, assim, tomar decisões de investimentos, ampliações ou, até mesmo, de retração em suas atividades. Através do PIB o gestor consegue saber qual a renda total e as despesas com bens e serviços em cada região, podendo assim direcionar as vendas para uma região com maior renda total, observando onde existe recessão e onde existe desenvolvimento.

7. O Custo Unitário Básico (CUB). De acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON) o CUB é uma estimativa parcial para o valor de m<sup>2</sup> de construção, refletindo a variação mensal dos custos de construção imobiliária com materiais, equipamentos, mão-de-obra de projetos-padrão específicos. Este valor ajuda o gestor a decidir sobre a construção de uma nova área para a empresa, dependendo do preço do CUB pode valer mais a pena que a empresa construa em outro local.
8. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Calculado e divulgado pelo IBGE pelo Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (INPC), é medido mensalmente e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no comércio para o público final, sendo considerado o índice oficial de inflação no Brasil. O cálculo do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos. O gestor deve ter conhecimento do valor do IPCA pois ele pode servir de base para decisões a respeito de investimentos, como por exemplo Títulos Públicos atrelados a inflação, e também nas decisões referentes a preços dos produtos e salários dos colaboradores, já que os sindicatos geralmente usam a inflação com base na hora de reivindicar uma correção dos pagamentos.

9. Tarifa de energia. Divulgada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) considera o preço cobrado por unidade de energia (R\$/kWh), onde são considerados os custos incorridos desde a geração até a disponibilização nos consumidores e, além disso, também é cobrado um preço pela disponibilidade da energia somando-se também os impostos. Esta informação é importante, pois através dela o gestor identifica se a região suporta a demanda de energia que a empresa necessita e onde poderia ter economia deste custo.

O Quadro 1 resume as fontes de dados socioeconômicas mais bem relacionadas ao segmento em análise relacionados a tomada de decisão a gestão.

**Quadro 1 – Fontes de dados e suas aplicações**

Dado	Fonte	Objetivo
Volume de Produção Industrial	IBGE	Identificar o volume de produção do setor
Número de pessoas empregadas e desempregadas	RAIS CAGED	Identificar trabalhadores específicos para a empresa.
Sondagem Industrial	FIESC/CNI	Observar a perspectiva da indústria, visando novos investimentos.
Balança Comercial	SECEX/AliceWeb	Auxiliar nas tomadas de decisões referentes a comércio e expansões para outros países.
Índice de confiança industrial do catarinense	FIESC/CNI	Identificar a confiança do setor, para obtenção de investimentos.
Produto Interno Bruto	IBGE	Identificar renda e despesa da região, para ver a viabilidade instalação ou aumento da empresa.
Custo Unitário Básico	SINDUSCON	Identificar qual o custo da construção por região, observando assim qual o impacto deste custo para a empresa.



Dado	Fonte	Objetivo
Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo	IBGE	Por meio do valor da inflação pois ele influencia em preços de produtos, aumento de salário e investimentos.
Tarifa de Energia	ABRADE	Calcular o impacto deste custo para a empresa e se a região é capaz de suprir a demanda de energia necessária para a empresa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

## Considerações finais

Bases de dados são instrumentos que auxiliam gestores no momento de tomar decisões. Por meio delas é possível ter um melhor embasamento para decisões como, aumentar o investimento, comprar novas máquinas, decidir o local onde será instalada uma nova planta, aumentar ou diminuir o número de empregados, entre outros.

A grande maioria da coletânea de bases de dados são de natureza governamentais, compreendendo as de acesso gratuito. Isto pois, os softwares para consulta de dados informacionais em grande parte possuem um custo elevado para o consumidor final e muitas vezes sem trazer os dados esperados. Destaca-se o papel da FIESC com seus relatórios onde compilam dados, tornando mais fácil para o gestor ou pesquisador encontrar as informações em um único local.

Destaca-se limitações quanto ao manuseio de algumas bases de dados, como difícil interação com o usuário e ausência e/ou dificuldades de acesso à manuais de instruções. A necessidade de acesso à diferentes bases de dados limita os tomadores de decisão, nas questões tempo e eficiência. Assim, maior interação entre atores envolvidos neste ambiente informacional é necessária, para empreenderem discussões referidas à melhores formas de disponibilização de dados.

## Referências

- ABELL, Angela. Developing an information business - the HERTIS experience. *Bus. Inf. Review*, v. 6, n. 3, p. 27-35, jan. 1990.
- BORGES, Mônica Erichsen Nassif; CARVALHO, Natália Guiné de Melo. Produtos e serviços de informação para negócios no Brasil: características. *Ci. Inf.*, Brasília, v.27, n.1, p.76-81, jan./abr.1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/10.pdf>>. Acesso em: 25 out.2015.
- CARVALHINHA, Marília Piccini da. O Setor do vestuário: uma análise sobre as possibilidades estratégicas das empresas do vestuário no Brasil. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-28032008-173655/pt-br.php>>. Acesso em: 16 nov.2015.
- CEDÓN, Beatriz Valadares. Base de dados de informação para negócios. *Ci. Inf.*, Brasília, v.31, n.2, p.30-43, mai./ago.2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/146/126>>. Acesso em: 27 out.2015
- CHANDLER, A. *Strategy and Structure: chapters in the story of the industrial enterprise*. Cambridge: M.I.T. Press 1962
- CRASHAW, Sebastian. *Competitive intelligence: developing value added information services*. *Infomediary*, v.5, p.19-24, 1991.
- CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo., “Perspectivas para las cooperativas de Confección de Vestuário em el estado de São Paulo, Brasil”. *Anais do Congresso de Asociacion Latinoamericana de Sociologia*. Guatemala: Alas. 2001
- CUNHA, Murilo Bastos da. Base de dados no Brasil um potencial inexplorado. *Ci. Inf.*, Brasília, v.18, n.1, p.45-57, jan./jun.1989. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1335/964>>. Acesso em: 25 out.2015
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, et al. *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed Bookman, 2006.
- DIERICKX, Ingemar; COOL, Karel. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. *Management Science*, v. 35, n. 12, p.1504– 1511, 1989.
- FARKAS-KOHN, Irene S. Information as a corporate resource. *Information Services & Use*. V.9, 1989. p. 205-215
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade futura, 2002. 500 p.
- HREBINIAK, Lawrence G.; JOYCE, William F. Organizational Adaptation: Strategic choice and environmental determinism. *Administrative Science Quarterly*, vol. 30, p. 336-349, 1985.
- KIELGAST, Soren; HUBBARD, Bruce A. Valor agregado à informação: aspectos conceituais. In: *Seminário Internacional Valor-agregado à informação*. Anais... Rio de Janeiro, 21 nov. 1995. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1997, p.9-18.
- KRIEGER, Ruth; MEURER, Roberto. O efeito das variáveis macroeconômicas sobre o desempenho do setor têxtil-vestuário catarinense no período 1990-2003. *Revista de Negócios (Online)*,

v. 15, p. 73-90, 2010

LUCAS, Clarinda Rodrigues. A organização do conhecimento e tecnologias da informação: oráculos humanos e inteligência artificial. In: IBICT Instituto Brasileiro de Informação. (Org.). Organização do conhecimento e sistemas de classificação. Brasília-DF: IBICT, 1996, v. p. 69-72.

MENDONÇA, Diogo de Prince; SALGUEIRO, Ariene da Silva; GOMES, Rogério. O efeito do fim do acordo sobre têxteis e vestuários para a indústria brasileira: uma análise a partir da fronteira de produção estocástica. Revista Brasileira de Inovação, Campinas (SP), 12 (2), p.283-310, julho/dezembro 2013

MONTALLI, Kátia Maria Lemos; CAMPELLO, Bernadete dos Santos. Fontes de informação sobre companhias e produtos industriais: uma revisão de literatura. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 3, p. 321-326, set./ dez. 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n3/v26n3-13.pdf>>. Acesso em: 22 nov.2015

OLIVEIRA, Letícia A estratégia organizacional na competitividade: um estudo teórico. Revista Eletrônica de Administração. Edição 40 vol.10, n. 4, jul./ago. 2004

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas et al. Bases de dados na economia do conhecimento: a questão da qualidade. Ci. Inf., Brasília, v. 28, n. 2, p. 215-223, maio 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 maio 2016.

PFEFFER, Jeffrey. Size and composition of corporate boards of directors: the organization and its environment. Administrative Science Quarterly, v. 17, p.218-228, 1972.

PFEFFER, Jeffrey; SALANCIK, Gerald R. The external control of organizations: a resource dependence perspective. Stanford, California: Stanford Business Books, 2003.

PINTO, Virgínia Bentes. Informação para a indústria: algumas considerações. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 1994, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ABMG, 1994. 820 p.

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 16. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1986. 362 p.

PORTER, Michael E. What is strategy? Harvard Business Review, Boston, n. 74, v. 6, p.61-78, 1996.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGray-Hill, 2006.

SILVEIRA, Icléia et al. Informações e Conhecimentos para o Uso de Inovações e Tecnologias nas Empresas do Vestuário do Estado de Santa Catarina. In: 9o Colóquio Nacional de Moda., 2013, Fortaleza. Anais do 9o Colóquio Nacional de Moda. Fortaleza: UFC, 2013. v. 9. p. 1-12.

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Instituições provedoras de informação tecnológica no Brasil: análise do potencial para atuação com informação para negócios. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 1, p. 52-58, jan./abr. 1996. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/508/461>>. Acesso em: 22 nov. 2015

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de. Organização da área de informação para negócios no Brasil: a questão da informação financeira e suas fontes. Belo Horizonte: UFMG/EB, 1996.

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Fontes de informação financeira no Brasil. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 1, p. 37-48, Jan. 1999.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n1/28n1a05.pdf>>. Acesso em: 28 out.2015.

TRAINA, Agma Juci Machado. Visualização de Dados em Sistemas de Bases de Dados Relacionais. In: XVI Simpósio Brasileiro de Banco de Dados - SBBDD, 2001, Rio de Janeiro. Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Banco de Dados. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computação, 2001. v. 1. p. 95-109.

VILLAN, Wilciney José. Setor de confecções de artigos do vestuário e acessórios catarinense: análise das políticas públicas estaduais, desenvolvimento regional e competitividade. 2016. 337f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acidente Ambiental 87  
Adoção às NBC TSPs 215  
ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO 13  
ativos intangíveis 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57,  
58, 59, 60, 116

### B

Bid-Ask Spread 14, 23, 24, 31

### C

Cerealista de Arroz 183  
Ciências Contábeis 13, 33, 36, 61, 86, 116, 117, 118, 147, 149, 182, 214, 236, 237, 238,  
240, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255  
Companhias abertas familiares 37

### D

Desempenho Econômico-Financeiro 87  
Desempenho financeiro e valor de mercado 37  
DESEMPENHO OPERACIONAL 61  
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 182

### E

Ensino Superior 237, 250, 252  
ENTENDIMENTO DOS CONTADORES PÚBLICOS 214  
Entrepósito Aduaneiro 150, 151, 180, 181  
evidenciação contábil 87, 88, 90, 114

### H

HOSPITAIS 61

### I

Importação 119, 120, 123, 124, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 150,  
154, 155, 157, 158, 163, 164  
Incentivos Fiscais 119

**M**

METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM 236

**P**

processo ensino-aprendizagem 236

**R**

Regimes Aduaneiros Especiais 150

**S**

Saberes Contábeis - Volume VI 4

Samarco S.A 87, 98, 101, 103, 107

SETOR PÚBLICO 214

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 61

**T**

tratamento tributário diferenciado – TTD 121

**V**

Visão Baseada em Recursos 182, 183, 196

## SOBRE OS AUTORES



### **Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias**

Doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Graduação em Letras e Administração Pública. Atualmente é docente dos cursos de graduação em Letras, Administração, Tecnológicos e Ciências Contábeis (UNESC).



### **Cleyton de Oliveira Ritta**

Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Graduação em Ciências Contábeis. Atualmente é docente do curso de graduação em Ciências Contábeis (UFSC).





### **Sílvio Parodi Oliveira Camilo**

Pós-doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestrado em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado em Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Econômicas. Atualmente é professor dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e de pós-graduação do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Socioeconômico (UNESC).

# SABERES CONTÁBEIS

VOLUME  
VI

Na organização do livro Coleção Saberes Contábeis - volume VI, o Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO), em conjunto com o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (Necon) e o curso graduação em Ciências Contábeis da Unesc, tem como propósito divulgar a produção científica de acadêmicos e professores da Unesc, bem como de colaboradores externos, em temas que abrangem as ciências contábeis e organizacionais.

O Livro conta com nove artigos que abordam temas relacionados: (i) ao desempenho econômico-financeiro de empresas, (ii) às práticas contábil-tributárias em processos de comércio exterior; (iii) às práticas de estratégia em um pequeno negócio; (iv) às normas de contabilidade aplicadas ao setor público; e (v) ao estudo da produção científica sobre metodologias no ensino da contabilidade.

Esta obra destina-se aos estudantes de curso de graduação em Ciências Contábeis e áreas afins; além de cursos de pós-graduação na área de gestão de negócios. Também é indicado para profissionais que busquem conhecimento sobre gestão de organizações para a realização de suas atividades.



BRAZIL PUBLISHING